

FLÁVIA ZANATTA

**A NORMATIVIDADE E SEU REFLEXO EM DICIONÁRIOS
SEMASIOLOGICOS DE LÍNGUA PORTUGUESA**

**PORTO ALEGRE
2010**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
ÁREA: ESTUDOS DA LINGUAGEM
ESPECIALIDADE: TEORIAS LINGÜÍSTICAS DO LÉXICO**

**A NORMATIVIDADE E SEU REFLEXO EM DICIONÁRIOS
SEMASIOLÓGICOS DE LÍNGUA PORTUGUESA**

FLÁVIA ZANATTA

ORIENTADOR: PROF. DR. FÉLIX VALENTÍN BUGUEÑO MIRANDA

Dissertação de Mestrado em Teorias Linguísticas do Léxico, apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Estudos da Linguagem pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

**PORTO ALEGRE
2010**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
ÁREA: ESTUDOS DA LINGUAGEM
ESPECIALIDADE: TEORIAS LINGUÍSTICAS DO LÉXICO**

**A NORMATIVIDADE E SEU REFLEXO EM DICIONÁRIOS
SEMASIOLÓGICOS DE LÍNGUA PORTUGUESA**

FLÁVIA ZANATTA

ORIENTADOR: PROF. DR. FÉLIX VALENTÍN BUGUEÑO MIRANDA

Aprovado em 29 de abril de 2010.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Dorotea Frank Kersch
Faculdade de Letras – UNISINOS

Prof. Dr. Marcos Goldnadel
Instituto de Letras – UFRGS

Prof. Dr. Mathias Schaf Filho
Instituto de Letras – UFRGS

*Dedico este trabalho à Anilde, ao Joel e ao Fabiano,
que não mediram esforços para tornar possível
minha formação acadêmica.*

AGRADECIMENTOS

Meu agradecimento vai a todos aqueles que deram sua contribuição para o desenvolvimento deste trabalho. De modo especial, manifesto minha gratidão:

À minha mãe Anilde, pelo apoio incondicional e pelo incentivo constante, e ao meu pai Faustino (*in memoriam*), que mesmo distante sempre guia meus passos.

Ao meu irmão Joel, pelo exemplo e pelo suporte durante os quase oito anos de estudos na UFRGS.

Ao Fabiano, por todo amor a mim dedicado e por estar sempre ao meu lado, mesmo quando a distância nos manteve afastados.

À Ana Paula, minha cunhada, sempre apoiando minhas decisões e ajudando no que for necessário para concretizá-las.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Félix Valentín Bugueño Miranda, não apenas pelo essencial auxílio na realização deste trabalho, mas, sobretudo, por ser um exemplo de ser humano e de profissional, com quem aprendi lições que levarei por toda a vida.

À Profa. Dra. Dorotea Frank Kersch, ao Prof. Dr. Marcos Goldnadel e ao Prof. Dr. Mathias Schaf Filho, por terem aceitado avaliar e contribuir com este estudo.

Aos amigos conquistados ao longo do percurso, pelo companheirismo e auxílio nos mais diversos momentos. Em especial à Ana Flávia Souto de Oliveira, à Isabel Cristina Tedesco Selistre e à Virginia Sita Farias.

À UFRGS e ao PPG-Letras, por me proporcionarem uma formação acadêmica altamente qualificada.

Ao CNPq, pela bolsa de estudos concedida.

RESUMO

A temática da norma linguística no Brasil, embora amplamente discutida, não oferece ainda resultados plenamente satisfatórios, sobretudo quando observamos seu reflexo nos dicionários semasiológicos de língua portuguesa. Tendo em vista que as obras lexicográficas, por serem os materiais de consulta aos quais os falantes mais recorrem para elucidar suas dúvidas quanto ao uso da língua, e por possuírem um inerente caráter normativo, estabelecemos como meta para esta dissertação analisar como a normatividade aparece refletida em dicionários de língua portuguesa. Para tanto, empreendemos, primeiramente, uma série de discussões de cunho teórico acerca da norma linguística, da mudança linguística, da correção idiomática e da constituição de um dicionário semasiológico. Os resultados dessas discussões tornaram possível a realização da análise pretendida, que, por sua vez, permitiu-nos concluir que os dicionários de língua portuguesa lidam muito mal e de modo pouco sistemático com sua função normativa, posto que as soluções que oferecem como resposta às dúvidas dos falantes nem sempre são fáceis de serem compreendidas. Além disso, essas obras não conseguem transmitir ao consulente, de forma clara e categórica, as informações que ele busca para a satisfação e eventual elucidação de suas dúvidas. Por fim, salientamos que as conclusões a que chegamos nos levaram a propor soluções para os problemas identificados na avaliação dos dicionários estudados, a fim de que possam desempenhar satisfatoriamente seu papel de guia linguístico.

PALAVRAS-CHAVE: Lexicografia; Dicionário semasiológico; Norma linguística; Língua Portuguesa

RESUMEN

El tema de la norma lingüística en Brasil, aunque esté largamente discutido, todavía no ofrece resultados plenamente satisfactorios, sobre todo cuando observamos su reflejo en los diccionarios semasiológicos de lengua portuguesa. Teniendo en cuenta que las obras lexicográficas son los materiales de consulta a los cuales los hablantes recurren más para aclarar sus dudas en cuanto al uso de la lengua, y que éstos poseen un inherente carácter normativo, establecemos como meta para el presente estudio, analizar cómo la normatividad aparece reflejada en los diccionarios de lengua portuguesa. Para esto, realizamos, primeramente, algunas discusiones de cuño teórico acerca de la norma lingüística, del cambio lingüístico, de la corrección idiomática y de la constitución de un diccionario semasiológico. El resultado de estas discusiones tornaron posible la realización del análisis pretendido, que, a su vez, nos permitió concluir que los diccionarios semasiológicos de lengua portuguesa lidian muy mal y de modo muy poco sistemático con su función normativa, puesto que las soluciones que ofrecen como respuesta a las dudas de los hablantes no siempre son fáciles de ser comprendidas. Además, esas obras no logran transmitirle al usuario, de forma clara y categórica, las informaciones que busca para aclarar sus dudas. Por fin, resaltamos que las conclusiones a las que llegamos nos llevaron a proponer soluciones para los problemas identificados en la evaluación de los diccionarios analizados, para que así éstos puedan desempeñar satisfactoriamente su papel de guía lingüístico.

PALABRAS CLAVE: Lexicografía; Diccionario semasiológico; Norma lingüística; Lengua Portuguesa

FOLHA DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE ESQUEMAS

Esquema 1 – Sistema, norma e fala.....	26
Esquema 2 – Divisão da língua em atos linguísticos concretos, norma e sistema, conforme Coseriu (1962)	27
Esquema 3 – As duas noções de “norma”	37
Esquema 4 – Oposições entre as noções de “normalidade” e “normatividade”, de acordo com Bagno (2003)	38
Esquema 5 – Subdivisões da norma real.....	48
Esquema 6 – Divisão do verbete de acordo com a concepção saussuriana do signo linguístico.....	99

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – As normas reais e a delimitação de uma norma ideal.....	50
Figura 2 – Indicação da pronúncia sonora em CAe (2007)	118
Figura 3 – Informações contidas no verbete do verbo <i>haver</i> de HouE (2001)	187
Figura 4 – Tipologia de dicionários eletrônicos de Schryver (2003)	192
Figura 5 – Classificação dos dicionários eletrônicos que conformam o <i>corpus</i> de análise segundo a tipologia de Schryver (2003)	194
Figura 6 – Visualização de verbete no modo interativo de HouE (2001)	197
Figura 7 – Proposta para indicação da separação silábica.....	203
Figura 8 – Propostas para a indicação de formas variantes I.....	205
Figura 9 – Propostas para a indicação de formas variantes II.....	205
Figura 10 – Propostas para a indicação de formas variantes III.....	205
Figura 11 – Propostas para a indicação de homônimos.....	206
Figura 12 – Propostas para a indicação de parônimos.....	206
Figura 13 – Propostas para a indicação de inicial maiúscula.....	207
Figura 14 – Propostas para a indicação de ortoépia.....	208
Figura 15 – Propostas para a indicação da pronúncia de estrangeirismos.....	210
Figura 16 – Propostas para a indicação da flexão de gênero.....	211
Figura 17 – Propostas para a indicação da flexão de número.....	212
Figura 18 – Proposta para a indicação da flexão de gênero e de número.....	212
Figura 19 – Verbetes de verbo regular.....	213
Figura 20 – Paradigma de flexão verbal em HouE (2001)	214
Figura 21 – Propostas para a indicação da flexão dos verbos irregulares terminados em <i>-ear</i> e <i>-iar</i>	215
Figura 22 – Propostas para a indicação da flexão dos verbos irregulares da 2ª e da 3ª conjugação	216
Figura 23 – Propostas para a indicação da flexão dos verbos anômalos.....	217

Figura 24 – Propostas para a indicação da flexão dos verbos defectivos I.....	218
Figura 25 – Propostas para a indicação da flexão dos verbos defectivos II.....	218
Figura 26 – Propostas para a indicação da flexão dos verbos abundantes.....	219
Figura 27 – Propostas para a indicação da valência verbal.....	220
Figura 28 – Propostas para a indicação da regência nominal e verbal obrigatória.....	220
Figura 29 – Propostas para a indicação da regência nominal e verbal opcional.....	220
Figura 30 – Propostas para a indicação da marcação diastrático-diafásica e diacrônica.....	221
Figura 31 – Propostas para a indicação de nota de uso.....	222
Figura 32 – Propostas para a indicação de neologismos de signo vernáculos.....	222
Figura 33 – Propostas para a indicação de neologismos de signo advindos de outros sistemas linguísticos.....	222
Figura 34 – Propostas para a indicação de neologismos de significado.....	222
Figura 35 – Propostas de verbete para as unidades léxicas <i>gente</i> e <i>você</i>	223
Figura 36 – Proposta de verbete para o verbo <i>ter</i>	223
Figura 37 – Proposta de verbete para o pronome demonstrativo <i>esse</i>	224
Figura 38 – Propostas de verbete para as unidades léxicas <i>aonde</i> e <i>onde</i>	224
Figura 39 – Propostas para apresentação de regência verbal inovadora.....	225
Figura 40 – Propostas para apresentação da marcação de gênero.....	225
Figura 41 – Proposta para o guia de uso.....	233
Figura 42 – Propostas de modelos de conjugação dos verbos regulares.....	237
Figura 43 – Proposta de modelos de conjugação dos verbos <i>ir</i> e <i>ser</i> (anômalos).....	242
Figura 44 – Proposta de modelos de conjugação de verbos irregulares.....	244
Figura 45 – Proposta de modelos de conjugação de verbos de paradigma incompleto (defectivos).....	245

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – A norma como problema designativo.....	42
Quadro 2 – Fenômenos de mudança em curso no português brasileiro.....	61
Quadro 3 – Neologismos de signo vernáculos.....	64
Quadro 4 – Neologismos de signo provindos de outros sistemas linguísticos.....	65
Quadro 5 – Neologismos de significado.....	65
Quadro 6 – Inovações linguísticas em relação às regras presentes nas gramáticas normativas.....	79
Quadro 7 – Aplicação dos critérios de correção idiomática I	88
Quadro 8 – Aplicação dos critérios de correção idiomática II.....	89
Quadro 9 – Aplicação dos critérios de correção idiomática III	90
Quadro 10 – Aplicação dos critérios de correção idiomática IV	92
Quadro 11 – Normativismo e descritivismo em Mi (1998), AuE (1999), HouE (2001), DUPB (2002), DUPC (2004) e CAe (2007)	113

Quadro 12 – Subdivisões das classes gramaticais em Mi (1998), AuE (1999), HouE (2001), DUPB (2002), DUPC (2004) e CAe (2007)	132
Quadro 13 – Marcação diastrático-diafásica.....	151
Quadro 14 – Marcação diacrônica.....	154
Quadro 15 – Reorganização do paradigma verbal do português brasileiro.....	163
Quadro 16 – Sistema dos pronomes demonstrativos da língua portuguesa.....	170
Quadro 17 – Correlação entre pronomes demonstrativos e advérbios de lugar.....	170
Quadro 18 – Verbos que sofreram mudança de regência.....	174
Quadro 19 – Regências prescritas <i>versus</i> regências mais frequentes.....	174
Quadro 20 – Lematização de neologismos de signo vernáculos.....	178
Quadro 21 – Lematização de neologismos de signo provindos de outros sistemas linguísticos.....	179
Quadro 22 – Lematização de neologismos de significado.....	179
Quadro 23 – Lista de índices formais para acessar informação ortográfica, morfológica, sintática e pragmática no interior do verbete.....	200
Quadro 24 – Lista de índices formais para acessar informação ortográfica e léxico-semântico interior do verbete.....	200
Quadro 25 – Lista de índices formais para acessar informação no interior do verbete.....	201
Quadro 26 – Símbolos para a transcrição de estrangeirismos.....	210
Quadro 27 – Lista das abreviaturas para indicação da categoria gramatical.....	229
Quadro 28 – Lista de abreviaturas.....	230
Quadro 29 – Lista de símbolos.....	231
Quadro 30 – Símbolos de transcrição fonética.....	231

LISTA DE TABELAS

Tabela – Análise das variantes ortográficas <i>taxonomia</i> , <i>taxinomia</i> , <i>taxionomia</i> e <i>taxeonomia</i>	125
---	-----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ac. – acepção

cf. – conferir

etc. – *et cetera*, e outros

p. – página

sc. – *scilicet*, a saber

s.p. – sem página

ss. – [páginas] seguintes

s.v. – *sub voce*, sob o lema

ABL – Academia Brasileira de Letras

AFI – Alfabeto Fonético Internacional

NURC – Projeto Norma Urbana Culta

PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais

RAE – Real Academia Espanhola

LISTA DE ABREVIATURAS DOS DICIONÁRIOS ANALISADOS

- Mi (1998) – Michaelis. Moderno Dicionário da Língua Portuguesa (1998)
- AuE (1999) – Novo Dicionário Aurélio - Século XXI (1999)
- HouE (2001) – Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa (2001)
- DUPB (2002) – Dicionário de usos do português do Brasil (2002)
- DUPC (2004) – Dicionário UNESP do português contemporâneo (2004)
- CAe (2007) – Dicionário contemporâneo da língua portuguesa Caldas Aulete (2007)

LISTA DE ABREVIATURAS DOS DICIONÁRIOS CITADOS

- Au (1999) – Novo Dicionário Aurélio - Século XXI (1999)
- CELD (2004) – Collins Cobuild Compact English Learner's Dictionary (2004)
- CGCPD (2006) – Collins Gage Paperback Dictionary: the authoritative canadian reference (2006)
- DELE (2002) – Señas: Diccionario para la Enseñanza de la Lengua Española para Brasileños (2002)
- DELP (2008) – Dicionário escolar da língua portuguesa (2008)
- DibU (2003) – Diccionario Bilingüe de Uso Español/Portugués - Português/Espanhol (2003)
- DLLEP (2004) – Dicionário escolar Larousse (2004)
- DPD (2005) – Diccionario Panhispánico de Dudas (2005)
- DPE (2007) – Diccionario Práctico del Estudiante (2007)
- DPRN (2006) – Dicionário prático de regência nominal (2006)
- DRAE (1992) – Diccionario de la lengua española (1992)
- DRAEe (2001) – Diccionario de la lengua española (2001)
- DRAEo (2010) – Diccionario de la lengua española (2010)
- DUEAEe (2003) – Diccionario de uso del español de América y España (2003)
- DUE (1998) – Diccionario de uso del español (1998)
- DUEe (2001) – Diccionario de uso del español (2001)
- EDSP (1998) – Password: English dictionary for speakers of portuguese (1998)
- GDUEA (2001) – Gran diccionario de uso del español actual (2001)
- GUP(2003) – Guia de usos do português (2003)
- Hou (2001) - Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa (2001)
- HOUe (2009) – Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa (2009)
- LLA (2002) – Longman Language Activator (2002)

- MiDE (2003) – Michaelis: Dicionário Escolar Italiano: italiano-português, português-italiano (2003)
- MiDEE (2002) – Michaelis: Dicionário Escolar Espanhol: espanhol-português, português-espanhol (2002)
- MiE (2007) – Dicionário Michaelis da língua portuguesa (2007)
- OEDe (1994) – The Oxford English Dictionary (1994)
- OHFD (2001) – Oxford-Hachette French Dictionary (2001)
- PRobE (2001) – Nouveau Petit Robert: Dictionnaire alphabétique et analogique de la langue française (2001)
- VOLP (2009) – Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (2009)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
Hipóteses de pesquisa	21
Objetivos	21
Pressupostos teóricos	22
Estrutura geral do trabalho	22
1 CONSIDERAÇÕES PARA UMA TEORIA DA NORMA LINGUÍSTICA	25
1.1 Norma linguística: a criação de um conceito	25
1.2 A norma linguística no Brasil: identificando alguns problemas	28
1.2.1 A norma como problema ontológico da linguagem.....	29
1.2.1.1 <i>Crenças e atitudes linguísticas</i>	30
1.2.1.1.1 <i>Crenças e atitudes linguísticas da comunidade idiomática brasileira</i>	33
1.2.2 A norma como problema conceitual.....	36
1.2.3 A norma como problema designativo.....	38
1.2.3.1 <i>Castilho (2004 [1978])</i>	39
1.2.3.2 <i>Lucchesi (1994)</i>	39
1.2.3.3 <i>Mattos e Silva (1995)</i>	40
1.2.3.4 <i>Bagno (2003; 2007)</i>	40
1.2.3.5 <i>Antunes (2007)</i>	41
1.2.3.6 <i>Faraco (2008)</i>	41
1.2.3.7 <i>Síntese das designações atribuídas ao termo “norma”</i>	42
1.2.4 A norma como problema metodológico.....	44
1.2.4.1 <i>A constituição da norma padrão brasileira</i>	44
1.2.4.2 <i>O estudo da norma culta brasileira</i>	45
1.2.4.3 <i>As normas reais e a delimitação da norma ideal</i>	47
1.2.4.4 <i>Parâmetros para a delimitação de uma norma ideal para o português brasileiro</i>	48
2 CONSIDERAÇÕES PARA UMA TEORIA DA MUDANÇA LINGUÍSTICA	54
2.1 O fenômeno da mudança linguística	54
2.1.1 <i>As condições que possibilitam a ocorrência da mudança</i>	55
2.1.2 <i>A consciência da mudança</i>	57
2.2 Relações entre mudança e norma linguística	59
2.3 Mudança linguística e níveis de estruturação da linguagem	60
2.3.1 <i>Mudanças observáveis no português brasileiro</i>	
2.3.2 <i>Níveis de estruturação da linguagem</i>	65
3 CONSIDERAÇÕES PARA UMA TEORIA DA CORREÇÃO IDIOMÁTICA	70

3.1 Diferentes noções de gramática e de “incorreção linguística”	70
3.2 A correção idiomática	72
3.2.1 Impropriedades linguísticas.....	75
3.2.1.1 Não obediência às regras ortográficas.....	75
3.2.1.2 Não observância às regras contidas nas gramáticas normativas.....	77
3.2.2 Impropriedades sociais.....	80
3.3 Alguns critérios de correção idiomática	81
3.3.1 Critérios de Jespersen (1947)	82
3.3.2 Critérios de Ettinger (1982)	83
3.3.3 Critérios de Crystal (1997)	84
3.4 Aplicabilidade dos critérios de correção idiomática	85
3.4.1 Aplicação dos critérios de correção idiomática por fenômeno de mudança linguística e nível de estruturação da linguagem.....	87
3.4.1.1 Nível fonético-fonológico.....	87
3.4.1.2 Nível ortográfico.....	88
3.4.1.3 Nível morfológico, nível sintático e nível pragmático.....	89
3.4.1.4 Nível léxico-semântico.....	91
4 CONSIDERAÇÕES PARA UMA TEORIA DA CONCEPÇÃO DO DICIONÁRIO SEMASIOLOGICO	93
4.1 Os componentes canônicos	93
4.1.1 A macroestrutura.....	94
4.1.2 A microestrutura.....	96
4.1.3 A medioestrutura.....	100
4.1.4 O <i>front matter</i>	101
4.1.5 O <i>back matter</i>	102
4.2 O que concerne a cada componente	102
5 A NORMATIVIDADE NOS DICIONÁRIOS SEMASIOLOGICOS DE LÍNGUA PORTUGUESA	104
5.1 A normatividade no dicionário	104
5.1.1 Normatividade explícita e normatividade implícita.....	107
5.2 Análise dos dicionários semasiológicos de língua portuguesa	108
5.2.1 Como os dicionários semasiológicos de língua portuguesa lidam com sua função normativa.....	
5.2.1.1 <i>Mi</i> (1998)	108
5.2.1.2 <i>AuE</i> (1999)	109
5.2.1.3 <i>HouE</i> (2001)	109
5.2.1.4 <i>DUPB</i> (2002)	110

5.2.1.5 <i>DUPC (2004)</i>	111
5.2.1.6 <i>CAe (2007)</i>	112
5.2.1.7 <i>Síntese das informações encontradas no front matter dos dicionários analisados</i>	113
5.2.2 <i>Informações de caráter normativo presentes nos dicionários semasiológicos de língua portuguesa e como são transmitidas aos consultentes</i>	113
5.2.2.1 <i>Nível fonético-fonológico</i>	113
5.2.2.2 <i>Nível ortográfico</i>	118
5.2.2.2.1 <i>Separação silábica</i>	119
5.2.2.2.2 <i>Formas variantes</i>	120
5.2.2.2.3 <i>Homônimos homófonos heterográficos e parônimos</i>	125
5.2.2.3 <i>Nível morfológico</i>	129
5.2.2.3.1 <i>Elementos metalinguísticos</i>	129
5.2.2.3.1.1 <i>Indicação de classe gramatical</i>	131
5.2.2.3.2 <i>Elementos linguísticos</i>	135
5.2.2.3.2.1 <i>A indicação de flexão</i>	135
5.2.2.4 <i>Nível sintático</i>	139
5.2.2.4.1 <i>Valência verbal</i>	141
5.2.2.4.2 <i>Regência verbal e regência nominal</i>	145
5.2.2.5 <i>Nível pragmático</i>	147
5.2.2.5.1 <i>Marcas de uso</i>	148
5.2.2.5.1.1 <i>Marcas diestráticas e diafásicas</i>	149
5.2.2.5.1.2 <i>Marcas diacrônicas</i>	152
5.2.2.5.2 <i>Notas de uso</i>	156
5.2.2.6 <i>Nível léxico-semântico</i>	160
5.2.3 <i>As informações de caráter normativo em relação à norma real do português brasileiro</i>	162
5.2.3.1 <i>Reorganização do paradigma verbal</i>	163
5.2.3.2 <i>Uso do verbo ter impessoal com significado de “existência”</i>	168
5.2.3.3 <i>Redução do par de demonstrativos este / esse</i>	169
5.2.3.4 <i>Uso indistinto de onde por aonde e vice-versa</i>	171
5.2.3.5 <i>Regências não consideradas pela norma vigente nas gramáticas normativas</i>	173
5.2.3.6 <i>Atribuição de gênero feminino a palavras tradicionalmente masculinas e vice-versa</i>	176
5.2.3.7 <i>Neologismos</i>	177
6 PROPOSTAS PARA A APRESENTAÇÃO DE INFORMAÇÕES NORMATIVAS NOS DICIONÁRIOS SEMASIOLÓGICOS DE LÍNGUA PORTUGUESA	181
6.1 Alguns aspectos metalexográficos	181

6.1.1 <i>Layout</i> do dicionário.....	182
6.1.2 Estrutura de acesso.....	185
6.1.3 Suporte do dicionário: dicionário impresso <i>versus</i> dicionário eletrônico.....	190
6.1.3.1 <i>Vantagens do suporte eletrônico</i>	195
6.2 Apresentação das propostas	198
6.2.1 Nível ortográfico.....	201
6.2.1.1 <i>Separação silábica</i>	201
6.2.1.2 <i>Formas variantes</i>	203
6.2.1.3 <i>Homônimos homófonos heterográficos e parônimos</i>	205
6.2.1.4 <i>Inicial maiúscula</i>	206
6.2.2 Nível fonético-fonológico.....	207
6.2.2.1 <i>Ortoépia</i>	207
6.2.2.2 <i>Pronúncia de estrangeirismos</i>	208
6.2.3 Nível morfológico.....	211
6.2.3.1 <i>Flexão verbal</i>	212
6.2.3.1.1 <i>Verbos regulares</i>	212
6.2.3.1.2 <i>Verbos irregulares</i>	214
6.2.3.1.3 <i>Verbos anômalos</i>	216
6.2.3.1.4 <i>Verbos defectivos</i>	217
6.2.3.1.5 <i>Verbos abundantes</i>	218
6.2.4 Nível sintático.....	219
6.2.4.1 <i>Valência verbal</i>	219
6.2.4.2 <i>Regência verbal e regência nominal</i>	220
6.2.5 Nível pragmático.....	221
6.2.5.1 <i>Marcas de uso</i>	221
6.2.5.2 <i>Notas de uso</i>	221
6.2.6 Nível léxico-semântico	222
6.2.7 Propostas para a apresentação de informações normativas referentes aos fenômenos de mudança observados na norma real do português brasileiro.....	222
6.2.8 Propostas para o desenho do <i>front matter</i> e do <i>back matter</i> de dicionários semasiológicos de língua portuguesa.....	225
6.2.8.1 <i>Proposta para o front matter</i>	227
6.2.8.1.1 <i>Objetivos da obra</i>	227
6.2.8.1.2 <i>As listas de abreviaturas e símbolos</i>	228
6.2.8.1.3 <i>Guia de pronúncia de estrangeirismos</i>	231
6.2.8.1.4 <i>O guia de uso</i>	231
6.2.8.2 <i>Proposta para o back matter</i>	235
CONCLUSÃO	247

Avaliação das hipóteses de pesquisa.....	249
Limites do estudo e perspectivas.....	250
BIBLIOGRAFIA.....	254
APÊNDICE – GRÁFICO DOS ESTRANGEIRISMOS INCORPORADOS À LÍNGUA PORTUGUESA, CONFORME VOLP (2009).....	269

INTRODUÇÃO

Todo membro de uma comunidade idiomática sente, em determinadas situações, a necessidade de ser orientado em relação ao uso de sua língua materna. Esse desejo de ter um desempenho linguístico melhor em certas circunstâncias leva o falante a desenvolver um sentimento que denominamos de “anseio normativo”.

No Brasil, as discussões que permeiam a noção de “anseio normativo” não oferecem ainda resultados plenamente satisfatórios, pois os brasileiros se encontram em uma situação paradoxal: eles almejam uma orientação com relação ao emprego da própria língua, porém se sentem desconfortáveis ante essa orientação. Isso ocorre porque a norma que lhes é apresentada como referência não corresponde ao português falado no Brasil nos dias de hoje, e sim a um modelo lusitano de escrita, presente nas obras literárias de escritores do período literário do Romantismo e fixado como padrão pela elite intelectual brasileira no século XIX (cf. FARACO 2004, p. 42-43). Essa é uma das principais causas da existência de um estranhamento, e até mesmo desconfiança, da comunidade linguística brasileira na hora de procurar uma indicação referente ao emprego adequado da língua portuguesa em uso no país¹. Acrescente-se a isso o fato de que, ao recorrerem a certas instâncias responsáveis pela orientação linguística em busca de esclarecimentos para suas dúvidas, os falantes, não raro, se deparam com informações que pouco ou nada têm a ver com a língua que falam.

É, pois, essa disparidade entre as instâncias normatizadoras e a realidade da língua portuguesa no Brasil que justifica a urgente necessidade de se abordar o tema da normatividade com vistas a realizar estudos que nos permitam chegar a soluções viáveis para a redução, e até mesmo extinção, do abismo existente entre a língua efetivamente em uso e os instrumentos normativos com os quais contamos atualmente. Por instrumentos normativos, entendemos as gramáticas prescritivas e as obras lexicográficas. Dentre esses materiais, acreditamos que os mais comumente consultados para fins de elucidação de dúvidas relativas

¹ Podemos citar, como ilustração, a clássica questão da colocação dos pronomes átonos, já discutida por inúmeros autores (cf., entre outros, FARACO 2008; CALINDRO 2008; MARTINS 2008; BAGNO 2007; PAGOTTO 1998; e LOBO *et al* 1991) e que, de acordo com as regras gramaticais vigentes, está baseada na variedade peninsular do português. Assim, o que é realização normal para os portugueses é algo contrário à língua falada pela comunidade idiomática brasileira, já que no Brasil o uso dos pronomes átonos é bem distinto daquilo que postulam as gramáticas, que prescrevem, por exemplo, que se deve, em início de oração, utilizar o pronome enclítico. Porém, observa-se no Brasil um majoritário uso desses pronomes em posição proclítica, e até mesmo em situações mais monitoradas do discurso oral esse uso há muito já suplantou as regras vigentes nas gramáticas e já está se disseminando inclusive na modalidade escrita. É importante salientar que muitas pesquisas demonstram que as modificações hoje dominantes na fala são percebidas também na língua escrita de jornais, revistas e na literatura (cf. FARACO; TEZZA 1992; KOZA 2003; SCHERRE 2005; BAGNO 2007; e ZANATTA 2009a).

à língua portuguesa são os dicionários, por serem as obras de referência e autoridade às quais os falantes têm acesso mais facilmente².

Segundo Jackson (2002, p. 71), o usuário confere ao dicionário duas funções básicas: 1) elucidar significações e 2) esclarecer dúvidas relativas à ortografia. Conseqüentemente, consoante o referido autor, os falantes nativos consultam o dicionário basicamente por dois motivos: “descobrir o significado de uma palavra e checar a ortografia de uma palavra”³ (ibid., p. 76). Concordamos que essas são, de fato, as principais funções que um dicionário monolíngue desempenha. Cabe ressaltar, entretanto, que não são as únicas, já que “os dicionários contêm, em cada entrada, além dos modelos padronizados do uso léxico, toda uma série de indicações prescritivas”⁴ (cf. ETTINGER 1982, p. 377).

As considerações feitas nos parágrafos precedentes nos permitiram chegar a duas constatações: 1) a atividade de produção oral ou escrita está condicionada pelo anseio do falante por uma orientação sobre a forma mais apropriada para se expressar em sua língua materna e 2) o dicionário é, por natureza, um instrumento adequado para satisfazer tal anseio⁵. Tais constatações, por sua vez, suscitaram os questionamentos que deram origem ao presente trabalho:

- a) como os dicionários semasiológicos⁶ de língua portuguesa lidam com sua função normativa?
- b) quais são as informações de caráter normativo presentes nos dicionários semasiológicos de língua portuguesa?
- c) como as informações de caráter normativo são transmitidas aos consulentes, ou seja, aos membros da comunidade idiomática brasileira?

² Comprova nossa asserção o fato de que o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) distribui a todos os alunos das escolas públicas do Ensino Fundamental um dicionário de língua portuguesa. Maiores informações e detalhamentos sobre esse programa podem ser encontrados nos seguintes endereços, acessados em 19/07/2009: <http://www.fn.de.gov.br/home/index.jsp?arquivo=livro_didatico.html> <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=293&Itemid=358>. Recomendamos também a leitura de Damim (2005), Farias (2006; 2009) e Pires (2008) para uma análise crítica desses dicionários, denominados “dicionários escolares”.

³ [to discover the meaning of a word and to check the spelling of a word]

⁴ [los diccionarios contienen en cada entrada, además de los modelos estandarizados del uso léxico, toda una serie de indicaciones prescriptivas]

⁵ Rooney (2001, apud JACKSON 2002, p. 77) atenta para o fato de que as pessoas desejam que o dicionário forneça as respostas para as seguintes questões: “Estou escrevendo esta palavra corretamente? O que esta palavra significa? Estou usando a palavra corretamente? Como eu pronuncio esta palavra?” [Am I spelling this word correctly? What does this word mean? Am I using the word correctly? How do I pronounce this word?]. Não há como negar, portanto, que os falantes consultam um dicionário quando têm alguma dúvida quanto ao emprego considerado “adequado” de sua língua.

⁶ Um dicionário de orientação semasiológica é aquele que parte do significante para chegar ao significado, sendo este explicitado através de uma paráfrase definidora (cf. HARTMANN; JAMES 2001, s.v. *semasiological dictionary, semasiology*).

Para tentar obter respostas a tais questionamentos, e tendo em vista a situação da norma linguística no Brasil, julgamos necessário pensar o problema da normatividade do dicionário em um duplo nível. Por um lado, como problema próprio de uma teoria geral do dicionário, isto é, como problema metalexiconográfico⁷, e por outro, como problema prático de como os dicionários assumem e levam a efeito a sua condição normativa. Desse segundo nível derivam nossas hipóteses de pesquisa, que, por sua vez, dão origem aos objetivos que pretendemos alcançar nesta dissertação.

Hipóteses de pesquisa

Do exposto nos parágrafos precedentes, depreendem-se as seguintes hipóteses de pesquisa:

- a) o dicionário não reconhece sua função normativa e, portanto, não há segmentos informativos para esse fim;
- b) o dicionário reconhece sua função normativa, mas seus segmentos informativos para esse fim são nulos ou escassamente esclarecedores;
- c) o dicionário reconhece sua função normativa e seus segmentos informativos para esse fim são satisfatórios.

Objetivos

A validação de nossas hipóteses de pesquisa dependerá dos resultados obtidos após a análise de seis dicionários semasiológicos de língua portuguesa. Para constituir nosso *corpus* de estudo, selecionamos algumas das obras lexicográficas de maior destaque no mercado editorial brasileiro, a saber⁸: Mi (1998), AuE (1999), HouE (2001), DUPB (2002), DUCP (2004) e CAe (2007). Com o intuito de tecer um panorama da normatividade presente nessas obras, estabelecemos para nosso trabalho os seguintes objetivos:

- a) verificar a existência de uma doutrina normativa nos dicionários semasiológicos de língua portuguesa;

⁷ A metalexiconografia é definida por Hartmann; James (2001, s.v. *metalexiconography*) como “um complexo de atividades relativas à reflexão na prática da Lexicografia” [a complex of activities concerned with reflection on the practice of Lexicography].

⁸ Acompanhando a tendência da metalexiconografia europeia (cf. HARTMANN 2001, p. 11), utilizaremos abreviaturas para nos referirmos aos dicionários mencionados no presente trabalho. Salientamos ainda que a presença de uma letra **e** ou **o**, maiúscula ou minúscula, agregada a uma abreviatura, indica que foi consultada a versão eletrônica ou a versão *online* do dicionário em questão.

- b) analisar como as informações de cunho normativo aparecem nos dicionários semasiológicos de língua portuguesa;
- c) avaliar a pertinência das informações de cunho normativo fornecidas pelos dicionários semasiológicos de língua portuguesa;

Buscando realizar um estudo bastante abrangente do tema proposto para essa dissertação, consideramos ser necessário também oferecer soluções para os possíveis problemas identificados na avaliação dos dicionários que conformam nosso *corpus* de análise. Em função disso, estabelecemos, além dos três objetivos de caráter descritivo arrolados acima, um objetivo de caráter propositivo, qual seja:

- d) propor estratégias para a apresentação de informações de caráter normativo nos componentes canônicos⁹ dos dicionários semasiológicos de língua portuguesa.

Pressupostos teóricos

Para atingirmos os objetivos delimitados para esta dissertação, é imprescindível calcar o estudo da normatividade nos dicionários semasiológicos de língua portuguesa nos seguintes pressupostos teóricos:

- a) necessidade de se contar com um alicerce teórico sobre a norma linguística;
- b) necessidade de se pensar parâmetros para a delimitação de uma norma ideal para o português do Brasil;
- c) necessidade de encarar o fenômeno da mudança linguística como um fato ontológico da linguagem;
- d) necessidade de uma concepção geral do que é falar apropriadamente, isto é, de uma teoria da correção idiomática e como essa teoria será refletida no dicionário;
- e) necessidade de seguir uma teoria da concepção do dicionário semasiológico.

O entrelaçamento desses aspectos de ordem descritiva, propositiva e teórica possibilitará a realização de um trabalho que encara o problema da normatividade no âmbito da lexicografia desde uma perspectiva global. Esta dissertação, portanto, estrutura-se em função dos três aspectos listados no início deste parágrafo.

Estrutura geral do trabalho

⁹ Por componentes canônicos do dicionário entendemos a macroestrutura, a microestrutura, a medioestrutura, o *front matter* e o *back matter*. No capítulo 4 descreveremos detalhadamente cada um desses componentes.

No intuito de validar nossas hipóteses de pesquisa e atingir os objetivos propostos, estruturamos este trabalho conforme o exposto a seguir.

Na sequência da Introdução, apresentamos o primeiro capítulo da dissertação, no qual tratamos da temática da norma linguística. Primeiramente, fazemos uma abordagem do conceito de norma em linhas gerais, para, a partir de então, transportar a discussão à realidade brasileira. Através de uma pequena revisão bibliográfica, buscamos identificar os principais problemas que permeiam as discussões acerca da norma linguística no Brasil, de modo a obter um panorama que permita dar novos rumos aos estudos sobre o assunto no país.

Considerando que não há como tratar do tema da norma sem relacioná-lo ao fenômeno da mudança linguística, dedicamos o segundo capítulo a essa questão. Após apresentar algumas considerações teóricas, elencamos uma série de mudanças em curso no português brasileiro, as quais serão retomadas no terceiro e no quinto capítulos.

No capítulo três, destacamos aspectos relativos à correção idiomática, com o propósito de empreender uma discussão que nos permitisse estabelecer uma noção de correção idiomática que considerasse o “anseio normativo” dos falantes dentro do conceito de plurilinguismo de cada indivíduo. Em outras palavras, buscamos demonstrar que a norma linguística refletida no dicionário é apenas uma dentre as várias normas que os falantes possuem ou podem possuir.

No quarto capítulo, destacamos a relevância de tecer considerações acerca da concepção de um dicionário semasiológico, de modo a delimitar que tipo de informação normativa pode figurar nas partes que o compõem.

O capítulo cinco está dedicado à análise dos dicionários que conformam nosso *corpus* de estudo. Primeiramente, averiguamos como esses dicionários lidam com sua função normativa e como transmitem as informações de cunho normativo aos consulentes. Posteriormente, verificamos como essas obras atuam em relação às mudanças observáveis no português brasileiro apontadas no capítulo dois.

A partir das discussões empreendidas nos quatro primeiros capítulos e dos resultados obtidos através da análise realizada no capítulo cinco, elencamos, no sexto capítulo, nossas propostas para a apresentação de informações de cunho normativo nos dicionários semasiológicos de língua portuguesa.

Por fim, encerramos a dissertação retomando e discutindo as hipóteses iniciais de pesquisa. Apresentamos ainda nossas considerações finais, bem como os limites deste estudo e perspectivas para futuros trabalhos. Com isso, pretendemos contribuir para ampliar a

discussão em torno da problemática da norma linguística no Brasil, tanto em relação à sua teorização quanto ao seu tratamento nas obras lexicográficas.

1 CONSIDERAÇÕES PARA UMA TEORIA DA NORMA LINGUÍSTICA

No presente capítulo, discorreremos sobre uma gama de questões fundamentais para o desenvolvimento desta dissertação. Trataremos de apresentar brevemente o trajeto percorrido pelo termo “norma” desde sua criação até chegar à reformulação proposta por Eugenio Coseriu, a qual servirá como base para a discussão dos aspectos que dizem respeito, especificamente, à situação em que se encontram os estudos sobre a norma linguística no Brasil.

1.1 Norma linguística: a criação de um conceito

O nível da norma se originou a partir da dicotomia saussuriana língua / fala. Nessa dicotomia, a norma não era reconhecida como um nível linguístico propriamente tal, mas sim delimitada frente às possibilidades funcionais do sistema e atribuída à fala, dado que se tratava de usos linguísticos habituais ou prescritos. A limitação da dicotomia saussuriana e a constatação da existência de sistemas linguísticos nos quais certos usos ficam situados entre o nível da língua (invariantes funcionais) e o nível da fala (variantes concretas) levaram à necessidade de se estabelecer uma espécie de nível intermediário, a norma (cf. ETTINGER 1982, p. 360).

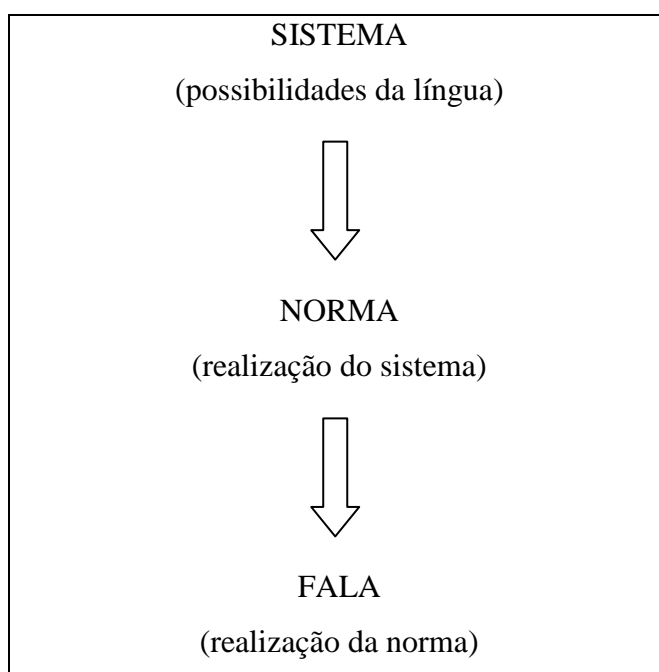
A discussão acerca dessa questão tem início, de acordo com Ettinger (1982, p. 360), em 1938, com o filólogo checo Bohuslav Havránek, que se ocupou de problemas referentes à norma na ciência da linguagem e na cultura linguística. Mais tarde, em 1943, Louis Hjelmslev reformula a dicotomia língua/fala em *esquema, norma, ato e uso* (cf. HJELMSLEV 1991, p. 81-93)¹⁰. Por fim, em 1952, Eugenio Coseriu detecta uma série de insuficiências na dicotomia língua/fala. Considerando essa dicotomia muito rígida, posto que não possibilita saber como se passa do sistema, que é abstrato, às realizações concretas da fala, Coseriu introduz o nível intermediário da norma, convertendo a dicotomia saussuriana na tríade sistema / norma / fala.

O conceito de norma surge, então, devido à necessidade que Coseriu sentiu de fazer uma separação entre dois dos três aspectos embutidos no conceito de língua apresentado por

¹⁰ Na língua em si, Hjelmslev (1991) distingue três planos: 1) esquema, que é a língua como forma pura, definida independentemente de sua realização social e de sua manifestação material; 2) norma, que é a língua como forma material, definida por uma dada realização social, mas ainda independente do detalhe da manifestação; e 3) uso, que é entendido como um simples conjunto de hábitos adotados numa dada sociedade e definidos pelas manifestações observadas. Quanto à fala saussuriana, Hjelmslev a denomina *ato*.

Saussure: a língua como sistema abstrato de oposições funcionais (sistema) e a língua como instituição social, que contém elementos não funcionais (norma) (cf. COSERIU 1962)¹¹.

Para Coseriu (1962, p. 98), o sistema é um conjunto de possibilidades, de coordenadas que indicam os modos mais ou menos estáveis de um falar compreensível em uma comunidade; representa, nesse sentido, a dinamicidade da língua. A norma é a realização do sistema em suas múltiplas possibilidades e varia de acordo com cada comunidade linguística¹². E a fala é a “realização individual-concreta da norma, que contém a própria norma e também a originalidade expressiva de cada falante”¹³. Vejamos esse percurso representado no esquema abaixo:



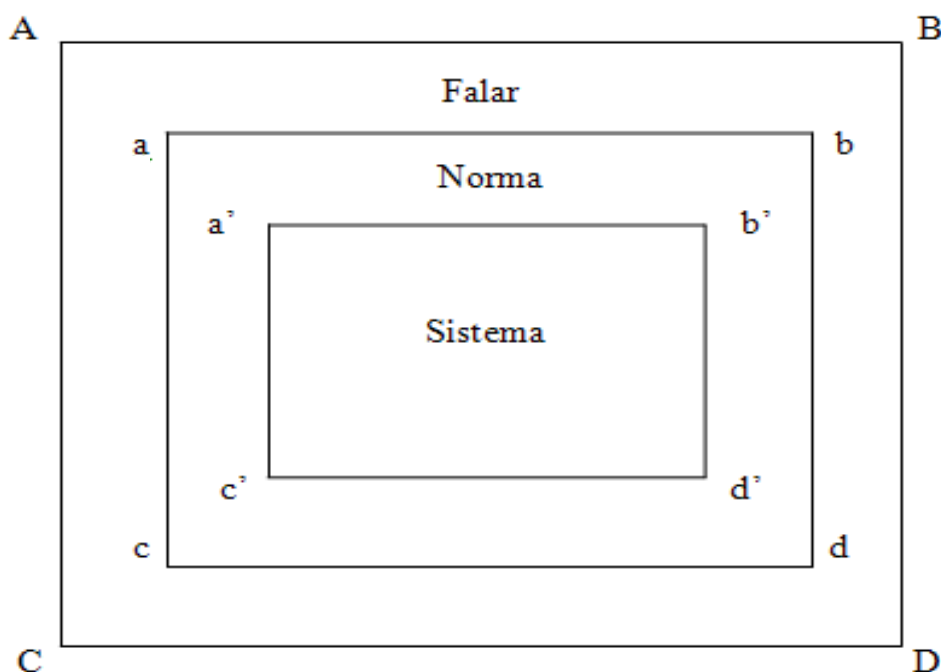
Esquema 1: Sistema, norma e fala

¹¹ Coseriu (1962, p. 45) identifica três conceitos embutidos na definição de língua de Saussure: 1) língua como acervo linguístico, 2) língua como instituição social e 3) língua como sistema funcional. Segundo o autor, esses três conceitos aparecem misturados na doutrina de Saussure, sendo que seus contornos não aparecem definidos nem tampouco são estabelecidas as diferenças necessárias entre eles.

¹² Isso quer dizer que dentro de uma mesma comunidade linguística que utiliza um determinado sistema é possível observar a existência de várias normas, estabelecidas em função de variáveis geográficas, de estilo ou socioculturais. Coseriu (1980, p.101-117) considera a língua um diassistema que apresenta variação interna em níveis: o diacrônico, o diastrático, o diafásico e o diatópico. O nível diacrônico se refere às mudanças ao longo do tempo; o nível diastrático está relacionado com a procedência sócio-cultural dos usuários da língua; o nível diafásico diz respeito ao contexto de comunicação, ou seja, fica a critério do falante escolher o modo como irá se expressar de acordo com o exigido pela situação comunicativa (formal ou informal, por exemplo); e o nível diatópico faz referência às variações no espaço geográfico.

¹³ [realización individual-concreta de la norma, que contiene la norma misma y, además, la originalidad expresiva de los individuos hablantes]

O sistema e a norma são para Coseriu (1962, p. 97-98) abstrações, ao passo que a fala corresponde ao ato concreto. Assim, no pensamento coseriano, a norma representa um primeiro grau de abstração com relação à fala, que inclui a expressão concreta individual. O último grau de abstração é determinado pelo sistema, que inclui apenas aqueles traços que, dentro da norma, são parte da oposição funcional. A divisão de Coseriu (1962, p. 95), portanto, vai do mais concreto (fala) ao mais abstrato (sistema) passando por um nível intermediário (norma), como o próprio autor demonstra graficamente através de um esquema no qual o quadrado mais externo representa os atos linguísticos concretos (fala/falar), o intermediário corresponde à norma e o mais interior se refere ao sistema. Tal esquema se encontra reproduzido abaixo:



Esquema 2: Divisão da língua em atos linguísticos concretos, norma e sistema, conforme Coseriu (1962)

Em Coseriu (1980, p.122) temos que a norma é “tudo o que no falar corresponde a uma língua funcional¹⁴, é fato tradicional, comum e constante, ainda que não necessariamente funcional”, enquanto o sistema se configura como a face da língua referente às oposições funcionais, assim como o era para Saussure, porém agora corresponde a uma língua

¹⁴ Segundo Coseriu (1979, p. 23), uma língua funcional é uma língua delimitada dentro de uma língua histórica e possui caráter sintópico, sinstrático e sinfásico. O autor explica que ela é funcional porque se trata precisamente da língua que “funciona imediatamente no falar: não se fala nunca ‘alemão’, por exemplo, sem qualquer determinação, mas sempre uma determinada forma de alemão” (cf. COSERIU 1979, p. 23).

histórica¹⁵, constituída também por realizações habituais, isto é, por normas, sendo que estas refletem a descrição de diferentes línguas funcionais, que podem ser tanto reais (como realmente se usa a língua) quanto ideais (como a língua deveria ser usada em certas circunstâncias)¹⁶. Consideramos tal distinção, bem como a terminologia empregada pelo autor para nomear as diferentes normas que constituem uma língua funcional, essenciais para um efetivo entendimento da questão da norma linguística.

Fato é que a noção de norma como realização coletiva do sistema possibilita toda uma gama de considerações relativas a esse controverso tema. É a partir dessa noção, portanto, que discutiremos a situação da norma no Brasil e buscaremos apontar possíveis soluções para a resolução de alguns problemas pontuais que interferem grandemente nos estudos que vêm sendo realizados sobre o tema.

1.2 A norma linguística no Brasil: identificando alguns problemas

No Brasil, especificamente, o tema da norma tem se mostrado bastante relevante, porém pouco profícuo, já que o considerável número de trabalhos que o abordam não gera resultados suficientemente contundentes que contribuam para a solução dos problemas que o país vem enfrentando. O comportamento da maior parte dos estudiosos do tema consiste em descrever a atual situação da normatividade no Brasil e acrescentar algum aspecto inovador, geralmente um novo qualificativo para o termo “norma”. Essa abordagem superficial do problema, em nossa opinião, decorre da não observância de certas variáveis que devem ser levadas em conta ao se tratar do tema da norma linguística, a saber:

- 1) a norma como problema ontológico da linguagem;
- 2) a norma como problema conceitual;
- 3) a norma como problema designativo;

¹⁵ Uma língua histórica, segundo Coseriu (1980, p. 113) “não pode ser descrita estrutural e funcionalmente como *um* sistema linguístico, como uma estrutura unitária e homogênea, simplesmente porque não o é”. Ela é, na verdade, um *conjunto* de sistemas, ou como denomina o autor, um diassistema, isto é, um conjunto relativamente complexo de “dialetos”, “níveis” e “estilos de língua” diversos.

¹⁶ Pensando nesses conceitos e tomando como exemplo a língua portuguesa, teríamos que ela é o sistema; como norma teríamos um português “culto”, um português “coloquial”, um português “chulo”, ou seja, as diferentes realizações do sistema. Poderíamos também considerar um português “falado” e um português “escrito”, com a ressalva de que a variação que ocorre entre essas duas modalidades linguísticas não foi tratada por Coseriu. Somente em estudos posteriores (cf. Hausmann 1989, apud WELKER 2004, p. 131; POTTIER 1992 e ILARI; BASSO 2006) essa variação receberá o nome de “diamésica”, ou seja, a variação que se refere aos vários veículos ou meios de expressão que a língua utiliza.

4) a norma como problema metodológico.

Essas quatro variáveis se aplicam a toda e qualquer língua que queira ou deva tratar da questão da normatividade. As variáveis 1, 3 e 4, porém, são de fundamental importância para a abordagem do tema no Brasil, conforme veremos nas páginas subsequentes.

1.2.1 A norma como problema ontológico da linguagem

Como afirmamos na Introdução do presente trabalho, todo falante tem curiosidade sobre a língua que fala, seja porque tem dúvidas quanto à grafia de determinadas palavras, seja porque nem sempre consegue ter convicção sobre alguma significação de uma unidade léxica ou ainda porque sente a necessidade de ser guiado em relação ao uso de sua língua materna. Podemos atestar a existência desse sentimento pautando-nos em alguns argumentos, tais como: a) os fenômenos da ultracorreção¹⁷ e da analogia¹⁸, b) o aparecimento de páginas na internet que funcionam como verdadeiros consultórios linguísticos, aos quais os falantes recorrem em busca de orientação¹⁹, c) a grande quantidade de gramáticas e dicionários à

¹⁷ Esse fenômeno linguístico, também denominado hipercorreção ou hiperurbanismo, consiste na busca excessiva pela correção linguística, que acaba resultando em equívocos em relação à norma (cf. DUBOIS et al. 1986, s.v. *hipercorreção* e s.v. *hiperurbanismo*). Essa preocupação exagerada com a correção, geralmente decorrente de insegurança linguística, acaba levando o falante à articulação de pronúncias equivocadas (**rúbrica* por *rubrica*, **récorde* por *recorde*, **previlégio* por *privilégio*, **bandeija* por *bandeja*, **encomodar* por *incomodar*, **telha de aranha* por *teia de aranha*) e à realização de certos usos inexatos (**fazem muitos anos* por *faz muitos anos*, **houveram muitos acidentes* por *houve muitos acidentes*, **tu fizestes* por *tu fizeste*). Para mais considerações acerca do fenômeno da ultracorreção, ver Calvet (2004, p. 77-80) e Bortone (1989).

¹⁸ Fenômeno que consiste na criação ou alteração de uma forma linguística por influência de outra forma preexistente (cf. TRASK 2004 e DUBOIS et al 1986, s.v. *analogia*). Um exemplo famoso de criação analógica na língua portuguesa é o adjetivo *imexível*, produzido pelo ex-ministro Antônio Rogério Magri por analogia com outros vocábulos, tais como *imbatível*, *imperdoável*, *imutável* e *inegável*. Também se configuram como exemplos de alterações decorrentes do fenômeno da analogia as formas *compomos*, *dispomos* e *propomos* referentes à primeira pessoa do plural do pretérito perfeito do indicativo dos verbos *compor*, *dispor* e *propor*, empregadas em lugar de *compusemos*, *dispusemos* e *propusemos*, por analogia com o paradigma flexional dos verbos regulares, que apresentam formas idênticas para a primeira pessoa do plural do presente do indicativo e para a primeira pessoa do plural do pretérito perfeito do indicativo.

¹⁹ Veja-se, por exemplo, os seguintes sites:

Língua Espanhola: <http://www.eldigoras.com/eldyele/Ing04dudas.html>

<<http://www.geocities.com/szamora.geo/>>

<<http://www.elcastellano.org/esbpuntu.html>>

<<http://buscon.rae.es/dpdI/>>

Língua Francesa

<<http://www.liensutiles.org/languefranc.htm>>

<<http://www.langue-fr.net/>>

Língua Inglesa

<<http://www.englishlanguageguide.com/>>

<<http://www.usingenglish.com/students.html>>

<<http://www.world-english.org/>>

Língua Italiana

<http://www.treccani.it/Portale/sito/lingua_italiana/mainLinguaItaliana.html>

disposição no mercado e d) o êxito editorial de obras de caráter normativo que visam esclarecer as dúvidas dos falantes relativas aos mais diversos âmbitos linguísticos (ortografia, fonética, léxico, morfologia, sintaxe, semântica, etc.). No caso específico do Brasil, existe uma infinidade de materiais elaborados com tal propósito (cf., por exemplo, MARTINS 1999; MORENO 2003a, 2003b, 2008; SACCONI 2004, 2005, 2007, 2009; e CEGALLA 2008). Bagno (2002, p. 76), no entanto, critica esses materiais, os quais denomina “comandos paragramaticais”, porque contribuem para a manutenção do distanciamento entre a norma real do português e a norma padrão vigente, e, portanto, vão de encontro às mudanças já implantadas ou em vias de implantação no português do Brasil. Concordamos que esses materiais não refletem os reais usos dos falantes brasileiros e constituem uma orientação que se distancia da realidade linguística do país, porém a busca por essa orientação comprova nossa afirmação de que todo falante possui um “anseio normativo”, fruto, em grande medida, da insegurança linguística ocasionada pelas situações descritas.

A condição de disparidade entre a realidade linguística do Brasil e a norma que é apresentada à comunidade idiomática brasileira como modelo de orientação, através das gramáticas normativas e dicionários, gera nos falantes, tanto os especializados nos estudos da linguagem quanto os leigos, uma série de crenças [*beliefs*] e atitudes [*attitudes*] em relação à língua portuguesa. As noções de crença e atitude empregadas no âmbito dos estudos linguísticos, sobretudo nas áreas de Linguística Aplicada e Sociolinguística (cf. GÓMEZ MOLINA 1987, p. 25; e GARRET 2001, p. 630)²⁰, mostram-se bastante pertinentes no empreendimento de uma discussão acerca da problemática da norma linguística no Brasil, como veremos ao longo das seções seguintes.

1.2.1.1 Crenças e atitudes linguísticas

<<http://www.scuolapalazzomalvisi.com/SOS/SOSFrame.htm>>

<<http://www.oneworlditaliano.com/italiano/grammatica-italiana.htm>>

Língua Portuguesa

<<http://www.sualingua.com.br>>

<<http://www.grammaticaonline.com.br>>

<<http://www.uol.com.br/linguaportuguesa>>

²⁰ Garret (2001, p. 630) considera que as atitudes linguísticas são um componente-chave para a construção da teoria Sociolinguística, e ratifica sua opinião na afirmação de Hoenigswald (1966, *apud* GARRET 2001, p. 629), quem considera que “nós devemos estar interessados não só no que acontece (na língua) mas também em como as pessoas reagem ao que acontece e no que as pessoas dizem que acontece (...)” [we should be interested not only in what goes on (in language) but also in how people react to what goes on (...), and in what people say goes on]. Outros trabalhos que abordam as noções de crença e atitude linguística são: Trask (1999, p. 132-148), Barcelos (2004), Silva (2007), Meyerhoff (2006, p. 54-80), Parceró (2007), García Murga (2007), Schneider (2007; 2008; 2009), Aguilera (2008) e Roncarati (2008).

Horwitz (1987) e Wenden (1986) afirmam que as crenças representam noções ou ideias formadas a partir de experiências vivenciadas ou a partir de opiniões alheias. No âmbito da Linguística, as crenças estão relacionadas às ideias que os falantes têm sobre os mais diferentes aspectos de uma língua e que podem influenciar suas atitudes em relação a ela (cf. RICHARDS; SCHMIDT 2002, s.v. *learner beliefs*). Souza; Santos (2004, p. 3), pautados nas definições de crenças elaboradas nas áreas da Filosofia, Psicologia Cognitiva e Linguística Aplicada, consideram que as crenças são: a) interativas, variáveis e sócio-historicamente construídas; b) verdades pessoais que guiam nosso comportamento; c) dinâmicas e subjetivas; d) baseadas em componentes afetivos e de avaliações subjetivas; e) adquiridas independentemente de terem sido experimentadas ou não; f) não podem ser fossilizadas e, sim, discutidas e conscientizadas; g) surgem, constituem-se e se transformam por meio da linguagem.

As atitudes linguísticas, por seu turno, são, muitas vezes, permeadas pelas crenças que os falantes têm em relação à língua. Richards; Schmidt (2002, s.v. *language attitudes*) definem atitudes linguísticas como “as atitudes que os falantes de diferentes línguas ou variedades linguísticas têm no que concerne às línguas faladas por outras comunidades idiomáticas ou à sua própria língua”²¹. Schneider (2007, p. 78), por sua vez, conceitua atitudes linguísticas da seguinte maneira: “qualquer indicador cognitivo, afetivo, ou comportamental de reações avaliativas em direção aos traços de fala, às variedades linguísticas e aos seus falantes”. A autora acrescenta ainda que “as atitudes linguísticas refletem as nossas crenças culturalmente motivadas e condicionadas ao sistema de valores acordado pelos membros da sociedade e/ou de grupos sociais” (SCHNEIDER 2007, p. 78).

Gómez Molina (1987, p. 25) chama a atenção para a importância do estudo das atitudes linguísticas no âmbito da Sociolinguística, em função de que elas 1) atuam de forma muito ativa nas mudanças de código ou alternância de línguas; 2) são fator decisivo, juntamente com a consciência linguística, na explicação da competência dos falantes; 3) permitem ao pesquisador aproximar-se do conhecimento das reações subjetivas diante da língua e/ou línguas que usam os falantes; e 4) influem na aquisição de segundas línguas.

Lambert (1967, apud MORENO FERNÁNDEZ 1998, p. 182), identifica três elementos componentes da atitude linguística, os quais são colocados no mesmo nível: 1) o saber ou crença (componente cognoscitivo); 2) a valoração (componente afetivo); e 3) a conduta (componente conativo). A atitude linguística de um indivíduo é, portanto, o resultado

²¹ [the attitudes which speakers of different languages or language varieties have towards each other's languages or to their own language]

da soma de suas crenças, conhecimentos, afetos e tendências a portar-se de uma forma determinada perante uma língua ou uma situação sociolinguística. Estudando as atitudes linguísticas dos falantes que habitam a região metropolitana de Valença, na Espanha, Gómez Molina (1998, p. 31) examina o papel que cada um desses componentes desempenha na manifestação da atitude linguística do falante diante da fala do outro. Segundo o autor, o maior peso recairia sobre o componente cognoscitivo, posto que conforma a consciência sociolinguística, uma vez que nele intervêm os conhecimentos e pré-julgamentos dos falantes: consciência linguística, crenças, estereótipos, expectativas sociais (prestígio, ascensão), grau de bilinguismo, características da personalidade, etc. O componente afetivo, por sua vez, está fundamentado em juízos de valor acerca das características da fala: variedade dialetal, sotaque; da associação com traços de identidade; etnicidade, lealdade, valor simbólico, orgulho; e do sentimento de solidariedade com o grupo a que pertence. Por fim, o componente conativo reflete a intenção de conduta, isto é, o plano de ação sob determinados contextos e circunstâncias e demonstra a tendência a atuar e a reagir com seus interlocutores em diferentes âmbitos ou domínios: rua, casa, escola, ambiente de trabalho.

Mackinnon (1996, apud BEARD 2004, p. 77-78) classifica da seguinte maneira as atitudes que nós podemos ter frente aos usos linguísticos:

- podemos ver a língua como *correta* ou *incorreta*²²;
- podemos considerar alguns exemplos linguísticos *agradáveis*, outros *feios*²³;
- podemos considerar alguns exemplos linguísticos *socialmente aceitáveis* e alguns *socialmente inaceitáveis*²⁴;
- podemos considerar alguns exemplos linguísticos *moralmente aceitáveis* e alguns *moralmente inaceitáveis*²⁵;
- podemos achar alguns exemplos linguísticos *apropriados em seu contexto* e outros *inapropriados em seu contexto*²⁶;
- podemos achar alguns exemplos linguísticos *úteis* ou *inúteis*²⁷.

Da mesma forma, Thomas (2004, p. 194) afirma que as pessoas conferem diversos atributos aos usos linguísticos. Elas podem, por exemplo, considerar que “uma língua ou variedade de uma língua é ‘elegante’, ‘expressiva’, ‘vulgar’, gutural’ ou ‘musical’, ou que uma forma linguística é ‘mais polida’ ou mais ‘esteticamente agradável ou desagradável’ do

²² [we may see language as *correct* or *incorrect*]

²³ [we may judge some language examples to be *pleasant*, others *ugly*]

²⁴ [we may judge some language examples to be *socially acceptable* and some *socially unacceptable*]

²⁵ [we may judge some language examples to be *morally acceptable* and some *morally unacceptable*]

²⁶ [we may find some language examples *appropriate in their context* and others *inappropriate in their context*]

²⁷ [we may find some language examples *useful* to us or *useless*]

que outra”²⁸. Segundo a autora, todos os usos linguísticos podem ser avaliados de acordo com essas noções, dado que os falantes investem de prestígio algumas formas linguísticas enquanto outras são estigmatizadas. Na verdade, é possível encontrar evidências de atitudes positivas e negativas em relação aos mais diversos aspectos referentes aos estudos da linguagem. Pode-se avaliar positiva ou negativamente “uma língua como um todo, variedades de uma língua, palavras e práticas discursivas, pronúncia e sotaque ou qualquer coisa percebida como diferente, nova ou em processo de mudança”²⁹.

A autora faz ainda uma afirmação que se aplica perfeitamente à atual realidade do Brasil no que concerne à situação da norma linguística:

Prestígio e estigma estão conectados aos falantes e têm relação com classe social ou identidade nacional e com ideias sobre status, solidariedade e unidade. Evidências populares advindas da mídia e de levantamentos acadêmicos acerca das atitudes linguísticas revelam subjacentes e recorrentes padrões de valores e julgamentos de valor dentro de uma comunidade sobre as línguas e variedades linguísticas dentro dela, e tais julgamentos afetam nossa vida social e cultural de maneiras importantes e influentes³⁰ (THOMAS 2004, p. 194).

1.2.1.1.1 Crenças e atitudes linguísticas da comunidade idiomática brasileira

Milroy (2001, p. 530) afirma que “os falantes de certas línguas, incluindo aquelas largamente usadas, tais como inglês, francês e espanhol, acreditam que elas existem em formas padronizadas”³¹ e complementa: “esse tipo de crença afeta a forma como os falantes pensam sobre sua própria língua e sobre ‘língua’ em geral”³². Os falantes dessas línguas vivem, de acordo com o autor, em culturas de língua standard [*standard language cultures*]. Essa realidade faz com que os integrantes da comunidade idiomática, especialistas nos estudos da linguagem ou não, tenham certas crenças acerca de sua língua.

As culturas de língua standard costumam passar por processos de uniformização e padronização linguísticas, que têm como efeito o desenvolvimento, dentre os falantes, de uma forte crença na noção de correção. Isso quer dizer que eles acreditam na existência de formas

²⁸ [a language or variety of a language is ‘elegant’, ‘expressive’, ‘vulgar’, ‘guttural’ or ‘musical’, or that one language form is ‘more polite’ or more ‘aesthetically pleasing or displeasing’ than another one]

²⁹ [whole languages, varieties of a language, words and discourse practices, pronunciation and accent, or anything perceived as different, new or changing]

³⁰ [Prestige and stigma are connected with speakers of languages and have to do with social class and social or national identity, and with ideas about status, solidarity and unity. Popular evidence from the media and academic surveys of language attitudes reveal the same underlying and recurrent patterns of values and value judgements within a community about the languages and varieties of language within it, and such judgements affect our social and cultural lives in important and influential ways]

³¹ [certain languages, including widely used ones such as English, French and Spanish, are believed by their speakers to exist in standardized forms]

³² [this kind of belief affects the way in which speakers think about their own language and about ‘language’ in general]

linguísticas corretas (padronizadas) e incorretas. Essa crença se manifesta quando o falante se depara com uma ou mais variantes de uma unidade léxica ou de uma construção sintática e considera que apenas uma delas deve ser a forma correta. Essa crença, de acordo com Milroy (2001, p. 535), já faz parte do senso comum. No caso do Brasil, que também pode ser considerado um país de cultura de língua standard, existem, aliadas a essa crença, outras com igual ou maior força, tais como: a) os brasileiros não sabem português, b) os brasileiros falam mal o português, c) somente em Portugal se fala bem o português, d) o português é uma língua muito difícil, e) o português falado em Portugal é melhor ou mais correto que o português falado no Brasil, f) a mudança linguística significa deterioração e decadência³³. Os PCN (1998, p. 31), por exemplo, classificam como crenças insustentáveis as ideias de que:

“existe uma forma ‘correta’ de falar, de que a fala de uma região é melhor do que a de outras, de que a fala ‘correta’ é a que se aproxima da língua escrita, de que o brasileiro fala mal o português, de que o português é uma língua difícil, de que é preciso ‘consertar’ a fala do aluno para evitar que ele escreva errado”.

A grande maioria dessas crenças se encontra de tal forma arraigada na mentalidade dos falantes que é difícil convencê-los do contrário, isto é, de que não há uma única forma correta de falar, mas sim diversas formas para se expressar, que podem ser qualificadas como mais ou menos adequadas a determinadas situações, como veremos no capítulo 3 deste trabalho.

Como já dissemos, essas crenças permeiam tanto os falantes leigos quanto os especializados na área da linguagem. Dentre estes, podemos detectar atitudes opostas em relação aos usos linguísticos. De um lado, estão os linguistas, que defendem a ideia de que não existem na língua usos corretos ou incorretos, mas sim escolhas mais ou menos adequadas a determinadas situações de produção linguística. Do outro lado, temos os estudiosos identificados como puristas – os quais reconhecem, porém desconsideram a variação linguística - que classificam como correta apenas a língua inventariada nas gramáticas normativas e que acreditam que a mudança linguística é um fenômeno que corrompe a língua e provoca sua decadência. As declarações do gramático Napoleão Mendes de Almeida, por exemplo, evidenciam claramente sua postura purista em relação à língua portuguesa:

³³ Bagno (2002, p. 13-72) apresenta um conjunto de oito crenças que os brasileiros possuem em relação à língua portuguesa, ao qual dá o nome de “a mitologia do preconceito linguístico”, e tais crenças estão muito presentes entre a comunidade idiomática brasileira. O trabalho de Aguilera (2008), por exemplo, aponta quais são as crenças e atitudes linguísticas dos falantes das capitais brasileiras. Já os trabalhos de Kersch; Frank (2009), Cyranka (2007) e Gonçalves (2006) ratificam a existência dessas crenças entre o público escolar. Kersch; Frank (2009) averiguaram as crenças de estudantes de 7ª e 8ª séries de escolas públicas estaduais localizadas na periferia de Porto Alegre; Cyranka (2007) analisou as crenças de alunos de 8ª série de cinco escolas públicas do Município de Juiz de Fora, Minas Gerais; e Gonçalves (2006) avaliou as crenças de estudantes de 7ª e 8ª séries de uma escola particular da cidade de Tubarão, Santa Catarina.

É português estropiado que no Brasil se fala, língua de gíria, língua sem peias sintáticas, língua de flexão arbitrária, língua do ‘deixô vê’, do ‘mande ele’, do ‘já te disse que você’, do ‘não lhe conheço’, do ‘fiz ele estudar’, do ‘vi os meninos saírem’.

(...)

Os delinquentes da língua portuguesa fazem do princípio histórico “quem faz a língua é o povo” verdadeiro moto para justificar o desprezo de seu estudo, de sua gramática, de seu vocabulário, esquecidos de que a falta de escola é que ocasiona a transformação, a deterioração, o apodrecimento de uma língua. Cozinheiras, babás, engraxates, trombadinhas, vagabundos, criminosos é que devem figurar, segundo esses derrotistas, como verdadeiros mestres de nossa sintaxe e legítimos defensores do nosso vocabulário. (ALMEIDA 1994, s.v. *vernáculo*)

Essa atitude purista está também bastante disseminada na mídia. São inúmeros os programas existentes na televisão³⁴ e nas rádios³⁵, além de *sites* na internet e publicações (ver 1.2.1) que contribuem para a manutenção das crenças anteriormente elencadas entre os membros da comunidade idiomática brasileira e para a propagação de atitudes voltadas para a crítica àqueles que não dominam as formas linguísticas contidas nas gramáticas normativas.

Em trabalho no qual versa sobre a importância da mídia para a construção das noções de crença e atitude linguística, Garret (2001) chama atenção para a influência que a mídia exerce na construção ou modificação de estereótipos associados ao uso linguístico. No Brasil, são muitos os jornalistas sem conhecimento específico que utilizam a mídia impressa para tecer comentários acerca da língua portuguesa. É compreensível que, sendo a língua entendida como um produto social (SAUSSURE 2006, p. 22) que pertence a todos os membros de uma comunidade idiomática, muitos falantes sintam que têm o direito de emitir uma opinião sobre ela (CRYSTAL 1997, p. 2). Esses julgamentos, no entanto, não passam de opiniões superficiais, mal fundamentadas, muitas vezes equivocadas e que não vão além da imputação da etiqueta “incorreto” aos usos que não estão de acordo com as regras da gramática. São, como afirma Cameron (1995, apud GARRET 2001, p. 628), apenas “opiniões apaixonadas sobre o que está certo na língua e o que está errado nela”³⁶.

A discussão empreendida nos parágrafos precedentes nos leva a considerar que, para poder levar a cabo estudos que tratem do problema da norma linguística é preciso, em primeiro lugar, admitir a existência do anseio normativo entre os membros da comunidade linguística brasileira, fato que torna legítima e inquestionável a necessidade de uma norma de cunho orientativo, e, em segundo lugar, aceitar que a questão principal a ser tratada não diz respeito à discussão se o Brasil pode ou deve ter uma norma orientadora, mas sim à discussão

³⁴ Por exemplo: *Nossa Língua Portuguesa* e *Afinando a Língua*, levados ao ar pela TV Cultura e pelo Canal Futura, respectivamente.

³⁵ Por exemplo: *De Palavra em Palavra*, na Rádio Eldorado AM de São Paulo; *S.O.S. Língua Portuguesa*, na Rádio Jovem Pan; e *Nossa Língua Portuguesa*, na Rádio Cultura AM de São Paulo.

³⁶ [passionate views about what is right in language and what is wrong with it]

de onde buscar uma norma que possa desempenhar essa função de orientação para os falantes, partindo do princípio de que a mesma deve ser condizente com a realidade linguística brasileira.

1.2.2 A norma como problema conceitual

Uma das principais dificuldades que se encontra ao abordar a temática da norma linguística se assenta sobre o fato de que existem inúmeras divergências entre os teóricos quanto à concepção de norma e quanto à terminologia empregada para designar os diferentes conceitos que o termo “norma” abarca.

Com relação à concepção de norma linguística, Rey (2001, p. 116) estabelece o seguinte:

Antes de toda tentativa de definir a “norma”, a consideração lexicológica mínima descobre por trás do termo dois conceitos, um atinente à observação, o outro à elaboração de um sistema de valores; um correspondente a uma situação objetiva e estatística, o outro a um feixe de intenções subjetivas. A mesma palavra, utilizada sem precaução, corresponde ao mesmo tempo à ideia de média, de frequência, de tendência geralmente e habitualmente realizada, e à de conformidade a uma regra, de juízo de valor, de finalidade designada.

O citado autor aponta, como vimos, dois conceitos de norma: um como “normal” e outro como “normativo”. Também Neves (2004, p. 45) faz referência a duas acepções para o termo “norma”: 1) modalidade linguística normal no sentido de ser a média dos falares, estabelecida, a princípio, pela regularidade e pela frequência de uso, considerado o conjunto dos falantes e 2) modalidade linguística que serve à normatização dos usos, estabelecida pela eleição de um determinado uso (ou conjunto de usos) considerado modelar.

Antunes (2007, p. 86) também menciona a existência de uma noção de norma entendida como normalidade, isto é, como aquilo que é regular e usual entre os membros de uma comunidade linguística e uma noção de norma entendida como normatividade, ou seja, um parâmetro que legitima certos usos linguísticos.

Em consonância com esse raciocínio, Narbona Jiménez (2001, s.p.) fala de uma norma entendida como guia, modelo, regra ou exemplo que se deve (ou deveria) seguir e uma norma baseada naquilo que é normal, comum e prática usual.

Coseriu (1979; 1980), como vimos, utiliza as denominações *norma real* e *norma ideal*, para se referir àquilo que os falantes de fato realizam e àquilo que os manuais prescritivos indicam que deve ser realizado, respectivamente. Seguindo essa mesma distinção, Rodrigues (2004, p. 13) fala em padrões ideais e padrões reais. Estes derivam de observações sobre a

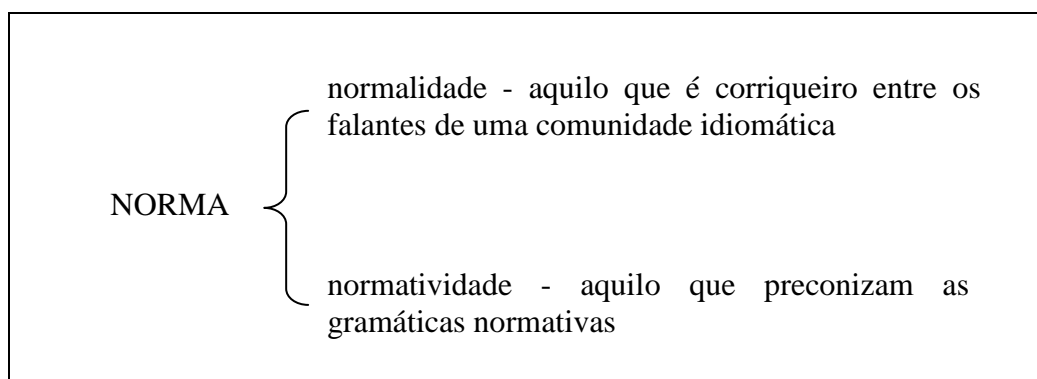
maneira como as pessoas realmente se comportam em certas situações enquanto aqueles definem o que se espera que as pessoas façam ou digam em determinadas situações.

Também Ettinger (1982, p. 361-370) faz uma distinção entre uma norma que abarca tudo o que na língua é aceito como uso linguístico, a chamada *norma de uso*, que pode ser analisada com base em dados estatísticos, e uma norma que prevê uma série de restrições de caráter normativo, a chamada *norma prescritiva*. Béjoint (2000, apud WELKER 2004, p. 187), por sua vez, faz uma diferenciação entre uma *norma qualitativa* – aquela dos dicionários normativos, que se baseiam no uso e na opinião dos “melhores” falantes nativos – e uma *norma quantitativa* – fundamentada na observação do uso linguístico de todos os falantes fluentes de uma comunidade.

Richards; Schmidt (2002, s.v. *norm*¹) definem norma como “aquilo que é considerado apropriado na fala ou na escrita para uma situação particular ou objetivo dentro de um grupo ou uma comunidade em particular”³⁷. Percebe-se aqui que “normativo” está sendo entendido como a adequação dos usos linguísticos a determinadas situações de produção linguística. Essa definição vai ao encontro da noção de que o contexto de produção é que motiva o uso de uma ou outra norma, incluindo a norma culta.

Por fim, trazemos Câmara Júnior (1996, s.v. *norma*), para quem a norma é definida como o “conjunto de hábitos linguísticos vigentes no lugar ou na classe social mais prestigiosa do país e que pode ser contrariada pela variedade linguística que se verifica de um lugar para outro, de uma classe social para outra e de um indivíduo para outro”.

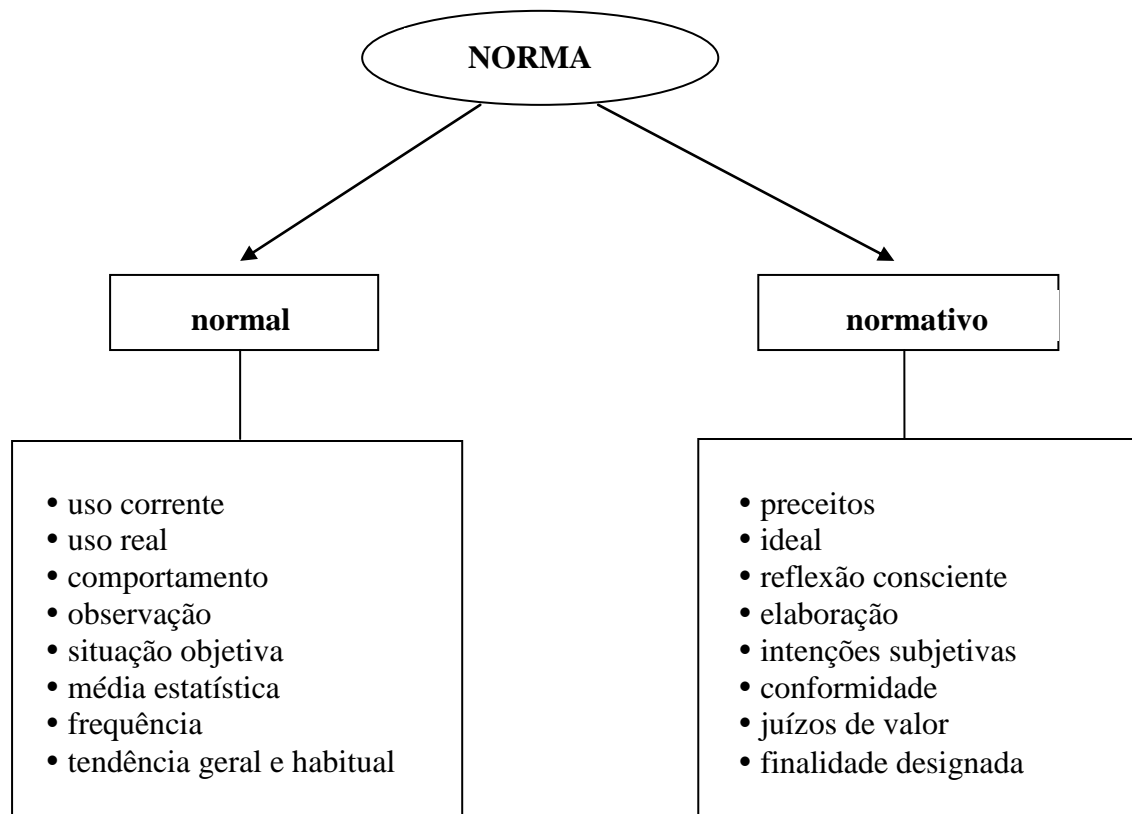
O que se depreende dessas concepções de norma apontadas por diferentes autores é que há uma convergência quanto à ideia de que o termo “norma” serve para designar duas noções distintas, como demonstramos no esquema abaixo:



Esquema 3: As duas noções de “norma”

³⁷ [that which is considered appropriate in speech or writing for a particular situation or purpose within a particular group or community]

Bagno (2003, p. 41) apresenta um esquema bastante detalhado, no qual elenca diversas características para as noções de “normalidade” e “normatividade” que evidenciam a oposição existente entre essas duas noções:



Esquema 4: Oposições entre as noções de “normalidade” e “normatividade”, de acordo com Bagno (2003)

Entretanto, ao mesmo tempo em que há um consenso sobre a existência de duas noções de norma linguística, os termos utilizados para nomeá-las divergem bastante, posto que cada autor opta por uma denominação. E é justamente no aspecto denominativo que se estabelece outro impasse relativo ao tratamento da norma linguística no Brasil.

1.2.3 A norma como problema designativo

Em função da pluralidade de perspectivas com que se aborda o tema da norma linguística no país, contamos com a existência de uma infinidade de designações para os conceitos de norma inventariados nos parágrafos precedentes. Algumas são: *norma padrão*, *norma culta*, *norma culta real*, *norma culta ideal*, *norma prescritiva*, *norma objetiva*, *norma subjetiva*. Certos autores, tais como Bechara (2000) e Trask (2004), utilizam esses termos

indistintamente³⁸. Outros, no entanto, defendem que essas denominações não podem ser utilizadas indistintamente, dado que se referem a conceitos diferentes. Dentre estes, destacam-se os autores que listaremos a seguir, os quais propõem uma série de denominações para as noções de norma anteriormente arroladas.

1.2.3.1 Castilho (2004 [1978])

Partindo de um conceito estrito de norma linguística entendida como “usos e atitudes de uma classe social de prestígio, sobre que se erguem as chamadas ‘regras do bom uso’”, Castilho (2004, p. 30) apresenta três tipos de norma:

- 1) norma objetiva, explícita ou padrão real;
- 2) norma subjetiva, implícita ou padrão ideal;
- 3) norma prescritiva.

A norma objetiva, explícita ou padrão real é definida como “a linguagem efetivamente praticada pela classe social de prestígio, que se podia identificar no Brasil de hoje como a chamada classe culta, escolarizada”. Trata-se, segundo o autor, “de um dialeto social que em si nada tem de ‘melhor’ em relação aos demais, decorrendo seu prestígio unicamente da importância da classe social a que corresponde”.

A norma subjetiva, implícita ou padrão ideal refere-se à “atitude que o falante assume perante a norma objetiva” e que “corresponde ao que a comunidade linguística espera que as pessoas façam ou digam em determinadas situações”.

A norma prescritiva, de acordo com autor, “decorre da combinação da norma objetiva com a norma subjetiva”. Com isso ele quer dizer que “merecem ser ensinados os usos linguísticos de uma classe prestigiosa considerados mais adequados a cada situação e melhor identificados com o ideal de perfeição linguística”.

Retomando as noções de norma real e norma ideal estabelecidas por Coseriu (1979; 1980) e aplicando-as aos três tipos de norma propostos por Castilho (2004), percebemos que todos os três se referem à noção de norma ideal de Coseriu, ou seja, àquilo que os manuais prescritivos sugerem que deva ser realizado.

1.2.3.2 Lucchesi (1994)

³⁸ Trask (2004), por exemplo, apresenta apenas o verbete *língua padrão*, e não traz outras entradas relacionadas, tais como *norma culta* e/ou *língua culta*.

Lucchesi (1994, p. 18-26) propõe três conceitos de norma, acreditando que podem dar conta do panorama linguístico brasileiro:

- 1) norma padrão;
- 2) norma culta;
- 3) norma vernácula.

A norma padrão “reuniria as formas contidas e prescritas pelas gramáticas normativas”.

A norma culta “conteria as formas efetivamente depreendidas da fala dos segmentos plenamente escolarizados, ou seja, dos falantes com curso superior completo”.

A norma vernácula corresponde aos “padrões linguísticos das classes mais baixas, não escolarizadas, que se oporiam de forma nítida aos padrões das classes média e alta, escolarizadas”.

1.2.3.3 Mattos e Silva (1995)

Mattos e Silva (1995, p. 14) propõe a seguinte classificação de norma:

- 1) norma normativo-prescritiva, norma prescritiva ou norma-padrão;
- 2) normas normais ou sociais.

De acordo com a autora, a norma normativo prescritiva, norma prescritiva ou norma-padrão é um “conceito tradicional, idealizado pelos gramáticos pedagogos para o controle da representação escrita da língua, sendo qualificado de erro o que não segue esse modelo”.

As normas normais ou sociais “definem grupos sociais que constituem a rede social de uma determinada sociedade”. Diz a autora que dentre essas normas “distinguem-se em geral normas ‘sem prestígio social’ ou estigmatizadas e normas ‘de prestígio social’, equivalentes ao que se denomina norma culta, quando o grupo de prestígio que a utiliza é a classe dominante e, nas sociedades letradas, aqueles de nível alto de escolaridade”.

1.2.3.4 Bagno (2003; 2007)

Bagno (2003, p. 39-63; 2007, p. 87-117) também propõe algumas designações para o termo “norma”:

- 1) norma padrão;
- 2) norma culta / variedades cultas / variedades prestigiadas;
- 3) norma vernácula / norma popular / variedades estigmatizadas.

A norma padrão é entendida como “um modelo de língua definido e estabelecido que não representa um uso linguístico efetivo e real”.

A norma culta / variedades cultas / variedades prestigiadas são classificadas como “variedades linguísticas faladas pelos cidadãos com alta escolarização e vivência urbana”.

A norma vernácula / norma popular / variedades estigmatizadas se apresentam como “variedades linguísticas que caracterizam os grupos sociais desprestigiados”.

Bagno (2003, p. 191) fala ainda em uma “norma oculta”, fazendo referência ao “jogo ideológico que está por trás da defesa de um conjunto padronizado de regras linguísticas”.

1.2.3.5 Antunes (2007)

Antunes (2007, p. 85-102) apresenta quatro tipos de norma:

- 1) norma culta;
- 2) norma culta real;
- 3) norma culta ideal;
- 4) norma-padrão.

A norma culta é definida como “os usos que se consideram mais adequados aos contextos formais (orais e escritos), aceitando-se, ainda, que essa formalidade da língua pode admitir graus e variações diversos”.

A norma culta real “corresponde àqueles usos que são fato, ocorrência”.

A norma culta ideal é aquela “concebida, pensada, prevista e proposta como a norma representativa dos usos da língua considerados cultos”.

A norma-padrão é aquela que “objetiva criar uma certa uniformidade linguística, entendida como o cuidado por criar uma língua comum, estandardizada, com ênfase no geral e não em particularidades regionais, locais ou setoriais”.

1.2.3.6 Faraco (2008)

As designações sugeridas por Faraco (2008, p. 33-105) são as seguintes:

- 1) norma padrão;
- 2) norma culta / comum / standard;
- 3) norma gramatical.

A norma padrão é definida como um “construto sócio-histórico que serve de referência para estimular um processo de uniformização linguística”.

A norma culta / comum / standard designa o “conjunto de fenômenos linguísticos que ocorrem habitualmente no uso dos falantes letrados em situações mais monitoradas de fala e escrita”.

A norma gramatical é aquela “estipulada em gramáticas e dicionários”.

Faraco (2008, p. 96-100) cunha ainda a designação “norma curta”, para se referir ao “conjunto de preceitos dogmáticos que não encontram respaldo nem nos fatos, nem nos bons instrumentos normativos, mas que sustentam uma nociva cultura do erro e têm impedido um estudo adequado da norma culta / comum / standard”. Segundo o autor, essa norma não passa de uma “súmula grosseira e rasteira de preceitos normativos saídos, em geral, do purismo exacerbado que se alastrou entre nós desde o século XIX”.

1.2.3.7 Síntese das designações atribuídas ao termo “norma”

No quadro a seguir, sintetizamos o conjunto das designações imputadas ao termo norma pelos seis autores acima arrolados:

AUTOR	DESIGNAÇÕES			
Castilho (2004 [1978])	<i>norma objetiva / explícita / padrão real</i>	<i>norma subjetiva / implícita / padrão ideal</i>	<i>norma prescritiva</i>	
Lucchesi (1994)	<i>norma padrão</i>	<i>norma culta</i>	<i>norma vernácula / norma popular</i>	
Mattos e Silva (1995)	<i>norma normativo-prescritiva / norma prescritiva / norma padrão</i>	<i>normas normais ou sociais</i>		
Bagno (2003; 2007)	<i>norma padrão</i>	<i>norma culta / variedades cultas / variedades prestigiadas</i>	<i>norma vernácula / norma popular / variedades estigmatizadas</i>	<i>norma oculta</i>
Antunes (2007)	<i>norma padrão</i>	<i>norma culta</i>	<i>norma culta real</i>	<i>norma culta ideal</i>
Faraco (2008)	<i>norma padrão</i>	<i>norma culta / comum / standard</i>	<i>norma gramatical</i>	<i>norma curta</i>

Quadro 1: A norma como problema designativo

Faraco (2008), Bagno (2003; 2007) e Antunes (2007) apresentam designações convergentes com relação à noção de norma como um construto artificial que objetiva a uniformização linguística, denominando-a norma padrão. Já Mattos e Silva (1995) e Lucchesi (1994) denominam norma padrão aquilo que Faraco (2008) chama de norma gramatical, ou seja, é a norma presente nas gramáticas. Porém, essa norma geralmente está de acordo com a

norma padrão, de modo que, em última análise, os termos “norma padrão” e “norma gramatical” designam um mesmo conceito de norma.

A noção de norma entendida como “variedades linguísticas empregadas pelos falantes letrados” é, por sua vez, comum a todos os autores elencados, sofrendo, no entanto, variação designativa. Assim, temos as seguintes designações para esse conteúdo semântico: *norma culta*, *norma comum*, *norma standard*, *variedades cultas*, *variedades prestigiadas*, *norma culta ideal*, *norma objetiva*, *norma explícita*, *padrão real* e *normas normais ou sociais*.

Já as designações *norma vernácula*, *norma popular* e *variedades estigmatizadas* se referem às variedades linguísticas que caracterizam os grupos sociais desprestigiados, sendo as duas primeiras comuns a Bagno (2003; 2007) e Lucchesi (1994), e a terceira adotada exclusivamente por Bagno (2003; 2007).

É possível depreender, a partir dos dados levantados, que existe certo consenso entre os autores com relação às noções de *norma padrão* e de *norma culta*. Há, entretanto, divergência entre as denominações imputadas a essas noções, posto que cada autor adota as de sua preferência ou propõe outras. Porém, como o aspecto mais relevante diz respeito à precisão conceitual, o problema parece já apresentar alguma resolução, pois os autores reconhecem haver uma norma entendida como modelo de língua presente nos instrumentos normativos e uma norma “normal”, ou seja, que reflete os reais usos da comunidade linguística brasileira. No entanto, a questão maior, relacionada especificamente à norma culta, ainda está por ser solucionada, já que definir a norma culta como o conjunto das realizações linguísticas dos falantes letrados implica definir quem são esses falantes.

Além disso, faz-se necessário chamar atenção para certas questões concernentes ao emprego do termo “norma culta”. Segundo Faraco (2008, p. 23-28), tal termo deixou de fazer parte apenas do discurso universitário e se difundiu alcançando o discurso da mídia e da escola e, em função disso, foi perdendo precisão conceitual. Na verdade, quando era empregado apenas no âmbito acadêmico o termo já apresentava duas imprecisões: 1) norma culta equivalia à norma padrão e 2) norma culta era definida como aquela norma estipulada em gramáticas e dicionários. Segundo o autor, seria mais adequado denominar a norma, neste caso, de “norma gramatical”. Quando cruzou as fronteiras das universidades, a expressão “norma culta” passou a ter outras três significações: 1) norma culta entendida como gramática, 2) norma culta entendida como o conjunto de preceitos de uma tradição conservadora e purista e 3) norma culta entendida como expressão escrita.

Antunes (2007, p. 86) ressalta que a dificuldade de se definir o que é a norma culta se deve, em grande medida, ao fato de que essa designação ora esteve ligada à noção de

normatividade e ora à de normalidade. Britto (1997, p. 56), ratificando essa constatação, aponta dois conceitos que se confundem por trás da designação “norma culta”: 1) aquela que se manifesta como uma espécie de língua ideal, resultado da prática de determinados gramáticos, e que atua sobre as representações que as pessoas têm do que seja língua e gramática, por força de determinantes históricos e político-sociais, estipulando um padrão de correção, e 2) aquela que efetivamente resulta da prática social, correspondendo à fala dos segmentos socialmente favorecidos. Neste segundo caso, trata-se de uma variedade que possui características sintáticas muito particulares e ainda pouco descritas, a não ser em níveis superficiais e que difere bastante da “norma padrão”.

Todas essas imprecisões intensificam a dificuldade de se definir uma norma que possa servir de referência para a comunidade brasileira. Em função disso, apresentaremos, na seção seguinte, alguns critérios para proceder à delimitação de uma norma ideal para o português brasileiro.

1.2.4 A norma como problema metodológico

1.2.4.1 A constituição da norma padrão brasileira

Como já foi dito, a fixação da norma padrão no Brasil data da segunda metade do século XIX. Mesmo após o Brasil ter se tornado um país independente, ainda existia uma estreita ligação com a coroa portuguesa, tanto que a elite letrada brasileira tinha a meta de tornar o país uma nação europeizada e branca, à semelhança de Portugal, e uma das formas encontradas para promover uma aproximação entre os dois países foi através da língua. Para que essa aproximação ocorresse, fazia-se necessário combater as variedades do português popular. A elite letrada, então, estabeleceu como norma linguística para o português no Brasil certo modelo lusitano de escrita, ou seja, tomou por base a língua que estava sendo empregada por alguns dos maiores expoentes do romantismo português (Almeida Garret, Alexandre Herculano, Camilo Castelo Branco, entre outros), e ainda hoje essa é a norma ideal do português brasileiro (cf. CUNHA 1970; NEVES 2004; MATTOS E SILVA 2004; FARACO 2004; 2008; NARO; SCHERRE 2007; e NOLL 2008). Por essa razão, diz-se que a constituição da norma padrão brasileira foi um ato excessivamente artificial e com um declarado ideal purista (cf. FARACO 2008, p. 80)³⁹.

³⁹ Para maiores informações acerca da constituição da norma padrão brasileira, veja-se Bagno (2004a), Faraco (2002; 2004), Mattos e Silva (2004a; 2004b; 2006), Callou; Barbosa; Lopes (2006) e Noll (2008).

No entanto, cabe ressaltar que a adoção desse modelo não se deu em função de uma imposição portuguesa, como se poderia pensar. A tentativa de lusitanização da norma culta no Brasil foi de total responsabilidade da elite letrada brasileira. Além disso, o esforço padronizador que se desencadeou no país não teve como meta combater uma situação de dialetação, diferentemente do que ocorreu com algumas línguas na Europa, como o espanhol, o italiano e o francês. Tampouco se deveu à intenção de construir um Estado unificado, pois o Brasil já se havia constituído como tal na época em que se tornou independente da metrópole e já se encontrava consolidado politicamente quando tiveram cabida os movimentos de padronização linguística na segunda metade do século XIX.

Foi somente no período literário do Romantismo que a questão da língua realmente passou a ser tratada pelos escritores brasileiros. Nesse período, desenvolveu-se um sentimento nacionalista que se manifestou sobremaneira na linguagem dos escritores, dentre os quais se destaca José de Alencar (cf. CUNHA 1970, p. 40-47; PAGOTTO 1998; e FARACO 2008, p. 109-130). Porém, nas últimas décadas do século XIX e nas primeiras do século XX, observa-se a volta de um período de adesão à norma padrão estabelecida, pois os principais escritores desse período, tais como Machado de Assis e Rui Barbosa, apresentam uma postura purista em relação à língua.

Somente no Modernismo a preocupação com a língua nacional reaparece. Os modernistas do período compreendido entre 1922 e 1930 se rebelam contra a gramática tradicional e o purismo lusitano e almejam escrever em uma língua que se aproxime da fala brasileira. Destaca-se Mário de Andrade, que projetou uma “Gramatiquinha da fala brasileira”, trabalho que acabou não sendo concluído.

Apesar de o português falado pelos brasileiros ter ganhado espaço nas obras de diversos autores modernistas, não foram desenvolvidos trabalhos na área da filologia e da linguística. Conforme Tessyer (1997, p. 113), “foi mais pela prática do que pela teoria que [sc. os modernistas] deixaram as suas marcas na língua”. Quanto aos filólogos e linguistas, pode-se dizer que não houve durante o período compreendido entre o fim do século XIX e meados do século XX nenhum tipo de estudo que reivindicasse de forma contundente uma posição com relação a uma norma que refletisse a língua da comunidade linguística brasileira (cf. TESSYER 1997, p. 114-116).

1.2.4.2 O estudo da norma culta brasileira

O primeiro intento de estabelecer a norma culta do português brasileiro se deve ao Projeto NURC. O citado projeto objetivava estudar e caracterizar a modalidade culta da língua falada em cinco capitais brasileiras: Recife, Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. Para tal, foi necessário definir que falantes seriam os representantes de um falar culto e que serviria de base para o estudo da norma culta brasileira. Um dos critérios para a seleção dos informantes exigia que os falantes possuíssem educação de nível superior completa. Vale ressaltar que esse projeto se ocupou apenas da modalidade oral da língua. Já com relação à modalidade escrita, carecemos ainda de estudos mais aprofundados que permitam a elaboração de um panorama da norma culta do português em uso no Brasil a partir do qual se possam assentar as bases para o estabelecimento de uma norma ideal que reflita os usos da comunidade linguística brasileira.

Em consonância com as postulações do NURC, advogamos que a norma culta seja entendida como um parâmetro de orientação linguística pautado na normalidade, ou seja, nos usos de certa parcela da população. Diversos estudiosos também defendem esse princípio. Narbona Jiménez (2001, s.p.), por exemplo, considera que “todas as decisões normativas devem ser justificadas a partir e para os usuários e devem ser condizentes com as realizações normais e habituais que o uso consagrou”⁴⁰. Para esse autor, todas as prescrições que uma atitude normativa implica devem estar fortemente baseadas no que realmente se usa e todas as razões que se apresentam para determinar o prestígio e a superioridade de certos usos não podem entrar em contradição com a realidade dos falantes, porque são estes, definitivamente, que decidem marginalizar, desprezar ou até mesmo abolir certos usos. Antunes (2007, p. 95) diz que “o parâmetro para se avaliar a legitimidade de qualquer norma não pode ser outro senão o uso que se atesta na vida cotidiana das pessoas”. Neves (2004, p. 21-22) propõe que a norma seja estabelecida a partir da “observação da produção linguística efetivamente operada”. O problema, no entanto, é estabelecer quais falantes serão tomados como referência para o estabelecimento da norma ideal.

Alguns autores, tais como Biderman (2001) e Leite; Callou (2002) sugerem que se tome como referência o eixo Rio-São Paulo. Entretanto, não há nenhum argumento baseado em dados empíricos que fundamente essa escolha, que parece ser motivada mais por questões econômicas que linguísticas. Já os estudos de Bagno (2003; 2004; 2005) e Scherre (2005) demonstram que a imprensa escrita poderia ser uma base aceitável para se buscar a norma ideal.

⁴⁰ [todas las decisiones normativas han de ser justificadas desde y para los usuarios, y cohonestarse con las realizaciones *normales* y habituales que el uso ha terminado por consagrar]

Para a língua oral, como vimos, conta-se com os dados do NURC. Há, porém, que se fazer certas ressalvas com relação a esses dados. A primeira diz respeito à sua representatividade⁴¹ e a segunda à data de seu recolhimento, pois o NURC se iniciou em 1969. Apesar de o NURC ter definido o perfil dos falantes que seriam considerados cultos, há ainda questões a serem discutidas. Faraco (2008) chama a atenção para o fato de que, para um país como o Brasil, no qual o Ensino Superior ainda é acessível apenas para uma pequena parcela da população, deveriam ser considerados como falantes cultos aqueles que possuem um nível médio de escolaridade. Além disso, temos o problema da extensão territorial, pois em um país de dimensões continentais cabe se perguntar se os falantes de apenas cinco capitais são suficientes para determinar a norma culta para o português brasileiro. Fato é que muitos pontos precisam ainda ser discutidos e muitos critérios definidos para que se possa proceder ao estabelecimento da norma ideal no Brasil.

Tomando como ponto de partida essas ressalvas feitas aos critérios adotados pelo NURC, apresentaremos a seguir uma discussão relativa à necessidade de se buscar uma norma ideal para o português brasileiro e que tem por meta a elaboração de parâmetros que possam embasar a delimitação de dita norma.

1.2.4.3 As normas reais e a delimitação da norma ideal

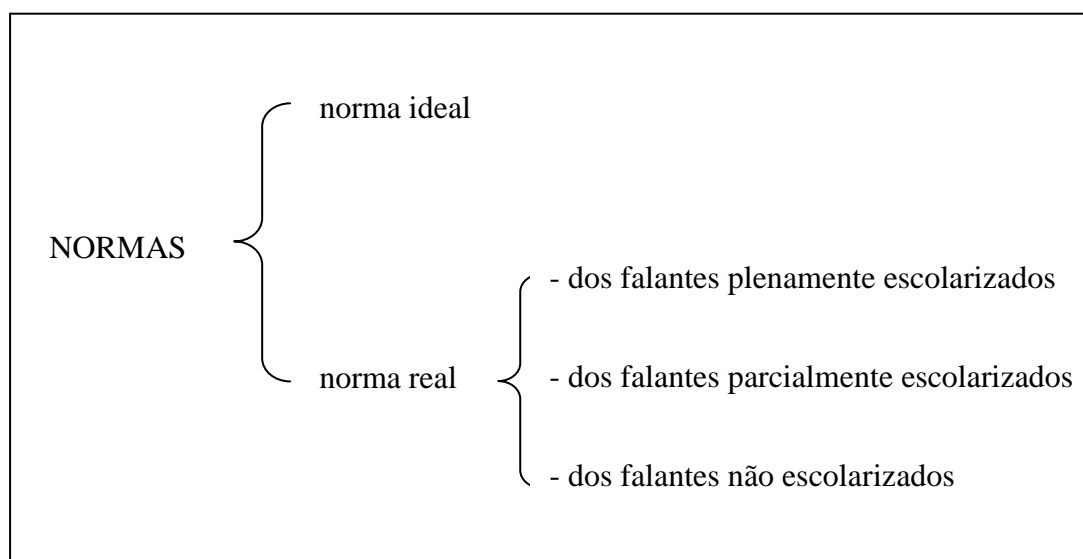
Conforme exposto anteriormente, existem basicamente dois conceitos de norma: 1) conjunto das realizações linguísticas de uma comunidade idiomática e 2) modelo de orientação linguística. As designações atribuídas a tais conceitos, entretanto, são muito diversas. No intuito de não persistir no uso de designações já amplamente difundidas, porém pouco eficazes, e numa tentativa de estabelecer alguma ordem no caos terminológico existente no Brasil, optamos por adotar, com base em Coseriu (1980), apenas os termos “norma real” e “norma ideal”. Em função disso, não mais utilizaremos neste trabalho as designações “norma padrão” e “norma culta”. Quando tivermos que fazer alusão aos conceitos referentes a tais designações empregaremos, respectivamente, as seguintes definições: “regras contidas nas gramáticas normativas”⁴² e “norma real dos falantes escolarizados”.

⁴¹ Couto (1986, p. 77-80) considera que o projeto contém uma forte dose de arbitrariedade em função de ter selecionado a linguagem de apenas algumas das grandes cidades brasileiras.

⁴² Apesar de alguns gramáticos (cf. BECHARA 2001 e CUNHA; CINTRA 2007) tentarem tornar mais flexíveis seus juízos normativos ao incluir informações relativas aos reais usos linguísticos detectáveis nas produções dos falantes cultos, ainda não se pode falar em uma nova norma ideal presente nesses materiais, já que questões

Retomemos a Coseriu (1980) para definir o que estamos entendendo por “norma real”. Para o citado autor, como vimos, toda língua histórica é conformada por inúmeras normas funcionais, também denominadas normas reais. Essas normas reais se referem às diversas realizações linguísticas detectáveis em uma comunidade idiomática. Tomando como exemplo a língua portuguesa, pode-se dizer que o falar gaúcho, o falar baiano, um falar informal, um falar formal, etc. constituem, cada um, uma norma real, de modo que seria mais apropriado falar em “normas reais”.

Pautados nessas considerações, percebemos a necessidade de adotar um procedimento metodológico que consiste na subdivisão das normas reais em três grupos: 1) norma real dos falantes plenamente escolarizados, 2) norma real dos falantes parcialmente escolarizados e 3) norma real dos falantes não escolarizados, como explicitamos no esquema apresentado na sequência:



Esquema 5: Subdivisões da norma real

Havendo sido definidos esses grupos, podemos dar início à apresentação de nossas propostas para o estabelecimento de uma norma ideal para o português brasileiro.

1.2.4.4 Parâmetros para a delimitação de uma norma ideal para o português brasileiro

concernentes, por exemplo, à colocação dos pronomes átonos e ao uso dos pronomes pessoais do caso reto são apresentadas apenas como desvios da norma vigente. Faraco (2008, p. 82-85) denomina essa pretensa nova norma de “norma gramatical contemporânea”. Trata-se, em última análise, de mais uma nomenclatura que pouco ou nada contribui para uma possível solução da problemática da norma linguística.

Se já é sabido que existem discrepâncias entre a norma real e a norma presente nas gramáticas prescritivas, por que, então, seguir insistindo na manutenção de uma norma que não reflete os usos linguísticos da população brasileira? Foi em função dessa constatação que sentimos a necessidade de propor parâmetros para que se possa proceder à delimitação de uma norma ideal para o português brasileiro.

Assim sendo, defendemos que, dentre as diversas normas reais existentes em uma comunidade idiomática, uma delas pode servir de base para o estabelecimento da norma ideal, a qual definimos como “modelo de orientação baseado na norma real dos falantes plenamente escolarizados”. Através da figura abaixo, pretendemos demonstrar como a questão deve ser concebida:

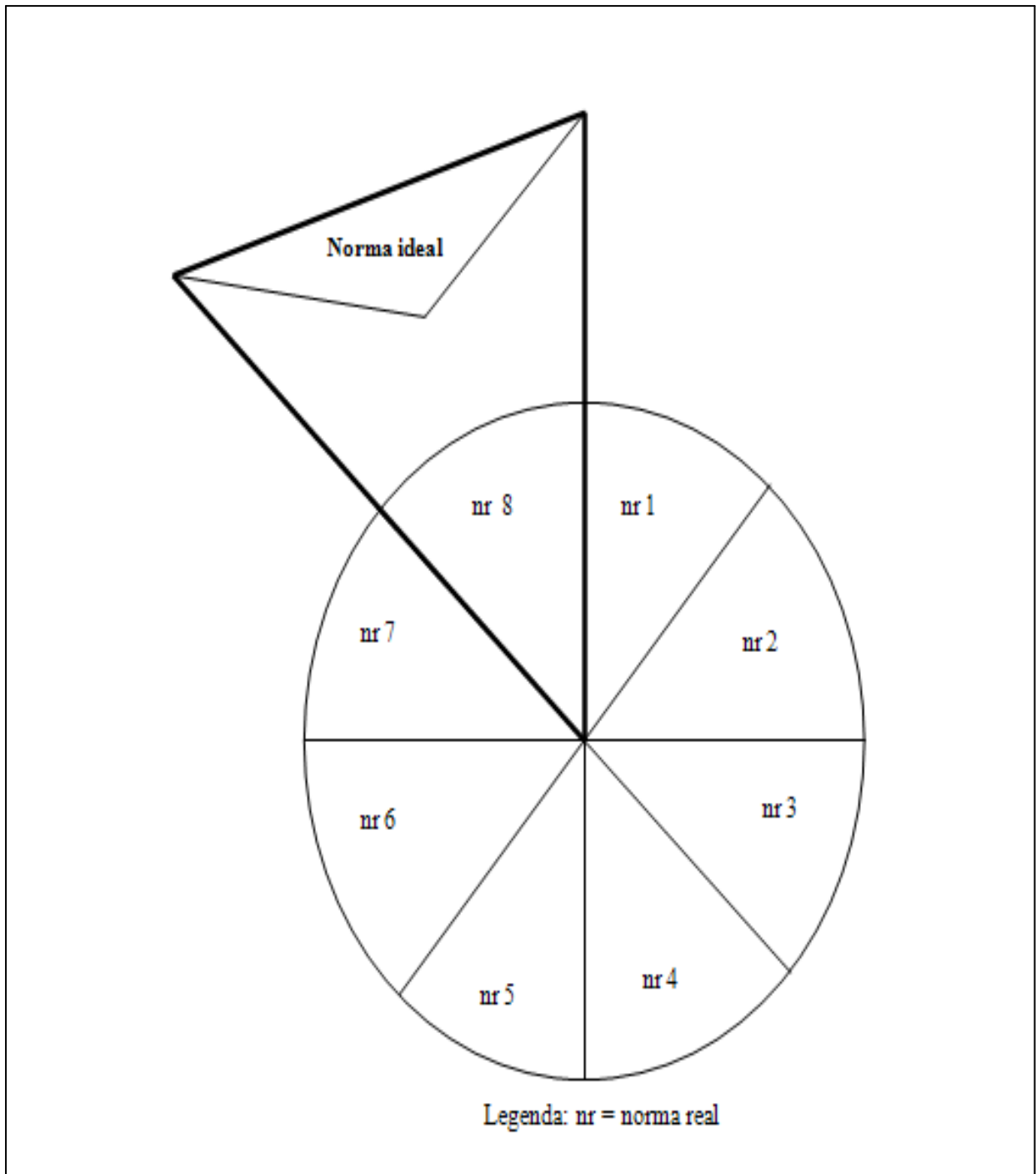


Figura 1: As normas reais e a delimitação de uma norma ideal

O círculo representa uma língua histórica, a língua portuguesa. Cada uma das oito subdivisões (nr1, nr2, nr3, etc) constitui uma norma real. No esquema, estabelecemos que a nr8 representa a norma real dos falantes plenamente escolarizados, e é a que será alçada ao patamar de norma ideal. Tal esquema toma por base a concepção coseriana de língua: uma estrutura heterogênea composta por várias outras línguas ou “subsistemas”, porém, ainda

assim unitária, representada por uma língua exemplar, ou seja, uma norma ideal, conforme nossa denominação.

Nossa concepção de norma ideal nos obriga a definir o que entendemos por “falante plenamente escolarizado” e por “falante parcialmente escolarizado”. Classificamos como falantes plenamente escolarizados todos aqueles que possuem formação no Ensino Superior. Já na categoria dos falantes parcialmente escolarizados se enquadrariam todos aqueles que tenham tido outro tipo de formação que não o Ensino Superior - Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação Profissional, EJA (Educação de Jovens e Adultos). Faraco (2008, p. 59-63) manifesta uma opinião distinta. Em função das condições de educação no Brasil, o autor considera que também os falantes que tenham completado o Ensino Médio poderiam ser classificados como falantes plenamente escolarizados, já que apenas uma pequena parcela da população tem acesso ao Ensino Superior. Segundo dados do INEP relativos ao ano de 2007, o número de matrículas registradas no Ensino Médio regular foi de 8.369.369 e no Ensino Superior foi de 4.880.381⁴³. De posse desses dados, podemos ainda questionar a representatividade da parcela plenamente escolarizada da população brasileira, tendo em vista o baixo percentual de pessoas que frequentam ou frequentaram a Educação Superior.

Logo, considerar como falantes plenamente escolarizados todos aqueles que tenham, no mínimo, o Ensino Médio completo, seria uma possibilidade teoricamente válida. Entretanto, isso geraria um problema prático em relação à adoção de uma metodologia de pesquisa da norma real dos falantes plenamente escolarizados que tomasse como base a modalidade escrita da língua e utilizasse como suporte os textos jornalísticos. Foi justamente em função da possibilidade de se admitir tal procedimento metodológico para o estabelecimento da norma ideal do português brasileiro que se deu nossa classificação. Autores como Faraco; Tezza (1992), Koza (2003), Bagno (2003; 2004; 2005), Scherre (2005), Peruzzo (2007) e Barbosa; Balsalobre (2008) acreditam que a imprensa escrita poderia ser uma base aceitável para se buscar a norma ideal, já que a língua funcional dos jornais está sempre no sadio equilíbrio entre a prescrição conservadora (condicionada pelos manuais de redação dos próprios jornais) e a inovação que os usuários (redatores e leitores) dessa norma consideram conveniente (cf. PERUZZO 2007, p. 79-82).

Sendo assim, concluímos que, apesar de o número de estudantes do Ensino Médio ser maior, existem pelo menos dois fatores que, segundo nós, dificultam a adoção dessa parcela da população como base para a instauração da norma ideal, a saber: 1) a qualidade da

⁴³ Disponíveis no site www.inep.gov.br, acessado em 18.05.2009.

Educação Básica e 2) a dificuldade de se obter registros escritos produzidos por estudantes do Ensino Médio, estando este fator diretamente relacionado com o procedimento metodológico supracitado.

É sabido que a qualidade da Educação Básica no Brasil está muito aquém do que se poderia considerar satisfatória. Para comprovar tal afirmação, basta, por exemplo, analisar os dados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) e do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa). No que concerne ao Ideb⁴⁴, o Brasil está longe de alcançar a média 6.0, a qual corresponde a um sistema educacional de qualidade comparável ao dos países desenvolvidos⁴⁵. Dados de 2007 apontam Ideb de 4.2 para as séries iniciais do Ensino Fundamental, de 3.8 para as séries finais do Ensino Fundamental e de 3.5 para o Ensino Médio⁴⁶. Os dados do Pisa revelaram que o Brasil ficou em último lugar em uma pesquisa que envolveu 32 países e avaliou, principalmente, a capacidade de leitura de alunos de 15 anos⁴⁷. Se a capacidade de leitura é baixa, o mesmo deve se aplicar ao desempenho na modalidade escrita da língua. E ainda que as produções escritas fossem de qualidade razoável, seria uma tarefa extremamente difícil, para não dizer impossível, fazer o levantamento desses registros, de modo a convertê-los em *corpus* de análise. Se buscássemos na imprensa escrita, contaríamos apenas com a seção denominada “cartas do leitor”, sabendo-se, porém, que muitas vezes os leitores que contribuem em tal seção não dão indícios quanto ao seu grau de escolarização ou possuem formação de nível superior. Essa seria, portanto, uma opção metodológica pouco viável.

Após todas essas ponderações, reiteramos nossa opinião de que, para o estabelecimento da norma ideal do português do Brasil, deve-se tomar como referência apenas a norma real dos falantes plenamente escolarizados, ou seja, daqueles que possuem formação universitária. E ainda que tal alternativa possa apresentar certas limitações em relação à representatividade do contingente de falantes com formação superior, é imperativo ressaltar que adotar a norma real da imprensa escrita como base para o estabelecimento de uma norma

⁴⁴ O Ideb é calculado a partir de dois componentes: 1) a taxa de rendimento escolar (aprovação) e 2) as médias de desempenho nos exames padronizados aplicados pelo Inep. Os índices de aprovação são obtidos a partir do Censo Escolar, realizado anualmente, e as médias de desempenho utilizadas são as do Saeb (para as unidades da federação e para o país) e a Prova Brasil (para os municípios).

⁴⁵ O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) prevê que o Ideb do Brasil será de 6.0 apenas no ano de 2022.

⁴⁶ Dados consultados em 18.05.2009 no endereço: <<http://ideb.inep.gov.br/Site/>>.

⁴⁷ Dados consultados em 18.05.2009 no endereço:

<<http://www.inep.gov.br/download/internacional/pisa/PISA2000.pdf>>.

ideal própria para o português do Brasil se mostra como uma opção metodologicamente sustentável e exequível⁴⁸.

É fato que o trabalho a ser realizado é árduo e exige um processo de planejamento muito amplo. Admitir a necessidade de uma norma ideal quer possa orientar os falantes brasileiros e definir uma das normas reais da comunidade brasileira para convertê-la em norma ideal é apenas a primeira etapa da tarefa. É preciso também ter consciência sobre a necessidade de manter a norma ideal atualizada de acordo com a norma real tomada como base para sua delimitação e estipular maneiras para a manutenção e realização das atualizações necessárias.

Nesse sentido, é imperativo que a ABL, enquanto instituição que se ocupa das questões linguísticas no Brasil, assuma de fato seu papel de referência no âmbito da língua portuguesa não só nas questões ortográficas, através do VOLP, mas em todos os níveis da linguagem, através de uma gramática e um dicionário, obras que, a exemplo do que ocorre com a RAE, deveriam ser consideradas as referências da língua portuguesa no Brasil. Além disso, caberia aos linguistas, conjuntamente com a ABL, definir mecanismos de atualização permanente da norma ideal para que a inevitável defasagem que ocorre entre a norma real dos falantes escolarizados e a norma ideal não se torne excessiva.

⁴⁸ Em Zanatta (2009b) detectamos, através de uma pesquisa com uso de um *corpus* constituído por textos de jornais, a manifestação na modalidade escrita de fenômenos de mudança já consolidadas na fala, tais como: a) o desaparecimento do pronome *vós*, b) o uso de *a gente* como pronome pessoal de 1ª pessoa do plural e c) casos de regências não consideradas pela norma padrão.

2 CONSIDERAÇÕES PARA UMA TEORIA DA MUDANÇA LINGUÍSTICA

É impossível tratar do tema da norma sem relacioná-lo com o fenômeno da mudança linguística. Afinal, é justamente porque as línguas mudam permanentemente que a norma ideal precisa ser constantemente atualizada, caso contrário estará sempre defasada em relação à norma real.

Este capítulo da dissertação surge, então, para dar conta do fato de que a mudança é um fato ontológico da linguagem e que exerce (ou deveria exercer) grande influência sobre a norma linguística. Em um primeiro momento, aventaremos alguns aspectos teóricos concernentes ao fenômeno da mudança linguística para, em seguida, elencar uma série de mudanças perceptíveis no português brasileiro.

2.1 O fenômeno da mudança linguística

As línguas se encontram em um perpétuo estado de mudança. Essa constatação, já muito antiga, pode ser vista, por exemplo, nas declarações de Humboldt (1836, apud AITCHISON 2001, p. 3): “Pode nunca haver um momento de paralisação real na língua, tampouco nos incessantes pensamentos flamejantes dos homens. Por natureza, ela é um processo de desenvolvimento contínuo”⁴⁹, e Saussure (2006, p. 85): “O tempo muda todas as coisas: não há razão para pensar que a língua poderia escapar dessa lei universal”.

Sempre houve, pois, entre os estudiosos da linguagem, um consenso em relação ao caráter transformacional das línguas. Não há, por conseguinte, nada de surpreendente na afirmação de que todas as línguas mudam gradual e incessantemente. Porém, não basta apenas reconhecer que as línguas mudam, é preciso definir como lidar com esse fenômeno, que, segundo Aitchison (2000, s.v. *language change*) “é tão inevitável quanto a erosão dos morros ou a obstrução dos estuários fluviais”⁵⁰.

Durante muito tempo, a concepção de língua como um sistema homogêneo impossibilitou o tratamento do fenômeno da mudança. O ponto de ruptura em relação a determinados modelos linguísticos vigentes na primeira metade do século XX, dentre os quais podemos destacar o estruturalismo e o gerativismo, encontra-se na concepção de língua como um sistema heterogêneo ordenado. Essa concepção é um dos pressupostos centrais do trabalho

⁴⁹ [There can never be a moment of true standstill in language, just as little as in the ceaseless flaming thought of men. By nature it is a continuous process of development]

⁵⁰ [is as inevitable as the erosion of hills, or the silting up of river estuaries]

de Weinreich; Labov; Herzog (2006) e é condição *sine qua non* para o estudo da mudança linguística. Isso porque para os citados autores, “muito antes de se poder esboçar teorias preditivas da mudança linguística, será necessário aprender a ver a língua como um objeto constituído de heterogeneidade ordenada” (cf. WEINREICH; LABOV; HERZOG 2006, p. 35). O rompimento da ideia de equivalência entre estruturalidade e homogeneidade tornou possível o desenvolvimento de estudos sobre o fenômeno da mudança, posto que se passou a defender seu caráter sistemático e controlado. Nessa perspectiva, cabe ao linguista entender e explicar essa sistematicidade, no intuito de apreender os padrões que a regem.

2.1.1 As condições que possibilitam a ocorrência da mudança

Company (2003, p. 21) define uma mudança linguística como sendo “uma transformação, uma pequena quebra funcional, um reajuste em um dado sistema que garante que a língua siga mantendo sua função básica comunicativa”⁵¹. Para a autora, a probabilidade de que uma mudança ocorra depende da conjunção de, pelo menos, quatro condições (cf. COMPANY 2003, p. 26-30):

- 1) ambiguidade: a ambiguidade ou opacidade do signo linguístico (ausência de relação isomórfica ou transparente entre forma e significado) é requisito indispensável para que se produzam reanálises ou reinterpretações. Pode se dever aos signos em si ou ao uso predicativo que se venha a fazer deles. Exemplos: a) o pronome relativo possessivo *cuyo(s)*, que se configura como um signo opaco, posto que sob um mesmo expoente formal existem dois valores, um relativo e outro possessivo e b) o gerúndio espanhol, que se apresenta como um caso de ambiguidade predicativa, em função de haver nessa forma sempre uma predicação secundária permanente⁵²;
- 2) má integração paradigmática: um paradigma ótimo é aquele integrado por signos formalmente similares ou com elevada semelhança formal, como em *canto*,

⁵¹ [una transformación, un microquiebre funcional, un reajuste en un sistema dado que garantiza que la lengua siga manteniendo su función básica comunicativa]. Semelhante definição de mudança pode ser vista em Aitchison (2000, s.v. *language change*), quando afirma que “em um nível mais profundo, a língua mantém seus padrões e preserva interações linguísticas eficientes” [at a deeper level, language maintains its patterns, and preserves efficient linguistic interaction].

⁵² Observando as frases “vi a Juan paseando por la Alameda” [vi João passeando pela Alameda] e “Pedro vio a Juan paseando por la Alameda” [Pedro viu João passeando pela Alameda] descontextualizadas, não há como saber se quem passeia é o sujeito [yo/Pedro] ou o objeto direto [Juan]. Essa potencial ambiguidade gera, entre os falantes de espanhol, um forte incômodo no tocante à comunicação e faz com que o uso do gerúndio seja evitado nesse idioma.

cantava, cantado, etc., tendo em vista que seu emprego e domínio requer um esforço menor por parte do falante. Em contrapartida, os signos que não estão bem integrados em seu paradigma, isto é, que constituem uma irregularidade, tendem a passar por mudanças que têm como consequência uma melhor integração e nivelção paradigmática⁵³;

- 3) frequência de uso: a alta frequência fixa o uso e cria estabilidade no sistema, ao passo que a baixa frequência de uso costuma provocar equívocos no uso das formas;
- 4) nível de língua modificado: relação entre mudança e nível linguístico em que ela ocorre. Nos níveis mais externos, como o léxico e a fonologia, as mudanças são rápidas, enquanto nos níveis mais internos, como a morfologia e a sintaxe, as mudanças são lentas e graduais.

Ao se abordar o tema do ponto de vista da Sociolinguística Variacionista, é preciso ter claro que toda mudança pressupõe variação. Labov (1976, p. 190) considera que os processos de mudança linguística se desenvolvem em três etapas:

- 1) em sua origem, a mudança se reduz a uma variação, entre milhares de outras, no discurso de qualquer indivíduo;
- 2) em seguida, a mudança se propaga e é adotada por tantos falantes que ela passa a se opor à forma antiga;
- 3) por fim, a mudança se completa e atinge a regularidade eliminando as formas rivais.

Chagas (2008, p. 152-153) ilustra tais etapas descrevendo a situação das formas *tu* e *você* no português do Brasil. Inicialmente existia apenas a forma *tu*. Em seguida, as formas *tu* e *você* passaram a coexistir na língua. Por fim, em algumas regiões do país, a mudança já se deu, ou seja, o pronome sujeito *você* suplantou totalmente o pronome *tu*. Em outras, ainda permanece a situação de variação.

De acordo com os preceitos da supracitada teoria, para que uma mudança se instaure na língua é preciso que ela passe por um período de variação, isto é, é necessário que duas ou mais variantes coexistam por um determinado período de tempo.

⁵³ Como exemplo, a autora retoma o caso do pronome relativo possessivo *cuyo*, considerado um signo de péssima integração paradigmática por não se assemelhar com as formas com as quais funcionalmente se vincula (o nexa relativo *que* e as formas possessivas *su/sus*) e por possuir a terminação *-yo*, pouco afortunada em espanhol, pois somente aparece nas formas *tuyo* e *suvo*, as quais prescindem do valor relativo que é essencial à forma *cuyo*.

Acredita-se, portanto, que as mudanças linguísticas ocorrem quando entram em ação as condições acima arroladas.

2.1.2 A consciência da mudança

Segundo Crystal (1997, p. 4), “o fenômeno da mudança linguística provavelmente atrai muito mais a atenção e a crítica pública do que qualquer outra questão linguística”⁵⁴. Isso porque para o senso comum⁵⁵ e até mesmo para alguns estudiosos da linguagem, a mudança significa degeneração e decadência⁵⁶. Prevalece, portanto, a ideia de que esse fenômeno é nocivo e deve ser combatido, a fim de que a língua não seja alterada⁵⁷. Falta a essas pessoas a compreensão de que

as línguas não se desenvolvem, não progridem, não decaem, não evoluem, nem agem de acordo com nenhuma das metáforas que implicam um ponto final específico ou um nível de excelência. Elas simplesmente mudam, como as sociedades mudam. Se uma língua morre é porque seu status na sociedade se alterou, na medida em que outras culturas e línguas a sobrepujaram: ela não morre porque “ficou velha demais” ou porque “se tornou muito complicada”, como às vezes se pensa. (...) Se formos usar metáforas para falar da mudança linguística, uma das melhores é a de um sistema que se mantém num estado de equilíbrio, enquanto as mudanças ocorrem dentro dele. Outra é a da maré, que sempre e inevitavelmente muda, mas nunca progride, enquanto flui e reflui.⁵⁸ (CRYSTAL 1997, p. 5)

O citado autor afirma que, via de regra, as partes da língua que passam por mudanças são ínfimas, se comparadas com suas vastas áreas imutáveis. Não há fundamento, portanto, para excessivas preocupações e para uma postura conservadorista extrema.

Fato é que os falantes, imperceptível e inconscientemente, vão produzindo alterações nas regras de funcionamento da língua, tornando-a mais adequada e satisfatória às suas

⁵⁴ [the phenomenon of language change probably attracts more public notice and criticism than any other linguistic issue]

⁵⁵ Veja-se, por exemplo, o Projeto de Lei nº 1676/1999 de autoria do deputado Aldo Rebelo, que versava sobre “a promoção, a proteção, a defesa e o uso da língua portuguesa”. Tal projeto culminou na publicação do livro *Culta, Bela e Ultrajada – Um projeto em defesa da Língua Portuguesa* (cf. REBELO, 2001) e suscitou grandes discussões acerca do tema dos estrangeirismos (cf. por exemplo, FARACO 2001; RAJAGOPALAN 2003, p. 99-104; e LOPES DA SILVA; RAJAGOPALAN 2004).

⁵⁶ Geralmente, essa é a postura adotada pelos gramáticos puristas, para quem as regras contidas nas gramáticas normativas representam a língua.

⁵⁷ Muitos acreditam que, se os processos de mudança não forem combatidos, poderia ser gerada uma nova língua, a exemplo do que ocorreu com o latim e as línguas neo-latinas.

⁵⁸ [languages do not develop, progress, decay, evolve, or act according to any of the metaphors which imply a specific endpoint and level of excellence. They simply change, as society changes. If a language dies out, it does so because its status alters in society, as other cultures and languages take over its role: it does not die because it has ‘got too old’, or ‘become too complicated’, as is sometimes maintained. (...) If metaphors must be used to talk about language change, one of the best is that of a system holding itself in a state of equilibrium, while changes take place within it; another is that of the tide, which always and inevitably changes, but never progresses, while it ebbs and flows]

necessidades de comunicação e interação. É, portanto, inevitável que aqueles que põem a língua em uso realizem modificações em diversos aspectos. É importante ressaltar que, além dos fatores que se referem estritamente à organização interna do sistema linguístico (fatores linguísticos), os falantes sofrem influências de fatores de ordem externa à língua (fatores extralinguísticos), como o geográfico, o histórico, o cultural e o social, que condicionam as mudanças. A esse respeito, Milroy (1998, p. 48) considera que

algumas abordagens enfatizam as características internas do sistema linguístico em si e não consideram os fatores sociais como causas primárias de mudança. Entretanto, as línguas não existem independentemente de seus falantes e se ocorrem mudanças nelas, tais mudanças devem refletir as inovações dos falantes, estabelecidas como novas normas pela aceitação dos falantes. Em outras palavras, não parece possível explicar completamente a mudança linguística (como observado no sistema linguístico) sem investigar as origens sociais e os mecanismos sociais de mudança. São os falantes que inovam em primeiro lugar – não as línguas⁵⁹.

Atrevemo-nos a afirmar que grande parte das mudanças observáveis em uma língua são possibilidades previstas pelo sistema que se instauraram na norma real. Em outras palavras, elas são decorrentes principalmente da atuação de fatores linguísticos. As mudanças fonéticas são um exemplo claro disso. Podemos citar também mudanças de ordem morfológica, como a não realização da concordância de número em todos os elementos do sintagma nominal. Do ponto de vista do sistema, poder-se-ia marcar formalmente o plural apenas em um dos elementos do sintagma, como ocorre em inglês (*The girls, The students like Portuguese*). Outras línguas, porém, marcam a flexão de número em todos os elementos do sintagma. Dessa maneira se comportam as línguas espanhola (*Los estudiantes devolvieron los libros*), italiana (*Gli studenti hanno restituito i libri*), francesa (*Les étudiants ont restitué les livres*) e portuguesa (*Os estudantes devolveram os livros*). Entretanto, diversos estudos (cf. CAMPOS; RODRIGUES 1992; GALVES 1996; e NARO; SCHERRE 2003, por exemplo) apontam para uma mudança em curso no português brasileiro com relação à concordância de número. Os falantes têm marcado o plural apenas no primeiro elemento do sintagma, geralmente o artigo (**Os livro novo, *Os menino saiu*)⁶⁰. Para o sistema, essa realização é

⁵⁹ [Some approaches emphasise internal characteristics of the language system itself and do not look to social factors for the primary causes of change. Languages, however, do not exist independently of speakers, and if changes take place in them, such changes must be the reflexes of speaker-innovations, established as new norms by speaker acceptance. In other words, it does not seem possible to account fully for linguistic change (as observed in language system) without inquiring into the social origins and social mechanisms of change. It is speakers who innovate in the first place – not languages]

⁶⁰ A marcação do plural no português brasileiro é condicionada por alguns fatores internos ao sistema linguístico. Ao morfema marcador de plural – variável “s” – correspondem duas variantes: a presença do morfema ([s]) e sua ausência ([Ø]). Existem determinados contextos que favorecem cada uma dessas duas variantes. A retenção da variante [s], por exemplo, pode estar condicionada pela posição da variável “s” no sintagma nominal, ou seja, se aparece junto a um artigo, a um substantivo ou a um adjetivo. Através da análise de dados (geralmente

perfeitamente possível. Contudo, sua implantação na língua é um processo extremamente complexo e demorado, pois concorrendo com as possibilidades do sistema estão as forças externas à língua, sendo a principal delas a normatização, isto é, a adoção, por parte da comunidade idiomática, de determinadas instâncias responsáveis por definir a norma linguística ideal, as quais atuam no sentido de atenuar o avanço da mudança. Trata-se, pois, de um contínuo movimento de avanço e retrocesso, no qual se manifestam, por um lado, a força do sistema e dos falantes, e por outro, a força das instâncias normativas.

Não se sabe, no entanto, até que ponto a mudança sofre a ação dos fatores linguísticos e onde começam a atuar os fatores extralinguísticos, sobretudo o fator social. Fato é que ambos - ainda que não se saiba em que medida - exercem influência sobre os processos de mudança linguística, conforme afirmam Weinreich; Labov; Herzog (2006, p. 126):

Fatores linguísticos e sociais estão intimamente inter-relacionados no desenvolvimento da mudança linguística. Explicações confinadas a um ou outro aspecto, não importa quão bem construídas, falharão em explicar o rico volume de regularidades que pode ser observado nos estudos empíricos do comportamento linguístico.

2.2 Relações entre mudança e norma linguística

As relações entre mudança e norma linguística sempre foram conflitantes. Enquanto a mudança se configura como um processo inevitável e inerente a todas as línguas, a norma desempenha a função de tentar frear a mudança mediante o estabelecimento e propagação de regras. O conflito é, pois, fruto da tentativa da norma de evitar o inevitável.

As contradições existentes entre os fenômenos de mudança e a normatização linguística geram dúvidas e insegurança nos falantes, principalmente em situações de produção linguística, tanto oral quanto escrita, mais monitoradas⁶¹. No Brasil, por exemplo,

provenientes de um *corpus*), é possível chegar a algumas constatações: a variável “s” em primeira posição no sintagma favorece a retenção da variante [s]. Assim, em “*os carros*”, a marca de plural será mantida para o artigo, originando “*os carro*”. Já no exemplo “*carros bonitos*”, o substantivo reterá a marca de plural, enquanto o adjetivo apresentará a variante [Ø]. Pode-se concluir, por conseguinte, que a primeira posição do sintagma nominal atua como um fator condicionador interno ao sistema. Já com relação às classes de palavras, constata-se que os artigos fortalecerão a variante [s], enquanto os substantivos e adjetivos privilegiarão a variante [Ø]. Isso ocorre porque o artigo - que de acordo com o sistema português ocupa sempre a primeira posição no sintagma nominal - já carregará consigo a marca de plural, que não precisaria, portanto, estar presente nos demais constituintes do sintagma. Há ainda casos em que o plural é marcado através do artigo e com a variante [s] aparecendo também no substantivo, sendo que apenas o adjetivo apresenta a variante [Ø], como em “*as casas antiga*” e “*as casas amarela*”. Isso se justifica pelo sistema silábico do português (CV). Assim, em “*as casas antiga*”, a variante [s] de “casas” é seguida pela vogal “a”, e forma com ela a estrutura silábica do português. Por isso, ainda que a posição dois do sintagma nominal favoreça a variante [Ø], a variante [s] recuperará suas forças quando a variável “s” estiver diante de uma vogal (cf. NARO; SCHERRE 2003).

⁶¹ Labov (1976, p. 207) afirma que, frente a um dado processo de inovação, o falante pode ter diferentes atitudes: a) tendência a adotar a norma de prestígio de acordo com os contextos de produção, b) auto-avaliação do lado

esse conflito é ponto de partida para a publicação de inúmeras obras destinadas àqueles que querem fazer uso de um português “correto” (cf. 1.2.1). Esses materiais reiteram o poder das regras contidas nas gramáticas normativas a partir da condenação de fenômenos de mudança, muitos deles já implantados ou em vias de implantação no português brasileiro, os quais são vistos como adulterações da norma prescritiva.

Sabendo-se que é a comunidade idiomática quem opera as modificações que ocorrem na língua, ou porque atribuem novas significações a palavras já existentes, ou criam, por associação/analogia ao que já existe no sistema, novas palavras ou novos usos, não se pode condenar *a priori* os casos de mudança, mas sim acompanhá-los e registrá-los *a posteriori* nos instrumentos linguísticos (dicionários e gramáticas). Afinal, sendo a mudança linguística inevitável, não nos resta alternativa senão buscar compreender seus mecanismos a fim de podermos lidar com tal fenômeno consciente e ponderadamente.

2.3 Mudança linguística e níveis de estruturação da linguagem

Para efeitos deste estudo, optamos por tratar dos casos de mudança observados no português do Brasil em função do nível de estruturação da linguagem em que se manifestam. Cabe ressaltar que tomamos essa atitude por uma questão de metodologia, já que temos plena consciência de que as mudanças não se dão de forma estanque em cada nível linguístico. Alertamos, porém, que separaremos esses fenômenos de acordo com o nível em que se dão somente na seção 3.4.1, destinada à aplicação dos critérios de correção idiomática aos fenômenos de mudança, separados de acordo com o nível linguístico em que ocorrem.

2.3.1 Mudanças observáveis no português brasileiro

Existem, atualmente, diversos estudos descrevendo os fenômenos de mudança no português em relação à norma presente nas gramáticas normativas, a maior parte deles concernentes ao estudo da norma culta falada a partir dos dados coletados pelo NURC (cf., por exemplo, CASTILHO 1989; 1990; ALBÁN *et al* 1991; e LOBO *et al* 1991). A seguir, apresentamos um quadro no qual elencamos grande parte dessas inovações:

“desviado” da norma, c) reação subjetiva de sensibilidade à norma e d) reconhecimento explícito do traço sociolinguístico como estereotipado.

FENÔMENOS DE MUDANÇA	EXEMPLOS
Redução dos ditongos /ey/ a /e/ e /ay/ a /a/ diante de consoantes palatais ou da vibrante simples	[bejo] (<i>beijo</i>), [chero] (<i>cheiro</i>), [caxa] (<i>caixa</i>)
Redução do ditongo /ou/ a /o/ em todos os contextos	[dorado] (<i>dourado</i>), [coro] (<i>couro</i>), [cantô] (<i>cantou</i>), [ovir] (<i>ouvir</i>)
Ditongação da vogal tônica final seguida de /s/	[pais] (<i>paz</i>), [portuguêis] (<i>português</i>).
Pronúncia da consoante escrita “l”, em sílaba travada ou final de palavra, como a semivogal /w/	[gow] (<i>gol</i>), [braziw] (<i>Brasil</i>)
Apagamento do /r/ em final de verbos no infinitivo	[cantá] (<i>cantar</i>), [vendê] (<i>vender</i>), [dormí] (<i>dormir</i>)
Casos de epêntese (inserção de um ou mais fonemas no meio de uma palavra, geralmente para facilitar a pronúncia)	[adevogado] (<i>advogado</i>), [ápito] (<i>apto</i>), [abisoluto] (<i>absoluto</i>), [abesorver] (<i>absorver</i>), [étinico] (<i>étnico</i>), [etinia] (<i>etnia</i>), [impreguína] (<i>impregna</i>), [téquinico] (<i>técnico</i>)
Reorganização do paradigma de conjugação verbal, com o desaparecimento das formas correspondentes aos pronomes <i>tu</i> e <i>vós</i>	eu <i>amo</i> você/ele(a)/a gente <i>ama</i> nós <i>amamos</i> vocês/eles(as) <i>amam</i>
Redução da morfologia verbal a três ou a duas formas	eu <i>canto</i> , tu/você/ele(a)/vocês/eles(as) <i>canta</i> , nós <i>cantamo</i> eu <i>tenho</i> , tu/você/ele(a)/nós/a gente/vocês/eles(as) <i>tem/têm</i>
Eliminação do plural redundante, marcado em geral apenas nos determinantes	as criança; os menino; as casa verde
Uso de <i>a gente</i> com pronome pessoal de 1ª pessoa do plural	A gente viajou no feriado.
Uso de <i>você</i> com pronome pessoal de 2ª pessoa do singular	Você trabalha demais, Paulo.
Queda do -s final das formas verbais de 1ª pessoa do plural	Nós saímos às 10h.
Uso do reflexivo <i>se</i> para formar o imperativo com a 1ª pessoa do plural	Vamo se encontrar mais tarde.
Uso dos pronomes do caso reto em função de complemento	Leva eu. Eu chamei ela.
Uso do pronome oblíquo <i>mim</i> como sujeito infinitivo depois da preposição <i>para</i>	Disse que era para mim falar sobre o assunto com a professora.
Emprego dos pronomes retos com verbos causativos (<i>mandar, fazer, sentir, deixar, ouvir, ver</i>) e outros verbos como <i>esperar, pegar, assistir</i> , etc.	Deixa eu ver.
Análise do pronome <i>se</i> como sujeito indeterminado nas orações classificadas tradicionalmente como passivas sintéticas, o que acarreta a não-concordância	Não se faz mais novelas como antigamente.
Uso do pronome <i>se</i> como sujeito indeterminado de verbos no infinitivo, sobretudo quando antecedido de preposição	Lugar bom para se viver.

Uso do verbo na 3ª pessoa do singular como índice suficiente para indeterminação do sujeito	Onde guarda essas compras?
Na ordem verbo-sujeito, o verbo é analisado como impessoal, o que acarreta a não-concordância	Começou as aulas.
Apagamento da preposição nas orações adjetivas	É um filme Ø que eu gosto muito.
Nas orações adjetivas, colocação da preposição depois do verbo, seguida de um pronome cópia	Esse é um remédio que eu não posso viver sem ele.
Desaparecimento do pronome relativo <i>cujo</i> , substituído por outras construções com o pronome relativo <i>que</i>	A aluna que o pai (dela) é médico.
Casos de regências não consideradas pela norma padrão	implicar em, namorar com, ir em, etc.
Colocação pronominal única: próclise ao verbo principal	Me chamo Ana. Com sabedoria, nos apontou o caminho.
Redefinição das regras de formação do imperativo, independentemente do pronome pessoal (<i>tu</i> ou <i>você</i>)	Se cuida, João! Venha aqui em casa que eu estou te esperando.
Reorganização do quadro de pronomes pessoais (expansão do uso de <i>você</i> como pronome de 2ª pessoa do singular e restrição do uso de <i>tu</i> a variedades regionais)	Você trabalha demais!
O pronome <i>lhe</i> pode ser objeto direto ou indireto	Aquele homem, nunca o havia visto antes por aqui. Aquele homem, nunca lhe havia visto antes por aqui.
Emprego do possessivo <i>seu/sua/seus/suas</i> em correlação exclusiva com <i>você</i> e nunca com <i>ele/ela/eles/elas</i> , para os quais o possessivo é <i>dele/dela/deles/delas</i>	Você e Cláudia ficaram na sua casa ou na dela?
Uso do verbo <i>ter</i> impessoal, com sentido de existência	No Brasil tem muitas belezas naturais.
Construção comparativa e/ou enfática com o verbo <i>preferir</i>	Prefiro [muito mais] rock do que sertanejo.
Reanálise do verbo <i>custar</i> , interpretado como pessoal	Eu custo a crer na sua explicação.
Contração da preposição <i>de</i> com artigo definido que introduz sujeito de infinitivo	O fato dele ser jovem não é desculpa para tal atitude.
Atribuição de número singular a palavras tradicionalmente classificadas como no plural	O meu óculos quebrou.
Uso do pronome reto depois da preposição <i>entre</i>	Entre eu e Eduardo não existe mais nada.
Flexão do advérbio <i>meio</i>	Ana está meia preocupada com a prova.
Uso restrito da preposição <i>a</i> como introdutora de objetos indiretos, sendo substituída por <i>para</i> . Nos verbos que indicam direção ou movimento foi substituída por <i>para</i> ou <i>em</i>	Vajei para São Paulo na semana passada e cheguei em Porto Alegre ontem.
Redução do par de demonstrativos <i>este/esse</i> (e flexões) a <i>esse</i> (e flexões), acompanhado de um advérbio	Esse livro aí é teu?

Uso da construção “pedir para [alguém] + infinitivo” no lugar de “pedir a alguém que + subjuntivo”	Pedi para o João comprar uma pizza.
Uso da forma <i>há</i> no relato de eventos passados, sem correlação temporal com os demais verbos do enunciado	Ela já estava esperando há duas horas quando finalmente foi atendida pelo médico.
Uso de <i>onde</i> para se referir a espaço, tempo, situação, etc., ou como organizador do fluxo discursivo	Essa é uma situação muito delicada, onde nós precisamos agir com cautela.
Uso indistinto de <i>onde</i> por <i>aonde</i> e vice-versa	Aonde você mora?
Atribuição de gênero feminino a palavras tradicionalmente masculinas e vice-versa	a dó, o alface, quinhentas gramas

Quadro 2: Fenômenos de mudança em curso no português brasileiro

Destacamos também como mudanças na língua o fenômeno da criação neológica, embora saibamos que não se encontra no mesmo patamar das mudanças acima arroladas, pois nesse caso, a problemática maior diz respeito à aceitação dessas novas palavras.

Dubois et al. (1986, s.v. *neologismo*) definem neologismo como “uma unidade lexical (novo significante ou nova relação significante-significado) que ocorre dentro de um modelo de comunicação determinado, não realizada anteriormente”. Expandindo essa definição, podemos dizer que, do ponto de vista lexical, são consideradas neologismos todas as unidades léxicas novas que surgem na língua, sejam elas criadas de acordo com os padrões morfológico e fonológico da própria língua ou advindas de outros sistemas linguísticos. Já do ponto de vista semântico, pode-se classificar a criação neológica como um processo de produção de novos significados para significantes já instaurados. Assim, é possível falar-se em três tipos de neologismos, conforme evidenciamos abaixo:

- 1) de signo: nova palavra que surge na língua criada em função das necessidades dos falantes de se adaptarem a novas realidades (Ex.: *mensalão, software*);
- 2) de significado: nova significação atribuída a uma palavra já existente na língua (Ex.: *ficar, espada*);
- 3) de significante: alteração na forma de uma ou mais palavras já conhecidas originando uma nova (Ex.: *secretariável, besteiro*).

Os neologismos de signo podem ser subdivididos em “neologismos vernáculos”⁶² e “estrangeirismos” (quando mantém a forma da língua de origem). Estes, se aceitos pela comunidade linguística, passam por diversos estágios até se estabelecerem de forma

⁶² Não entraremos no mérito dos processos de formação de neologismos vernáculos, os quais são amplamente discutidos em Carvalho (1989), Alves (1990; 2002; 2006), Rocha (2003), Bechara (2004), Ferraz (2006) e Peruzzo (2007).

definitiva. Quando se adaptam aos padrões fonológicos e ortográficos da língua-alvo passam a ser designados “empréstimos linguísticos”, como é o caso de *bibelô*, *abajur*, *time* e *futebol*. Os neologismos de significado são criados a partir de uma alteração na forma de uma ou mais unidades léxicas conhecidas, dando origem a uma unidade nova (cf. PERUZZO 2007, p. 26-29). Nosso foco recairá sobre os neologismos de signo e de significado, os quais conformam as listas apresentadas a seguir:

NEOLOGISMOS DE SIGNO VERNÁCULOS	
<i>beijação</i>	“ação de beijar muito e constantemente”
<i>blogueiro</i>	“aquele que escreve em <i>blogs</i> ”
<i>bombar</i>	“ser um sucesso”
<i>cadeirante</i>	“usuário de cadeira de rodas”
<i>caipivodca</i>	“caipirinha com vodca no lugar da cachaça”
<i>cão</i>	“afirmação que não corresponde à verdade, feita com a intenção de enganar”
<i>caozeiro</i>	“pessoa que faz afirmações que não correspondem à verdade”
<i>chafé</i>	“café muito fraco”
<i>gatosa</i>	“mulher idosa bonita”
<i>lambaeróbica</i>	“ginástica com música”
<i>ligador</i>	“pessoa que efetua ligações telefônicas”
<i>malufar</i>	“roubar algo de propriedade de alguém/do governo”
<i>mensalão</i>	“mesada paga a deputados para votarem a favor de projetos de interesse do Poder Executivo”
<i>namorido</i>	“namorado que é considerado marido”
<i>oscarizado</i>	“algo/alguém que recebeu o prêmio cinematográfico Oscar”
<i>oscarizável</i>	“algo/alguém apto a receber o prêmio cinematográfico Oscar”
<i>pegável</i>	“alguém com quem é possível manter um relacionamento amoroso/sexual ocasional e sem compromisso”
<i>piriguete</i>	“mulher que troca de parceiro sexual frequentemente”
<i>popozuda</i>	“diz-se de quem ou o que tem nádegas proeminentes”
<i>valerioduto</i>	“designação para identificar a rede de corrupção comandada pelo publicitário Marcos Valério”

Quadro 3: Neologismos de signo vernáculos

NEOLOGISMOS DE SIGNO ESTRANGEIRISMOS	
<i>blog</i>	“página da internet que pode ser criada por qualquer pessoa, com conteúdo livre e geralmente pessoal, contendo histórias, ideias, imagens”
<i>bullying</i>	“termo que compreende toda forma de agressão, intencional e repetida, sem motivo aparente, em que se faz uso do poder ou força para intimidar ou perseguir alguém”
<i>lifting</i>	“intervenção cirúrgica para corrigir efeitos do envelhecimento no rosto e no pescoço”
<i>loft</i>	“apartamento sem divisórias”
<i>pen drive</i>	“unidade de armazenamento portátil de pequenas dimensões, que geralmente se conecta ao computador via USB”
<i>piercing</i>	“peça, geralmente de metal, usada como adorno preso ao corpo por meio de um orifício feito na pele/cartilagem/língua”
<i>recall</i>	“convocação que o fabricante ou distribuidor faz ao consumidor, para retorno de produto já vendido, no qual se descobriu, posteriormente, defeito ou problema”
<i>resort</i>	“local que oferece hospedagem, recreação e divertimento, especialmente para pessoas em gozo de férias”
<i>vibe</i>	“sentimento ou manifestação de intensa alegria ou entusiasmo”
<i>wireless</i>	“forma de conexão que não requer o uso de fios”

Quadro 4: Neologismos de signo provindos de outros sistemas linguísticos

NEOLOGISMOS DE SIGNIFICADO	
<i>causar</i>	“chamar atenção”
<i>chapinha</i>	“utensílio para alisar o cabelo”
<i>copiar</i>	“compreender”
<i>desencanar</i>	“deixar de se preocupar”
<i>espada</i>	“homem viril”
<i>ficar</i>	“manter um relacionamento amoroso por curto espaço de tempo e sem um compromisso efetivo”
<i>nominar</i>	“indicar”
<i>pancadão</i>	“baile com música <i>funk</i> ”
<i>pegada</i>	“qualidade excepcional que um homem possui para atrair alguém”
<i>pegador</i>	“pessoa que acumula diversas conquistas amorosas”
<i>pilhar</i>	“ato de insistir com as pessoas até convencê-las de algo”
<i>realizar</i>	“perceber”
<i>selinho</i>	“beijo rápido na boca com os lábios projetados para frente”
<i>sinistro</i>	“palavra que qualifica algo/alguém com atributos positivos”
<i>xavecar</i>	“tentar conquistar, seduzir, ou obter favor de alguém, por meio de conversa agradável, de palavras convincentes, com ou sem intenção maliciosa”
<i>xaveco</i>	“conversa sedutora visando uma conquista”

Quadro 5: Neologismos de significado

2.3.2 Níveis de estruturação da linguagem

Não há entre os estudiosos um consenso quanto ao número de níveis de estruturação da linguagem. Crystal (1997, p. 82-83), por exemplo, elenca uma série de modelos de organização da língua, os quais podem conter de dois a seis níveis. Os modelos mais simples reconhecem apenas dois níveis básicos: o conjunto das formas físicas contidas na língua (sons, letras, sinais, palavras) e o nível dos significados abstratos que essas formas carregam. Já os modelos mais complexos reconhecem os níveis fonético, fonológico, morfológico, sintático, léxico e pragmático⁶³. Segundo o autor, o modelo mais empregado é aquele que estabelece quatro níveis de estruturação (fonético, fonológico, gramatical⁶⁴ e semântico), porém é comum que se operem divisões no interior e entre esses níveis.

Henne (1982, p. 115-116), partindo de uma perspectiva textual, considera que os níveis de estruturação da linguagem podem ser sistematizados da seguinte forma:

- a) Texto: ocorrência linguístico-comunicativa orientada tematicamente com um início e um fim;
- b) Segmentos textuais: títulos, parágrafos, excertos;
- c) Orações: períodos, frases, orações unimembres, sintagmas e conexões oracionais;
- d) Elementos constituintes da oração: sujeito, predicado, objeto, adjuntos adverbiais, objetos preposicionados, atributos;
- e) Formas flexionadas: formas flexionadas de caso, formas flexionadas de número, formas flexionadas do paradigma verbal;
- f) Signos linguísticos e signos de flexão: substantivo, verbo, adjetivo, partículas, signos de caso, morfemas de número;
- g) Fonemas e grafemas (ortografemas): fonemas vocálicos, fonemas consonânticos, etc.

De acordo com o autor, portanto, seriam sete os níveis de organização da linguagem. Porém, Henne (1982, p. 116) ressalta que

a classificação dos níveis de estruturação da linguagem exposta acima não satisfaz todas as exigências de uma teoria linguística, mas essa classificação oferece uma imagem de conjunto daquilo que se poderia chamar de divisão “múltipla” de uma língua e seus textos⁶⁵.

Neste trabalho, tomando por base as observações precedentes, consideraremos seis níveis de organização da linguagem, a saber: 1) fonético-fonológico, 2) ortográfico, 3) morfológico, 4) sintático, 5) pragmático e 6) léxico-semântico. Sabendo que a divisão da

⁶³ Martínez Celdrán (1998), por exemplo, adota tal modelo de estruturação da linguagem.

⁶⁴ Esse nível engloba a morfologia e a sintaxe.

⁶⁵ [Die vorliegende siebenstufige Ordnung der Strukturebenen von Sprache erfüllt nicht alle Forderungen sprachwissenschaftlicher Theorie und Systematik, aber diese Ordnung gibt doch ein übersichtliches Bild dessen, was man die “mehrfache” Gliederung von Sprache und deren Texten nennen könnte]

linguagem em níveis é apenas uma operação metodológica que possibilita a realização de estudos mais detalhados sobre os fatos de linguagem, e que existem, como afirma Crystal (1997, p. 82), “inter-relações entre níveis que devem ser levadas em conta se desejamos entender a maneira como a língua é organizada em sua totalidade”⁶⁶, optamos por agrupar alguns níveis, a fim de podermos dar conta dos fenômenos de mudança que observamos na língua portuguesa no Brasil e que afetam concomitantemente dois níveis linguísticos. Nossa opção de divisão também se deveu ao fato de que os fenômenos linguísticos que se manifestam em tais níveis, sobretudo no ortográfico e no léxico-semântico, são fenômenos com os quais as obras lexicográficas podem e devem lidar, dada sua inerente natureza normativa.

Há um consenso entre os estudiosos da linguagem quanto a considerar os níveis fonético-fonológico e léxico-semântico como pertencentes ao âmbito dos estudos linguísticos. Uma consulta ao sumário de gramáticas nos permite facilmente perceber a abordagem estratificada da linguagem de acordo com tais níveis (cf. LUFT 1986, p. VII-XI; PERINI 2000, p. 3-10; ROCHA LIMA 2000, p. V-X; p. VII-XXI; BECHARA 2001, p. 7-18; e CUNHA; CINTRA 2007, p. VII-XXI). Com relação à ortografia, no entanto, não há um consenso quanto a considerá-la um nível de estruturação da linguagem. Das gramáticas citadas, apenas Cunha; Cintra (2007) e Luft (1986) dedicam um capítulo próprio para seu estudo. Bechara (2001) e Rocha Lima (2000) colocam a ortografia como um subcapítulo dentro do capítulo dedicado à Fonética e à Fonologia. Perini (2000), por sua vez, nem sequer contempla a ortografia.

Existem pelo menos quatro argumentos que sustentam a posição de que a ortografia não se enquadra no âmbito dos estudos linguísticos: 1) a ortografia possui um claro objetivo prescritivo⁶⁷, 2) a língua oral é o único e verdadeiro objeto de estudo da linguística, 3) os estudos da escrita nunca chegaram a constituir-se uma ciência linguística análoga à dos estudos da fala e 4) existem línguas que não possuem registro escrito.

Curiosamente, no entanto, durante muito tempo a escrita teve um lugar de destaque nos estudos linguísticos. Por ser o meio de expressão da literatura, foi considerada a fonte da norma standard, ou seja, da excelência linguística. Nesse período, a língua falada foi relegada a segundo plano, por ser considerada desprovida de regras e possuir um caráter caótico. Com

⁶⁶ [interrelationships between levels that be to be taken into account if we wish to understand the way language as a whole is organized]

⁶⁷ A própria etimologia da palavra evidencia esse viés: ortografia deriva das palavras gregas *ortho*, que significa “correto” e *graphos*, que quer dizer “escrita” (cf. HouE 2001, s.v. *ort(o)*- e s.v. *-grafia*). Logo, a ortografia se refere à forma correta de escrever as palavras.

o advento do Estruturalismo, no entanto, houve uma inversão da situação. Baseados nos argumentos de que a língua falada é muito mais antiga que a escrita, que aquela se desenvolve naturalmente nas crianças ao passo que esta é aprendida artificialmente, e que muitos sistemas ortográficos são baseados nos sons da fala, os linguistas passaram a defender a primazia da língua falada sobre a língua escrita. De acordo com Harris (2000, p. 132), “pela insistência na doutrina da ‘primazia da fala’ os linguistas garantiram a unidade e a independência de seu objeto acadêmico”⁶⁸, pois um dos intuitos da linguística em sua origem foi, segundo o citado autor, “distinguir-se da ‘filologia’, a qual havia estabelecido um monopólio dos estudos de textos literários”⁶⁹. Logo, graças ao surgimento de uma intenção descritiva da língua, a ortografia, entendida como um conjunto de regras a serem obedecidas, perdeu espaço para os estudos da língua oral, o verdadeiro objeto de estudo da Linguística.

Na tentativa de retomar os estudos de língua escrita, na década de 30 tiveram início movimentos que almejavam criar uma ciência da escrita análoga à ciência da fala, a qual recebeu diversas denominações: *grafognosia*, *gramatologia*, *grafologia*, *filografia*, *grafêmica*, *grafonomia*, *grafemologia*, *gráfica*, *grafética*, *grafemática* (cf. CONTRERAS FIGUEROA 1983, p. 9-12)⁷⁰. Muitos estudiosos buscaram munir os estudos de língua escrita do mesmo prestígio que desfrutavam os estudos de língua falada no âmbito dos estudos linguísticos⁷¹. A ciência da língua escrita, no entanto, ainda não conseguiu alcançar o mesmo grau de desenvolvimento dos estudos de língua falada, como afirma Crystal (1997, p. 180)⁷²: “O estudo científico da fala por direito próprio é atualmente um tema bem desenvolvido. O estudo análogo da língua escrita é menos avançado, mas tem um futuro promissor”⁷³.

Decidimos considerar a ortografia um nível de estruturação da linguagem por julgar que apenas os argumentos arrolados acima não podem sustentar a superioridade da modalidade oral sobre a modalidade escrita. Sem dúvida, parte substancial de uma língua se realiza no plano escrito. Até a Linguística de *Corpus*, por exemplo, que tem por meta realizar

⁶⁸ [by insisting on the doctrine of the ‘primacy of speech’ linguists guaranteed the unity and independence of their own academic subject]

⁶⁹ [to distinguish itself from ‘philology’ which had established a monopoly of the study of literary texts]

⁷⁰ A autora opta pelos termos *grafêmica* para denominar a disciplina que tem como objeto de estudo os grafemas, e *grafonomia* para designar o domínio inteiro dos fenômenos gráficos, posto que se ocupa “não somente do estudo do sistema literal, acentual e pontual, mas também de qualquer outro recurso gráfico de que disponha ou possa dispor quem se comunica por escrito” [no sólo del estudio del sistema literal, acentual y puntual, sino también de cualquier otro recurso gráfico de que disponga o pueda disponer el que se comunica por escrito] (cf. CONTRERAS FIGUEROA 1983, p. 12).

⁷¹ Contreras Figueroa (1983, p. 9-39) elenca uma série de autores que trataram dessa questão. Sobre esse particular, ver também Todorov; Ducrot (1977, s.v. *escritura*).

⁷² A escassa literatura sobre o tema em discussão nos obriga a recorrer com frequência a Crystal (1997), um dos poucos estudiosos a abordá-lo.

⁷³ [The scientific study of speech in its own right is now a well-developed subject. The analogous study of the written language is less advanced, but has just as promising a future]

a descrição aprimorada de uma língua, emprega majoritariamente a língua escrita, sem que essa decisão metodológica seja questionada⁷⁴, já que ambas as modalidades são igualmente importantes e necessárias. Além disso, do ponto de vista da lexicografia, é inevitável considerar a ortografia como um nível de análise, dado que o dicionário inventaria o léxico de uma língua seguindo o conjunto de regras ortográficas previamente estabelecidas para essa língua⁷⁵. Esses são, portanto, os argumentos que sustentam nossa opção de conceber a ortografia como um nível de organização da língua.

⁷⁴ As facilidades que oferecem os avanços tecnológicos vêm permitindo que sejam realizados estudos linguísticos respaldados pelo uso de *corpora*. No caso da língua portuguesa, por exemplo, destacam-se os trabalhos de Neves (2000; 2003) e Borba (2002; 2004).

⁷⁵ Os brasileiros acabam de presenciar a aprovação de uma Reforma Ortográfica, a qual levou à reedição de inúmeras obras lexicográficas e também do VOLP, que tiveram que ser adaptadas às novas regras de ortografia.

3 CONSIDERAÇÕES PARA UMA TEORIA DA CORREÇÃO IDIOMÁTICA

As considerações acerca da necessidade de se estabelecer bases para a concepção de uma teoria do que seria expressar-se apropriadamente, seja na língua escrita, seja na língua falada passam, impreterivelmente, pelo tratamento do fenômeno denominado “incorreção linguística”. Por se tratar de um tema polêmico, certas dificuldades se apresentam quando o abordamos. A principal delas se refere ao fato de que existem diversas noções de incorreção linguística, cada qual decorrente de diferentes concepções de gramática, como demonstraremos a seguir.

3.1 Diferentes noções de gramática e de “incorreção linguística”

Possenti (1996, p. 63) define, de maneira simplificada, a gramática como “um conjunto de regras” e defende a existência de, pelo menos, três maneiras de entender tal definição, a saber: 1) conjunto de regras que devem ser seguidas, 2) conjunto de regras que são seguidas e 3) conjunto de regras que o falante da língua domina. Cada uma dessas definições mantém relação com um tipo de gramática: a primeira se refere à gramática normativa, a segunda à gramática descritiva e a terceira à gramática internalizada. E, como já dissemos, a cada uma dessas concepções de gramática corresponde uma noção de incorreção.

Do ponto de vista da gramática internalizada, seriam classificadas como incorreções apenas construções agramaticais e inaceitáveis, como **menino o parque no brincou*. Porém, construções desse tipo raramente são produzidas, já que um falante nativo da língua portuguesa domina as regras e princípios de estruturação frasal, respeitando a ordem canônica de seus elementos constituintes, qual seja: sujeito-verbo-objeto (S-V-O).

Na perspectiva da gramática descritiva, somente seria incorreção a ocorrência de formas ou construções que não fazem parte, de maneira sistemática, de nenhuma das variantes de uma língua, como **essas meninos*, **uma menino* (cf. POSSENTI 1996, p.79). Nessa perspectiva, não seriam consideradas erradas construções do tipo *as menina*, *as casa verde*, *nós tem*, *eles vai*, etc., já que tais construções ocorrem sistematicamente em uma das variedades do português brasileiro, na qual a marca de pluralidade se dá apenas no primeiro elemento da sequência.

Do ponto de vista da gramática normativa, é considerado incorreção tudo aquilo que não está de acordo com as regras presentes nas gramáticas normativas⁷⁶. Sendo assim, são consideradas erradas as construções *Assisti o jogo pela televisão*, *Começou as aulas* e *Eu chamei ele para sair*, pelos seguintes motivos, respectivamente: não observância à regência do verbo *assistir*, não concordância do verbo com o sujeito posposto e emprego do pronome pessoal da terceira pessoa do singular como objeto direto quando a gramática prevê, nesses casos, apenas o uso dos pronomes oblíquos *o/a/os/as*.

Sendo considerada incorreção linguística tudo aquilo que não obedece às regras presentes nas gramáticas normativas, é inevitável que toda produção linguística dos falantes venha a ser qualificada como correta ou incorreta. Cabe ressaltar, porém, que de acordo com os preceitos de duas importantes correntes linguísticas surgidas no século XX, o Estruturalismo e o Gerativismo, é irrelevante encarar uma língua a partir da perspectiva do correto e incorreto, assim como o faz a Gramática Normativa.

Os estruturalistas se ocupam do estudo da língua em sua imanência, isto é, levando em conta apenas a estrutura interna do sistema linguístico e seu objetivo maior é observar e descrever as mudanças que ocorrem na estrutura da língua, bem como buscar as regularidades da mudança linguística. Segundo Saussure (2006, p.13),

a matéria da Linguística é constituída inicialmente de todas as manifestações da linguagem humana, quer se trate de povos selvagens ou de nações civilizadas, de épocas arcaicas, clássicas ou de decadência, considerando-se em cada período não só a língua correta e a “bela linguagem”, mas todas as formas de expressão.

A noção de “bom uso” da língua, portanto, passa a coexistir com outras noções advindas da Linguística Estrutural, posto que esta não quer julgar o emprego da língua como correto ou incorreto, mas sim descrever o que é de fato realizado pelos falantes de uma comunidade idiomática⁷⁷.

Já para os gerativistas, interessa investigar o conhecimento que um falante/ouvinte ideal possui de sua própria língua, tanto que Chomsky (1975, p. 83) estabelece como objeto de estudo da teoria gerativa a *competência linguística*:

A teoria linguística tem antes de mais nada como objeto um falante-ouvinte ideal, situado numa comunidade linguística completamente homogênea, que conhece a sua língua perfeitamente, e que, ao aplicar o seu conhecimento da língua numa performance efetiva, não é afetado por condições gramaticalmente irrelevantes tais como limitações de memória, distrações, desvios de atenção e de interesse e de erros (casuais ou característicos).

⁷⁶ Essa noção de incorreção é a mais difundida entre os falantes.

⁷⁷ Trask (2004, s.v. *descriptivismo*) explica que, numa abordagem descritivista, o linguista procura descrever os fatos do comportamento linguístico exatamente como são encontrados, abstendo-se de emitir juízos de valor sobre o modo como se expressam os falantes nativos da língua.

Sabendo-se, portanto, que do ponto de vista dos estudos linguísticos não é apropriado avaliar os usos da língua em termos de “correção” ou “incorreção”, faz-se necessário pensar em outras categorias que nos permitam avaliá-los⁷⁸. A solução mais empregada atualmente leva em conta o contexto de produção no qual o falante se insere, como explicitaremos a seguir, ao abordarmos a noção de “correção idiomática”.

3.2 A correção idiomática

A correção idiomática foi, durante muito tempo, entendida como uma observância obrigatória, em todas as situações de fala, às regras vigentes para a língua escrita, estando estas baseadas nos usos linguísticos de determinados indivíduos - geralmente escritores que produziram obras literárias de grande destaque⁷⁹, ou grupos de indivíduos que pertenciam às classes sociais mais altas -, por serem considerados os usuários de uma norma *standard* ou aqueles que faziam um “bom uso” dela.

Nessa perspectiva, a língua era concebida como uma realidade homogênea e unitária fixada pelos dicionaristas e, principalmente, pelos gramáticos, e todas as regras a serem seguidas para se fazer um “bom uso” da língua se encontravam compiladas em gramáticas normativas. Nesse sentido, era considerado “correto” tudo aquilo que estava conforme à variedade que foi eleita como exemplo de boa linguagem, a qual se encontrava representada nas gramáticas e dicionários e era reforçada pela abonação de excertos de obras dos maiores expoentes da literatura que seguiam a tradição literária. Era, logicamente, considerado erro de linguagem tudo o que fugia a essa variedade.

Nos dias atuais, quando se fala em correção idiomática é preciso ter claro que não se trata de impor uma norma como a única possível, dado que cada variedade de uma língua tem sua norma de correção própria. Trata-se, sim, de oferecer ao falante uma opção a mais, que poderá vir a ser acessada de acordo com suas necessidades, ou seja, de acordo com determinadas situações comunicativas.

⁷⁸ O DPD (2005), obra publicada pela RAE para esclarecer as dúvidas dos falantes de espanhol nos mais diversos níveis de estruturação da linguagem, entendendo que a norma possui uma natureza relativa e cambiante, evita, para a maior parte dos casos tratados, o uso dos qualificativos “correto” e “incorreto”, que tendem a ser interpretados de forma categórica, substituindo-os por expressões matizadas, tais como: desaconselhado por ser desusado [se desaconseja por desusado], não é normal hoje e se deve evitar [no es normal hoy y debe evitarse], não é próprio da fala culta [no es propio del habla culta], esta é a forma majoritária e preferível, mas também se usa [esta es la forma mayoritaria y preferible, aunque también se usa], etc. (cf. DPD 2005, p. XV).

⁷⁹ Como exemplo podemos citar Camões, que no século XVI, época em que a língua portuguesa estava se fixando, foi tomado como ideal dessa língua, ficando estabelecido que a forma como esse escritor a utilizava era o padrão a ser seguido.

Para Carvalho (2003, p. 157), a correção idiomática consiste na

observância da norma linguística própria do grupo a que o indivíduo pertence e ainda das circunstâncias momentâneas em que se exprime, isto é, a obediência à norma adequada a cada indivíduo, segundo o quadro social em que está integrado e a finalidade expressiva ou comunicativa específica de cada um dos seus atos linguísticos.

Para esse autor, “o critério de correção gramatical ou expressiva não é o mesmo para todos os membros da comunidade”. Em outras palavras:

Não comete erro, na medida em que realiza a norma linguística própria do seu grupo social e cultural, o aldeão que diga *andemos* por *andamos*, *semos* ou *samos* por *somos*, formas que seriam inadmissíveis na boca de um cidadão medianamente culto. (CARVALHO 2003, p. 157)

Assim também se posicionam Perini (2000), Mattos e Silva (2004b), Scherre (2005), Bechara (2005) e Antunes (2007), ao defenderem que cada variedade de uma língua possui uma norma de correção própria. Perini (2000, p. 25) afirma que

(...) cada variedade tem seus domínios próprios, onde é senhora quase absoluta. Não existe, simplesmente, uma variedade “certa”. Cada situação de comunicação (ensaio científico, peça teatral, conversa de botequim, discurso de formatura, pedido de informação na rua etc.) impõe uma variedade própria, que é a “certa” naquela situação.

Também para Scherre (2005, p. 18) “certo é tudo o que está conforme às regras ou princípios de um determinado grupo dentro dos limites do próprio grupo”. Portanto, é perfeitamente legítimo afirmar que formas como **sastisfeito* e **framengo* fazem parte de uma norma popular totalmente “correta” e apropriada no âmbito da comunidade à qual pertence, como declara Bechara (2005, p. 148).

Analisando as formas linguísticas apresentadas como exemplo pelos autores acima citados, chegamos à conclusão de que seu critério de correção se baseia na questão da adequação da produção linguística do falante em função do grupo social ao qual pertence e aos contextos nos quais se insere. Não se trata, portanto, de formas “corretas” ou “incorretas”, mas sim de formas de expressão mais adequadas ou menos adequadas a determinadas situações de interação verbal (cf. CAMACHO 1981, p. 22 e MATTOS E SILVA 2004, p. 26) ou, de acordo com terminologia usada por Coseriu (1993, p. 36) e Fiorin (2000, p. 36), de formas “apropriadas” em determinada(s) comunidade(s) e “inapropriadas” em outra(s).

Coseriu (1993, p. 32) distingue três tipos de saberes linguísticos: 1) o saber elocucional, 2) o saber idiomático e 3) o saber expressivo⁸⁰. A ideia de correção idiomática, no entanto, está associada a apenas um deles, o saber idiomático, definido como um saber tradicional de uma comunidade, no qual se tem “tudo aquilo que constitui uma regra, uma

⁸⁰ Schlieben-Lange (1993, p.17-24) também é partidária dessa distinção.

função própria de uma língua” e o desvio a essa regra seria “uma incorreção nessa língua, podendo não sê-lo em outra” (COSERIU 1993, p. 35)⁸¹.

O saber elocucional “se refere a um conjunto de princípios gerais do pensar, inclusive do pensar linguístico, que se manifesta na linguagem” e a “um conhecimento geral humano das coisas, isto é, da realidade extralinguística da qual se fala” (ibid., p. 32). O saber expressivo contém a ideia de “coerência” ou “congruência”, pois no âmbito desse saber não se verifica um “erro” linguístico, mas sim um “erro” no modo de pensar⁸².

O saber expressivo é definido como “o saber estruturar textos, o saber falar em situações determinadas de acordo com os tipos de fatores da situação em que se fala, com a pessoa ou as pessoas a quem se fala, de acordo com as coisas de que se fala e com as circunstâncias em que se fala” (ibid., p. 35). A esse saber correspondem as noções de “apropriado” e “inapropriado”. Ao fazer uso de uma expressão vulgar em uma circunstância formal, por exemplo, o falante estaria se desviando da realização normal do saber expressivo, o que configura não uma “incorreção idiomática”, mas um discurso “inapropriado”, o qual se desdobra em “inadequado”, em relação às coisas de que se fala, “inconveniente”, em relação ao destinatário do discurso e “inoportuno”, em relação às circunstâncias do falar (id. 2000, p. 79-80).

Rabanales (1984, p. 53), em um trabalho no qual aborda o tema da correção idiomática por um viés lexical, propõe que a oposição absoluta entre as categorias “correto” e “incorreto”, estabelecidas sem levar-se em conta o contexto da produção linguística, seja abandonada. O autor propõe a adoção de outras categorias de oposições, tais como: “culto” e “inculto”, “formal” e “informal”, “genuíno” e “falso”, “necessário” e “desnecessário”, “exato” e “inexato”, de forma que seja possível avaliar o que é adequado ou inadequado de acordo com a situação comunicativa⁸³.

⁸¹ Como exemplo, o autor cita o caso de um falante nativo de catalão ou de italiano que poderia proferir em português as sentenças “vou aí” e *“venho aí” sem fazer distinção entre elas e sem perceber que estaria cometendo um erro, dado que em sua língua não há diferença entre as duas formas.

⁸² Coseriu (1993, p. 32) traz como exemplo um enunciado que configura um desvio à realização normal desse saber. Trata-se da frase “Os cinco continentes são quatro: Europa, Ásia e África”, na qual identifica não um “erro de português”, mas um equívoco no modo de pensar, que ele opta por chamar de “incoerente” ou “incongruente”.

⁸³ O autor fornece exemplos da língua espanhola para cada uma dessas categorias: *anduve / anduviera* e *andé / andara* são, respectivamente, formas “cultas” e “incultas”; *plata / lindo / tragar* são “informais” enquanto *dinero / bello / deglutir* são “formais”; “genuínas” são as formas *carné* e *boxeo* frente às “falsas” *carnet* e *box*, por serem possuidoras de estruturas fonológicas não pertencentes ao espanhol (não são admitidos o –t e o –x ao final de uma palavra que não seja sigla, onomatopeia ou interjeição); *explosar* e *explosionar* são formas “desnecessárias”, por serem sinônimas da surgida anteriormente *explotar*, classificada como “necessária”; formas “inexatas” são *antiproyecto / antidiluviano / retrospectivo* frente às “exatas” *anteproyecto / antediluviano / retroactivo*, dado que ao se confundir uma palavra com outra de pronúncia semelhante, porém de significado distinto, se estará dizendo uma coisa por outra (cf. RABANALES 1984, p. 53).

As noções de “adequado” e “inadequado”, portanto, serviriam a uma classificação ampla para os diversos tipos de “incorrekções linguísticas”. No entanto, consideramos ser necessário abordar tal questão sob duas diferentes perspectivas, a partir das quais uma incorrekção passaria a ser entendida como: 1) uma impropriedade de caráter linguístico e 2) uma impropriedade de caráter social. As impropriedades de caráter linguístico podem ser decorrentes a) da não obediência às regras ortográficas e b) da não observância às regras contidas nas gramáticas normativas. Já as impropriedades de caráter social mantêm relação unicamente com o contexto de produção linguística.

Por se tratar de situações de natureza distinta, abordaremos cada um desses tipos de impropriedades separadamente.

3.2.1 Impropriedades linguísticas

3.2.1.1 Não obediência às regras ortográficas

No Brasil, cabe à ABL, através do VOLP (2009), regular a ortografia da língua portuguesa. Tal obra se ocupa de inventariar o conjunto léxico do português brasileiro conforme às regras de ortografia vigentes no país, de modo que todas as palavras nela contidas constituem a norma ortográfica da língua oficial do Brasil. Os equívocos relativos à ortografia seriam, em função disso, os únicos passíveis de serem classificados como impropriedades, já que são fruto da não obediência a normas oficiais que são prescritivas para todos os falantes. Podem ser qualificadas como casos de infrações às notações ortográficas as grafias **congrego*, **chatisse*, **excessão*, **eterogêneo*.

Há, no entanto, casos que dizem respeito ao âmbito ortográfico que não podem ser julgados em função da não obediência às regras de ortografia. Trata-se dos casos de formas variantes, nos quais geralmente uma forma é considerada invariante e, portanto, goza de maior prestígio (forma *type*) e a outra é tida como a forma variante e de menos prestígio (forma *token*)⁸⁴. Grande parte dos questionamentos dos falantes relativos à ortografia incide sobre tais casos, pois suscitam dúvidas sobre a legitimidade de todas as variantes e geram a necessidade de se obter algum tipo de elucidação quanto à indicação de uma forma preferencial. Contudo, VOLP (2009) se mostra deficitário para cumprir tal função, posto que não fornece ao consulente informações precisas acerca de uma maior legitimidade de uma das

⁸⁴ Com relação à aplicação dos conceitos de *type* e *token* à análise de dicionários de língua, cf. Bugeño Miranda (2005; 2007b).

formas variantes. Em busca de orientação com relação à forma preferencial do par de variantes *covarde/cobarde* no VOLP (2009), por exemplo, o consulente se depara com ambas as formas lematizadas, porém sem nenhuma indicação relativa ao caráter preferencial de uma delas. Sendo assim, o consulente entende que ambas gozam de igual prestígio. Entretanto, se recorrermos a outro instrumento de cunho orientativo publicado pela própria ABL, o DELP (2008), encontramos na entrada *cobarde* uma remissão para o lema *covarde*, o qual se apresenta como verbete completo, e em lexicografia, entende-se que a variante que figura como verbete completo é a de uso preferencial. O mesmo comportamento detectou-se para os pares *abdômen/abdome*, *alarme/alarma*, *amídala/amígdala*, *assoalho/soalho*, *assobiar/assoviar*, *cabine/cabina*, *calidoscópico/caleidoscópico* e *chimpanzé/chipanzê*⁸⁵.

Também relativas ao nível ortográfico são as contribuições oriundas de outras línguas. Muitas vezes, tais contribuições se adaptam às regras da língua alvo, passando a ser consideradas empréstimos linguísticos, e, não raro, são tidas pelos falantes como palavras vernáculas, tamanho seu grau de acomodação à língua que os incorporou. Foi o que ocorreu, por exemplo, com os vocábulos *abajur*, *basquete*, *coquetel*, *clube*, *drinque*, *futebol* e *piquenique*. Já outras incorporações permanecem inalteradas, tais como *background*, *bacon*, *marketing*, *shopping*, *show* e *shorts*. E um terceiro tipo possui uma forma com a ortografia original e outra com a ortografia adaptada aos padrões do português. São exemplos os pares *blackout/blecaute*, *backup/bacape*, *check-up/checape*, *skate/esquete*, *slide/eslaide* e *scanner/escâner*. Nessas situações, da mesma forma que nos casos das variantes ortográficas anteriormente citadas, o falante sente a necessidade de orientação em relação ao uso de uma ou outra forma. Em VOLP (2009), percebe-se uma velada preferência à forma aportuguesada, já que todos os estrangeirismos aparecem no final da obra, em uma seção intitulada “Palavras Estrangeiras”. Para saber se existe uma forma preferencial, o falante deve recorrer a uma segunda fonte de consulta, provavelmente as obras lexicográficas de maior destaque no âmbito da lexicografia nacional. Entretanto, a consulta a esses materiais pode não resultar satisfatória, posto que, muitas vezes, apresentam como forma *type* aquela menos empregada pela comunidade idiomática⁸⁶.

⁸⁵ A forma que aparece primeiro no sistema de barras é a que se apresenta como verbete completo em DELP (2008).

⁸⁶ HouE (2001), por exemplo, apresenta como *type* as formas *esquete* e *escâner*, porém ambas possuem uma frequência de uso muito menor quando confrontadas com suas correspondentes em língua inglesa. No *Google*, aparecem 1.290.000 ocorrências para *skate* frente a 4.050 para *esquete* e 752.000 para *scanner* contra 10.800 para *escâner*. Já Mi (1998) e AuE (1999) lematizam apenas o estrangeirismo, atitude mais condizente com a realidade linguística brasileira, como demonstram os números obtidos. Contudo, consideramos que essa atitude não é totalmente correta, dado que a forma aportuguesada também deveria ter sido lematizada e ser dotada de uma remissão ao estrangeirismo.

Essas informações nos levam a ratificar o que afirmamos acima com relação ao caráter de inventário léxico que assume VOLP (2009), que não se ocupa de avaliar e apontar a possível condição de maior prestígio de uma das formas variantes. Dessa forma, a obra doutrinal da ortografia no Brasil não cumpre satisfatoriamente com as incumbências que seriam de sua alçada.

Reiteramos que, nas situações de variação ortográfica, o emprego de uma ou outra forma (desde que ambas figurem no VOLP (2009)) não acarreta nenhum tipo de impropriedade linguística. Para esses casos, seria mais apropriado falar em uma sanção de tipo social, já que o falante procura, na verdade, uma orientação sobre qual das formas é apontada como mais prestigiosa pelos instrumentos normativos, pois ela seria, teoricamente, a mais empregada pela comunidade idiomática.

Por fim, cabe mencionar um aspecto relativo à ortografia ainda pouco discutido pelos estudiosos brasileiros, que se refere à criação de hipóteses de codificação da língua por crianças em período de alfabetização. Pires (2008, p. 14) afirma que, nesse período, o aluno que grava um vocábulo em desacordo com as normas ortográficas não estaria cometendo um equívoco, mas sim produzindo uma hipótese de como a palavra deveria ser escrita, posto que não domina ainda as regras de codificação linguística. Ainda sobre esse assunto, é interessante destacar o trabalho de Nunes et al (2000). Observando erros ortográficos de crianças com dificuldades de aprendizagem e comparando com os de crianças que não possuíam essa dificuldade, os pesquisadores chegaram à seguinte categorização de erros ortográficos:

- a) erros de transcrição da fala (*istrela, bulacha*);
- b) erros de supercorreção (*sel (céu), ágoa (água)*);
- c) erros por não considerar regras contextuais (*camtor, rrolha*);
- d) erros por não marcar a nasalização (*ainda (aida), nuvei (nuvem)*);
- e) erros por não conhecer a origem das palavras (*jema, omem*);
- f) erros em sílabas complexas (*guada (guarda), quilima (clima)*);
- g) erros por trocas de letras com sons parecidos (*encrassado (engraçado), blástico (plástico)*);
- h) erros de marcação de sílaba tônica (*peixi (peixe), infeiti (enfeite)*).

3.2.1.2 Não observância às regras contidas nas gramáticas normativas⁸⁷

⁸⁷ Parte do conteúdo desta seção já foi exposto em Zanatta (2009a).

Para tratarmos das impropriedades linguísticas decorrentes da não observância às normas presentes nas gramáticas normativas, é preciso operar uma separação metodológica entre a língua falada e a língua escrita. Para tanto, faz-se necessário, primeiramente, reconhecer a existência das seguintes oposições: i) regras contidas nas gramáticas normativas *versus* norma culta falada e ii) regras contidas nas gramáticas normativas *versus* norma culta escrita. Em seguida, é necessário operar uma distinção entre norma culta falada e norma culta escrita, posto que há discrepâncias entre essas duas modalidades linguísticas pelo fato de a escrita estar fortemente atrelada às regras presentes nas gramáticas normativas e nos dicionários⁸⁸. Em função disso, vêm sendo realizados estudos no Brasil que tomam como objeto de análise a língua falada e que buscam apontar quais são as mudanças operadas pelos falantes considerados cultos da língua portuguesa. O Projeto NURC e o Projeto Gramática do Português Falado são exemplos disso. Com base nos dados coletados para a realização de estudos no âmbito de tais projetos, diversos autores puderam confirmar a existência de uma grande distância entre a norma presente nas gramáticas normativas e a fala dos usuários cultos da língua portuguesa (cf, por exemplo, CASTILHO 1989, ALBÁN *et al* 1991 e LOBO *et al* 1991).

A partir do estudo da norma culta falada, inúmeros fenômenos de mudança no português em relação à norma padrão foram identificados. Alguns desses fenômenos já têm se manifestado também na língua escrita, inclusive em textos considerados mais monitorados, como é o caso de textos de jornais e revistas, como apontam Scherre (2005) e Bagno (2005; 2006; 2007). O problema reside no fato de que as inovações linguísticas que vêm ocorrendo na norma culta falada, apesar de algumas já se manifestarem também na norma culta escrita, são condenadas pela norma padrão.

No quadro abaixo, apresentamos alguns fenômenos que se manifestam amplamente na fala da parcela considerada culta da população brasileira e que começam a aparecer também na modalidade escrita da língua⁸⁹:

⁸⁸ É precisamente sobre esse aspecto que Perini (2003, p. 36) se centra para afirmar que há no Brasil duas línguas, uma que se escreve e outra que se fala. Segundo o autor, esta é a língua materna dos brasileiros, ao passo que aquela deve ser aprendida na escola.

⁸⁹ Tal quadro foi adaptado de Bagno (2007, p. 147-156).

INOVAÇÕES LINGUÍSTICAS	O QUE PREVEEM AS GRAMÁTICAS NORMATIVAS
Colocação dos pronomes átonos: predominância da próclise ao verbo principal. Ex.: <i>Te</i> trouxe um livro da Espanha.	São enumeradas diversas regras e sub-regras que determinam a colocação pronominal, como por exemplo, a regra que diz que não se deve iniciar período com pronome átono. Ex.: Trouxe- <i>te</i> um livro da Espanha.
Emprego do pronome pessoal da terceira pessoa do singular como objeto direto. Ex.: Eu convidei <i>ele</i> para a festa.	Admite unicamente os pronomes do caso oblíquo <i>o/a/os/as</i> . Ex.: Eu <i>o</i> convidei para a festa.
Uso majoritário de <i>a gente</i> para se referir à 1ª pessoa do plural. Ex.: <i>A gente</i> foi ao cinema na semana passada.	Indicação voltada ao uso do pronome pessoal reto <i>nós</i> . Ex.: <i>Nós</i> fomos ao cinema na semana passada.
Não-concordância na ordem verbo-sujeito, dado que o verbo é analisado como impessoal. Ex.: <i>Sobrou</i> alguns livros na estante.	Exigência da concordância com o sujeito posposto ao verbo. Ex.: <i>Sobraram</i> alguns livros na estante.
Mudanças na regência verbal. Ex.: <i>Assistir o</i> <i>Obedecer o</i> <i>Chegar em</i> <i>Ir em</i>	Reconhece apenas as regências previstas na norma padrão. Ex.: <i>Assistir a</i> <i>Obedecer a</i> <i>Chegar a</i> <i>Ir a</i>
Uso do verbo <i>ter</i> impessoal, com o significado de existência. Ex.: <i>Tinha</i> muita gente no protesto.	Prescreve o uso do verbo <i>haver</i> e condena o uso do verbo <i>ter</i> com o significado de existência. Ex.: <i>Havia</i> muita gente no protesto.
Contração da preposição <i>de</i> com o artigo definido que introduz sujeito de infinitivo. Ex.: O fato <i>dele</i> beber agrava a situação.	Rejeita a contração. Ex.: O fato <i>de ele</i> beber agrava a situação.

Quadro 6: Inovações linguísticas em relação às regras presentes nas gramáticas normativas

Todos esses fenômenos são, do ponto de vista da gramática normativa, incorreções linguísticas. Apesar de classificarmos tais construções como impropriedades advindas da não observância às regras presentes nas gramáticas, temos claro que esses fenômenos indicam mudanças e que estamos diante de indícios de reorganização do sistema linguístico do português brasileiro. Frente a isso e de posse de dados obtidos a partir de estudos empíricos, os linguistas vêm defendendo que é preciso fazer uma renovação no quadro normativo vigente no Brasil, ou seja, é preciso refletir sobre a norma ideal do português brasileiro à luz das mudanças observadas, a fim de que os instrumentos normativos sejam atualizados a partir da incorporação desses fenômenos próprios da norma real. Dito em outros termos, os linguistas defendem o estabelecimento de uma norma ideal que, de fato, reflita a norma real dos falantes

escolarizados. Nesse sentido, parece-nos que seria mais adequado, tendo em vista a situação da norma ideal no Brasil, classificar tais fenômenos como adequados à modalidade linguística falada e inadequados à modalidade escrita. Essa classificação, entretanto, não mais poderá ser feita a partir do momento em que as realizações já legitimadas na língua falada passarem a ser consideradas a norma ideal do português brasileiro. E já há um consenso entre os estudiosos da linguagem de que o problema da norma somente será amenizado quando for estabelecida a norma ideal no Brasil tomando por base a norma real da parcela escolarizada da comunidade idiomática. Porém, essa é a maior dificuldade a ser transposta, posto que não foi definido ainda onde se deverá buscar essa norma real a ser convertida em norma ideal, como já discutimos na Introdução e no primeiro capítulo da dissertação.

3.2.2 Impropriedades sociais

No âmbito das impropriedades de cunho social, avalia-se o desempenho linguístico dos falantes aplicando unicamente os critérios de adequação e inadequação em relação ao contexto no qual se dá sua produção linguística. Tal avaliação recai basicamente sobre o nível léxico. Sendo assim, o emprego de vocábulos marcados diafasicamente deveria ser avaliado em termos de uma violação social, e não linguística, dado que o falante não está cometendo nenhum tipo de impropriedade linguística ao escrever ou proferir, por exemplo, as palavras dos grupos abaixo, retiradas de AuE (1999):

- 1) portadoras da marca “chulo”: *bolinar, cagada, caralho, merda, peidar*;
- 2) portadoras da marca “pejorativo”: *amancebar, versejar, demagogice, velharia*;
- 3) portadoras da marca “depreciativo”: *branquelo, burguês, cartola, dramalhão, politicagem*;
- 4) portadoras da marca “poético”: *alígero, aljôfar, austrífero, avena, flavo, ignívomo, infido, latíbulo*⁹⁰.

Tampouco seria uma impropriedade empregar as palavras dos grupos (1), (2) e (3) em contextos pragmáticos bastante informais, e as palavras do grupo (4) em contextos formais. Porém, o falante estaria cometendo uma impropriedade social ao empregar os conjuntos léxicos arrolados nos grupos (1), (2) e (3) em um contexto formal e, da mesma forma, utilizar os vocábulos elencados no grupo (4) em um contexto informal ou familiar. Perini (2000, p. 25), ao abordar essas questões, afirma ser “‘errado’ escrever um livro de economia em

⁹⁰ Atrevemo-nos a afirmar, de maneira intuitiva, que o emprego dessas unidades léxicas portadoras da marca “poético” provoca hilaridade, ao passo que as palavras providas de marcas disfemísticas provocam repúdio.

coloquial” e “igualmente ‘errado’ namorar ou conversar com os amigos utilizando o padrão”, pois cada variedade linguística possui suas próprias esferas de uso.

Em suma, podemos afirmar que todas as questões tratadas acima evidenciam a necessidade de se encarar o tema da correção idiomática levando em conta, na medida do possível, as particularidades referentes a cada um dos níveis de organização da linguagem e buscando elaborar maneiras de avaliar os potenciais equívocos dos falantes de forma mais criteriosa, separando as impropriedades de caráter linguístico daquelas de caráter social⁹¹.

Nesse intuito de chegar a um conceito de “correção idiomática” o mais preciso possível, diversos estudiosos propuseram critérios que pudessem servir de fundamentação para sua elaboração, conforme veremos a seguir.

3.3 Alguns critérios de correção idiomática

Ao reconhecer que cada língua e suas variedades possuem normas de correção próprias - fato que não permite se falar em línguas ou variedades melhores ou piores - os estudos linguísticos impeliram os defensores da gramática normativa a repensar a tradição gramatical considerada purista. Cunha; Cintra (2007, p. 5), por exemplo, ao tratarem da noção de correção gramatical, afirmam que

os progressos dos estudos linguísticos vieram mostrar a falsidade dos postulados em que a gramática logicista e latinizante esteavam a correção idiomática e, com isso, deixaram o preceptismo gramatical inerte diante da reação anticorretista que se iniciou no século passado e que vem assumindo, em nossos dias, atitudes violentas, não raro contaminadas de radicalismo ideológico.
Por outro lado, à ideia, sempre renovada, de que o povo tem o poder e a soberania em matéria de língua associa-se, naturalmente, outra – a de considerar elemento perturbador ou estéril a interferência da força conservadora ou repressiva dos setores cultos.

Essas considerações refletem realidades linguísticas ainda hoje em voga. No Brasil, por exemplo, vive-se o impasse de não haver um consenso, primeiramente sobre a necessidade da existência de um modelo de correção idiomática e, em segundo lugar, sobre quais bases deve se assentar tal modelo. Para tal, são necessários critérios que possam contribuir para a solução desses problemas de maneira objetiva e eficaz.

A seguir, apresentamos as reflexões de Jespersen (1947), Ettinger (1982) e Crystal (1997), os quais apresentam critérios objetivos de correção idiomática.

⁹¹ Como veremos nos capítulos 5 e 6, o dicionário tem condições de tratar de forma diferente os fatos linguísticos e os fatos sociais. Daí a importância de se ter como identificar e avaliar esses fenômenos separadamente.

3.3.1 Critérios de Jespersen (1947)

Partindo das considerações de Adolf Noreen, o primeiro linguista a se preocupar em fundamentar a correção idiomática em fatores objetivos (cf. CUNHA 1970, p. 37), Jespersen (1947, p. 121-156) propõe sete critérios a partir dos quais acredita ser possível se fazer correção⁹²:

- 1) critério da autoridade: existência de um poder central do qual emanam recomendações ou determinações que levam ou obrigam a comunidade linguística a se regular pelas normas fixadas⁹³;
- 2) critério geográfico: local em que se fala melhor determinada língua. Geralmente aponta-se a capital do país, por ser o centro cultural e o ponto de confluência de políticos, escritores, intelectuais e da chamada “boa sociedade”;
- 3) critério literário: a correção idiomática usa como modelo a linguagem empregada por grandes escritores⁹⁴;
- 4) critério aristocrático: atribuição de importância à chamada "boa sociedade" a fim de se atingir a correção idiomática⁹⁵;
- 5) critério democrático: o conjunto de usos majoritariamente empregado em uma comunidade linguística configura a correção idiomática⁹⁶;

⁹² Noreen (s.d., apud JESPERSEN 1947, p. 111-121) defende a existência de três critérios principais de correção: 1) critério histórico-literário: trata-se do critério tradicional de correção, pautado no exemplo dos clássicos, tidos como modelares no tocante à correção de linguagem; 2) critério histórico-natural: toma por base a doutrina segundo a qual a linguagem é um organismo que melhor se desenvolve em estado de completa liberdade, sendo nocivo todo e qualquer intento de dogmatizá-la; 3) critério racional: baseado no princípio da economia de esforço (tanto do falante quanto do ouvinte) expressado na seguinte fórmula “o melhor é o que pode ser apreendido mais exata e rapidamente pela audiência presente e pode ser produzido mais facilmente por aquele que fala”. Após apontar o caráter arbitrário do primeiro critério e o caráter absurdo do segundo, quando levado a suas naturais consequências, Noreen considera válido apenas o critério racional. Segundo Bechara (2000), a relativa inoperância do critério histórico-literário se deve ao fato de que nem tudo o que os clássicos do passado usaram tem ou pode ter vigência hoje. Afirma ainda que, do ponto de vista linguístico, são muito frágeis as razões que justificam a escolha de um período histórico em detrimento de outro também do passado. Entretanto, tal critério foi, durante muito tempo, a orientação adotada pelos materiais que se ocupavam da correção idiomática, ainda que estudiosos tivessem alertado para o perigo de tal procedimento. Quanto ao critério histórico-natural, tanto Noreen quanto Jespersen consideravam absurda e anárquica essa maneira de encarar a questão do correto e do incorreto em linguística. E com relação ao critério racional, Jespersen (1947, p. 120) o caracteriza como individualista e atomístico, posto que divide excessivamente a comunidade linguística em indivíduos particulares, deixando de lado a noção de conjunto.

⁹³ Enquadram-se nesse critério as Academias de Língua, tais como a RAE, a Académie Française e a Academia della Crusca.

⁹⁴ Tal critério equipara-se ao critério histórico-literário apresentado por Noreen, incluindo a fragilidade de sua aplicabilidade prática (ver nota 92).

⁹⁵ A grande questão que se insurge no tocante a esse critério é determinar que parcela da sociedade integra essa classe de falantes.

- 6) critério lógico: a correção idiomática está intimamente relacionada com as leis gerais do pensar, sendo delas dependente, de modo que será considerada modelar a variedade possuidora de maior logicidade;
- 7) critério estético: a correção idiomática está sujeita ao sentimento estético ou à sensibilidade artística dos falantes (linguagem correta equivale à linguagem bela).

Após apresentar e tecer diversas considerações acerca de cada um dos sete critérios de correção, Jespersen (1947, p. 155) confessa que se sente como se estivesse no início da discussão, sem ter nas mãos critérios cientificamente sólidos e capazes de permitir um juízo definitivo.

3.3.2 Critérios de Ettinger (1982)

Ocupando-se das questões relativas ao estabelecimento de uma norma prescritiva, Ettinger (1982, p. 373-378) propõe os seguintes critérios: a lógica, a tradição, a dignidade, a pureza da língua, a estética, a sonoridade, a autoridade dos escritores, das Academias e da Corte, ademais do critério sociológico. O autor, no entanto, não se detém em cada um desses critérios, os quais considera pouco convincentes do ponto de vista linguístico e, em função disso, de pouca aplicabilidade. Ettinger (1982, p. 375) apenas descreve em linhas gerais o critério sociológico e o critério da pureza da língua.

De acordo com o critério sociológico – que equivale ao critério aristocrático proposto por Jespersen (1947) – a norma provém dos usos linguísticos de determinada camada social. Tomando como exemplo a língua francesa, o autor relata que a pertinência a uma classe social de maior prestígio teria sido, na França, o único critério decisivo para o estabelecimento da norma prescritiva do francês. Anteriormente à Revolução Francesa, o “bon usage” referia-se unicamente ao comportamento linguístico dos membros da Corte. Atualmente, embora não faça sentido falar-se em Corte, o critério sociológico persiste sob a ideia de se adotar as realizações linguísticas de um determinado grupo social como modelo ideal de língua.

Ao tratar do critério da pureza da língua, Ettinger (1982, p. 375) faz alusão à “qualidade moral” de uma determinada variedade linguística a disfarçar ideias elitistas que classificam os fatos de língua como “bons” ou “maus”, sem que sejam dadas explicações

⁹⁶ Tal critério se aproxima do fator histórico-natural apontado por Noreen. Apesar da fragilidade do critério democrático, Jespersen (1947) reconhece que ele tem vigência ainda nos dias de hoje, através da importância atribuída ao “uso”, considerado a autoridade máxima para esclarecer dúvidas no âmbito da correção idiomática.

sobre como se chegou a tais conclusões. O autor faz referência também à “qualidade histórica” imputada a certa variedade, a qual determina que tudo que é antigo é bom e que toda transformação linguística significa decadência e deve, portanto, ser contida. Exemplificando tal afirmação, destaca o empenho da França em desterrar os anglo-americanismos.

Para Ettinger (1982, p. 361-370), “o único critério válido” para o estabelecimento da norma prescritiva é o estatístico ou da frequência. Segundo ele, não faz sentido, nos dias de hoje, recorrer-se à norma de uma camada social mais elevada. Sendo assim, a norma prescritiva se aproxima bastante de uma norma puramente “estatística”.

Pensando especificamente na situação do Brasil, seria inviável se valer apenas do critério estatístico para a definição de um modelo de correção idiomática, dada a grande influência que as diferenças sociais exercem sobre o uso da língua portuguesa. Sem levar em conta esse fato, seria bastante difícil chegar a um modelo de orientação linguística satisfatório.

3.3.3 Critérios de Crystal (1997)

Crystal (1997, p. 3), questionando-se sobre a origem das regras da gramática tradicional, elenca as seguintes possibilidades: do grego e do latim, da língua escrita e da lógica.

Com relação ao grego e ao latim, o autor afirma que “a forma imutável dessas línguas, o prestígio elevado que possuem na educação européia e o indiscutível brilhantismo da literatura clássica foram os motivos que levaram os gramáticos de outras línguas a adotá-las como modelo de excelência linguística”⁹⁷.

Quanto à língua escrita, o autor destaca que “a escrita é mais monitorada, possui mais prestígio e permanência do que a fala”⁹⁸. Em função disso, muitas vezes, exige-se que se fale da maneira como se escreve. Por tal critério, dever-se-ia, em inglês, empregar o pronome *whom*, tanto na fala quanto na escrita, em lugar de *who*, fato que não se consuma, dado que o uso de *whom* é mais comum na escrita e no discurso formal, ao passo que *who* é mais empregado no discurso informal. Buscar uma maior aproximação entre as realizações linguísticas na fala e na escrita não é tarefa fácil, já que as regras que as comandam são geralmente muito diversas (cf. CRYSTAL 1997, p. 3).

⁹⁷ [the unchanging form of these languages, the high prestige they held in European education, and the undisputed brilliance of classical literature led to their adoption as models of linguistic excellence by grammarians of other languages]

⁹⁸ [writing is more careful, prestigious and permanent than speech]

No tocante ao critério da lógica, Crystal (1997, p. 3) ressalta que muitas pessoas acreditam que a gramática deveria segui-lo. De acordo com os princípios da lógica, enunciados como *não fiz nada* e *não tenho nada* não poderiam ser proferidos, já que duas negações equivaleriam a uma afirmação. No entanto, a primeira negação é exigida pela posição pós-verbal do pronome indefinido *nada* (caso o pronome estivesse antes do verbo, como em *nada tenho* ou *nada fiz*, não seria empregado o *não*). Segundo o autor, porém, esse fato “nada tem a ver com lógica”.

3.4 Aplicabilidade dos critérios de correção idiomática

A grande maioria dos critérios de correção propostos pelos autores supracitados, como os mesmos apontam, é de pouca aplicabilidade, dado que não são suficientemente objetivos. Há que se considerar, no entanto, a necessidade de se poder contar com certas instâncias que possam servir de alicerce para a geração de uma teoria da correção idiomática, já que a demanda por uma orientação no tocante ao uso da língua emana dos próprios membros da comunidade linguística. Um aspecto importante nesse sentido, diz respeito à identificação dos falantes com a noção de correção que lhes é apresentada, caso contrário será criada uma situação de desconforto, na qual o falante sentirá como imposição uma orientação que vai de encontro às suas expectativas. É necessário, pois, que os falantes possam conviver bem com a orientação linguística que lhes é apresentada.

Do conjunto de critérios listados, consideramos que os critérios histórico-literário, histórico-natural, racional, geográfico, literário, lógico, estético, pureza da língua e a adoção do grego e do latim como modelo de perfeição linguística não se mostram suficientemente objetivos e, portanto, não podem servir de base para a delimitação de uma noção de correção idiomática.

Já os critérios aristocrático/sociológico, democrático, estatístico e o critério da língua escrita poderiam ser empregados, porém com algumas ressalvas. Os critérios democrático e estatístico se assemelham no sentido de que ambos fazem referência aos usos mais difundidos entre determinados membros da comunidade linguística. Entretanto, apenas a aplicação desses critérios não é suficiente para a obtenção de um referencial de correção idiomática. Seria necessário aliar a estes o critério aristocrático/sociológico, o qual prevê a adoção de uma determinada parcela da comunidade linguística como expoente de certo ideal de correção. Considerando-se que os falantes anseiam por uma orientação relativa ao uso de sua língua, nada mais natural do que buscar em sua própria comunidade linguística, mais precisamente

nos usos dos membros definidos como plenamente escolarizados, aquilo que lhes será apresentado como parâmetro de correção linguística. Quanto ao critério da língua escrita, defendemos sua empregabilidade, desde que combinado com o critério aristocrático/sociológico, pois dessa forma, seriam observadas as manifestações escritas (literárias ou não) dos falantes com alto grau de escolaridade. Consideramos tal critério menos arbitrário e mais abrangente do que o critério literário, dado que este prevê a observância exclusiva à linguagem usada por grandes autores de obras literárias, ao passo que aquele pode abarcar diversos gêneros textuais.

Como vimos, a conjunção de dois ou mais critérios torna possível e objetiva a delimitação de um conceito de correção idiomática. Jespersen (1947, p. 156), no entanto, defendia a busca por uma situação ideal, de acordo com a qual seria necessário apenas um critério de correção para julgar o que seria “correto” em uma ou outra língua. Parece-nos que o critério da autoridade poderia desempenhar tal função, na medida em que é dada às Academias a incumbência de legislar sobre as línguas, com o objetivo último de servir de referência e fornecer aos falantes orientação para suas dúvidas relativas ao emprego da língua. Cabe ressaltar, no entanto, que uma adequada postura das Academias frente ao tema da correção idiomática dependerá da forma como encaram sua condição de “instância máxima” no concernente aos assuntos linguísticos. Se sua postura for a de impor regras de forma arbitrária, o resultado será desastroso. Mas se a postura for a de documentar os usos linguísticos da comunidade idiomática e reconhecer dentre tais usos aqueles que podem ser apresentados aos falantes como um ideal de correção, certamente não será gerado nenhum tipo de atrito entre o fato de ansiar por uma orientação linguística e ter que lidar com as orientações emanadas das Academias.

Como exemplos de tradições linguísticas nas quais a existência de entidades responsáveis por orientar os falantes quanto ao uso da língua não gera maiores desconfortos, podemos citar a espanhola, a francesa e a italiana, representadas, respectivamente, pela RAE, pela Académie Française e pela Academia della Crusca. Em função da postura adotada por tais instituições, pode-se dizer que o critério de correção que prevalece nessas tradições é o da autoridade. Nesse sentido, a RAE vai mais além, pois busca legitimar sua autoridade de acordo com o uso real que os falantes de espanhol fazem de sua língua. Sendo assim, há a aplicação conjunta de quatro critérios: aristocrático, democrático, autoridade e estatístico⁹⁹.

⁹⁹ Percebendo a grande quantidade de dúvidas que assolam os falantes de espanhol nos mais diversos níveis de estruturação da linguagem, a RAE decidiu publicar o DPD (2005), obra através da qual fornece recomendações relativas ao uso da língua baseadas “na norma que regula hoje o uso correto da língua espanhola” [en la norma

No caso do Brasil, no entanto, não se pode delegar à ABL as decisões concernentes aos rumos da língua portuguesa, em seus mais diversos âmbitos. Isso porque ainda não contamos com uma doutrina linguística sólida que possa atestar sua autoridade. A ABL é soberana apenas no aspecto ortográfico, pois é através da edição do VOLP que a instituição normatiza a ortografia do português brasileiro¹⁰⁰. Para os demais âmbitos linguísticos, a autoridade termina recaindo sobre as obras lexicográficas de maior destaque no país.

Sendo assim, o critério da autoridade se aplica no Brasil somente aos aspectos que guardam relação com a ortografia. Resta-nos como opção a aplicação conjunta dos critérios democrático, estatístico, aristocrático/sociológico e da língua escrita, no intento de obter um parâmetro de correção idiomática para o português empregado no país. A conjugação de tais critérios, portanto, torna possível uma abordagem objetiva do tema.

3.4.1 Aplicação dos critérios de correção idiomática por nível de organização da língua e fenômeno de mudança

Todos os fenômenos de mudança arrolados em 2.3.1 podem ser avaliados em função dos níveis de organização da língua em que se enquadram e dos quatro critérios de correção idiomática definidos em 3.4, a saber: autoridade, democrático/estatístico, aristocrático/sociológico e língua escrita. Nas seções subsequentes, portanto, aplicaremos tais critérios de correção à análise de grande parte dessas inovações em curso no português brasileiro de acordo com o âmbito linguístico em que ocorrem.

3.4.1.1 Nível fonético-fonológico

Em primeiro lugar, é preciso salientar que as mudanças observáveis nesse nível podem ser divididas em dois grupos: 1) aquelas que têm seu uso difundido entre os falantes plenamente escolarizados, inclusive em situações de fala mais monitoradas e 2) aquelas que têm seu uso estigmatizado. No primeiro grupo estão as mudanças de número (1), (2), (3), (4) e (5). Já no segundo grupo se enquadra a mudança de número (6). Todas podem ser classificadas como variações alofônicas previstas pelo sistema, porém a mudança 6 envolve a

que regula hoy el uso correcto de la lengua española] (cf. DPD 2005, p. XIII)). Esse dicionário conjuga os critérios de vigência, de extensão e de frequência no uso geral culto para efetuar os juízos e recomendações sobre os fenômenos que analisa.

¹⁰⁰ Entretanto, faz-se necessário ressaltar que o VOLP (2009) não é plenamente confiável, já que não se baseia na norma real para estipular a norma ideal. Para mais informações acerca da pertinência do VOLP (2009) e de outros repertórios ortográficos da língua portuguesa, ver Costa (2007).

questão da sanção social. Nesse caso, portanto, existem duas magnitudes envolvidas, uma linguística e uma social. Em função disso, consideramos que as mudanças observadas no nível fonético-fonológico podem ser avaliadas a partir dos seguintes critérios de correção idiomática:

CRITÉRIOS DE CORREÇÃO FENÔMENOS DE MUDANÇA	autoridade	aristocrático/ sociológico	democrático/ estatístico	língua escrita
1) Redução dos ditongos /ey/ a /e/ e /ay/ a /a/ diante de consoantes palatais ou da vibrante simples	✓	x	x	✓
2) Redução do ditongo /ou/ a /o/ em todos os contextos	✓	x	x	✓
3) Ditongação da vogal tônica final seguida de /s/	✓	x	x	✓
4) Pronúncia da consoante escrita “l”, em sílaba travada ou final de palavra, como a semivogal /w/	✓	x	x	✓
5) Apagamento do /r/ em final de verbos no infinitivo	✓	x	x	✓
6) Casos de epêntese	✓	x	x	✓

Quadro 7: Aplicação dos critérios de correção idiomática I

Sabendo-se que tais mudanças se manifestam exclusivamente na modalidade oral, consideramos adequado avaliá-las em função dos critérios de autoridade e da língua escrita, pois sua manifestação na modalidade escrita configura uma incorreção, já que as normas ortográficas do português se encontram fixadas pela ABL. A mudança (6) se configura como uma impropriedade social, pois tem seu uso estigmatizado e seu emprego em contextos mais formais de produção linguística pode ser considerado uma inadequação.

3.4.1.2 Nível ortográfico

A ortografia é o âmbito linguístico no qual a prescrição se manifesta mais fortemente, dado que a ortografia é uma convenção. Nessa condição, não resta alternativa a não ser o prescritivismo.

Sabendo-se que cabe à ABL orientar os falantes no tocante às questões ortográficas, estamos, pois, diante do critério da autoridade, o qual prevalece. Podemos, porém, aplicar também o critério da língua escrita, já que essa modalidade de produção linguística implica observância às regras de ortografia.

Em se tratando especificamente dos casos de variante ortográfica, podemos ainda aventar a possibilidade de aplicação do critério democrático/estatístico. Com base na frequência de uso das variantes, pode-se apontar uma delas como forma preferencial. No âmbito ortográfico, essa parece ser a única circunstância em que o falante poderia, de fato, determinar a norma.

O quadro evidenciando os critérios de correção aplicáveis ao nível ortográfico, então, fica assim:

CRITÉRIOS DE CORREÇÃO	autoridade	aristocrático/ sociológico	democrático/ estatístico	língua escrita
FENÔMENOS DE MUDANÇA				
Ortografia literal	✓	×	×	✓
Variante ortográficas	×	×	✓	×
Legenda: ✓ = critério aplicável × = critério não-aplicável				

Quadro 8: Aplicação dos critérios de correção idiomática II

3.4.1.3 Nível morfológico, nível sintático e nível pragmático

Esses são os níveis da linguagem que oferecem maior problema com relação à modalidade em que se dão as mudanças. Cabe reiterar que todos os fenômenos elencados em 2.3.1 se manifestam na fala. Alguns deles são exclusivos dessa modalidade, ao passo que outros aparecem também na escrita (ver os exemplos arrolados no quadro 6). Nesse ponto, assentam-se as dificuldades, pois nos níveis morfológico, sintático e pragmático se encontram fenômenos que divergem das regras presentes nas gramáticas normativas e que são geradores de um impasse de difícil resolução: de um lado estão certas mudanças na fala que começam a se manifestar na escrita, e do outro estão as regras contidas nas gramáticas normativas que tendem a se impor na tentativa de refrear tais mudanças. Nesse sentido, todos esses fenômenos seriam considerados incorreções decorrentes da não observância às regras presentes nesses instrumentos normativos.

Em função do acima exposto com relação à modalidade linguística em que se manifestam os fenômenos enquadrados nos níveis morfológico, sintático e pragmático, e tendo em vista a quantidade de fenômenos arrolados observáveis nesse nível, optamos por aplicar os critérios de correção apenas àqueles que têm seu uso diagnosticado também na escrita, os quais explicitamos no quadro abaixo:

DE CORREÇÃO FENÔMENOS DE MUDANÇA	CRITÉRIOS	autoridade	aristocrático/ sociológico	democrático/ estatístico	língua escrita
Desaparecimento do pronome <i>vós</i>		×	✓	✓	✓
Uso de <i>a gente</i> como pronome pessoal de 1ª pessoa do plural		×	✓	✓	✓
Uso de <i>you</i> como pronome pessoal de 2ª pessoa do singular		×	✓	✓	✓
Emprego do pronome <i>ele</i> como objeto direto		×	✓	✓	✓
Uso dos pronomes do caso reto em função de complemento		×	✓	✓	✓
Desaparecimento do pronome relativo <i>cuyo</i> , substituído por outras construções com o pronome relativo <i>que</i>		×	✓	✓	✓
Na ordem verbo-sujeito, o verbo é analisado como impessoal, o que acarreta a não-concordância		✓	✓	✓	✓
Casos de regências não consideradas pela norma padrão		×	✓	✓	✓
Colocação pronominal única: próclise ao verbo principal		×	✓	✓	✓
Reorganização do quadro de pronomes pessoais (expansão do uso de <i>you</i> como pronome de 2ª pessoa do singular e restrição do uso de <i>tu</i>)		×	✓	✓	✓
Contração da preposição <i>de</i> com artigo definido que introduz sujeito de infinitivo		×	✓	✓	✓

Legenda: ✓ = critério aplicável × = critério não-aplicável

Quadro 9: Aplicação dos critérios de correção idiomática III

Para avaliar as mudanças que se enquadram nesses níveis, defendemos que devem ser aplicados, conjuntamente, os critérios aristocrático-sociológico, democrático/estatístico e língua escrita. O critério da língua escrita em função de que a ocorrência desses fenômenos nessa modalidade de produção pode servir de indício de que a mudança está em franco processo de instauração ou totalmente instaurada na língua. O critério aristocrático/sociológico se faz necessário, pois é preciso tomar como base a produção escrita da parcela plenamente escolarizada da população brasileira. Por fim, o critério democrático/estatístico permite que se tenha uma noção do uso dessas inovações na língua em termos quantitativos.

3.4.1.4 Nível léxico-semântico

O aspecto de maior relevância a ser abordado nesse nível se refere à questão dos neologismos. Por se tratar de um fenômeno altamente instável na língua, toda criação neológica deve ser abordada com prudência. Com relação aos neologismos de signo, deve-se avaliar se sua criação é fruto de um processo de conceitualização, ou seja, da necessidade de se nomear um conteúdo semântico inovador, como é o caso de *mensalão*, *valerioduto*, *malufar*, *lular* ou se se trata de contribuições advindas de outras línguas que não possuam um equivalente na língua alvo, tais como *impeachment*, *apartheid*, *airbag*, *blog*, *jogging*, *marketing*, *overbooking*, *papparazzi*. Nesses casos, o surgimento de um novo item lexical é inevitável e sua incorporação à língua é praticamente certa¹⁰¹.

Com relação ao ingresso de estrangeirismos que possuam um equivalente na língua alvo, tais como: *teenager*, *brother*, *chauffer*, *delivery*, *show* e *abstract*, e à criação de neologismos de significado (como os expostos em 2.3.1), recomenda-se acompanhar sua evolução e verificar se terão seu uso difundido, a fim de proceder à sua inserção ou não nos instrumentos normativos, mais especificamente nas obras lexicográficas. Como afirma Chagas (2008, p. 150), a língua comporta o constante surgimento de inovações, mas o fato

¹⁰¹ Morales Pettorino (2007, p. 83-88), tratando da incorporação de anglicismos no espanhol (mais especificamente na variedade chilena), evidencia uma postura com a qual concordamos plenamente. O autor defende que deve haver um equilíbrio entre a inclusão de estrangeirismos que são relevantes ou necessários e aqueles que são supérfluos, e afirma que “a língua estrangeira deve ser entendida como uma ferramenta de cultura e de comunicação com outros povos. Coisa muito diferente é ‘manuseá-la’ convertendo-a por todos os lados em um signo de pedantismo, utilizando-a quando não há nenhuma necessidade de fazê-lo, como ocorre em nosso país, particularmente na pseudocultura do comércio e da propaganda mercantil” [la lengua extranjera debe tomarse como una herramienta de cultura y de comunicación con otros pueblos. Cosa muy distinta es ‘manosearla’ convirtiéndola por doquier en un signo de pedantería, utilizándola cuando no hay ninguna necesidad de hacerlo, como ocurre en nuestro país, particularmente en la seudocultura del comercio y de la propaganda mercantil] (MORALES PETTORINO 2007, p. 88).

crucial é que “nem toda inovação vinga, nem toda inovação é realmente incorporada e difundida pelos falantes de uma determinada comunidade”. Daí a necessidade de haver um permanente acompanhamento das inovações linguísticas.

Nesses casos, portanto, poder-se-ia aplicar o critério democrático/estatístico para avaliar como adequada ou inadequada a incorporação desses neologismos pelos dicionários¹⁰², como expresso no quadro a seguir:

FENÔMENOS DE MUDANÇA \ CRITÉRIOS DE CORREÇÃO	autoridade	aristocrático/ sociológico	democrático/ estatístico	língua escrita
neologismos de signo	x	x	✓	x
neologismos de significado	x	x	✓	x
Legenda: ✓ = critério aplicável x = critério não-aplicável				

Quadro 10: Aplicação dos critérios de correção idiomática IV

Avaliados todos os fenômenos de mudança arrolados nas páginas precedentes, teremos condições de observar os dicionários de língua portuguesa a fim de verificarmos se tais fenômenos são abordados e, caso a resposta seja afirmativa, avaliarmos como são tratados nessas obras. Porém, antes de efetuarmos essa análise, julgamos necessário tecer reflexões acerca de uma teoria da concepção do dicionário semasiológico, o que será feito no capítulo seguinte.

¹⁰² Para uma satisfatória avaliação desses fenômenos, seria de grande valia a elaboração de bancos de neologismos que fossem permanentemente atualizados. No caso do português, ainda não contamos com nenhum banco de neologismos disponível para consulta. Já para o espanhol, o Instituto Cervantes disponibiliza um, atualizado até o ano de 2007, no endereço <http://cvc.cervantes.es/obref/banco_neologismos/busqueda.asp>. A língua italiana também conta com um banco de neologismos, disponível no endereço <http://www.treccani.it/Portale/sito/lingua_italiana/neologismi/>.

4 CONSIDERAÇÕES PARA UMA TEORIA DA CONCEPÇÃO DO DICIONÁRIO SEMASIOLOGICO

Neste capítulo destacamos a importância de se tratar do tema da normatividade atrelando-o a uma teoria da concepção de um dicionário de orientação semasiológica, tendo em vista o fato de que, necessariamente, as informações de caráter normativo contidas na obra lexicográfica são apresentadas ao consulente dispersas entre os componentes que a constituem. É preciso salientar, entretanto, que não contamos ainda com essa teoria. Em função disso, fomos impelidos a definir quais são os componentes principais de um dicionário semasiológico e delimitar quais informações normativas são passíveis de figurar em cada um deles, de modo a garantir a máxima eficiência do instrumento lexicográfico.

Nas páginas a seguir, portanto, apresentaremos e discutiremos aspectos fundamentais relativos à organização de dicionários, em especial, de dicionários de orientação semasiológica.

4.1 Os componentes canônicos

Segundo Hausmann; Wiegand (1989), Hartmann (2001, p. 56-68) e Hartmann; James (2001, s.v. *megastructure* e s.v. *structure*), uma obra lexicográfica apresenta diferentes componentes, ou níveis de estruturação, que devem estar orientados por uma série de princípios organizacionais, responsáveis por garantir sua eficiência.

Hartmann (2001, p. 58-59) denomina a somatória do conjunto de princípios organizacionais que constituem uma obra lexicográfica de megaestrutura [*megastructure*]. Para o citado autor, os componentes que podem conformar a megaestrutura de um dicionário são quatro: macroestrutura, microestrutura, medioestrutura e *outside matter*¹⁰³, o qual se subdivide em *front matter*, *middle matter* e *back matter*¹⁰⁴. Claro está que nem todas as obras lexicográficas apresentam todos os componentes acima mencionados, e que alguns deles, dependendo do tipo de obra que se pretende e o público usuário a que ela se destina, podem ser dispensáveis. Também é importante ressaltar que, devido à escassez de estudos acerca do

¹⁰³ O *outside matter* abarca tudo aquilo que não constitui a nomenclatura do dicionário propriamente dita: a introdução do dicionário (se houver), a lista de abreviaturas, as ilustrações, os apêndices linguísticos, as referências bibliográficas, etc. (cf. HARTMANN 2001, p. 57-62 e HARTMANN; JAMES 2001, s.v. *outside matter*).

¹⁰⁴ O *front matter* corresponde às partes introdutórias da obra lexicográfica, o *middle matter* é conformado pelas informações interpostas entre a macro- e a microestrutura, e o *back matter* corresponde aos apêndices localizados após as nomenclaturas principais. Os conceitos de *front matter* e *back matter* serão retomados em 4.1.4 e 4.1.5, respectivamente.

front matter e do *back matter*, não foi estabelecida ainda uma tarefa específica para tais componentes, nem tampouco se definiu com precisão que classe de informações deve figurar nesses espaços.

Em função da flagrante supremacia de uns componentes sobre outros e da relação estabelecida entre a delimitação dos traços característicos de uma obra e a definição de suas partes constituintes, Farias (2009, p. 57-58) fala em “componentes canônicos” de um dicionário. Para o caso específico dos dicionários de orientação semasiológica, Bugueño Miranda; Farias (2008, p. 137) propõem que se considere como componentes canônicos a macroestrutura, a microestrutura, a medioestrutura e *front matter*, atentando para o fato de que a qualidade e a efetiva utilidade de uma obra lexicográfica dependem da correta definição desses componentes. Ainda nesse sentido, Bugueño Miranda (2003; 2004; 2005) alerta que a probabilidade de se gerar parâmetros macro-, micro- e medioestruturais eficientes aumenta quando se correlaciona tais componentes canônicos a uma definição taxonômica da obra lexicográfica e a um perfil de usuário, pois a conjunção de todas essas variáveis determinará a quantidade, a qualidade e a forma como as informações devem ser apresentadas no dicionário, a fim de que seja gerada uma ferramenta efetivamente eficaz¹⁰⁵.

4.1.1 A macroestrutura

Hausmann; Wiegand (1989, p. 328) definem a macroestrutura como “o conjunto ordenado de todos os lemas do dicionário”¹⁰⁶. Segundo Bugueño Miranda (2007, p. 261), a definição da macroestrutura de um dicionário deve ser orientada pelas seguintes questões:

- a) quantas unidades devem constituir o conjunto de entradas ordenadas?
- b) que tipo de unidades constituem ou podem constituir esse conjunto de entradas ordenadas?
- c) como dispor esse conjunto de entradas ordenadas?
- d) como resolver o problema da escolha entre formas mais legitimadas frente a outras menos legitimadas?

¹⁰⁵ Estudos acerca da definição taxonômica das obras lexicográficas podem ser encontrados em Haensch et al (1982), Martínez de Sousa (1995), Landau (2001), Hartmann, James (2001), Biderman (2001), Swanepoel (2003) e Welker (2004). A questão do perfil de usuário dos dicionários é um tema ainda pouco abordado em lexicografia. São escassos os trabalhos que buscam fundamentar a elaboração de dicionários a partir das necessidades do usuário a que se destinam. Nesse âmbito, destacam-se os trabalhos de Damim (2005) e Farias (2006; 2009), porque desenvolvem um perfil de usuário para o dicionário escolar, de modo que as necessidades específicas desse público servem de ponto de partida para a definição das informações que deve conter esse tipo de obra, e Bugueño Miranda (2008), que trata da definição de um perfil de usuário de dicionários de aprendizes.

¹⁰⁶ [the ordered set of all lemmata of the dictionary]

Com base nas informações acima, podem-se considerar como pertinentes ao componente macroestrutural todas as questões relacionadas com a seleção e a ordenação do material léxico. Seguindo nessa mesma linha, Bugueño Miranda; Farias (2008, p. 137-138) consideram que a definição macroestrutural diz respeito ao estabelecimento do número de verbetes que o dicionário conterá, bem como ao tipo de unidades léxicas passíveis de serem lematizadas¹⁰⁷. Ainda conforme esses autores, a definição do conjunto léxico a ser incluído no dicionário corresponde à definição macroestrutural quantitativa¹⁰⁸. Além dessa, deve-se proceder a uma seleção macroestrutural qualitativa, a qual “permite elencar os tipos de unidades que podem fazer parte da macroestrutura” (cf. BUGUEÑO MIRANDA; FARIAS 2008, p. 138). Esses dois parâmetros de seleção macroestrutural devem ser aplicados com base no tipo de obra pretendido e no público-alvo a que ela se destina.

Com relação à ordenação do material léxico, os dicionários semasiológicos apresentam uma ordenação do léxico por significantes¹⁰⁹. Já com relação à seleção do material léxico, esse tipo de obra não costuma estabelecer critérios para a seleção macroestrutural, dado que funciona como um inventário linguístico, ou seja, caracteriza-se por recolher o maior número de vocábulos pertencentes a uma determinada língua. Gostaríamos de ressaltar que não abordaremos todas as questões que permeiam o processo de seleção e ordenação do material léxico de um dicionário semasiológico, pois para a realização de nosso estudo a informação relativa ao âmbito macroestrutural de maior relevância diz respeito ao tratamento dispensado às variantes ortográficas.

Pode-se dizer que a indicação da forma ortográfica das palavras é um aspecto intrinsecamente normativo nos dicionários, já que eles devem apresentar a grafia conforme as normas preestabelecidas. No caso de variantes ortográficas, espera-se que o dicionário informe, através de algum mecanismo, a existência de uma forma de uso preferencial. Para proceder à lematização de variantes ortográficas nos dicionários gerais, é indispensável que se estabeleça previamente uma teoria da norma ideal que tome por base a norma real, pois

¹⁰⁷ Landau (2001, p. 99 e ss.) apresenta uma definição mais abrangente, considerando como problemas de ordem macroestrutural a quantidade de entradas, a tipologia das unidades léxicas lematizadas, o tratamento da homonímia, o arranjo das unidades (utilização de subentradas [*run-on entries*]), o tratamento dispensado às informações sintagmáticas (tais como os *idioms*) e os critérios de lematização. Entretanto, a definição proposta por Landau (2001) não é completamente satisfatória, dado que mescla problemas de ordem macroestrutural com problemas próprios do componente microestrutural.

¹⁰⁸ Bugueño Miranda; Farias (2008, p. 138) defendem a necessidade de se proceder a uma definição macroestrutural quantitativa para evitar a tendência dos dicionários a arrolar grande quantidade de lemas de escassa ou nula utilidade para o consulente, provocando o que denominam “inchaço macroestrutural”.

¹⁰⁹ Os dicionários semasiológicos optam por esse tipo de ordenação em função da polissemia, já que a semasiologia consiste numa abordagem do léxico que descreve a polissemia de uma unidade léxica, bem como a relação entre suas várias significações (cf. DIRVEN; MARJOLIJN 2004, p. 26).

somente dessa forma o dicionário poderá definir qual é o *type* e o(s) *token(s)*. Essa discussão será retomada mais detalhadamente em 5.2.2.2.2.

4.1.2 A microestrutura

De acordo com Hartmann (2001, p. 64-65) e Landau (2001, p. 99), a microestrutura pode ser definida como o conjunto ordenado de todas as informações dentro do verbete¹¹⁰. Hartmann; James (2001, s.v. *microstructure*) acrescentam ainda que a microestrutura “fornece informação detalhada sobre a palavra-entrada, com comentários sobre propriedades formais e semânticas (ortografia, pronúncia, gramática, definição, uso, etimologia)”¹¹¹. Essas informações devem obedecer a um programa de informações microestruturais, que, de acordo com Hausmann; Wiegand (1989, p. 340-349), corresponde à configuração de um conjunto de informações que podem estar presentes no verbete. A esse conjunto de informações dá-se o nome de “programa constante de informações”, doravante PCI (cf. BUGUEÑO MIRANDA; FARIAS 2006). A adoção de um PCI para a microestrutura do dicionário facilitaria a consulta à informação por parte do usuário, já que “os tipos de respostas são sempre dados na mesma ordem e com a mesma formalização (...), pois o acesso às informações deve ser rápido, econômico e não-ambíguo” (cf. DUBOIS; DUBOIS 1971, p. 10)¹¹². Todas as informações previstas para o PCI devem ser funcionais e estrategicamente organizadas, de modo que o verbete constitua um conjunto padronizado de informações, no qual tanto a presença quanto a ausência de uma determinada informação seja significativa.

Para reconhecer a relevância da presença ou ausência de informações no interior de um verbete, é preciso abordar a oposição entre “microestrutura abstrata” e “microestrutura concreta”, proposta por Hausmann; Wiegand (1989, p. 344-349). A microestrutura abstrata corresponde ao PCI, configurando, portanto, um conjunto pré-determinado de tipos de informações passíveis de figurar nos verbetes. A microestrutura concreta corresponde ao conjunto de segmentos informativos contidos no interior de cada um dos verbetes da obra lexicográfica e é determinada pela microestrutura abstrata. É importante alertar que a microestrutura abstrata vai variar de acordo com a classe gramatical do lema tratado, pois deve dar conta de suas particularidades. Além disso, é necessário salientar que nem todas as

¹¹⁰ Acerca do conceito de microestrutura, ver também Hausmann; Wiegand (1989), Hartmann; James (2001, s.v. *comment* e s.v. *microstructure*) e Welker (2004, p 107-177).

¹¹¹ [provides detailed information about the headword, with comments on its formal and semantics properties (spelling, pronunciation, grammar, definition, usage, etymology)]

¹¹² [les types de réponses sont toujours donnés dans le même ordre et avec la même formalisation (...), car l'accès aux informations doit être rapide, économique et non-ambigu]

informações previstas para a microestrutura abstrata de determinada categoria de palavras podem estar presentes em todos os verbetes incluídos nessa categoria. Pode-se, por exemplo, definir como segmento informativo da microestrutura abstrata de lexemas substantivos a indicação de sinônimos. Contudo, nem todos os substantivos apresentam sinônimos. Nesse caso, esse segmento não constará na microestrutura concreta do verbete classificado como substantivo.

Graças à noção de microestrutura concreta, é possível falar em “grau zero de informação” no verbete (cf. Wiegand 1989, apud FARIAS 2009, p. 114). Isso quer dizer que, mesmo previstas no PCI, certas informações podem estar ausentes na microestrutura concreta, dadas as particularidades de cada signo-lemma e, ainda assim, configurar segmentos informativos do dicionário. Portanto, se o dicionário segue rigorosamente o PCI estabelecido, a ausência de determinadas informações no verbete também possui um valor funcional.

Tão importante quanto a delimitação de um PCI específico para cada categoria morfológica de verbete é definir o número de segmentos informativos que conformarão o PCI, pois, se por um lado, uma grande e variada quantidade de informações no verbete pode ser de muita valia para o usuário, dado que torna a consulta extremamente rica, por outro, pode ser onerosa para o consulente, que precisaria “interpretar” o valor e a função dos segmentos informativos presentes no verbete. Cabe também salientar que, além da extensão do PCI, é preciso atentar para sua densidade, isto é, para a forma como cada segmento informativo é preenchido (cf. BUGUEÑO MIRANDA 2009b, p. 62-63). Isso quer dizer que, mesmo previstas para o PCI, certas informações não precisam ser concretizadas. Para ilustrar nossas considerações, tomemos como exemplo a indicação da morfologia flexional no PCI de verbetes de substantivos. Trata-se de uma informação prevista, porém não necessariamente deve aparecer em todos os verbetes de substantivos, mas somente naqueles que fogem às regras de formação de plural e feminino. Confirma-se, portanto, a relevância de se estabelecer e seguir um PCI, pois dessa forma a informação zero constitui, de fato, um segmento informativo.

Outro aspecto relativo à microestrutura diz respeito à organização das informações no verbete. Sobre esse particular, Schlaefler (2002, apud BUGUEÑO MIRANDA; FARIAS 2006 p. 116), preconiza que “os segmentos de um verbete microestruturalmente organizado ganham seu valor informativo (...) não por um encadeamento semântico-sintático ou textual, mas fundamentalmente pela posição destes segmentos no interior da estrutura [*i.e.* do próprio

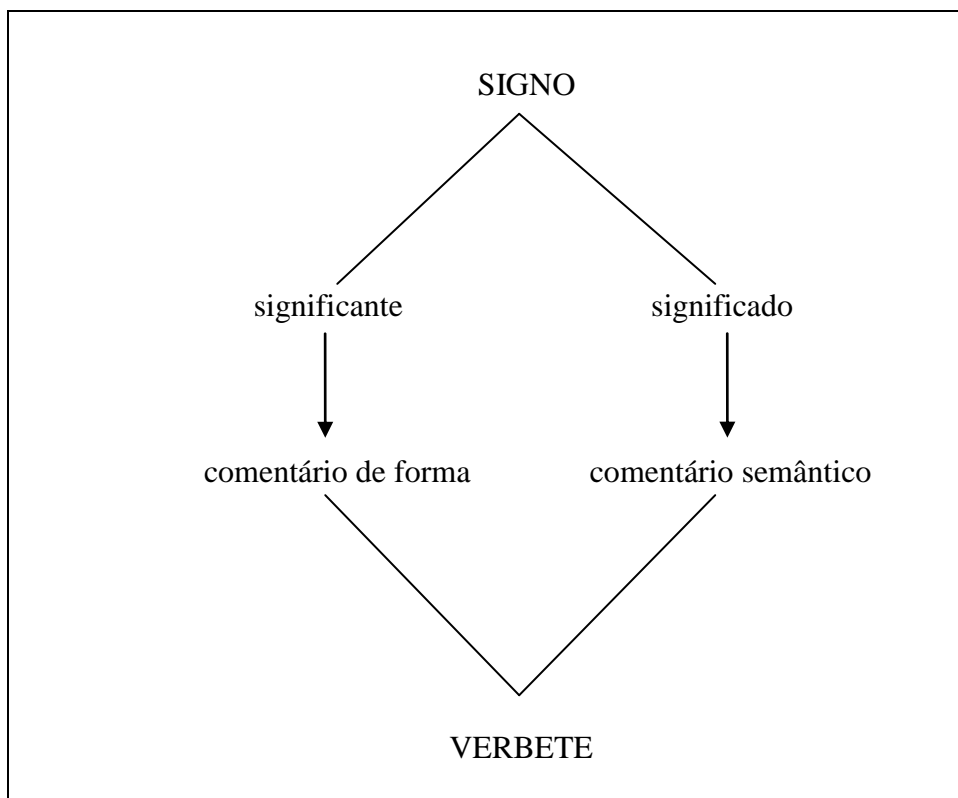
verbete]”¹¹³. Isso significa que o verbete adquire valor não somente pelo conjunto de informações que contém, mas também pela disposição estratégica de tais informações.

Ainda no tocante à organização dos segmentos informativos, Hartmann; James (2001, s.v. *microstructure*) consideram que as informações oferecidas nos verbetes são de diferente natureza: algumas são relativas à forma da palavra-entrada enquanto outras são relativas ao seu conteúdo semântico. Em função disso, achamos pertinente adotar a proposta de Hausmann; Wiegand (1989) para proceder ao estudo do componente microestrutural dos dicionários semasiológicos de língua portuguesa. Para os citados autores, a microestrutura de um dicionário monolíngue deve ser dividida em dois segmentos funcionais: o comentário de forma e o comentário semântico¹¹⁴. De acordo com essa divisão, todo verbete em um dicionário de orientação semasiológica pode ser interpretado à luz da concepção saussuriana do signo linguístico, entendido como uma entidade psíquica dotada de duas faces: significante e significado. Logo, pode-se afirmar que o comentário de forma abarca as informações sobre o signo-lemma enquanto significante (informação fonológica, informação ortográfica, informação morfológica, informação gramatical, etc.) e o comentário de forma compreende as informações sobre o signo-lemma enquanto significado (informação pragmática, sinônimos, antônimos, exemplos, etc.)¹¹⁵. O esquema abaixo ilustra essa divisão:

¹¹³ [Die Segmente eines mikrostrukturell gegliederten Artikels erhalten ihren Informationswert (...) nicht durch semantisch-syntaktische oder textuelle Verkettung, sondern überwiegend durch ihre Position innerhalb der Struktur]

¹¹⁴ Bugueño Miranda (2004), no entanto, aponta a existência de um terceiro tipo de comentário, denominado comentário etimológico, o qual dá conta exclusivamente da informação etimológica. Para esse autor, portanto, a microestrutura está constituída por três comentários: de forma, semântico e etimológico (cf. BUGUEÑO MIRANDA 2009b, p. 61).

¹¹⁵ Seco (1987, p. 16) emprega os termos “primeiro enunciado” e “segundo enunciado” para referir-se, respectivamente, ao comentário de forma e ao comentário semântico.



Esquema 6: Divisão do verbete de acordo com a concepção saussuriana do signo linguístico

Contudo, tendo em vista o objetivo propositivo de nosso trabalho, acreditamos que apenas as noções de comentário de forma e comentário semântico não são suficientes. Nossas propostas exigirão que consideremos também as noções de pré- e pós- comentário de forma e pré- e pós-comentário semântico. O pré-comentário de forma e o pré-comentário semântico podem apresentar índices iconográficos que têm por função alertar o consulente sobre a existência de informações acerca de certas particularidades quanto à forma e/ou conteúdo do signo-lema. Esses índices ficariam situados à esquerda ou imediatamente à direita do lema. O pós-comentário de forma e o pós-comentário semântico conteriam informações explícitas, localizadas no final do verbete e, em alguns casos, precedidas dos símbolos que figuram no pré-comentário. Retomaremos mais detidamente esse assunto no capítulo 6.

Seguindo as orientações de Bugueño Miranda; Farias (2006, p. 117) com relação ao fato de que “o verbete deve possuir uma série de segmentos canônicos, e que ditos segmentos devem ter uma dada organização”, consideramos que o estabelecimento de parâmetros para a inclusão das orientações de cunho normativo na microestrutura do dicionário é crucial, de modo a apresentá-las de forma sistemática e para que sejam de fácil compreensão e funcionais, isto é, tenham um real valor significativo para o consulente. Para tanto, é recomendável que todas as informações presentes no verbete sejam discretas e discriminantes.

Diz-se que uma informação é discreta quando corresponde minimamente aos anseios e/ou necessidades de um consulente e constitui fato de língua ou de norma, isto é, está de acordo com aquilo que os falantes realizam (norma real), e que uma informação é discriminante sempre e quando for efetivamente bem estruturada linguística e “representacionalmente”, permitindo ao consulente tirar algum proveito em relação ao uso ou conhecimento da língua (cf. BUGUEÑO MIRANDA; FARIAS 2006, p. 118-120; 2008, p. 132)¹¹⁶.

4.1.3 A medioestrutura

A medioestrutura é um componente ainda pouco estudado pela metalexiconografia. Sabe-se que a medioestrutura constitui o sistema de remissões entre as diferentes partes do dicionário e que, sendo considerada um componente canônico, deve obedecer a determinados princípios de organização.

De acordo com Hartmann, James (2001, s.v. *cross-reference structure*), a medioestrutura pode ser definida como “a rede de referências cruzadas que permite tanto aos autores quanto aos usuários de uma obra de referência localizar material espalhado em diferentes partes [sc. de tal obra]”¹¹⁷. Cabe a esse componente, portanto, estabelecer relações dentro da microestrutura, entre macro- e microestrutura e entre macro- e microestrutura e *outside matter*. Em Bugueño Miranda; Zanatta (2009), propõe-se a seguinte tipologia de relações medioestruturais:

- a) referências de um segmento macro- ou microestrutural para outro segmento macro ou microestrutural;
- b) referências de um segmento macro- ou microestrutural a qualquer texto externo à macro- ou microestrutura;
- c) referências de um segmento macro- ou microestrutural a outro dicionário.

A obrigatoriedade da presença do componente medioestrutural se justifica, de acordo com Martínez de Sousa (1995, s.v. *remisión*), por dois motivos: 1) para não repetir informação e 2) para ampliar o conjunto de informações que o usuário procura no dicionário.

¹¹⁶ Constitui informação discreta, por exemplo, a indicação sobre a formação do feminino e do plural de algumas unidades léxicas terminadas em *-ão*, dado que na língua portuguesa há mais de uma possibilidade para a flexão dessas unidades. Já a indicação de formas verbais irregulares, por exemplo, constitui informação discriminante, pois auxilia o consulente a tomar conhecimento de que se trata de um verbo dotado de formas que fogem ao paradigma da regularidade verbal.

¹¹⁷ [the network of cross-references which allows compilers and users of a reference work to locate material spread over different component parts]. Acerca do conceito de medioestrutura, ver também Hartmann; James (2001, s.v. *cross-reference structure*), Bugueño Miranda (2003; 2008) e Welker (2004, p. 177-182).

A relevância do estudo do componente medioestrutural dos dicionários reside no fato de que a obra lexicográfica deve estabelecer um sistema de remissões (sobretudo no tocante às variantes ortográficas) que seja simples e efetivo. Para que isso ocorra, é necessário que toda referência medioestrutural 1) leve o usuário rapidamente à informação que o dicionário deseja fornecer, 2) seja sempre elucidativa e 3) seja sempre funcional (cf. BUGUEÑO MIRANDA; ZANATTA 2009a). Bugeño Miranda (2003, p. 4) acrescenta ainda que o sistema de remissões deve ser extremamente simples, de modo que “cada referência cruzada ‘tenha que percorrer’ a menor distância possível e que resulte de uma fácil compreensão para o leitor”¹¹⁸.

4.1.4 O *front matter*

Para Hartmann (2001, p. 65-66), o *front matter* diz respeito à introdução do dicionário e ao índice de abreviaturas linguísticas. Landau (2001, p. 148-151) afirma que se trata do material introdutório, de um guia de uso para o consulente, cujo objetivo é descrever da maneira mais clara possível todo tipo de informação incluída no dicionário. Fato é que o *front matter* não é considerado por muitos autores um componente canônico do dicionário. Bugeño Miranda; Farias (2008), no entanto, o consideram um componente essencial por duas razões: 1) porque permite informar o consulente sobre o que esperar do dicionário e 2) porque serve como manual de instruções para o usuário.

É inegável a função essencial do *front matter* para um bom manejo da obra lexicográfica e um bom aproveitamento das informações que fornece. No entanto, essa função será satisfatoriamente cumprida desde que se estabeleça, também para a elaboração do *front matter*, parâmetros bem definidos, assim como se vem tentando estabelecer para os demais componentes canônicos. Fornari (2008), por exemplo, imputa duas funções básicas a esse componente: (i) apresentar ao consulente os objetivos que o dicionário pretende cumprir e (ii) funcionar como um manual de instruções de uso da obra. Na tentativa de estabelecer parâmetros para a elaboração do *front matter* de um dicionário de falsos amigos espanhol-português, a autora propõe ainda os critérios de abrangência (relevância das informações apresentadas e seu teor de informatividade) e concisão (quantidade das informações apresentadas).

¹¹⁸ Como constatado em Bugeño Miranda; Zanatta (2009), os dicionários semasiológicos de língua portuguesa em uso no Brasil não adotam um sistema coerente de remissões e isso prejudica tanto a obra, que perde qualidade, quanto o consulente, dado que este não é capaz de elucidar suas dúvidas a partir das informações que lhe são fornecidas e tampouco confiar nelas plenamente.

4.1.5 O *back matter*

Hartmann; James (2001, s.v. *back matter*) definem o *back matter* como “aquelas partes componentes do dicionário que estão localizadas entre a nomenclatura do dicionário e o final da obra”¹¹⁹. Landau (2001, p. 148) denomina esse componente genericamente de “apêndices” [*appendixes*] do dicionário. A exemplo do que ocorre como o *front matter*, o *back matter* tampouco é considerado um componente canônico do dicionário. Isso ocorre, em grande medida, porque não se definiu com precisão quais informações podem aparecer nesse espaço. Hartmann; James (2001, s.v. *back matter*), por exemplo, consideram que, em dicionários gerais, o *back matter* pode incluir listas contendo nomes próprios, nomes de lugar, pesos e medidas, hierarquia militar, elementos químicos, provérbios, etc.

Nossa posição, baseada em Landau (2001, p. 148), é a de que esse componente varia em importância dependendo do tipo de obra pretendida. No caso dos dicionários semasiológicos, e considerando as propostas para a apresentação de informações de caráter normativo acerca da morfologia verbal que faremos no capítulo 6, optamos, para efeitos deste trabalho, por considerar o *back matter* um componente canônico dos dicionários de orientação semasiológica¹²⁰.

4.2 O que concerne a cada componente

Cada um dos componentes descritos acima exerce papel essencial para qualificar e possibilitar um bom desempenho à obra lexicográfica. Entretanto, as informações normativas *stricto sensu* costumam aparecer em apenas quatro componentes do dicionário semasiológico de língua: na macro-, na micro-, na medioestrutura e no *back matter*. O *front matter*, usualmente, não contém informações normativas *stricto sensu*, mas sim informações úteis para o bom manejo da obra lexicográfica.

No componente macroestrutural, estão contidas as informações relativas à ortografia literal e às variantes ortográficas. Também concerne a esse componente a lematização de neologismos de signo. Quanto à ortografia literal, são informações que aparecem integradas

¹¹⁹ [those component parts of a dictionary which are located between the central word-list section and the end of the work]

¹²⁰ No capítulo referente ao objetivo propositivo deste trabalho, explicitaremos a importância desse componente. É importante ressaltar, contudo, que não entraremos no mérito de questões teóricas mais aprofundadas acerca do *back matter*, tais como a definição do tipo de material passível de ser abarcado nesse espaço, dado que demandaria estudos metalexográficos bastante aprofundados, envolvendo critérios como a tipologia de dicionários, a função da obra e o público-alvo.

ao signo-lema. Essas informações, como já dissemos, fazem parte do comentário de forma. Trata-se, na verdade, de uma informação microestrutural. Contudo, por uma questão de economia de espaço, o dicionário usa a estrutura de acesso (macroestrutura) para dar conta de um aspecto referente à microestrutura. No tocante às formas variantes e aos neologismos de signo, sua lematização influi diretamente na densidade macroestrutural.

No componente microestrutural está abrigado o maior contingente de informações de caráter normativo. Na microestrutura se encontram as informações relativas ao pré-comentário de forma, ao pré-comentário semântico, ao comentário de forma, ao comentário semântico, ao pós-comentário de forma e ao pós-comentário semântico. Fazem parte do pré-comentário de forma e do pré-comentário semântico os símbolos empregados para indicar o nível de estruturação da linguagem ao qual pertencem as informações. No comentário de forma se encontram as informações referentes ao uso de inicial maiúscula, à ortoépia, à pronúncia de estrangeirismos, à indicação de categoria gramatical, à morfologia e à sintaxe. No comentário semântico estão as informações pertencentes ao nível pragmático, ou seja, as marcas e as notas de uso, e aquelas que se referem ao nível léxico-semântico. Por fim, o pós-comentário de forma e o pós-comentário semântico são conformados pelas informações relativas aos cinco níveis de estruturação da linguagem que aparecem ao final do verbete em campos específicos.

O componente medioestrutural desempenha uma função normativa na medida em que é o responsável por remeter o consulente à forma preferencial de uma palavra (caso das variantes ortográficas) ou a um modelo de conjugação verbal. Esse último aspecto está intimamente ligado ao *back matter*, pois esse componente conterà informações normativas referentes à flexão verbal, mais especificamente, modelos de conjugação dos verbos regulares e dos verbos possuidores de paradigma conjugacional irregular.

Destacamos que a aplicação prática dessas considerações de cunho teórico ocorrerá no capítulo 6 desta dissertação.

5 A NORMATIVIDADE NOS DICIONÁRIOS SEMASIOLOGICOS DE LÍNGUA PORTUGUESA

No presente capítulo, buscaremos encontrar respostas para as três questões que suscitaram a realização desta dissertação:

- a) como os dicionários semasiológicos de língua portuguesa lidam com sua função normativa?
- b) quais são as informações de caráter normativo presentes nos dicionários semasiológicos de língua portuguesa?
- c) como as informações de caráter normativo são transmitidas aos consulentes, ou seja, aos membros da comunidade idiomática brasileira?

Para alcançarmos tal objetivo, analisaremos os seis dicionários semasiológicos de língua portuguesa que conformam nosso *corpus* de estudo - Mi (1998), AuE (1999), HouE (2001), DUPB (2002), DUPC (2004) e CAe (2007) - e buscaremos tecer um panorama da normatividade presente nessas obras.

Nossa análise será dividida em duas etapas. Primeiramente, verificaremos que tipo de informações de caráter normativo são fornecidas pelas obras, quais níveis de estruturação da linguagem essas informações abarcam, em quais componentes canônicos aparecem e de que forma são transmitidas aos consulentes, com vistas a responder às questões acima arroladas. Em um segundo momento, tomaremos como ponto de partida os fenômenos de mudança apontados em 2.3.1 para averiguar se as obras lexicográficas em questão alertam o consulente para esses novos usos linguísticos que se manifestam na norma real do português brasileiro.

Nossa análise terá como embasamento os aspectos teóricos discutidos ao longo dos capítulos precedentes, complementados por outros pontos que serão abordados na sequência.

5.1 A normatividade no dicionário

Como vimos no capítulo 1, a norma linguística pode se referir tanto àquilo que é regular e usual entre os membros de uma comunidade linguística (norma real) quanto a um parâmetro que orienta os usos linguísticos (norma ideal). Baseado nessa distinção e tratando do tema da norma representada nos dicionários, Welker (2004, p. 183-186) aponta para duas questões: 1) a existência de dicionários normativos e 2) o efeito normativo de dicionários em geral.

O dicionário normativo, segundo Martínez de Sousa (1995, s.v. *diccionario normativo*), é aquele que “registra o léxico que se considera padrão”¹²¹. Segundo Malkiel (1989, apud WELKER 2004, p. 183-186), esse tipo de dicionário pretende fornecer ao usuário informações relativas ao uso linguístico “admissível socialmente (ou na escola)”. Sterkenburg (2003, p. 410), por sua vez, abarca a noção de “competência comunicativa” ao definir dicionário prescritivo como “um dicionário que prescreve o uso de itens lexicais em diferentes situações comunicativas”¹²². As obras dessa natureza, em suma, desempenham a função de orientar os falantes em relação ao emprego da língua considerado adequado a certos contextos de produção.

Pautados nessas definições, poder-se-ia pensar que apenas os dicionários normativos são responsáveis pela orientação linguística. Entretanto, como explicitamos acima, fala-se no efeito normativo de dicionários em geral. Isso quer dizer que toda obra lexicográfica é normativa por natureza, ainda que não pretenda sê-lo, já que algumas informações que oferece são, indiscutivelmente, da ordem da prescrição (cf. ZANATTA 2006, p. 40). Ettinger (1982, p. 377) corrobora essa asserção ao declarar que os dicionários “não só informam sobre os elementos léxicos aceitáveis e suas significações, como também fazem afirmações sobre ortografia, pronúncia, nível linguístico, frequência de uso, etc”¹²³. Eles contêm, portanto, uma série de indicações prescritivas. É por isso que os dicionários, segundo Atkins; Rundell (2008, p. 2) “são frequentemente percebidos como um registro autoritário de como as pessoas ‘devem’ usar a língua”¹²⁴ e “regularmente invocados para orientar o uso ‘correto’ [sc. da língua]”¹²⁵. Logo, todo dicionário acaba sendo visto pelos falantes como uma obra de referência e de autoridade.

A distinção apresentada nos parágrafos precedentes é muito relevante para a realização de nossa análise, dado que estamos tratando de obras distintas tipologicamente. Por um lado, temos quatro dicionários gerais de língua: Mi (1998), AuE (1999), HouE (2001) e CAe (2007), e por outro, temos uma obra definida como “dicionário de usos” e outra como “dicionário escolar”: DUPB (2002) e DUPC (2004), respectivamente.

Com relação ao DUPB (2002), é importante ressaltar que o conceito de “uso” é empregado de forma bastante variada em lexicografia e a denominação “de usos” que aparece nessa obra pode ter duas interpretações, sendo que o uso pode ser entendido como: 1) o

¹²¹ [registra el léxico que se considera estándar]

¹²² [a dictionary which prescribes the usage of lexical items in different communicative situations]

¹²³ [no sólo informan sobre los elementos léxicos aceptables y sus significaciones, sino que también hacen afirmaciones sobre ortografía, pronunciación, nivel lingüístico, frecuencia de uso, etc.]

¹²⁴ [are often perceived as authoritative records of how people ‘ought to’ use language]

¹²⁵ [regularly invoked for guidance on ‘correct’ usage]

conjunto léxico efetivamente empregado por uma comunidade linguística e 2) o emprego prescritivo/normativo da língua. Considerando-se que existem certos aspectos que conferem aos dicionários, independentemente de seus objetivos, um viés normativo, é possível afirmar que a especificação “uso” que aparece nessa obra se refere tanto à descrição quanto à prescrição (cf. ZANATTA 2006, p. 77-78). Há ainda outro ponto a ser mencionado, que diz respeito à forma como os dicionários de uso se posicionam frente ao fato de que toda obra lexicográfica possui um caráter normativo. Essa intenção normativa pode aparecer de forma explícita ou pode ser velada. Ripfel (1989, apud WELKER 2004, p. 186), a propósito dos dicionários descritivos, os quais compartilham certas características com os dicionários de uso, diz que é possível fazer uma distinção entre os dicionários descritivos que são realmente descritivos e os que são veladamente normativos pelo fato de privilegiarem certos usos através, por exemplo, da omissão de determinadas unidades léxicas ou da apresentação de abonações oriundas de textos de certos grupos sociais. O autor salienta também que, mesmo os dicionários que almejam ser descritivos são, na verdade, o resultado de julgamentos e de avaliações, desde a escolha dos lemas e dos exemplos até a marcação diassistemática.

Com relação ao DUPC (2004), é discutível sua classificação como dicionário escolar, dado que a inserção de obras dessa natureza em uma tipologia deve ser pautada por diversos critérios. Farias (2009), em trabalho no qual estabelece as bases para o desenho de um dicionário escolar voltado para os estudantes entre 5ª e 8ª série do Ensino Fundamental, apresenta uma proposta de definição taxonômica do dicionário escolar fundamentada no cruzamento de critérios funcionais e linguísticos. Os critérios funcionais têm como ponto de partida o uso efetivo do dicionário, ou seja, pautam-se no potencial usuário da obra e na finalidade da consulta. Os critérios linguísticos se referem ao tipo de informação oferecida pelo dicionário (linguística ou enciclopédica), ao número de línguas representadas (monolíngue, bilíngue ou multilíngue), à perspectiva do ato da comunicação (semasiologia ou onomasiologia) e à concepção diassistêmica ou sinsistêmica da linguagem (cf. FARIAS 2009, p. 36-37). A citada autora, tomando por base os PCN (1997; 1998) e considerando as variáveis idade do consulente e tipo de dicionário, identifica quatro públicos diferentes no âmbito da educação básica. Essa constatação leva Farias (2009, p. 47) a postular que, em uma situação ideal, deveria haver uma obra diferenciada para cada um desses quatro públicos e a propor os seguintes tipos de dicionários:

- dicionário infantil: destinado aos estudantes de 1ª e 2ª série do Ensino Fundamental;
- dicionário intermediário: destinado aos estudantes de 3ª e 4ª série do Ensino Fundamental;

- dicionário escolar: destinado aos estudantes entre 5^a e 8^a série do Ensino Fundamental;
- dicionário para o Ensino Médio: destinado aos estudantes do Ensino Médio.

De acordo com essa proposta de classificação das obras lexicográficas voltadas para os aprendizes de língua materna, somente poderiam ser nomeadas “dicionário escolar” as obras voltadas para estudantes das séries intermediárias da educação básica. DUPC (2004), porém, se destina especificamente “aos escolares não só do ensino médio, mas até dos primeiros anos do ensino superior de qualquer área” (DUPC 2004, p. VII). De acordo com a tipologia proposta por Farias (2009), portanto, essa obra não poderia ser classificada como “dicionário escolar”.

5.1.1 Normatividade explícita e normatividade implícita

Acima vimos que os dicionários são inerentemente normativos e que essa normatividade pode ser explícita ou velada. Essa distinção também se aplica às informações de cunho normativo constantes da obra lexicográfica, que podem, portanto, ser transmitidas ao consulente de forma explícita ou de forma implícita.

No nível fonético-fonológico, podemos dizer que as informações são explicitadas através da transcrição fonética. É preciso, porém, ressaltar que a transcrição é apresentada somente para os casos de estrangeirismos, posto que eles não se adaptam aos padrões ortográficos da língua que os incorpora. Também são explicitadas indicações concernentes à pronúncia nos casos de ortoépia.

Já nos níveis ortográfico, morfológico e sintático, podemos encontrar informações apresentadas ao consulente tanto de maneira explícita quanto de maneira implícita. Com relação à ortografia, a maior parte das informações deveria aparecer de forma explícita, já que o dicionário deve respeitar o conjunto de regras ortográficas previamente estabelecidas pela ABL através do VOLP (2009). O maior problema que se apresenta nesse nível diz respeito aos casos das variantes gráficas. A obra pode, através do *front matter*, deixar explícitos os mecanismos utilizados para indicar a preferência pelo uso de uma das formas e o funcionamento do sistema de remissivas, ou pode não fornecer ao consulente essas informações, fato que o obrigaria a elaborar hipóteses para interpretar a postura adotada pelo dicionário em relação à lematização das variantes.

Nos níveis morfológico e sintático é comum encontrar informações explícitas relativas ao gênero, ao número, à conjugação verbal e à regência verbal e nominal. Há casos, porém,

em que certas informações aparecem unicamente através dos exemplos e abonações. Nessas situações, mostra-se essencial a função do *front matter*, dado que tal componente é responsável por esclarecer ao consulente o funcionamento do dicionário, o que lhe permite manejar adequadamente a obra e tirar um melhor proveito das informações que ela fornece.

No nível pragmático, as informações normativas são explicitadas através da marcação diassistêmica e de indicações de uso.

No nível léxico-semântico, as informações costumam ser explícitas somente nos casos de estrangeirismos, dado que o dicionário demonstra que se trata de uma palavra não-vernácula através de alguns mecanismos, tais como a lematização em itálico, a indicação do país de origem e da pronúncia. Já em se tratando de neologismos, raramente as obras lexicográficas deixam transparecer, explícita ou implicitamente, sua condição de instabilidade na língua através de algum mecanismo (marcas diacrônicas, notas explicativas ou elementos simbólicos).

5.2 Análise dos dicionários semasiológicos de língua portuguesa

5.2.1 Como os dicionários semasiológicos de língua portuguesa lidam com sua função normativa

Estando claro que toda obra lexicográfica possui um caráter normativo, faz-se necessário averiguar a postura adotada pelos dicionários que conformam nosso *corpus* de análise frente a essa condição de guia linguístico. As informações dessa natureza geralmente são explicitadas nas páginas introdutórias do dicionário. Para responder à questão acima posta, portanto, é preciso recorrer ao *front matter* dos dicionários sob estudo.

5.2.1.1 *Mi (1998)*

Descrito como “uma grande e imprescindível obra de referência que renova as possibilidades de estudo, conhecimento e uso correto de nossa língua”, Mi (1998) deixa explícito, já na primeira página de seu *front matter*, sua intenção normativa. Isso, no entanto, não impediu que fosse prevista também uma intenção descritivista, já que a obra procurou “registrar o maior número possível de vocábulos, tanto da linguagem escrita quanto da oral” (cf. Mi 1998, p. IV).

Embora se paute na dicotomia correto/incorreto para qualificar os usos linguísticos, Mi (1998) se mostra mais coerente do que as demais obras sob análise, haja vista o fato de que estas não consideram abertamente a função de instrumento de orientação linguística que lhes é inerente, como veremos ao longo dos subitens que se sucedem.

5.2.1.2 AuE (1999)

Definindo-se como um “verdadeiro código da língua falada e escrita no Brasil e mesmo nos demais países de língua portuguesa”, AuE (1999) se considera herdeiro e atualizador de uma tradição lexicográfica representada por lexicógrafos que se preocupavam em fazer um inventário abrangente do conjunto léxico da língua portuguesa, seus significados e empregos (cf. AuE 1999, p. IX).

Com relação aos usos linguísticos que pretende refletir, AuE (1999) afirma que não está voltado apenas para a língua dos escritores, especialmente os modernos, mas também para a língua dos jornais e revistas, do teatro, do rádio e televisão, ao falar do povo, aos linguajares diversos – regionais, jocosos, depreciativos, profissionais, gírios, etc. AuE (1999) salienta que, dentre os autores dos mais diversos gêneros textuais, os cronistas merecem destaque, “por se mostrarem, em maior ou menor grau, bons espelhos da língua viva”. Também é dado destaque aos letristas de samba, marchas, canções, posto que, “além de captarem a criação linguística popular” são também criadores, inventores de palavras (cf. AuE 1999, p. XI).

Parece-nos, observando essas informações, que AuE (1999) está mais preocupado com a descrição dos usos da língua portuguesa feitos nos países em que é língua oficial, ou seja, seu objetivo é inventariar o conjunto léxico do português. A obra parece abrir espaço à descrição da norma real quando afirma, por exemplo, que registrou “regências numerosas ainda ausentes dos léxicos” (cf. AuE 1999, p. XII).

Não notamos no *front matter* desse dicionário, portanto, uma intenção normativa explícita.

5.2.1.3 HouE (2001)

Essa obra admite possuir certa tendência unificadora e preconiza um português lusofônico, ou seja, busca evidenciar “a compatibilização possível entre a norma culta do

Brasil com a de Portugal e as emergentes dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa” (HouE 2001, p. XIV).

Esse dicionário evidencia seu viés descritivo ao afirmar que se empenhou para registrar de forma mais abrangente possível o acervo léxico da língua portuguesa e “arrolar quase exaustivamente o universo dos seus componentes mórficos: raízes, radicais, afixos, grafemas, cognações, disponibilidades e virtualidades que se encerram nesse acervo” (HouE, *ibid.*). Temos, porém, algumas restrições a essa declaração, pois defendemos que o dicionário não deve se ocupar de virtualidades ou possibilidades do sistema linguístico, mas sim das manifestações efetivamente atualizadas na norma real, dado que não é função do dicionário fixar a língua *a priori*, mas sim registrar os fatos linguísticos.

Sua intenção prescritiva se mostra quando afirma que a “matéria nele registrada é de utilidade imediata para esclarecer inúmeras questões que o consulente possa suscitar” (HouE, *ibid.*).

Constatamos em HouE (2001), por conseguinte, tanto uma intenção descritiva quanto uma intenção prescritiva, porém nenhuma delas está posta de forma explícita.

5.2.1.4 DUPB (2002)

Esse dicionário apresenta uma proposta inovadora no âmbito da lexicografia brasileira, pois tem como objetivo registrar o uso efetivo do sistema linguístico num período e local bem determinados:

O *Dicionário de usos do Português do Brasil* se apresenta como um dicionário da língua escrita no Brasil na segunda metade do século XX. A preocupação de registrar o uso efetivo do sistema linguístico, num período e local bem determinados, torna-o, em vários aspectos, diferente das outras obras do gênero. (DUPB 2002, p. V)

A partir de um *corpus* conformado pela língua escrita em prosa no Brasil a partir de 1950 e que totaliza mais de 70 milhões de ocorrências em textos de literatura romanesca, dramática, técnica, oratória e com predominância da literatura jornalística (por seu idealizador acreditar ser nesse âmbito que as palavras mais circulam) foram selecionadas as mais de 62 mil entradas que conformam a macroestrutura do dicionário.

A obra pretende fornecer ao usuário “uma informação geral de como a língua se organiza” através da apresentação de exemplos que evidenciem “como a língua está sendo efetivamente usada nos textos” (cf. DUPB 2002, p. VII). Percebe-se, portanto, uma intenção explicitamente descritiva. O fato de o critério da frequência no *corpus* ter sido empregado

para o estabelecimento da macroestrutura, para a definição do gênero de certas palavras (*o personagem* ou *a personagem*, por exemplo), para decidir como registrar certos vocábulos possuidores de mais de uma forma de representação ortográfica, tais como *loiro/louro* e *taverna/taberna* corrobora essa intenção descritiva¹²⁶.

Destoa dessa intenção descritiva da língua em uso no Brasil uma breve declaração do editor, situada à primeira página do *front matter*, na qual está posto que DUPB (2002) “vem a ser instrumento indispensável para o uso correto da língua portuguesa” (DUPB 2002, p. V). Temos, portanto, a posição do lexicógrafo que, seguindo o preceito básico da ciência linguística, o descritivismo¹²⁷, almeja descrever o que é de fato realizado pelos falantes de uma comunidade idiomática¹²⁸ e a manifestação do editor, também um usuário do dicionário, que deixa transparecer, através de sua declaração, a ideia de que os falantes conferem ao dicionário o título de “autoridade” em matéria de língua.

5.2.1.5 DUPC (2004)

Tomando por base um *corpus* conformado por cerca de 90 milhões de palavras, DUPC (2004) “procura registrar um espectro bastante abrangente das construções sintáticas e da combinatória léxica da língua escrita no país a partir de 1950” (DUPC 2004, p. VI). Para cumprir seu objetivo de representar o uso do português contemporâneo, DUPC (2004) incluiu no *corpus* literatura de tipologia variada, a saber: romanesca, técnica, dramática, oratória e jornalística, sendo esta a que predomina, por ser onde as palavras mais circulam (cf. DUPC

¹²⁶ É necessário alertar, porém, que o fato de DUPB (2002) estar baseado em um *corpus* não significa que esteja representando integralmente a realidade linguística do Brasil. Em trabalhos anteriores (cf. ZANATTA 2006; 2007), detectamos uma série de incoerências nessa obra, que vão desde a lematização de palavras marcadas como “obsoleto” até a apresentação da forma *type* que é empregada com menos frequência pelos falantes. Sobre esse particular, ver também a análise de DUPB (2002) feita por Fornari; Bugueño Miranda (2006).

¹²⁷ Foi a Linguística Estrutural a principal responsável pelo surgimento e desenvolvimento de uma intenção descritiva da língua, dado que os estruturalistas se ocupavam do estudo da língua em sua imanência, ou seja, levando em conta apenas a estrutura interna do sistema linguístico, e seu objetivo maior era observar e descrever as mudanças que ocorriam na estrutura da língua bem como buscar as regularidades da mudança linguística. Segundo Haensch (1982, p. 125), graças aos seus objetivos bastante delimitados, a linguística estrutural contribuiu com a lexicografia em pelo menos dois aspectos: 1) deu maior importância ao estudo da língua contemporânea, pois até a metade do século XX os estudos estavam voltados para a linguística histórica e 2) as ideias inovadoras da linguística atenuaram o ideal excessivamente purista/normativo vigente na lexicografia tradicional. Em função disso, ocorre um fortalecimento dos estudos sincrônicos da linguagem e a noção de “bom uso” da língua vai passar a coexistir com outras noções advindas da Linguística, posto que esta não queria (e não quer) julgar o emprego da língua como correto ou incorreto, mas sim descrever o que é de fato realizado pelos falantes.

¹²⁸ Trask (2004, s.v. *descriptivismo*) explica que, numa abordagem descritivista, o linguista procura descrever os fatos do comportamento linguístico exatamente como são encontrados, abstenendo-se de emitir juízos de valor sobre o modo como se expressam os falantes nativos da língua.

2004, p. VIII). A real ocorrência no *corpus* determinou a inclusão das unidades léxicas e um contexto explícito de uso evidencia os usos linguísticos da comunidade idiomática brasileira.

Tem-se, pois, que a prioridade de DUPC (2004) é descrever o emprego da língua feito pelos brasileiros a partir da segunda metade do século XX.

5.2.1.6 CAe (2007)

Essa obra, levada a público pela Lexikon Editora Digital, parece ser um primeiro passo no sentido de procurar manter a língua representada no dicionário atualizada, na medida do possível, com a língua efetivamente empregada pelos falantes.

CAe (2007) é constituído de dois dicionários entrelaçados: a versão digital integral do Caldas Aulete original, em sua edição brasileira da década de 1980, e a versão atualizada, com cerca de 86.000 verbetes reformulados ou inteiramente novos, que se somam e superpõem aos originais (CAe 2007, s.p.). A grande inovação de CAe (2007) está no conceito de dicionário com crescimento e atualização permanentes. Isso quer dizer que todos os verbetes da obra podem ser reformulados e adaptados de acordo com as inovações que forem ocorrendo na língua. Além disso, é facilitada a incorporação de novas palavras à medida que se tornem parte do acervo léxico da língua portuguesa. Segundo os organizadores da obra,

o crescimento do *Aulete* é ilimitado, assim como sua atualização, e o usuário as terá sempre em tempo real, à medida que forem sendo feitas, sem novas aquisições, sem novas versões, mediante uma simples atualização a partir de seu computador conectado à internet. Ele será avisado pelo próprio programa de que uma nova atualização está disponível. Assim, o *Aulete internet* será um dicionário sempre ampliado, sempre novo, sempre atual, sempre acessível instantaneamente no mundo inteiro. (CAe 2007, s.p.)

Logo, a intenção de CAe (2007) é eminentemente descritiva. Buscando conciliar a dinâmica da língua com a rigidez do dicionário, tal obra pretende refletir a língua em uso. Se levarmos em conta que, como afirma Haensch (1982, p. 359), “os dicionários não podem registrar mais do que o linguisticamente realizado e, geralmente, com algum atraso e de forma incompleta”¹²⁹, e que, desde o momento em que são publicados já se encontram defasados, pois entre a elaboração da obra e sua publicação, surgem novas palavras de ampla ocorrência enquanto outras estão deixando ou deixaram de ser empregadas pelos falantes (cf. RABANALES 1984), podemos dizer que CAe (2007) se configura como um dicionário ideal.

¹²⁹ [los diccionarios no pueden registrar más que lo lingüísticamente realizado y, por lo general, con algún retraso en el tiempo y de forma incompleta]

Tendo em vista, pois, a natureza peculiar dessa obra, é de se esperar que algumas das inovações linguísticas aventadas em 2.3.1 estejam já contempladas no dicionário¹³⁰.

5.2.1.7 Síntese das informações encontradas no *front matter* dos dicionários analisados

Abaixo apresentamos um quadro no qual sintetizamos as informações obtidas através da análise do *front matter* dos seis dicionários sob estudo:

	Intenção normativa explícita	Intenção normativa implícita	Intenção descritiva explícita	Intenção descritiva implícita
Mi (1998)	✓	∅	✓	∅
AuE (1999)	∅	✓	✓	∅
HouE (2001)	∅	✓	∅	✓
DUPB (2002)	∅	✓	✓	∅
DUPC (2004)	∅	✓	✓	∅
CAe (2007)	∅	✓	✓	∅
Legenda: ✓ = presença; ∅ = ausência				

Quadro 11: Normativismo e descritivismo em Mi (1998), AuE (1999), HouE (2001), DUPB (2002), DUPC (2004) e CAe (2007)

5.2.2 Informações de caráter normativo presentes nos dicionários semasiológicos de língua portuguesa e como são transmitidas aos consulentes

5.2.2.1 Nível fonético-fonológico

No tocante ao nível fonético-fonológico, o dicionário fornece informações relativas à indicação de pronúncia e para casos de ortoépia. A indicação de pronúncia geralmente se dá através da transcrição fonética, sendo que esta é uma questão bastante delicada, primeiro porque em um dicionário semasiológico destinado aos falantes nativos não é tão relevante, pelo menos para aquelas línguas que têm uma relativa compatibilidade entre a grafia e a

¹³⁰ Como afirmamos na introdução do capítulo, essa averiguação será feita na segunda parte da análise dos dicionários sob estudo.

pronúncia¹³¹. Além disso, e de acordo com Jackson (2002, p. 103), os falantes nativos raramente consultam um dicionário em busca de informações relativas à pronúncia. Acreditamos, portanto, que a única circunstância em que a transcrição fonética poderia ser funcional em um dicionário semasiológico é quando se trata da pronúncia de estrangeirismos, tais como *dolcemente*, *know-how*, *kümmel*, *stand-by*, *skinhead*, *workaholic*, *paella*, *déjà-vu*, etc., pois estes mantêm inalterada a forma ortográfica da língua fonte. Há que se destacar ainda, que nesses casos, a indicação da pronúncia é uma informação fundamental, dado que nem sempre há o mesmo respaldo fônico entre as letras da língua de origem dos estrangeirismos e a língua que os incorpora.

Os dicionários gerais da língua portuguesa não costumam apresentar a transcrição fonética (exceto para o caso de estrangeirismos, como dito antes), apenas alguma informação quanto à pronúncia em caso de diferença de significação em função do acento prosódico, em caso de hiatos e das diversas realizações da letra [x]. Há ainda o problema das realizações fonéticas múltiplas, isto é, os casos de variação, bastante comuns por sinal. Sendo assim, o lexicógrafo tem que determinar ainda qual variante deve ser usada na transcrição. Welker (2004, p. 114) acredita que deve ser escolhida a representativa da fala das pessoas letradas, por se tratar de uma pronúncia padrão. Entretanto, no caso do Brasil, não existe uma pronúncia estabelecida como standard, o que torna as informações fornecidas pelos dicionários não completamente representativas da realidade¹³².

¹³¹ Em se tratando de línguas como o inglês e o francês, por exemplo, nas quais não há uma relação unívoca entre a ortografia e sua representação fonemática, a transcrição fonética seria funcional. No entanto, há que se lembrar que, dependendo do método adotado para a transcrição fonética, não todos os usuários do dicionário vão saber interpretar tais informações. O AFI, por exemplo, é dominado apenas por aquelas pessoas que têm algum conhecimento aprofundado de fonética, de modo que adotá-lo como parâmetro para realização da transcrição fonética nos dicionários não seria uma decisão acertada. Welker (2004, p. 113), por sua vez, tem uma opinião contrária, pois acredita que o AFI deveria ser usado em todos os dicionários e ser ensinado nos cursos de língua estrangeira. Parece-nos que essa decisão se adapta mais aos dicionários bilíngues e aos *learner's dictionaries*, posto que os monolíngues raras vezes são utilizados por falantes não nativos da língua que trata, além de a transcrição fonética aparecer apenas em casos muito especiais.

¹³² Sobre esse particular, lembramos que, no Brasil, foram realizados dois congressos que tinham como objetivo o estabelecimento de um modelo de pronúncia para dois gêneros artísticos em particular: o canto lírico e o teatro. Trata-se do Congresso Brasileiro da Língua Cantada, ocorrido em São Paulo no ano de 1936 e do Congresso Brasileiro de Língua Falada no Teatro, realizado em 1957, na cidade de Salvador, respectivamente. Muitos foram os pontos convergentes entre os dois congressos, a saber: a) reconheciam implicitamente que a língua portuguesa era falada no Brasil de diversas maneiras que não coincidiam com as maneiras utilizadas em Portugal e b) partiam do pressuposto de que a norma era, sobretudo, uma questão de pronúncia, que se resolveria se todos tomassem como modelo a fala de alguma cidade ou região do Brasil, eliminando os traços que fossem considerados regionalismos (cf. ILARI; BASSO 2006, p. 220-222). O primeiro propunha que se tomasse a fala do Rio de Janeiro como exemplar - tida como superior por razões culturais e históricas -, embora tivesse sido aventada a possibilidade de chegar a uma “média” das diferentes pronúncias regionais. Ideia semelhante esteve em voga no congresso de 1957, pois os participantes acreditavam que uma pronúncia modelar deveria ser o resultado de uma “negociação” entre as regiões.

Em Leite; Callou (2005, p. 9-10), encontramos posto que a escolha de uma região que poderia servir de base para a delimitação de um modelo de língua falada sempre girou em torno de três grandes cidades: Rio de Janeiro, São Paulo e Salvador. A preferência sempre recaiu sobre o Rio de Janeiro por razões basicamente extralinguísticas: o fato de a cidade estar localizada no centro de uma polaridade norte/sul, ser centro político há mais tempo e ser uma área cuja linguagem culta tende a apresentar menor número de marcas locais e regionais, com uma tendência universalista dentro do país. Esses intentos, contudo, nunca foram concretizados, de modo que não se conta no Brasil com uma pronúncia prescritiva. Em função disso, é recomendável que os dicionários gerais não forneçam informações com relação à pronúncia de palavras vernáculas, caso contrário, teriam que considerar e representar a diversidade fonética do português do Brasil.

Com relação à transcrição fonética de estrangeirismos, os dicionários analisados se comportam de modo distinto.

Mi (1998) e CAe (2007) se valem das letras do alfabeto para indicar a pronúncia dos estrangeirismos:

light (*láiti*) (*ingl*) [...] (Mi 1998, s.v.)

sli.de (*slaid*) *sm* (*ingl*) [...] (Mi 1998, s.v.)

storyboard (*Ing. /storibórd/*) [...] (CAe 2007, s.v.)

off-line ((*Ing./óf-láin/*)) [...] (CAe 2007, s.v.)

Au (1999), em seu *front matter*, diz que foi utilizado o AFI, porém com adaptações. Entretanto, consultando alguns verbetes de estrangeirismos na versão eletrônica dessa obra (cf. AuE 1999, s.v. *starting gate*, *sparing*, *apfelstrudel*, por exemplo), não detectamos o emprego de transcrição fonética, apenas a indicação de sua língua de origem.

HouE (2001) traz a transcrição não só para as unidade léxicas, mas também para as locuções provenientes de outras línguas. Para a transcrição, utiliza o AFI, porém com uma “transcrição fonética ampla, só distinguindo sons próximos, como os vários tipos de R, quando, em dada língua, servem eles para distinguir o significado das palavras” (cf. Hou 2001, p. XIX):

mutatis mutandis /mutátis mutandis/ [lat.] [...] (HouE 2001, s.v.)

waffle /'wAf«l/ [ing.] [...] (HouE 2001, s.v.)

weltanschauung /'vEltanSAwuN/ [al.] [...] (HouE 2001, s.v.)

DUPB (2002) não disponibiliza a transcrição fonética.

DUPC (2004) atua de forma semelhante à HouE (2001). Observando a lista de símbolos fonéticos disponibilizada no *front matter* da obra (cf. DUPC 2004, p. XV), percebe-se o emprego do AFI, porém com algumas adaptações no sentido de tornar mais fácil ao consulente a compreensão da informação. Vejamos alguns exemplos:

BERCEUSE [bersœz] (*Fr*) [...] (DUPC 2004, s.v.)

SCHERZO [sker: tso] (*Ital*) [...] (DUPC 2004, s.v.)

STAFF [stæf] (*Ing*) [...] (DUPC 2004, s.v.)

Quanto à localização da indicação de pronúncia dos estrangeirismos, há certa convergência. Das cinco obras que dispõem desse segmento, apenas CAe (2007) não o traz imediatamente após a palavra-entrada. Nesse dicionário, a indicação do país de origem da palavra estrangeira precede a transcrição. Já quanto à forma como a informação referente à pronúncia dos estrangeirismos é transmitida aos consulentes, percebemos certa divergência. Em Mi (1998), a transcrição aparece entre parênteses, em AuE (1999) entre colchetes; em HouE (2001), aparece entre barras; e em CAe (2007), entre barras que estão contidas entre parênteses, onde também aparece a abreviatura indicativa do país de origem do estrangeirismos.

No tocante à ortoépia, Mi (1998), AuE (1999), HouE (2001), DUPC (2004) e CAe (2007) fornecem informações relativas às diversas pronúncias da letra “x”, excetuando-se sua realização com o som de [s] e [š] nos cinco dicionários e sua realização como [z] em Mi (1998) e DUPC (2004):

mixagem (cs) [...] (Mi 1998, s.v.)

exorcizar (z) [...] (AuE 1999, s.v.)

exumar /z/ [...] (HouE 2001, s.v.)

oxidação [cs] [...] (DUPC 2004, s.v.)

exuberância [z] [...] (CAe 2007, s.v.)

Em todas as seis obras analisadas há informação quanto à pronúncia de palavras homônimas não homófonas, nas quais a diferença de significação se dá pelo acento prosódico, tais como:

corte /ó/ [...]

corte /ô/ [...] (HouE 2001, s.v.)

forma [ó] [...]

forma [ô] [...] (DUPB 2002, s.v.)

sede [é] [...]

sede [ê] [...] (DUPC 2004, s.v.)

Notamos em DUPB (2002), porém, certa falta de rigor, pois não há diferenciação quanto à pronúncia do *e* em *sede(é)/sede(ê)*, por exemplo.

Mi (1998), AuE (1999), HouE (2001), DUPC (2004) e CAe (2007) também informam sobre a abertura ou fechamento das vogais *e* e *o* de vocábulos que podem suscitar dúvidas, tais como:

alcova (ô) [...] (Mi 1998, s.v.)

descarrego (ê) [...] (AuE 1999, s.v.)

gaveta /ê/ [...] (HouE 2001, s.v.)

incesto [é] [...] (DUPC 2004, s.v.)

tapete [ê] [...] (CAe 2007, s.v.)

AuE (1999) e HouE (2001) também trazem informações para os casos de hiato. Em Mi (1998), DUPC (2004) e CAe (2007) o consulente pode depreender que se trata de hiato através da separação silábica. Nestas obras, portanto, essa informação normativa aparece de forma implícita:

bainha (a-î) [...] (AuE 1999, s.v.)

contribuinte /u-i/ [...] (HouE 2001, s.v.)

la.da.i.nha [...] (Mi 1998, s.v.)

MOINHO mo.i.nho [...] (DUPC 2004, s.v.)

rainha (ra.i.nha) [...] (CAe 2007, s.v.)

As informações relativas à ortoépia, como se pôde observar nos verbetes arrolados acima, aparecem imediatamente após o signo-lema. Em Mi (1998) e AuE (1999), ficam entre parênteses. Já HouE (2001) opta pelo uso de barras, ao passo que DUPB (2002), DUPC (2004) e CAe (2007) empregam colchetes.

Para finalizar a análise das informações referentes ao nível fonético-fonológico, gostaríamos de abordar um aspecto que merece destaque quanto à indicação da pronúncia, que diz respeito ao fato de que os dicionários eletrônicos têm a possibilidade de fornecer ao

consulente a pronúncia sonora. Porém, dos dicionários dessa natureza que conformam nosso *corpus* de análise, apenas CAe (2007) explora de forma eficaz sua condição de dicionário eletrônico, pois disponibiliza também a pronúncia sonora das unidades léxicas lematizadas. Clicando no ícone correspondente, assinalado com uma seta na figura abaixo, o consulente pode ouvir a palavra sendo pronunciada:

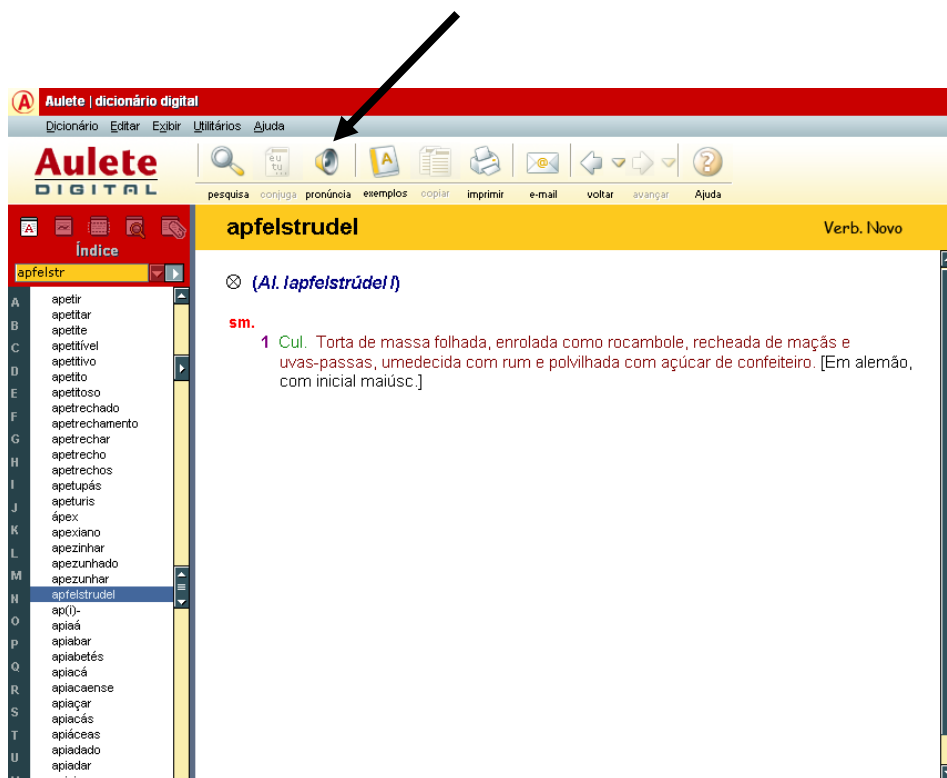


Figura 2: Indicação da pronúncia sonora em CAe (2007)

É importante salientar que a pronúncia de palavras vernáculas, em função de não haver uma pronúncia prescritiva no Brasil, não é padronizada. Percebemos divergências observando, por exemplo, a articulação das letras “r” e “s”. O “r” ora é realizado como uma vibrante simples /r/, ora como uma fricativa velar /x/. A letra “s” é, por vezes, realizada como uma fricativa alveolar /s/ e por vezes como uma fricativa alveopalatal /ʃ/. Apesar dessa ressalva, consideramos que CAe (2007) se destaca dentre os demais dicionários em suporte eletrônico analisados (AuE 1999 e HouE 2001), posto que ditas obras não tiram proveito de sua condição para fornecer ao consulente a pronúncia sonora dos estrangeirismos.

5.2.2.2 Nível ortográfico

A ortografia, de acordo com Jackson (2002, p.76), é uma das informações mais buscadas por quem consulta uma obra lexicográfica. Hartmann (2001, p.82), a esse respeito, afirma que a ortografia ocupa a segunda posição na escala das categorias de informações mais consultadas em dicionários de língua¹³³. Em função disso, é primordial que o lexicógrafo dedique especial atenção a esse nível tanto no que concerne ao componente macroestrutural quanto no que concerne ao componente microestrutural. Isso quer dizer que o lexicógrafo deve, no ato da lematização, seguir as orientações das leis que regulamentam a questão da ortografia e oferecer, quando for o caso, informações adicionais acerca da grafia. É importante ressaltar que essa informação ortográfica adicional deve se configurar como uma indicação efetivamente funcional para o consulente. Além das indicações ortográficas que aparecem como parte integrante do lema, o lexicógrafo deve dedicar atenção a certas questões relacionadas à ortografia que constituem dificuldade para o consulente: a) as grafias alternativas para um mesmo vocábulo (casos de variantes ortográficas) e b) as formas homônimas heterográficas¹³⁴ ou parônimas¹³⁵ da palavra-entrada. Vale lembrar que também são concernentes ao nível ortográfico as informações relativas à separação silábica.

5.2.2.2.1 Separação silábica

A grande maioria dos dicionários de língua portuguesa não costuma apresentar a separação silábica, muito provavelmente pelo fato de os conhecimentos básicos acerca da forma canônica da estrutura silábica da língua portuguesa serem, pelo menos teoricamente, adquiridos a partir do terceiro ciclo do ensino fundamental (período compreendido entre a 5ª e a 8ª série) (cf. PCN 1998). Também nesse período espera-se que os alunos comecem a ter domínio sobre estruturas que podem oferecer maiores dificuldades, tais como os encontros vocálicos, que implicam reconhecer a diferença entre ditongos (*feudo, leite, vaia*) e hiatos (*frio, geada, tia, rainha*). Entretanto, se levarmos em conta que o público usuário dessas obras é bastante heterogêneo, podendo abranger também estudantes do primeiro ciclo (1ª e 2ª série)

¹³³ A ordem das informações na escala apresentada por Hartmann (2001, p. 82) é a seguinte: 1) significado, 2) ortografia, 3) pronúncia, 4) sinônimos, 5) notas de uso e 6) etimologia.

¹³⁴ Há, na língua portuguesa, quatro fenômenos distintos de homonímia, a saber: 1) homônimos homógrafos homófonos (também denominados homônimos perfeitos), tais como *cabo* “parte ou extremidade por onde se prende, segura ou maneja algo” e *cabo* “patente militar imediatamente abaixo do sargento”, 2) homônimos homógrafos heterofônicos, tais como *colher* (é) e *colher* (ê), 3) homônimos homófonos heterográficos, tais como *censo* e *senso* e 4) homônimos homófonos homográficos, tais como *cedo* (verbo *ceder*) e *cedo* (advérbio) (cf. ROCHA LIMA 2000, p. 487; e BECHARA 2001, p. 402-403). No entanto, apenas o terceiro caso constitui problema de cálculo ortográfico para o falante nativo de língua portuguesa.

¹³⁵ Parônimos são palavras que apresentam semelhante forma gráfica e fonológica, porém significado diferente, tais como *descrição / discricção* e *eminente / iminente* (cf. BECHARA 2001, p. 405).

e segundo ciclo (3^a e 4^a série) do Ensino Fundamental, poderíamos considerar tal informação relevante, pois auxilia no processo de sistematização das regras que orientam a separação silábica. Trata-se, pois, de informação de cunho normativo.

Quanto à localização dessa informação, é recomendável que esteja integrada à palavra-entrada. Essa postura evita que haja uma sobrecarga na microestrutura, já que a separação silábica seria um item a mais no interior do verbete, e, além disso, contribui para facilitar sua visualização.

Do grupo de dicionários analisados, três trazem a separação silábica, a saber: Mi (1998), DUPC (2004) e CAe (2007). Entretanto, apenas Mi (1998) segue a orientação de apresentar essa informação integrada ao lema. Nas duas outras obras, a indicação de separação silábica é apresentada logo após o lema, como demonstram os exemplos abaixo:

re.ve.la.dor [...] (Mi 1998, s.v.)

LIGAMENTO li·ga·men·to [...] (DUPC 2004, s.v.)

tergiversar (ter.gi.ver.sar) [...] (CAe 2007, s.v.)

Analisando os exemplos, observam-se algumas particularidades na forma como essas obras apresentam a separação silábica. Mi (1998) e CAe (2007) utilizam um ponto. CAe (2007) ainda traz essa informação entre parênteses e aponta, em itálico, a sílaba tônica da palavra. Já DUPC (2004) se vale de uma pequena esfera centralizada para efetuar a divisão silábica.

5.2.2.2.2 *Formas variantes*

Para a avaliação do tratamento dispensado às variantes gráficas pelos dicionários semasiológicos de língua portuguesa, aplicaremos os conceitos de *type* (invariante ou forma de mais prestígio) e *token* (variante ou forma de menos prestígio).

A indicação da existência de formas variantes é uma questão que se reflete nos quatro componentes canônicos de um dicionário semasiológico. No componente macroestrutural, pois se aconselha lematizar todas as formas existentes, a fim de que o usuário possa ter acesso, por exemplo, à significação do vocábulo a partir da variante que conhece, independentemente de ser a forma *type* ou não. No componente microestrutural porque, no caso de variantes de mesmo prestígio, o dicionário pode optar por apresentar todas as formas como verbe completo, de modo a alertar o consulente de que é legítimo o uso de qualquer uma das variantes. No componente medioestrutural por ser ele o responsável pelas remissões

de uma forma a outra, quando se trata de casos em que uma variante goza de maior prestígio. No *front matter*, pois é preciso informar ao consulente que critério foi adotado para o estabelecimento de uma ou outra forma como preferencial ou se ambas gozam do mesmo prestígio.

A presença desse tipo de informação na obra lexicográfica é pertinente sempre e quando se explicita, através de algum mecanismo, a forma *type*. Para tal, é preciso que a obra tome como base uma norma ideal previamente definida no momento de sua concepção, pois somente dessa forma será possível realizar duas funções concomitantes: 1) apresentar ao consulente as formas ortográficas co-ocorrentes de uma unidade léxica e 2) informar qual delas é a preferível. Porém, no caso específico dos dicionários semasiológicos de língua portuguesa, parece não haver um critério bem definido para o estabelecimento da forma *type*, dado que em muitas ocasiões, eles trazem informações divergentes. A exceção seriam os dicionários de uso, que têm a possibilidade de adotar como parâmetro para o registro de formas variantes a frequência de uso. Porém, como observaremos a seguir, tal parâmetro não é totalmente seguido por DUPB (2002), único dicionário dito “de uso” com o qual contamos no país.

DUPB (2002, p. VI) informa que as formas variantes foram registradas com barras, com remissão da forma *token* para a forma *type* de acordo com o *corpus* que serviu de base para sua elaboração, sendo esta a que contém o verbete completo, isto é, todas as informações relativas à palavra-entrada (definição, marcas de uso e gramaticais, exemplos, fraseologia, etc.). Observemos um exemplo:

cepticismo V. ceticismo (DUPB 2002, s.v.)
ceticismo/cepticismo Nm [Abstrato de estado] dúvida; incredulidade: *Mas como? – pergunta ele, com a mostra do mais autêntico ceticismo* (PRO); *luta íntima que travamos todos entre o ceticismo e a esperança* (AR-O) (DUPB 2002, s.v.)

Mesmo tratamento é dado, por exemplo, às seguintes formas variantes (a forma que aparece primeiro é a considerada *type*): *acovardado / acobardado, alvoroçado / alvorotado, alvoroçar / alvorotar, alvoroço / alvoroto, desperdiçar / espediçar, levantar / alevantar, soprar / assoprar e turvar / turbar* (cf. DUPB 2002, s.v.). Tais casos podem ser considerados exemplos de uma decisão acertada, já que a definição está realmente na variante mais usada. No entanto, há casos em que a variante considerada de maior frequência pelo dicionário não corresponde à norma real, como em: *foro / fórum, rasto / rastro, susceptível / suscetível e surripiar / surrupiar*, dentre diversos outros casos. Em pesquisas feitas no site de busca Google (realizadas em 03.10.2009), encontramos 5.210.000 ocorrências para a forma *foro* nas

seguintes acepções: “centro de debates” e “jurisdição, vara”, enquanto que para a variante *fórum*, considerada de menor frequência por DUPB (2002), encontramos 50.000.000 de ocorrências, um número consideravelmente maior de ocorrências com relação à forma *foro*. O mesmo ocorre com *rasto* / *rastró*. Para a primeira palavra encontramos 18.200 ocorrências enquanto que para a segunda, 354.000. As formas *susceptível* / *suscetível* apresentam, respectivamente, 309.000 e 275.000 ocorrências. Para as variantes *surripiar* / *surrupiar* encontramos 1.740 e 7.150 ocorrências, respectivamente¹³⁶.

DUPC (2004) segue os mesmos parâmetros de DUPB (2002) para lematizar formas variantes¹³⁷.

Mi (1998), AuE (1999), HouE (2001) e CAe (2007) carecem de informação no que concerne às variantes ortográficas. Nesses casos, costuma-se considerar a forma *type* aquela que contém o verbete completo. Haensch (1982, p. 482-483) corrobora essa postura, já que esse autor sugere que as variantes ortográficas devem figurar cada uma como lema no lugar que lhe corresponde na ordenação alfabética, porém a explicação deve constar em uma só entrada; nas demais deve haver apenas uma remissão.

Vejam as todas as considerações arroladas acima aplicadas à análise dos dicionários, iniciando pelas variantes *catorze* / *quatorze*. Mi (1998), AuE (1999) e CAe (2007) apresentam como *type* a forma *quatorze*, ao passo que HouE (2001), DUPB (2002) e DUPC (2004) consideram a forma *catorze* como *type*. Não há como saber, portanto, quais os critérios empregados para a indicação do *type*. Pode-se supor que Mi (1998), AuE (1999) e CAe (2007) tenham seguido um critério pautado na etimologia, já que a forma *quatorze* se aproxima mais da forma latina *quattuordecimi*. Quanto a HouE (2001), podemos elencar dois possíveis critérios responsáveis pela escolha de *catorze* como forma *type*: 1) maior proximidade dessa forma à pronúncia mais usual no Brasil [katorzi] e 2) observância a uma tendência no âmbito da lexicografia, que consiste em apresentar o verbete completo na palavra-entrada que aparece primeiro na progressão alfabética.

¹³⁶ Gostaríamos de salientar que, na falta de um *corpus* próprio, valemo-nos do site de busca *Google* para efetuar nossas pesquisas quantitativas, tendo em vista que tal *corpus* é bastante “democrático”, ou seja, que nele podemos encontrar textos dos mais variados gêneros, sendo que a maioria deles reflete a língua efetivamente em uso. É certo que essa ferramenta possui algumas restrições de ordem técnica, porém ela se mostrou bastante satisfatória para a obtenção das informações que buscávamos: dados relativos à frequência de uso de determinadas unidades léxicas. Para maiores considerações acerca da internet como *corpus*, veja-se Kilgarriff; Grefenstette (2008, p. 89-101), Xatara et al (2006, p. 271-282); Berber Sardinha (2003, p. 191-220) e Berber Sardinha (2004, p. 45-50). É importante também destacar que os números obtidos se referem à busca apenas em páginas do Brasil (opção oferecida pela própria ferramenta de busca).

¹³⁷ Essas obras foram elaboradas com base no mesmo corpus e pelo mesmo lexicógrafo, Francisco Borba. Em função disso, muitas das decisões tomadas para o DUPB (2002) foram aplicadas também na organização de DUPC (2004).

Tendo em vista a situação anteriormente descrita, podemos afirmar que, ao não definir critérios para determinar os *types* e *tokens*, a obra lexicográfica perde consistência e, por conseguinte, qualidade. Além disso, essas informações acabam se tornando pouco funcionais e confiáveis, já que não auxiliam o consulente a elucidar suas dúvidas. Logo, como forma de facilitar o acesso do consulente às informações buscadas, os dicionários deveriam tentar manter uma constância na forma de apresentação das mesmas. Ademais, para que os dicionários convergissem em suas informações, deveriam ter baseado sua norma ideal na norma real, ou seja, deveriam ter optado pela forma mais empregada pela comunidade linguística, como defendemos no capítulo 1. Os resultados encontrados, porém, apontam que o critério utilizado parece ser a preferência do dicionarista.

Para os casos em que ambas as formas gozam de igual prestígio, as duas deveriam ser apresentadas como verbetes completos. No exemplo acima arrolado, de acordo com o VOLP (2009), as duas formas são igualmente aceitáveis. Nessa situação, defendemos a postura de informar ao usuário acerca da frequência de uso de cada uma. Baseado nesse dado, o dicionário poderá apontar de forma mais consistente uma das formas como “preferencial”, já que parte de dados empíricos obtidos através da análise da língua de fato empregada pelos falantes. Mediante informações do tipo, “forma mais usada que...”, “de uso mais frequente que a forma...”, o consulente seria alertado sobre a preferência pelo uso de uma das formas. No GUP (2003, s.v. *catorze*), por exemplo, encontramos a informação de que “*catorze* é de uso mais frequente (73%)”. Tomando por base os dados obtidos a partir de um *corpus*, foi possível fornecer inclusive dados estatísticos referentes ao emprego das formas variantes. Essa é a postura mais acertada, pois parte da norma real do português brasileiro para proceder à orientação linguística. Utilizando como *corpus* o site de busca *Google*, porém, teríamos dados diferentes dos apresentados em GUP (2003), pois obtivemos 175.000 ocorrências para a forma *catorze* frente a 618.000 para a forma *quatorze* (dados obtidos em 03.10.2009).

Para o caso das variantes *abdome* e *abdômen* também detectamos comportamentos diferentes entre as obras. Em Mi (1998), AuE (1999) e HouE (2001) a forma que se configura como verbete completo, ou seja, a forma *type*, é *abdome*. Na entrada *abdômen* encontramos apenas uma remissão para a forma *abdome*. Em DUPB (2002), DUPC (2004) e CAe (2007), deparamo-nos com um lema duplo, ou seja, as duas formas aparecem como palavra-entrada de um mesmo verbete. DUPB (2002) e DUPC (2004) informam que, nesses casos, a variante que aparece primeiro é a de maior frequência de uso. CAe (2007), porém, não explicita se a forma que aparece primeiro é a preferencial. Resta ao consulente, portanto, inferir essa informação.

Um caso ainda mais sério é o que envolve as variantes *sernambi* e *cernambi*. Mi (1998), HouE (2001) e CAe (2007) trazem as duas formas, sendo que em Mi (1998) a considerada *type* é *cernambi*. Já em HouE (2001), a forma considerada *type* é *sernambi*, com a seguinte informação no lema *cernambi*: “[orma] a evitar, por *sernambi*”. Em CAe (2007), por sua vez, não há indicação de uma forma preferencial, dado que ambas configuram verbetes completos.

Em AuE (1999), DUPB (2002) e DUPC (2004) a única forma lematizada é *cernambi*. Recorrendo ao VOLP (2009) para tentar obter uma informação mais concreta, deparamo-nos apenas com a forma *sernambi*. Levando-se em conta as orientações da ABL, através do VOLP (2009), pode-se dizer que os seis dicionários apresentam inconsistências: Mi (1998), HouE (2001) e CAe (2007) não necessitariam ter lematizado *cernambi* e AuE (1999), DUPB (2002) e DUPC (2004), que são os casos mais graves, apresentam como forma *type* a variante que nem sequer figura em VOLP (2009). Considerando ambas as formas e empregando o critério da frequência, obtida através de pesquisas no *Google*, a forma *sernambi* seria a preferencial, com cerca de 4.200 ocorrências frente a *cernambi*, com cerca de 2.500 ocorrências (dados obtidos em 03.10.2009).

Já no caso de *aerossol* e *aerosol*, o VOLP (2009) inventaria as duas formas. Quanto ao seu tratamento por parte dos dicionários, detectamos certas divergências: Mi (1998) e AuE (1999) lematizam apenas a forma *aerosol*, ao passo que HouE (2001) lematiza ambas, fazendo remissão da forma *aerosol* para *aerossol*. DUPB (2002), DUPC (2004) e CAe (2007) optam pela lematização dupla, sendo que em DUPB (2002) e DUPC (2004) a forma que aparece primeiro e, portanto, configura a forma *type*, é *aerosol*, ao passo que em CAe (2007) é a forma *aerossol*. Já o GUP (2003) considera apenas a forma *aerossol*. Partindo para a aplicação do critério da frequência, detectamos que ambas as formas são largamente usadas: *aerosol* apresentou 124.000 ocorrências e *aerossol* 122.000 (dados obtidos em 03.10.2009). De posse desses dados, poderíamos dizer que apenas DUPB (2002) e DUPC (2004) estariam reproduzindo o real uso desses vocábulos no Brasil.

Um caso ainda mais complexo é o das variantes *taxonomia*, *taxinomia*, *taxionomia* e *taxeonomia*. Para uma melhor ilustração de como os dicionários se comportam, apresentamos o seguinte quadro:

	Mi (1998)	AuE (1999)	HouE (2001)	DUPB (2002)	DUPC (2004)	CAe (2007)	VOLP (2009)	GOOGLE ¹³⁸
<i>taxonomia</i>	<i>token</i>	<i>token</i>	<i>type</i>	<i>type</i>	<i>Type</i>	<i>type</i>	✓	184.000 ocorrências
<i>taxinomia</i>	<i>token</i>	<i>type</i>	<i>token</i>	∅	∅	<i>token</i>	✓	12.500 ocorrências
<i>taxionomia</i>	<i>type</i>	<i>token</i>	<i>token</i>	<i>type</i>	<i>Type</i>	<i>token</i>	✓	11.700 ocorrências
<i>taxeonomia</i>	<i>token</i>	<i>token</i>	∅	∅	∅	∅	∅	101 ocorrências
Legenda: ✓ = consta na obra; ∅ = não consta na obra								

Tabela: Análise das variantes ortográficas *taxonomia*, *taxinomia*, *taxionomia* e *taxeonomia*

Percebemos que há divergências entre os dicionários com relação à escolha da forma *type*. Enquanto HouE (2001), DUPB (2002), DUPC (2004) e CAe (2007) consideram *type* a variante *taxonomia*, Mi (1998) opta pela forma *taxionomia* e AuE (1999) pela forma *taxinomia*. Isso evidencia claramente o que vínhamos mostrando, ou seja, a falta de um critério bem estabelecido para que seja possível encontrar uma uniformidade nos dicionários. Isso acontecerá somente quando houver sido estabelecida uma norma ideal que reflita a língua efetivamente em uso. O critério da frequência corrobora a postura de HouE (2001), DUPB (2002), DUPC (2004) e CAe (2007).

É certo que quando da elaboração de algumas dessas obras não havia a possibilidade de trabalhar com grandes conjuntos de massa léxica (*corpora*) como nos dias de hoje. Mas com o avanço da tecnologia e com o oferecimento dessas obras em formato eletrônico ou até mesmo *online*, há uma maior facilidade em se manter essas obras o mais atualizadas possível, como já ocorre, por exemplo, com o DRAEo (2010), que constantemente apresenta emendas em alguns verbetes e acréscimo de novas unidades léxicas.

5.2.2.2.3 Homônimos homófonos heterográficos e parônimos

Conforme já afirmamos, os homônimos homófonos heterográficos e os parônimos também são causadores de dúvidas no tocante à ortografia, por se tratarem de palavras com

¹³⁸ Números obtidos em 03.10.2009.

grafia e pronúncia bastante semelhantes, porém com significados totalmente distintos. Portanto, a presença de informações relativas a esses fenômenos no dicionário são altamente relevantes, desde que se configurem como índices informativos discretos e discriminantes. Não faz sentido, portanto, acrescentar esse tipo de informação quando uma das palavras não possui uma frequência de uso considerável, como ocorre com *coser / cozer* e *ruço / russo*, por exemplo.

Do conjunto dos dicionários analisados, DUPB (2002) e DUPC (2004) não trazem nenhuma informação acerca de homônimos e parônimos.

Mi (1998), por sua vez, não evidencia sistematicidade ao tratar dessa questão. Sustenta essa afirmação o fato de que, dentre o seguinte grupo de homônimos homófonos heterográficos e parônimos: *descrição / discríção*, *discriminar / discriminar*, *flagrante / fragrante*, *infligir / infringir*, *proscrever / prescrever* e *retificar / ratificar*, encontramos informação dessa natureza apenas para os pares *descrição / discríção* e *discriminar / discriminar*, porém não há indicação explícita de que se trata de um caso de paronímia. Além disso, o mecanismo adotado pelo dicionário para transmitir a informação não permite, ou dificulta o entendimento da orientação linguística que está sendo fornecida ao consulente. Analisemos os exemplos:

des.cri.ção *sf* (*lat descriptione*) **1** Ação ou efeito de descrever. **2** *Lit* Tipo de composição que consiste em enumerar as partes essenciais de um ser, geralmente adjetivas, de modo que o leitor ou ouvinte tenha, desse ser, a imagem mais exata possível. **3** Enumeração das qualidades ou caracteres (de animal ou pessoa). **4** Enumeração, relação. (Mi 1998, s.v.)

dis.cri.ção *sf* (*lat discretione*) **1** Qualidade daquele ou daquilo que é discreto. **2** Qualidade de quem sabe guardar segredo; reserva. **3** Ato de discernir; capacidade para discernir; discernimento. **4** Circunspeção, prudência. *Cf* com *descrição*. (Mi 1998, s.v.)

des.cri.mi.nar (*des+lat crimine+ar²*) *vtd* Absolver de crime; inocentar, tirar a culpa a. *Cf* com *discriminar*. (Mi 1998, s.v.)

dis.cri.mi.nar (*lat discriminare*) *vtd* **1** Discernir: *Discriminar as causas de uma situação*. **2** Diferençar, distinguir: *Já os olhos mal discriminavam os caracteres*. **3** Separar: *Discriminar argumentos, razões. Discriminava bem umas das outras razões*. **4** Classificar especificando; especificar. **5** Tratar de modo preferencial, geralmente com prejuízo para uma das partes. (Mi 1998, s.v.)

Como se pode observar, existe no final dos verbetes *discríção* e *discriminar* a indicação “*Cf* com” e a forma parônima *descrição* e *discriminar*, respectivamente. Transmitida ao consulente dessa maneira, essa informação acaba se tornando um ônus, pois o obriga a consultar um segundo verbete e a inferir o porquê da remissão a esse verbete, já que

não há nenhum indício que esclareça o motivo da consulta ao verbete indicado. Reforçando o caráter inócuo da informação disposta dessa maneira, está o fato de que nos verbetes *descrição* e *discriminar* não há remissão para suas respectivas formas parônimas.

Diante dessas constatações, consideramos pertinente salientar que, caso o dicionário opte por fornecer informações dessa natureza, o faça de forma sistemática e de modo que o consulente seja capaz de compreendê-las fácil e rapidamente. Para tal, é preciso, em primeiro lugar, explicitar através do *front matter* a maneira adotada pela obra para dispor tais informações e, em segundo lugar, otimizar a função das abreviaturas, optando, por exemplo, pelas indicações HOM (homônimos) e PAR (parônimos), como faz o dicionário HouE (2001).

Em AuE (1999) e CAe (2007), a indicação de homônimos e parônimos aparece no final do verbete, entre colchetes. Em AuE (1999), assim como em Mi (1998), é precedida pela abreviatura *Cf.*, o que, como já dissemos, não parece ser uma atitude acertada, posto que não explicita ao falante que se tratam de casos de formas homônimas e/ou parônimas. CAe (2007), por sua vez, não faz distinção entre formas parônimas e homônimas, abrigando todas sob a abreviatura “Hom./Par.”. Essa atitude, ainda que a nosso ver seja mais acertada do que a de AuE (1999) e Mi (1998), não se mostra completamente satisfatória, já que configuram fenômenos linguísticos distintos. Postura plenamente satisfatória apresenta HouE (2001), pois nessa obra a indicação de homônimos e parônimos vem em campos próprios, precedidos do símbolo © e das abreviaturas HOM e PAR, respectivamente, e situados no final do verbete¹³⁹. É importante ressaltar que, diferentemente de Mi (1998), os dicionários AuE (1999), HouE (2001) e CAe (2007) demonstram sistematicidade e apresentam remissivas em ambas as formas, como evidenciam os exemplos a seguir:

acento [...] [Cf. assento, do v. assentar, e s. m.] (AuE 1999, s.v.)

assento [...] [Cf. assento, do v. assentar, e acento, s. m.] (AuE 1999, s.v.)

tráfego [...] [Cf. trafego, do v. trafegar.] (AuE 1999, s.v.)

tráfico [...] [Cf. trafico, do v. traficar.] (AuE 1999, s.v.)

delatar [...] © PAR dilatar (todos os tempos do v.) (HouE 2001, s.v.)

dilatar [...] © PAR delatar (todos os tempos do v.) (HouE 2001, s.v.)

caçar [...] © HOM cassar (todos os tempos do v.); caça(3^ap.s.), caças(2^ap.s.)/ caça(s.f.) e pl. e *cassa*(s.f.) e pl.; cace(1^a3^ap.s.), caces(2^ap.s.)/ *casse*(s.m.) e pl.; caço(1^ap.s.)/ *caço*(s.m) e *casso*(adj.) (HouE 2001, s.v.)

cassar [...] © HOM caçar(todos os tempos do v.); *cassa*(3^ap.s.)/ *caça*(s.f.); *cassado*(part.)/ *caçado*(adj.); *cassava*(1^ap.s.)/ *caçava*(s.f.); *casso*(1^ap.s.)/ *caço*(fl.caçar e s.m.) e *casso*(adj.s.m.) (HouE 2001, s.v.)

¹³⁹ As indicações de homônimos e parônimos, conforme HouE (2001, p. XLIII), “são prestadas para evitar dúvidas de grafia e significação por parte dos utilizadores da língua”.

censo [...] [Hom./Par.: senso.] (CAe 2007, s.v.)

senso [...] [Hom./Par.: senso (sm.), censo (sm.).] (CAe 2007, s.v.)

acender [...] [Hom./ Par.: acender, ascender (em todas as fl.).] (CAe 2007, s.v.)

ascender [...] [Hom./Par.: ascender (v.), acender (em todas as fl.); ascenso (part.), acenso (sm.), assenso (sm.).] (CAe 2007, s.v.)

Observando mais atentamente os verbetes *caçar* e *cassar* (HouE 2001, s.v.), percebemos, além das informações sobre a heterografia, a presença de informações sobre homônimos homófonos homógrafos. Questionamos, porém, qual seria o valor dessas informações, dado que dito fenômeno não deve representar nenhum problema para o falante nativo de língua portuguesa, nem no que tange à ortografia, nem no que tange à pronúncia. Essa conduta não é exclusiva de HouE (2001), pois também AuE (1999) e CAe (2007) agem dessa forma. Tomemos como exemplo o verbete *amar*:

amar [...] [Cf. amamos e amareis, do v. amarar; amassemos e amasseis, do v. amassar; amáveis, pl. de amável, e amém, interj. e s. m.] (AuE 1999, s.v.)

amar [...] ⊙ HOM amo(1ªp.s.)/ *amo*(s.m.); ama(3ªp.s.), amas(2ªp.s.)/ *ama*(s.f.) e pl.; amara(1ª3ªp.s.), amaram (3ªp.pl.), amaras(2ªp.s.), amarem(3ªp.pl.), amares(2ªp.s.), amaremos(1ªp.pl.)/ *amara*, *amaram*, *amaras*, *amarem*, *amares*, *amaremos* (fl.amarar); amas(2ªp.s.)/ *Hamás*(top.); amasse(1ª3ªp.s.), amassem (3ªp.pl.), amasses(2ªp.s.)/ *amasse*, *amassem*, *amasses*(fl.amassar) [...] (HouE 2001, s.v.)

amar [...] [F.: Do lat. amare. Hom./Par.: amais (fl.), a mais (loc.); amo (fl.), amo (sm.); ama(s) (fl.), ama(s) (sf. e pl.); amara, amaram, amaras, amarem, amares, amaremos (fl. e fl. de amarar); amasse, amassem, amasses (fl. e fl. de amassar); amáramos (fl.), amaramos (fl. de amarar); amáreis (fl.), amareis (fl. de amarar); amásseis (fl.), amasseis (fl. de amassar); amássemos (fl.), amassemos (fl. de amassar); amem (fl.), amém (adv., interj. e sm.)] (CAe 2007, s.v.)

As três obras informam sobre casos de homonímia do verbo *amar* com o verbo *amarar*, unidade léxica de baixíssimo emprego na língua¹⁴⁰. Em AuE (1999) e em CAe (2007), aparece a indicação do homônimo *amém*, palavra que dificilmente geraria nos falantes confusão com a forma verbal de 3ª pessoa do plural do presente do subjuntivo e do imperativo *amem*. Em HouE (2001), vemos também informação acerca do topônimo *Hamás*. Essas informações não-discretas e não-discriminantes são, em última análise, totalmente inócuas, e

¹⁴⁰ CAe (2007, s.v.) marca como antiquada a acepção “afastar da terra em direção ao alto-mar”. No *Google*, em pesquisa efetuada no dia 05.10.2009, não detectamos a palavra em uso; as ocorrências verificadas se referem a informações sobre seu significado. Além disso, algumas das ocorrências são do verbo *amarrar* grafado erroneamente.

sua presença no pós-comentário de forma pode, inclusive, onerar o consulente, pois o obriga a realizar uma leitura minuciosa do verbete para poder decodificar a informação fornecida.

5.2.2.3 *Nível morfológico*

Haensch (1982, p. 486-491) salienta que se devem distinguir claramente os elementos linguísticos dos metalinguísticos. Os elementos metalinguísticos dizem respeito à categoria gramatical, tais como: substantivo (e seu gênero), adjetivo, advérbio, pronome, verbo (e suas subcategorias), ao passo que os elementos linguísticos se referem ao lema e suas formas declinadas ou conjugadas.

As informações relativas ao que Haensch (1982) chama de elementos linguísticos são de maior utilidade para o consulente quando este se depara com atividades de codificação, ou seja, de produção linguística. Como aos dicionários semasiológicos geralmente são conferidas as duas funções do ponto de vista do circuito da comunicação (recepção e produção), é altamente recomendável que forneçam o maior número de informações para que o consulente possa se desempenhar bem quando da realização das atividades tanto de recepção quanto de produção.

Com relação à localização dessas informações dentro do verbete, de acordo com Medina Guerra (2003), a única convenção existente diz respeito à colocação das marcas que indicam a categoria gramatical, as quais sempre aparecem após o signo-lemma. Para os demais casos, as informações variam de acordo com o dicionário, podendo aparecer em distintos lugares: 1) antes da definição e entre parênteses, 2) em notas no fim do verbete, 3) de forma implícita nos exemplos ou 4) em quadros gramaticais ao longo da obra ou situados no final (*back matter*).

Sendo assim, é fundamental, além de analisar que tipo de informações relativas aos âmbitos morfológico e sintático são fornecidas pelos dicionários, averiguar de que forma eles as transmitem aos consulentes. Para efetuar esse estudo, partiremos da divisão proposta por Haensch (1982) entre elementos metalinguísticos e elementos linguísticos. Assim sendo, primeiramente analisaremos como os seis dicionários que conformam nosso *corpus* de estudo fornecem as indicações de categoria gramatical e, posteriormente, faremos um levantamento dos elementos linguísticos encontrados nessas obras.

5.2.2.3.1 *Elementos metalinguísticos*

A indicação de categoria morfológica nos dicionários sob análise segue as considerações da NGB, documento que passou a vigorar no país a partir de 1959. Na seção dedicada à morfologia, o documento discrimina dez classes de palavras: artigo, adjetivo, advérbio, conjunção, interjeição, numeral, preposição, pronome, verbo e substantivo. Geralmente, essa é a classificação adotada por gramáticas e dicionários¹⁴¹.

A praxe dos dicionários de língua portuguesa é fornecer a indicação da categoria morfológica das unidades léxicas lematizadas através de abreviaturas apresentadas após a palavra-entrada. Entretanto, além da indicação da classe a que pertence a palavra-entrada, o dicionário também informa sobre certas especificidades existentes em algumas dessas classes de palavras, tais como a flexão de gênero e número nos substantivos e adjetivos e a valência verbal. A seguir, detalharemos as especificações cabíveis a algumas dessas dez classes gramaticais:

- 1) Adjetivos: tendo em vista que os adjetivos são lematizados pela sua forma canônica, isto é, gênero masculino e número singular, a indicação de gênero e número não é, em geral, pertinente para essa classe gramatical. Configuram exceção a esse princípio os adjetivos que apresentam a mesma forma para o masculino e o feminino, a exemplo de *estonteante* “[algo/algum] que causa grande deslumbramento” e os adjetivos que apresentam a mesma forma para o singular e o plural, tais como *reles* “[algo/algum] desprovido de valor”.
- 2) Advérbios: de acordo com a NGB (1959), os advérbios podem ser classificados como de lugar, de tempo, de modo, de negação, de dúvida, de intensidade e de afirmação.
- 3) Artigos: seguindo a classificação proposta pela NGB (1959), basta indicar se são definidos ou indefinidos.
- 4) Conjunções: conforme a NGB (1959), as conjunções podem ser classificadas em coordenativas (aditivas, adversativas, alternativas, conclusivas e explicativas) e subordinativas (causais, comparativas, concessivas, condicionais, consecutivas, finais, temporais, proporcionais e conformativas).
- 5) Interjeições: basta fornecer a indicação de que a unidade léxica lematizada faz parte de tal classe gramatical.

¹⁴¹ Essas dez classes gramaticais são reconhecidas, por exemplo, nas gramáticas de Rocha Lima (2000, p. 65-190), Bechara (2001, p. 112-332) e Cunha; Cintra (2007, p. 191-606), e nos dicionários Mi (1998, p. XII-XVI), AuE (1999, p. XVII-XIX), HouE (2001, p. LX-LXV), DUPB (2002, p. VII- IX), DUPC (2004, p. XII-XIV) e CAe (2007, s.p.).

- 6) Numerais: de acordo com a terminologia da NGB (1959), é necessário indicar se os numerais são cardinais, ordinais, multiplicativos ou fracionários.
- 7) Preposições: podem ser divididas, de acordo com a proposta da NGB (1959), em essenciais e acidentais. As preposições essenciais, segundo Bechara (2001, p. 301), são aquelas que aparecem na língua como preposições, quais sejam: *a, ante, até, com, contra, de, desde, em, entre, para, perante, por, sem, sob, sobre, trás*. As preposições acidentais, por seu turno, são as palavras que, em dadas situações, podem funcionar como preposições. Alguns exemplos são: *como, conforme, durante, exceto, salvo, mediante*, etc. A NGB (1959) propõe também discernir as combinações das contrações. Segundo Bechara (2001, p. 302), configura-se um caso de combinação quando a preposição, ao ligar-se com outra palavra, não sofre redução (ligação da preposição *a* com o artigo definido *o* [$a+o$] = *ao*, por exemplo). A contração, por sua vez, consiste na redução da preposição quando ligada à outra palavra (são exemplos a ligação da preposição *a* com o artigo definido *a* [$a+a$] = *à*) e a ligação da preposição *de* com o artigo definido masculino ($de+o$] = *do*) e com o artigo definido feminino ($de+a$] = *da*)).
- 8) Pronomes: subdividem-se, de acordo com a NGB (1959), em pessoais (retos, oblíquos e de tratamento), possessivos, demonstrativos, indefinidos, interrogativos e relativos.
- 9) Substantivos: complementando a informação de que determinado vocábulo pertence à classe dos substantivos, o dicionário também costuma oferecer informações referentes ao gênero (masculino, feminino, epiceno, comum de dois gêneros e sobrecomum), de acordo com a terminologia proposta pela NGB (1959), e ao número (singular e plural).
- 10) Verbos: conforme a NGB (1959), os verbos podem, em função de sua predicação, ser classificados como de ligação, intransitivos, transitivos diretos e transitivos indiretos.

5.2.2.3.1.1 A indicação de classe gramatical

Com relação aos elementos metalinguísticos, os dicionários sob análise se assemelham em alguns pontos e divergem em outros. Todos os seis dicionários analisados apresentam subdivisões para a classe dos artigos, conjunções, pronomes, substantivos e verbos. Para a classe dos adjetivos, somente DUPC (2004) não emprega subdivisões. Para a classe dos

advérbios, DUPC (2004) é a única obra a fazer emprego de subdivisão. No caso dos numerais, três obras especificam a subclasse: HouE (2001), DUPB (2002) e DUPC (2004). No quadro abaixo, sistematizamos os dados encontrados:

Dicionário \ Classe gramatical	Mi (1998)	AuE (1999)	HouE (2001)	DUPB (2002)	DUPC (2004)	CAe (2007)
Adjetivo	✓	✓	✓	✓	×	✓
Advérbio	×	×	×	✓	×	×
Artigo	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Conjunção	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Interjeição	×	×	×	×	×	×
Numeral	×	×	✓	✓	✓	×
Preposição	×	×	×	×	×	×
Pronome	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Substantivo	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Verbo	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Legenda: ✓ = apresenta subdivisão; × = não apresenta subdivisão						

Quadro 12: Subdivisões das classes gramaticais em Mi (1998), AuE (1999), HouE (2001), DUPB (2002), DUPC (2004) e CAe (2007)

Em todas as obras analisadas, a classe gramatical do vocábulo é indicada por abreviatura. Em Mi (1998), excetuando-se a classificação dos verbos, que aparece depois da etimologia, todas as demais informações estão localizadas após a indicação da separação silábica. Em AuE (1999), essa informação vem após a indicação da etimologia da palavra. Já em HouE (2001) e DUPB (2002), todas as informações acerca da categoria gramatical aparecem imediatamente após o signo-lema. Em DUPC (2004) e em CAe (2007), tais informações aparecem depois da indicação da separação silábica. Podemos observar o comportamento desses dicionários através dos exemplos abaixo:

per.gun.tar (*lat percontari*) *vtd* (Mi 1998, s.v.)

re.fei.ção *sf* (Mi, 1998, s.v.)

canção [Do *lat. cantione.*] *S. f.* (AuE 1999, s.v.)

dança *s.f.* (HouE 2001, s.v.)

festa *Nf* (DUPB 2002, s.v.)

MALTRATAR *mal.tra.tar Vt* (DUPC 2004, s.v.)

obrigação (*o.bri.ga.ção*) *sf.* (CAe 2007, s.v.)

É importante também ressaltar que, em Mi (1998), AuE (1999), HouE (2001), DUPC (2004) e CAe (2007), a informação acerca da pronúncia de palavras vernáculas (ortoépia) e da

pronúncia de estrangeirismos, bem como da origem dos estrangeirismos e empréstimos linguísticos lematizados, precedem a classificação gramatical, como evidenciam os exemplos:

ta.xí.me.tro (cs) sm (Mi, 1998, s.v.)

kaiser [Al.] S. m. (AuE, 1999, s.v.)

looping /lupiN/ [ing.] s.m (HouE, 2001, s.v.)

gaspacho (Esp) Sm

sede (se.de) [é] sf. (CAe, 2007, s.v.)

Com relação às subclassificações apresentadas pelos seis dicionários, em Mi (1998), AuE (1999), HouE (2001) e DUPB (2002) as encontramos explicitadas no *front matter*. Já DUPC (2004) e CAe (2007) não esclarecem no *front matter* todas as subdivisões que foram adotadas. Somente através da consulta aos verbetes obtemos informações sobre, por exemplo, a subclassificação para a categoria das conjunções e dos verbos. Consideramos que se trata de uma falha de DUPC (2004) e CAe (2007) não disponibilizar ao consulente no *front matter* as indicações acerca das especificações cabíveis a certas classes de palavras. Se levarmos em conta que essas indicações aparecem de forma abreviada (por uma questão de economia de espaço), essa falha se torna ainda mais grave, pois o usuário, não compreendendo uma abreviatura constante no verbete, ficará impossibilitado de assimilar a informação que lhe está sendo disponibilizada, já que a obra não fornece subsídios que permitam sua compreensão. Partindo do ideal de que todas as informações presentes em uma obra lexicográfica devem ser funcionais, é de fundamental importância que os consulentes possam ser capazes de interpretá-las e compreendê-las¹⁴².

Em nossa análise, também pudemos perceber que, de modo geral, as subclassificações apresentadas por Mi (1998), AuE (1999), HouE (2001), DUPC (2004) e CAe (2007) seguem as orientações da NGB (1959): os artigos se dividem em definidos e indefinidos; as conjunções são classificadas em dois grandes grupos, as coordenativas e as subordinativas, cada qual com suas especificações; os numerais são ordinais, cardinais, multiplicativos e fracionários; os pronomes se dividem em pessoais, possessivos, demonstrativos, relativos e de tratamento; os substantivos são classificados de acordo com o gênero e o número; e os verbos são classificados de acordo com a valência e em função de outras especificidades de cunho morfológico (verbos anômalos, defectivos, abundantes). DUPB (2002), porém, diferencia-se

¹⁴² Em CAe (2007, s.v. *estar*), por exemplo, encontramos as abreviaturas “ta.” (transitivo absoluto) e “tp.” (transitivo predicativo), as quais indicam as subclassificações do verbo: “**estar** [...] v. 1 Encontrar-se em certo estado, condição, ou situação no tempo ou no espaço [tp.] [ta.] [...]”. No entanto, tais abreviações não constam na lista de abreviaturas fornecida pela obra, de modo que o consulente poderá ficar impossibilitado de compreender sua significação.

das demais obras analisadas em certos aspectos, dado que opta por não empregar a terminologia da NGB (1959). Essa postura se aplica à classe dos adjetivos, dos substantivos e dos verbos.

Na supracitada obra, os adjetivos são classificados como qualificadores e classificadores:

esquelético *Adj* ★ [Classificador de nome concreto] **1** do esqueleto: *Existem outras afecções do sistema muscular esquelético em que a terapia de exercícios na banheira também produz melhoras* (ATL) **2** semelhante a um esqueleto: *A célula bacteriana tem uma membrana esquelética, um envoltório rígido* (GV) ★ [Qualificador de nome humano] **3** muito magro: *Ali na sua frente via-o, pequeno como um menino, esquelético, sumido, o crucifixo no peito, entre velas, sobre a mesa* (MRF); *E Jesus estaria desidratado pela disenteria. Mas sobreviveria, embora esquelético* (AID) (DUPB 2002, s.v.)

A classe dos substantivos, denominada nesse dicionário “nomes”, recebe o maior número de subclassificações: concreto, abstrato de ação, abstrato de processo, abstrato de estado, núcleo de construção adjetiva, núcleo de construção adverbial, núcleo de construção conjuncional, núcleo de construção pronominal, função adjetiva, animado, não-animado, humano, não-humano, contável, não-contável, feminino, masculino, singular e plural. Vejamos exemplos de verbetes que contêm algumas dessas especificações:

finitude *Nf* [Abstrato de estado] **1** característica do que tem fim; transitoriedade [...] **2** limitação [...] (DUPB 2002, s.v.)

gravador *Nm* [Não-animado] **1** aparelho de gravação e reprodução sonora por processos magnéticos [...] [Humano] **2** pessoa que grava em madeira, metal ou pedra [...] (DUPB 2002, s.v.)

Os verbos são classificados como de ação, ação-processo, processo, estado, auxiliar, modalizador, suporte, pronominal, unipessoal e impessoal:

nevar *V* ★ [Ação-processo] [Compl: nome concreto] **1** tornar branco; embranquecer [...] ★ [Processo. Impessoal] **2** cair neve [...] (DUPB 2002, s.v.)

permanecer *V* ★ [Estado] **1** subsistir; durar [...] ★ [Auxiliar] [~ + verbo no gerúndio] [...] **5** indica aspecto progressivo [...] (DUPB 2002, s.v.)

Percebe-se uma grande divergência entre as subclassificações adotadas por DUPB (2002) e as adotadas pelos demais dicionários, e isso ocorre porque DUPB (2002) opta não por uma classificação gramatical, mas sim por uma classificação baseada na semântica.

5.2.2.3.2 Elementos linguísticos

Como dissemos anteriormente, os elementos linguísticos guardam relação com as formas flexionadas do lema. Trata-se, portanto, da indicação de gênero, número e flexão verbal. Esse tipo de informação, no entanto, tem cabida somente em casos muito pontuais, já que os dicionários costumam apresentar dados referentes à morfologia somente quando é necessário indicar irregularidades, seja na flexão nominal, seja na flexão verbal.

No caso específico dos dicionários semasiológicos de língua portuguesa, por exemplo, é apontada a flexão de número das palavras compostas ligadas por hífen (*carro-forte* → *carros-forte*, *perna-de-pau* → *pernas-de-pau*), das palavras terminadas em *-ão* (*pão* → *pães*, *cristão* → *cristãos*, *refrão* → *refrães / refrãos*), das palavras invariáveis em número (*cais*, *ônibus*, *vírus*) e das palavras oriundas de outras línguas (*corpus* → *corpora*, *skinhead* → *skinheads*). Informa-se a flexão de gênero de palavras que não obedecem a alternância $\emptyset/o/e - a$ (*cantor* → *cantora*, *menino* → *menina*, *presidente* → *presidenta*), de palavras terminadas em *-ão* (*alemão* → *alemã*, *comilão* → *comilona*, *leitão* → *leitoa*), de palavras que sofrem acréscimo de sufixo ao radical da forma masculina (*ator* → *atriz*, *conde* → *condessa*), de forma feminina que não mantém relação com a forma masculina (*cavalheiro* → *dama*, *homem* → *mulher*), de palavras que apresentam mais de uma forma de feminino (*embaixadora* “mulher que ocupa o cargo de embaixador” e *embaixatriz* “esposa do embaixador”). A flexão verbal é apontada nos casos em que há irregularidades no paradigma de conjugação (*aderir*, *progredir*, *transgredir*, *abolir*).

5.2.2.3.2.1 A indicação de flexão

Mi (1998) traz em itálico no final do verbete os plurais irregulares, os plurais de nomes compostos com hífen, os femininos e masculinos de formação irregular, os aumentativos e diminutivos irregulares e os superlativos absolutos sintéticos do verbete principal. Além disso, nos verbetes dos principais verbos defectivos estão incluídos os modos, tempos e pessoas em que são conjugados:

anão [...] Fem: anã; pl: anões, anãos, anães. (Mi 1998, s.v.)

beija-flor [...] Pl: beija-flores. (Mi 1998, s.v.)

mau [...] Fem: má; sup abs sint: malíssimo e péssimo. (Mi 1998, s.v.)

abolir [...] Conjugação: é defectivo. Não se emprega nas formas em que ao l do radical se seguiria a ou o. Portanto não tem a 1.^a pessoa do sing do pres indic e todo o pres subj, nem o imper neg. (Mi 1998, s.v.)

averiguar [...] conjug, pres indic: averiguo (ú), averiguas (ú), averigua (ú), averiguamos, averiguais, averiguam (ú); pres subj: averigúe, averigúes, averigúe, averiguemos, averigúeis, averigúem. (Mi 1998, s.v.)

demolir Gram, conjug: não tem a 1.^a pessoa do singular do presente do indicativo, nem o presente do subjuntivo. (Mi 1998, s.v.)

AuE (1999) e CAe (2007) fornecem informações relativas à flexão nominal e verbal em um pós-comentário de forma, considerado uma informação adicional à definição e que pode ser de natureza explicativa, comparativa ou gramatical e localizado no final do verbete entre colchetes. As informações gramaticais incluem: flexão de gênero e de número quando irregulares, dados relativos à pronúncia do signo-lemma em sua forma flexionada, plural de palavras compostas, conjugação de verbos irregulares e defectivos. Abaixo elencamos alguns exemplos:

abade [...] [Fem., nessas acepç.: abadessa (ê), pl. abadessas (ê).] (AuE 1999, s.v.)

adequar [...] [Defect. us. só nas f. arrizotônicas: adequamos, adequais; adequava; adequai; etc.] (AuE 1999, s.v.)

averiguar [...] [Pres. ind.: averiguo (ú), averiguas (ú), averigua (ú), averiguamos, etc.; 1^a pess. sing. pret. perf. ind.: averigui; pret. imperf. ind.: averiguava, averiguáveis, averiguavam; pres. subj.: averigúe, averigúes, averigúe, averiguemos, averigúeis, averigúem.] (AuE 1999, s.v.)

falir [...] [Defect.; só se conjuga nas f. em que ao l da raiz se seguir a vogal i da terminação.] (AuE 1999, s.v.)

caroço [...] [Pl.: caroços (ó).] (AuE 1999, s.v.)

genro [...] [Fem.: nora.] (AuE 1999, s.v.)

pé-de-moleque [...] [Pl.: pés-de-moleque.] (AuE 1999, s.v.)

ancião [...] [Fem.: anciã; pl.: anciãos, anciães e anciões.] (CAe 2007, s.v.)

bem-te-vi [...] [Pl.: bem-te-vis.] (CAe 2007, s.v.)

bom [...] [Pl.: bons Fem.: boa Aum.: bonzão Dim.: bonzinho] (CAe 2007, s.v.)

frade [...] [Fem.: freira. Aum.: fradalhão; fradaço.] (CAe 2007, s.v.)

reaver [...] [Conjuga-se sem o h, e, por ser defectivo, apresenta apenas as formas em que no radical do paradigma for v.] (CAe 2007, s.v.)

Essas obras também informam sobre o feminino e o plural de palavras estrangeiras:

habitué [...] [Fem. habituée.] (AuE 1999, s.v.)

software [...] [Tb. se usa sem flexão do pl., tal como em ingl.] (AuE 1999, s.v.)

watt [...] [Pl.: watts.] (CAe 2007, s.v.)

HouE (2001) fornece informações acerca de: plurais irregulares, palavras com mais de um plural, plural de palavras compostas por hífen, plural de palavras estrangeiras, feminino irregular ou incomum, aumentativos e diminutivos irregulares, superlativo absoluto sintético e dados sobre morfologia verbal. Essas informações aparecem em uma seção encabeçada pelo símbolo ☉ seguido das abreviaturas GRAM ou GRAM/USO. Sob a rubrica ☉ GRAM encontram-se informações estritamente gramaticais, enquanto que sob a rubrica ☉ GRAM/USO são incluídos também dados acerca do emprego do signo-lema. Vejamos alguns exemplos:

cristão [...] ☉ GRAM **a)** fem.: *cristã* **b)** pl.: *cristãos* **c)** nas acp. adj., sup.abs.sint.: *cristianíssimo* (HouE 2001, s.v.)

mau [...] ☉ GRAM **a)** fem.: *má* **b)** nas acp. adj., sup.abs.sint.: *malíssimo* **c)** dim.irreg.: *mauzoteconde* fem. *condessa* (HouE 2001, s.v.)

presidente [...] ☉ GRAM fem.: *presidenta* (mas *a presidente* tb. é us.) (HouE 2001, s.v.)

abdome [...] ☉ GRAM/USO a forma *abdômen* tem pl. formal *abdômenes* e pl. informal *abdomens* (sem acento gráfico); essa ambiguidade e relativa dificuldade na flexão da forma *abdômen* levou, no sXX, a uma tendência a empregar a nova forma *abdome*; *abdômen*, no entanto, ainda tem curso (HouE 2001, s.v.)

cuecas [...] ☉ GRAM *pluralia tantum*; no Brasil, mais us. no sing., em Portugal no pl. (HouE 2001, s.v.)

refletir [...] ☉ GRAM a respeito da conj. deste verbo, ver *-etir* (HouE 2001, s.v.)

averiguar [...] ☉ GRAM a respeito da conj. deste verbo, ver *-iguar* (HouE 2001, s.v.)

Assim como AuE (1999) e CAe (2007), também HouE (2001) traz informações sobre a flexão de palavras estrangeiras:

background [...] ☉ GRAM pl.: *backgrounds* (ing.) (HouE 2001, s.v.)

backing vocal [...] ☉ GRAM pl.: *backing vocals* (ing.) (HouE 2001, s.v.)

DUPB (2002), embora se declare uma obra que pretende ser “um instrumento eficiente de agilização do uso escrito tanto na recepção quanto na criação do texto” (cf. DUPB 2002, p. VI), não fornece muitas informações relativas à morfologia. Com relação à flexão verbal, por exemplo, não há informação indicando que verbos tais como *falir*, *abolir*, *demolir*, *extorquir* e *ruir* são defectivos. Tampouco detectamos orientação quanto ao plural das palavras terminadas em *-ão* nos verbetes *alemão*, *ancião*, *cristão*, *órfão* e *órgão*, por exemplo.

Encontramos no *front matter* informações relativas às formas de feminino irregular, ou seja, aquelas que não são o resultado da alternância *o*, *e/a* ou acréscimo de *a* ao masculino. Algumas dessas formas constituem verbetes no dicionário e fazem remissão à forma masculina, a qual contém a definição:

anã *Nf/Adj* feminino de anão (DUPB 2002, s.v.)

abadessa *Nf* feminino de abade (DUPB 2002, s.v.)

castelã *Nf* feminino de castelão (DUPB 2002, s.v.)

Não há, porém, uma sistematicidade, já que o verbete *condessa* não faz remissão a conde. Ambos os vocábulos contêm a definição:

conde *Nm* título de nobreza inferior ao de marquês e superior ao de visconde [...] (DUPB 2002, s.v.)

condessa *Nf* título de nobreza inferior ao de marquesa e superior ao de viscondessa [...] (DUPB 2002, s.v.)

Em DUPC (2004), as informações referentes à morfologia aparecem no final do verbete, encabeçadas pelo símbolo ✨. Essas informações se referem aos femininos irregulares, participios irregulares, verbos com o paradigma flexional incompleto, os plurais de vocábulos terminados em *-ão* que fogem à regra geral em *-ões* (*fogões*, *cartões*, *limões*, *papelões*) e o plural de *-ão* átono, que é sempre *-ãos* (*órgãos*, *órfãos*), o plural metafônico, ou seja, quando a vogal tônica [ô] passa para a vogal aberta [ó] (*ossos*, *fossos*, *corpos*, *tortos*), excetuando-se os plurais dos adjetivos terminados em *-oso* (*saboroso* [ô] > *saborosos* [ó]). Abaixo apresentamos alguns verbetes contedores de tais informações:

abolir [...] ✨ Só é usado nas formas em que ao radical seguem e ou i: abole, abolimos, abolia (DUPC 2004, s.v.)

abrir [...] ✨ (i) PP aberto (DUPC 2004, s.v.)

aceitar [...] ✨ (ii) PP aceitado/aceito (DUPC 2004, s.v.)

corrimão [...] ✨ Pl corrimãos (DUPC 2004, s.v.)

eritreu [...] ✨ Fem eritréia (DUPC 2004, s.v.)

ermitão [...] ✨ Fem ermitã (DUPC 2004, s.v.)

falador [...] ✨ Fem faladeira (DUPC 2004, s.v.)

florir [...] ✨ Usado nas formas em que, ao r, se segue i: floria, floriu, florirão (DUPC 2004, s.v.)

forno [...] ✨ Pl f[ó]rnos (DUPC 2004, s.v.)

guardião [...] ✨ Pl guardiães; guardiões (DUPC 2004, s.v.)

Em alguns casos, soma-se à informação referente ao nível morfológico informações de cunho pragmático, como podemos ver nos seguintes verbetes:

garçom [...] ✨ (i) Fem garçonete (ii) As variantes garçon (forma francesa) e garçã/garçãos são muito pouco usadas. (DUPC 2004, s.v.)

grama [...] ✨ (i) O VOLP registra como *Sm e Sf*. Esta, entretanto, é menos usada nos textos. (DUPC 2004, s.v.)

Essa análise nos mostrou que as informações no âmbito da morfologia são bastante numerosas. No entanto, podemos criticar a forma como são apresentadas ao consulente, já que há uma mescla quanto ao tipo de informação. Não há distinção entre o que faz parte da flexão nominal e da flexão verbal, por exemplo. Além disso, a disposição das informações nem sempre ajuda o consulente a localizar rapidamente a informação que está buscando e, em alguns casos, sequer permite que o consulente entenda a orientação que está sendo transmitida.

5.2.2.4 Nível sintático

De acordo com a NGB (1959), a sintaxe pode ser dividida em:

- a) sintaxe de concordância nominal e verbal;
- b) sintaxe de regência nominal e verbal;
- c) sintaxe de colocação.

Em dicionários gerais de língua, é possível encontrar informações referentes a essas três matérias da sintaxe. Muitas dessas informações podem aparecer unicamente através dos exemplos. Nesse caso, dizemos que se trata de informações normativas transmitidas ao consulente de forma implícita. A sintaxe de regência nominal e verbal, entretanto, costuma ser tratada pelos dicionários de forma explícita, através da indicação do complemento exigido

pelos adjetivos, substantivos e verbos. Booij (2003, p. 257) afirma que “um dicionário deveria especificar quais exigências uma palavra impõe ao seu ambiente sintático”¹⁴³. De acordo com esse autor, tal tipo de informação é tradicionalmente expressa por meio de subcategorizações que indicam em quais contextos sintáticos uma palavra pode ou deve aparecer.

Além das indicações relativas ao sistema de regência verbal ou nominal, temos, no âmbito sintático, o fenômeno das combinatórias léxicas, tais como as colocações e as expressões idiomáticas (combinações lexicais fixas). A esse respeito, Zöfgen (1994, apud WELKER 2004, p. 137) afirma que, nos dicionários, é possível se encontrar a dimensão sintagmática em quatro níveis:

- 1) Em informações sobre a construção/sintaxe;
- 2) Na forma de uma enumeração de combinações lexicais binárias (colocações);
- 3) Em combinações lexicais fixas, via de regra lematizadas;
- 4) Em exemplificações em forma de frases ou partes de frases.

Acreditamos que todos esses quatro níveis poderiam se configurar como informação de viés normativo, especialmente o primeiro, posto que a obra lexicográfica deve indicar ao consulente a valência verbal e as regências nominal e verbal. Os exemplos também podem assumir um caráter normativo, pois há casos em que certas informações morfológicas e/ou sintáticas aparecem unicamente nesse segmento. Essa normatividade pode ser explícita ou implícita. É explícita quando há no *front matter* esclarecimentos ao consulente a respeito do funcionamento do dicionário nesse aspecto, o que lhe permite manejar adequadamente a obra e tirar um melhor proveito das informações que ela fornece. Quando isso não ocorre, dizemos que se trata de normatividade implícita (cf. ZANATTA; BUGUEÑO MIRANDA 2009, p. 5). Quanto às combinações lexicais, apesar de serem dotadas de certa normatividade, dado seu caráter de fixidez, inclinamo-nos a considerar que sua presença no dicionário desempenha uma função mais descritiva que normativa, pelo fato de serem já de conhecimento dos falantes nativos¹⁴⁴.

¹⁴³ [a dictionary should specify which requirements a word imposes on its syntactic environment]

¹⁴⁴ Em função da natureza idiossincrática das unidades fraseológicas, pode-se dizer que as mesmas se apresentam como uma dificuldade maior para quem tem que lidar com uma língua estrangeira (aprendizes e tradutores, por exemplo), fato esse que faz com que a preocupação com relação ao tratamento lexicográfico dessas unidades recaia principalmente sobre os dicionários bilíngües e os *learners' dictionaries*. Os trabalhos de Beneduzi (2008), Noimann (2007), Pedro (2007), Andrade (2007), Welker (2002), Carvalho (2001), Garrão; Dias (2001) e Humblé (2001), por exemplo, abordam o tema das combinações léxicas sob essa perspectiva.

Neste trabalho, trataremos apenas das questões referentes ao primeiro nível, pois os demais demandariam abordagens bastante aprofundadas. No caso dos exemplos, pesam a complexidade do assunto e a relativa escassez de estudos que o abordam¹⁴⁵. O tema das combinatórias léxicas, por seu turno, apesar de já bastante debatido, é dos mais complexos dentro dos estudos lexicográficos, pois, se por um lado existe um consenso sobre a necessidade de se incluir esse tipo de unidades nos dicionários, por outro, a forma como devem aparecer é ainda controversa. Some-se a isso a grande diversidade de fenômenos de diferente natureza que, em função da dificuldade de classificação, acabam sendo agrupados sob o rótulo genérico de “unidades fraseológicas”, “fraseologia” ou “fraseologismo”¹⁴⁶.

5.2.2.4.1. Valência verbal

Trask (2004, s.v. *verbo*) aponta como uma das principais características da classe gramatical dos verbos o fato de que eles devem sempre estar acompanhados por um ou mais sintagmas nominais, os quais constituem os seus complementos, argumentos ou actantes¹⁴⁷. É justamente em função do tipo de complemento que exigem, ou seja, de sua transitividade, que os verbos costumam ser classificados.

De acordo com a NGB (1959), os verbos podem ser subdivididos em: de ligação, intransitivos, transitivos diretos e transitivos indiretos. Apesar desse intento de padronização terminológica que se configura a NGB (1959), percebe-se uma grande diversidade de

¹⁴⁵ Para um estudo sobre a funcionalidade dos exemplos em dicionários semasiológicos, indicamos a leitura de Farias (2008).

¹⁴⁶ Diversos autores têm se dedicado ao estudo das combinatórias léxicas, seja pelo viés lexicológico (teórico), seja pelo viés lexicográfico (prático). Beneduzi (2008), por exemplo, ao tratar especificamente do fenômeno das colocações, divide a abordagem teórica em dois enfoques: o lexicológico e o lexicográfico. Destaca entre os autores que adotam o enfoque lexicológico Bally, Porzig, Coseriu, Mel'čuk, Corpas Pastor, Firth, Halliday, Sinclair e Tagnin, e entre os que adotam o enfoque lexicográfico Cowie, Haensch *et al*, Benson, Seco e Hausmann. A principal preocupação no tocante à abordagem lexicológica diz respeito à elaboração de critérios que permitam caracterizar, conceituar e classificar com maior precisão as unidades fraseológicas. Já com relação à abordagem lexicográfica, os principais problemas que se apresentam são: 1) o tipo de unidades fraseológicas que devem figurar em uma obra lexicográfica e 2) a forma como essas unidades devem ser registradas. Como a noção de fraseologia abarca uma infinidade de estruturas que vão desde unidades sintagmáticas até frases completas, podem ser chamados de “unidades fraseológicas” os seguintes fenômenos: colocações, locuções, expressões idiomáticas, frases feitas, provérbios, refrãos, etc. E é justamente essa diversidade conceitual e denominativa que gera dificuldades quando da inclusão de unidades fraseológicas nos dicionários, já que a ausência de um suporte teórico subjacente ao tratamento lexicográfico da fraseologia ocasiona problemas tanto para o desenho da macroestrutura quanto da microestrutura. A distinção entre lexias compostas e lexias complexas, por exemplo, é fundamental para que o lexicógrafo possa decidir pela inclusão ou não desse tipo de unidades e se devem aparecer na macroestrutura, como lema, ou na microestrutura, como subentrada.

¹⁴⁷ Configuram exceção a essa regra, de acordo com Trask (2004, s.v. *argumento*), verbos como *chover*, *gear*, *nevar* e *trovejar*, quando indicam fenômenos da natureza, posto que não admitem nenhum argumento ou actante. A respeito desse assunto, ver também Campos (1999, p. 1521-1574), Lima (1997, p. 348-352), Andrade (1997, p. 353-358) e Silva (1997, p. 359-363).

nomenclaturas empregadas pelas obras lexicográficas sob análise no tocante à classificação dos verbos¹⁴⁸. Fazendo um levantamento da classificação dos verbos apresentadas pelas seis obras estudadas, obtivemos o seguinte resultado:

Mi (1998): frequentativo, incoativo, intransitivo, de ligação, pronominal, transitivo direto, transitivo indireto, impessoal.

AuE (1999): transitivo circunstancial, transitivo direto, transitivo indireto, intransitivo, predicativo, pronominal.

HouE (2001): transitivo direto, transitivo direto predicativo, transitivo indireto, transitivo indireto predicativo, bitransitivo, pronominal, intransitivo, de ligação, unipessoal, impessoal.

DUPB (2004): ação, ação-processo, processo, estado, auxiliar, modalizador, suporte, pronominal, unipessoal e impessoal.

DUPC (2004): transitivo, intransitivo, pronominal, impessoal, unipessoal, de ligação, auxiliar.

CAe (2007): impessoal, unipessoal, transitivo predicativo, transitivo absoluto, intransitivo.

Cada um desses seis dicionários adota um sistema de abreviaturas para informar ao consulente a valência verbal.

Mi (1998) e HouE (2001) trazem a informação de valência em cada acepção do verbo:

la.var (*lat lavare*) *vtd* **1** Limpar banhando, tirar com água as impurezas de: *Lavar as mãos. Lavaram os pés no riacho.* *vpr* **2** Banhar-se em água, para se limpar. *vtd* **3** *Pint* Dissolver em água (as cores), para purificar e temperar. *vtd* **4** Expurgar, purificar: "O arrependimento lava a culpa" (Morais). *vpr* **5** Reabilitar-se: *Lavou-se do seu crime.* *vtd* **6** Vingar injúria: *Lavar a honra. Lavar as mãos*: eximir-se da responsabilidade de. *Lavar com lágrimas*: mostrar-se arrependido de (falta, culpa), chorando sem cessar. *Lavar santo, Folc*: prática usada para provocar chuvas. É acompanhada de rezas. *Lavar-se em água-de-rosas*: alegrar-se, rejubilar-se com alguma coisa. *Lavar urubu*: estar desempregado; vadiar. (Mi 1998, s.v.)

¹⁴⁸ Também nas gramáticas normativas se percebe uma grande divergência em relação à classificação de determinados verbos, bem como no que diz respeito às nomenclaturas utilizadas pelos autores dessas obras (cf., por exemplo, ROCHA LIMA 2000, p. 248-251; BECHARA 2001, p. 421-422; e CUNHA; CINTRA 2007, p. 143-145).

lavar v. (sXIII cf. FichIVPM) **1** t.d. limpar (algo) por ação de um líquido, esp. a água, com mistura ou não de produto detergente <l. as mãos, os pratos> **1.1** t.d. limpar (ferimento, tumor etc.) com líquido antisséptico, para evitar infecção <lavou bem o furúnculo antes de colocar a compressa> **1.2** t.d. irrigar (órgãos como o estômago, o intestino etc.) com água ou líquido medicamentoso, para fins de diagnóstico ou para remoção de corpos estranhos **2** t.d. fazer desaparecer (vestígio de algo que sujou) <l. a mancha no tapete> <l. o sangue que ficou nas roupas> **3** pron. fazer a limpeza de (o próprio corpo); banhar-se <gosta de l.-se em água tépida> **4** t.d.int. lavar roupa por ofício; trabalhar como lavadeira <criou os filhos, lavando e passando (roupa)> <ela lava na perfeição, mas é pouco caprichosa com o resto do serviço> **5** t.d. tornar mais puro (um produto, um material) ou desembaraçá-lo das impurezas que contém, submetendo-o a banhos ou fluxos sucessivos de água <l. um minério> **6** t.d.bit. e pron. fig. livrar(-se) de manchas morais; limpar(-se) moralmente; purificar(-se), redimir(-se), reabilitar(-se) <somente o arrependimento poderia lavá-lo (dos pecados cometidos)> <l.-se de uma calúnia, de uma acusação> **7** t.d. fig. fazer desaparecer, reparar (algo que ofende a honra de alguém ou que mancha a sua reputação); desagrar <l. uma ofensa, um crime, um pecado> [...] (HouE 2001, s.v.)

AuE (1999), DUPB (2002) e DUPC (2004) separam as acepções de acordo com a valência do verbo, como podemos ver nos verbetes abaixo:

lavar [Do lat. lavare.] V. t. d. 1. Limpar banhando; tirar com água as impurezas de; banhar, abluir. 2. Correr (rio, mar, etc.) junto de; regar, banhar: As águas puras do riacho lavavam a planície. 3. Tornar puro; purificar, mundificar, expurgar: Seu procedimento correto nos últimos tempos lavou sua culpa. V. int. 4. Trabalhar como lavadeira; exercer a profissão de lavadeira: "é ela, a bem dizer, quem sustenta a casa com o que faz lavando e engomando." (Coelho Neto, Turbilhão, p. 305). 5. Saber lavar; ser capaz de: É ótima dona de casa: se necessário, lava, cozinha, faz todo o serviço. V. p. 6. Banhar-se (7): "desceu ao banheiro, lavou-se, mudou de roupa" (Aluísio Azevedo, O Coruja, p. 138). 7. Justificar-se; reabilitar-se. (AuE 1999, s.v.)

lavar V ★ [Ação-processo] [± Compl: nome concreto] **1** limpar banhando; banhar: *Talvez aquela chuva lavasse a estátua (RIR); Há dois meses a velha lavava sua roupa (BA); Mamãe não tem medo de fazer força... lava, cozinha, costura e ainda serve a mesa (BH)* **2** remover através de banho; limpar: *you trouxe uma baciinha de água para lavar o sangue do meu corpo (NOF)* [Compl: nome abstrato] **3** expurgar; purificar: *C. B. Ruffus soube lavar o nome da pátria dos agravos que lhe foram feitos (BH); só o esforço e o trabalho podem lavar a riqueza (EPA)* **4** vingar: *Cumpria lavar a honra ultrajada (BH); amar é ser correspondido ou lavar em sangue o orgulho ferido (OV)* **5** expulsar; tirar: *lavei minhas mãos demoradamente como se lavasse um pensamento que não queria admitir (DE); O banho morno lavaria a moleza da noite maldormida (V)* **6** alegrar: *aquele manhã de tanta luz [...] lavava-lhe a alma machucada pelos terrores da noite agoniada (CA)* ★ [Ação. Pronominal] **7** banhar-se em água para se limpar: *Lavou-se devagar, esfregava e ria (DE); As seis mulheres continuam se lavando, se penteando na luz vespéral (ACI) [...]* (DUPB 2002, s.v.)

lavar Vt **1** limpar por ação de líquido; banhar: *Os fiéis lavaram a escadaria da Igreja* **2** expurgar; purificar: lavar os pecados **3** vingar: *lavar uma ofensa* **4** expulsar; tirar: *Os exercícios matinais lavam a preguiça* **5** vencer por grande quantidade de pontos: *o Brasil lavou a seleção adversária* **6** separar por meio de fluxo de água nas bateias: *lavar o cascalho* **7** ensopar: *O sangue lavou a camisa* **8** transformar recurso obtido de modo ilícito em rendimento legal; regularizar do ponto de vista fiscal: *lavar dólares do contrabando* **9** banhar-se em água para se limpar; tomar banho: *Os nadadores se lavaram no vestiário* **Vi** **10** trabalhar lavando roupas: *Passara a vida cozinhando e lavando [...]* (DUPC 2004, s.v.)

CAe (2007), diferentemente de Mi (1998), AuE (1999), HouE (2001), DUPB (2002) e DUPC (2004), e contrariando a prática comum da lexicografia¹⁴⁹, apresenta a indicação da valência entre colchetes e após cada uma das acepções:

lavar (la.var) v. **1** Limpar(-se) com líquido (ger. água) [td.: lavar as mãos: Lavou-se com sabão medicinal.] **2** Fig. Purificar; inocentar [td.: Lavou o nome ao provar sua inocência.] **3** Tornar legal (dinheiro ganho ilegalmente) [td.: Lavava o dinheiro do contrabando em casas de diversão.] **4** Lavar (1) roupa como profissão [int.: Lavava para toda a família.] **5** Tornar limpo, retirando mancha ou sujeira [td.: O criminoso lavara eficientemente as manchas de sangue.] **6** Retirar as impurezas de (um material) [td.: Lavava imediatamente as pedras que retirava da mina.] **7** Fig. Eliminar nódoas que comprometem a moral, o bom nome [td.: Só a Igreja poderia lavar-lhe os pecados.] **8** Escorrer sobre [td.: Ondas enormes lavaram o ancoradouro.] **9** Passar às margens ou junto de; banhar [td.: O mar lavava toda a costa oeste da região.] **10** Pint. Diluir (uma cor) em água para torná-la menos forte [td.: Lavou o verde antes de pintar o arvoredo.] **11** Pint. Espalhar tinta aguada para colorir [td.: Lavou a tela com suave mancha azulada.] (CAe 2007, s.v.)

Por fim, destacamos que, tão ou mais importante que a forma adotada para indicar a valência dos verbos é a manutenção da coerência entre a informação sintática apresentada e os exemplos fornecidos, pois, não raro, encontramos exemplos que não são compatíveis com a construção sintática que aparece no dicionário. É o que ocorre, por exemplo, nos verbetes dos verbos *grifar* e *fornecer* em DUPB (2002), como constata Bugeño Miranda (2007, p. 99):

Assim, por exemplo, s.v. *grifar* aparece a seguinte indicação sintática: “[*compl: nome concreto não animado*] 1 sublinhar: (...)”. A seguir, o verbete apresenta dois exemplos, dos quais só o primeiro corresponde à descrição sintática proposta para o verbo. O segundo exemplo, pelo contrário, sugere claramente que o verbo *grifar* pode ser empregado também em “estado absoluto”, ou seja, sem um objeto direto: “(...) *alguns têm o hábito de grifar, fazer sinais, anotações a lápis ou tinta* (...)” (DUPB (2002, s.v.)). No sentido inverso, isto é, quando há uma indicação de que o objeto direto é prescindível, como s.v. *fornecer*, por exemplo, ocorre exatamente o contrário, isto é, os exemplos demonstram que o acusativo é obrigatório: “(...) 1.

¹⁴⁹ A maior parte das obras lexicográficas apresenta as indicações de valência antes de um bloco de acepções que compartilham a mesmo tipo de complementação verbal, ou diante de cada acepção (cf., por exemplo, DRAEo 2010, CELD 2004, DUEAEe 2003, DUEe 2001 e EDSP 1998).

prover; abastecer: *Dr. Guilherme forneceu a Aimbé mantimentos (M); Daí o homem da venda do Anhumas forneceu mantimentos para a turma (ID) (...)* (DUPB (2002, s.v.))

5.2.2.4.2 Regência verbal e regência nominal

O termo “regência”, na nomenclatura gramatical, pode ser empregado em sentido amplo e restrito. Em sentido amplo, refere a subordinação sintática em geral. Em sentido restrito, designa a “subordinação peculiar de certas estruturas a palavras que as requerem ou preveem na significação ou em seus traços semânticos” (cf. DPRN 2006, p. 5). Nesta dissertação, trabalharemos apenas com o sentido restrito de “regência”, ou seja, com a relação de dependência entre duas palavras em uma construção na qual uma palavra complementa a outra (cf. DUBOIS et al 1986, s.v. *regência*; e NEVES 2000, p. 90). Essa complementação costuma ser feita por meio de uma preposição, que é determinada pela norma e forma um bloco com os nomes e verbos que acompanha. É de fundamental importância que a preposição exigida pelos adjetivos, advérbios, substantivos e verbos seja informada ao consultante, pois tal dado é de grande auxílio para a realização das atividades de produção linguística.

Em AuE (1999), a regência nem sempre é apresentada ao consultante de forma explícita, como ocorre, por exemplo, em:

necessitar 1 Sentir necessidade de; carecer de; precisar (de) [...] (AuE 1999, s.v.)

Na grande maioria dos casos de regência nominal e verbal, AuE (1999) indica a preposição de forma implícita, através dos exemplos e/ou abonações. Assim também atua Mi (1998), como podemos ver nos verbetes abaixo:

hábil [...] 1. Que tem aptidão para alguma coisa: É muito hábil em trabalhos manuais. [...] (AuE 1999, s.v.)

clamar [...] 7. Ter como exigência; instar: O povo clama por justiça. (AuE 1999, s.v.)

velar [...] *vti* 8 Interessar-se com vigilante zelo: *Velar pela pureza das crenças, velar pelos infelizes.* (Mi 1998, s.v.)

HouE (2001) indica a preposição que rege verbos e nomes ora integrada à paráfrase definidora, ora através dos exemplos e/ou abonações, como demonstram os verbetes a seguir:

aderir [...] **3 t.i.** tornar-se adepto de; juntar-se a (causa, seita, partido etc.) <aderiu ao socialismo> **4 bit.** fazer juntar uma coisa a outra(s); aplicar, encaixar, unir <aderiu a nova peça ao motor> **5 t.i.** ligar-se ou juntar-se a uma manifestação, gesto ou movimento de apoio (a alguém, a uma causa etc.); apoiar <aderiu à homenagem feita ao escritor> **6 t.i.** adaptar-se a (local, situação etc.) em caráter mais permanente <alguns imigrantes aderiam à nova terra com mais facilidade> (HouE 2001, s.v.)

inerente *adj.2g.* **1** que existe como um constitutivo ou uma característica essencial de alguém ou de algo <função i. ao cargo de subprefeito> <alegria i. às crianças> (HouE 2001, s.v.)

devoto *adj.s.m.* **1** que ou aquele que tem ou denota devoção <uma d. de santo Antônio> <era uma pessoa muito d.> <ar d.> (HouE 2001, s.v.)

DUPB (2002), DUPC (2004) e CAe (2007) apresentam, de forma explícita, a preposição que acompanha certos nomes e verbos. DUPB (2002, p. IX) esclarece que “a informação sintática é dada pelo sistema de complementação apresentando-se a estrutura dos complementos de nomes, de adjetivos, de verbos e de advérbios (...)”. Essa obra tem como preocupação apresentar de maneira bastante minuciosa informações relativas ao uso sintático das palavras, esclarecendo, por exemplo, o uso das preposições e informando o tipo de complemento que a palavra-entrada pode ter. Nessa obra, portanto, é dado grande destaque às informações acerca da complementação nominal e verbal:

interceder *V* [Ação] [± Compl: por/em favor de + nome humano ou abstrato de oração] (DUPB 2002, s.v.)

morar *V* ★ [Processo] [± Compl: em + nome abstrato] 1 entender; compreender [Estado] [Compl de lugar] 2 residir. (DUPB 2002, s.v.)

obediente *Adj* [Qualificador de nome humano ou abstrato] [± Compl: a/de + nome] (DUPB 2002, s.v.)

O objetivo desse dicionário ao fornecer tais informações é apresentar “o modo como a língua se organiza” (DUPB 2002, p. V), ou seja, descrever como os falantes se comportam quanto às construções sintáticas da língua. Logo, entendemos que não há, pelo menos declaradamente, nenhuma intenção prescritiva, porém é muito provável que o consulente possa vir a entender essas informações sintáticas como normativas, ou seja, como regras a serem seguidas quando da produção escrita ou oral, posto que a busca do usuário é, geralmente, pelo normativo.

DUPC (2004) e CAe (2007) são sistemáticos ao alertar o consulente, de forma explícita, sobre a necessidade do emprego de preposição em certas construções:

escalado *Adj* (+ para) **1** designado; nomeado; indicado (DUPC 2004, s.v.)

evadir [...] (+ de) **2** fugir [...] (+ a) **3** furtar-se; escapar (DUPC 2004, s.v.)

indulgente [...] **1** Que perdoa, desculpa ou releva facilmente (diz-se de pessoa com tendência a perdoar); CLEMENTE; TOLERANTE [+ com, em: Indulgente com o inimigo.: Indulgente em avaliar. Antôn.: intolerante] (CAe 2007, s.v.)

lutar v. **1** Travar ou praticar luta esportiva [tr. + com, contra: O campeão de boxe lutou contra um desafiante] [td.: Meu irmão luta caratê] [int.: Ele lutou mal na última competição.] [tr. + por: A equipe lutou pelo título] **2** Desferir golpes; BRIGAR [tr. + com: Lutou com o assaltante, arriscando a vida] [int.: Começaram a lutar no meio da festa] **3** Participar em combate ou batalha; COMBATER [tr. + com, contra: Lutaram contra os invasores] [int.: As tropas lutaram até o fim] **4** Fazer frente ou resistir a [tr. + contra: indivíduos que lutaram contra a ditadura frontalmente] [...] (CAe 2007, s.v.)

Basicamente, o que diferencia essas três obras é o fato de que, enquanto DUPB (2002) e DUPC (2004) trazem a informação sobre a regência antes das acepções que assim o exigem, CAe (2007) arrola tal informação após as acepções, como se pôde evidenciar nos exemplos apresentados acima.

5.2.2.5 *Nível pragmático*

Segundo Burkhanov (2003, p. 102), as “especificações pragmáticas são uma parte muito significativa das informações lexicográficas presentes nos dicionários”¹⁵⁰. Não há dúvidas de que as informações relativas ao uso da língua desempenham a função de orientar a produção linguística dos falantes. É importante ressaltar, contudo, que podemos encontrar no nível pragmático informações de natureza distinta. De um lado, temos as indicações que se referem à norma linguística *stricto sensu*, geralmente transmitidas aos consulentes pelos dicionários através de “notas de uso”, e de outro, temos informações que auxiliam o falante a não cometer uma “impropriedade social”, ou seja, não empregar um vocábulo inadequado a certo contexto. Estas informações não são, portanto, normativas *stricto sensu* e são transmitidas ao usuário através de marcas de uso.

A esse respeito, Svensén (1993, p. 4) considera que o dicionário fornece certas informações sobre a pragmática das palavras, incluindo fatos não-linguísticos envolvidos em seu uso, opostas às características formais, semânticas e combinatórias. As informações pragmáticas, segundo o autor, refletem a ocorrência das palavras e suas combinatórias em diferentes dimensões linguísticas (cf. SVENSÉN 1993, p. 6). Compartilhando desse

¹⁵⁰ [pragmatic specifications form a very significant part of lexicographic information presented in dictionaries]

pensamento, Kipfer (1984, p. 41) sustenta que a pragmática se refere às variedades linguísticas, seus contextos temporais e espaciais e sua relação entre falantes, ouvintes e assunto. Ambos os autores mencionam que esse tipo de informação lexicográfica é apresentado na forma de “marcas de uso”.

Nas seções seguintes, analisaremos as marcas de uso e as notas de uso presentes nos dicionários sob estudo.

5.2.2.5.1 *Marcas de uso*

De acordo com Hartmann; James (2001, s.v. *label*), as marcas de uso são “um símbolo especial ou termo abreviado usado em obras de referência para marcar uma palavra ou sintagma como sendo associado a um uso particular ou variedade linguística”¹⁵¹. Essas marcas são também chamadas de diassistêmicas, posto que servem para indicar as unidades léxicas que apresentam um “desvio” (temporal, espacial, social, etc.) em relação às unidades léxicas consideradas neutras (cf. ENGELBERG; LEMNITZER 2004, apud FARIAS 2009, p. 153).

Rey (1991, apud STREHLER 2001) diz que as marcas de uso podem ser divididas em cinco grupos: temporal, espacial, social, de tecnoleto e de frequência. Outros autores, porém, sugerem uma classificação mais abrangente. Landau (1989, apud BURKHANOV 2003, p. 105), por exemplo, considera que os tipos de informações mais comuns referentes ao uso e designadas por marcas de uso são as seguintes: 1) temporalidade [*currency or temporality*], 2) frequência de uso [*frequency of use*], 3) variação geográfica [*geographic variation*], 4) terminologia especializada [*specialised terminology*], 5) uso restrito ou tabu [*restricted or taboo usage*], 6) insulto [*insult*], 7) gíria [*slang*], 8) estilo, variedade de registro [*style, functional variety, or register*] e 9) marca de status [*status label*].

Hausmann (1989, apud WELKER 2004 p. 131), por sua vez, propõe uma divisão bastante semelhante, porém um pouco mais detalhada:

- diacrônicas (relativas ao tempo)
- diatópicas (relativas a certas regiões ou países)
- diaintegrativas (para assinalar estrangeirismos)
- diamediais (para diferenciar linguagem oral e escrita)
- diastráticas (relativas ao nível sócio-cultural)
- diafásicas (diferenciar linguagem formal e informal)

¹⁵¹ [a special symbol or abbreviated term used in reference works to mark a word or phrase as being associated with particular usage or language variety]

- diatextuais (restringir uma palavra ou acepção a um determinado gênero textual)
- diatécnicas (relativas a palavras pertencentes a tecnoletos)
- diafrequentes (marcas como *raro*, *muito raro*)
- diaevaluativas (relativas à atitude do falante: *pejorativo*, *eufemismo*)
- dianormativas (indicar que o uso de determinada palavra ou acepção é errado de acordo com a língua padrão)

Vale ressaltar que a marcação diassistêmica cumpre, de acordo com Engelberg; Lemnitzer (2004, apud FARIAS 2009, p. 153), duas tarefas: a) orienta os usuários sobre o emprego adequado dos lexemas marcados e b) descreve a ordenação pragmática do léxico.

Na análise dos dicionários, aprofundar-nos-emos em apenas três marcas desse grupo, quais sejam: diastráticas, diafásicas e diacrônicas, apontando os motivos pelos quais as consideramos de caráter normativo.

Temos plena noção, no entanto, de que a questão das marcas de uso é um problema ainda pouco explorado pela metalexiconografia, o que acarreta uma grande divergência de tipos de marcação entre os dicionários. A esse respeito, Burkhanov (2003, p. 107) alerta que, “devido à natureza complexa e heterogênea dos fenômenos linguísticos a serem descritos, não há consenso quanto ao número de marcas de uso e quanto ao conteúdo dos parâmetros pragmáticos que elas representam”¹⁵². O autor afirma ainda que os dicionários gerais de língua costumam empregar sistemas próprios para a apresentação de marcas de uso. Strehler (2001, p. 180), no entanto, defende que “uma definição rigorosa das marcas de uso é desejável”, dado que possibilita ao lexicógrafo um registro mais cauteloso. No entanto, essa é uma tarefa árdua, já que não é nada fácil classificar as marcas de acordo com critérios e esquemas rigorosos e até mesmo delimitar umas com relação às outras (cf. HAENSCH 1982, p. 493).

Como veremos a seguir, alguns dos dicionários analisados apresentam uma vasta lista de marcas de uso, porém em muitos casos, imputam marcas divergentes para determinados vocábulos, sobretudo em se tratando das marcas diastráticas e diafásicas.

5.2.2.5.1.1 Marcas diastráticas e diafásicas

Essa divisão, como já dissemos, é oriunda das postulações de Coseriu (1980), quem considera a língua um diassistema que apresenta variedade interna em níveis. O nível

¹⁵² [due to the complex and heterogeneous nature of linguistic phenomena to be described, there is no consensus on the number of usage labels and the content of pragmatic parameters they represent]

diastrático está relacionado com a procedência sócio-cultural dos usuários da língua enquanto que o nível diafásico está relacionado ao contexto de comunicação, ou seja, fica a critério do falante escolher o modo como irá se expressar de acordo com o exigido pela situação comunicativa (formal ou informal, por exemplo). Decidimos tratar esses dois aspectos conjuntamente porque nem sempre é fácil delimitar com precisão a diferença entre ambos.

O caráter normativo dessas marcas reside no fato de que marcar uma acepção como *informal*, *pejorativo*, *culto* ou *tabuísmo*, por exemplo, é uma informação extremamente importante para o consulente, pois este saberá que se trata de uma palavra cujo uso está restrito ou é mais adequado a determinados contextos.

Analisemos o seguinte quadro, no qual elencamos alguns vocábulos lematizados em Mi (1998), AuE (1999), HouE (2001), DUPB (2002), DUPC (2004) e CAe (2007) marcados diastrático-diafasicamente:

UNIDADES	Mi (1998)	AuE (1999)	HouE (2001)	DUPB (2002)	DUPC (2004)	CAe (2007)
<i>bobagem</i> - "bobagem, tolice"	#	<i>gíria</i>	<i>informal</i>	<i>coloquial</i>	<i>coloquial</i>	<i>popular</i>
<i>afrescalhar</i> - "tornar(-se) excessivamente delicado"	x	<i>chulo</i>	<i>pejorativo</i>	x	x	<i>popular / pejorativo</i>
<i>amarrado</i> - "comprometido (por ligação amorosa)"	<i>humor</i>	<i>familiar</i>	<i>informal</i>	Ø	<i>coloquial</i>	<i>popular</i>
<i>arrambar</i> - "violentar sexualmente"	#	<i>chulo</i>	<i>tabuismo</i>	Ø	Ø	<i>tabu</i>
<i>avacalhado</i> - "que sofreu avacalhação"	<i>popular</i>	<i>popular</i>	<i>informal</i>	Ø	Ø	<i>popular</i>
<i>bafometro</i> - "aparelho que mede o grau de concentração de álcool no organismo por meio do ar expirado pela boca"	marca diatócnica	<i>popular</i>	<i>informal</i>	Ø	Ø	<i>popular</i>
<i>bolinar</i> - "encostar-se em [alguém] com fins libidinosos"	<i>chulo</i>	<i>chulo</i>	<i>informal</i>	Ø	<i>coloquial</i>	<i>vulgar</i>
<i>brinqueto</i> - "[alguém] de pele muito clara"	<i>pejorativo</i>	<i>depreciativo</i>	<i>informal</i>	Ø	Ø	<i>pejorativo / popular</i>
<i>caxias</i> - "[alguém] que cumpre com grande seriedade ou rigor suas obrigações"	<i>gíria</i>	<i>popular</i>	<i>informal</i>	<i>coloquial</i>	<i>coloquial</i>	<i>popular</i>
<i>celesino</i> - "de cor azul-celaste"	Ø	<i>poético</i>	<i>formal</i>	x	x	<i>poético</i>
<i>desencalhar</i> - "achar casamento quando se esperava não fosse isso mais possível"	#	<i>jocosos</i>	<i>informal</i>	Ø	<i>coloquial</i>	<i>jocosos</i>
<i>farsante</i> - "[alguém] sem seriedade, sem palavra"	Ø	<i>depreciativo</i>	Ø	Ø	Ø	Ø
<i>fúria</i> - "rodeio, floreio"	x	<i>gíria</i>	<i>informal</i>	Ø	Ø	<i>gíria</i>
<i>particinha</i> - "jovem do sexo feminino pertencente à classe alta, que tende a só usar roupas e acessórios de grife e frequentar lugares da moda"	<i>gíria</i>	<i>jocosos</i>	<i>informal / pejorativo</i>	<i>coloquial</i>	<i>coloquial</i>	<i>popular</i>

Legenda: # = sem aceção; x = não-lematizada; Ø = sem marca diatócnica-diafásica

Quadro 13: Marcação diatócnica-diafásica

Como se pôde observar, há o emprego de uma grande variedade de marcas, divergentes entre si nas seis obras analisadas. Mi (1998) faz uso de cinco tipos de marcas: *chulo*, *gíria*, *humor*, *pejorativo* e *popular*. AuE (1999) emprega quatro marcas: *familiar*, *gíria*, *jocoso* e *popular*. Já em HouE (2001), aparecem as marcas *informal*, *pejorativo* e *tabuísmo*, com absoluta predominância da marca *informal*. CAe (2007) também se vale de cinco marcas para indicar a variação nos níveis diastrático e diafásico: *gíria*, *jocoso*, *popular*, *tabu* e *vulgar*. Por fim, DUPB (2002) e DUPC (2004) utilizam unicamente a marca *coloquial*. Também chama atenção o fato de alguns dicionários marcarem e outros não determinada acepção, como ocorre com *farsante* e *celestino*, entre outros. Isso demonstra que a grande maioria dos dicionários não conta com um alicerce teórico subjacente às imputações diassistêmicas¹⁵³.

Em função da dificuldade de se imputar marcas diastráticas e diafásicas, consideramos que seria mais consequente o lexicógrafo reduzir seu número e adotar marcas mais abrangentes, tais como: *formal*, *informal*, *pejorativo* e *tabuísmo*, à semelhança do que foi definido para o dicionário de falsos amigos elaborado no projeto coordenado pelo Prof. Dr. Félix Bugueño Miranda, que conta com apenas cinco marcas de uso. Esse número reduzido se deve ao fato de que diversas marcas semelhantes foram englobadas sob uma única marca, como descrevemos abaixo:

- *tabuísmo* (engloba as marcas *vulgar* e *chulo*)
- *formal* (engloba as marcas *culto* e *literário*)
- *informal* (engloba a marca *popular*)
- *pejorativo* (engloba a marca *depreciativo*)
- *eufemismo*

A marca *gíria*, bastante presente em algumas das obras analisadas, foi preterida, por se tratar de um fenômeno linguístico cuja delimitação carece de precisão, como aponta o trabalho de Santos (2007).

Acreditamos que essa atitude contribuiria para a diminuição da divergência hoje observável entre os dicionários, e facilitaria o entendimento por parte do consulente.

5.2.2.5.1.2 Marcas diacrônicas

Sabe-se que o acervo lexical de todas as línguas vivas se renova. Enquanto algumas palavras deixam de ser empregadas e tornam-se arcaicas, outras são criadas e postas em uso

¹⁵³ O estudo de Strehler (1997) aponta conclusões semelhantes.

pelos falantes de uma comunidade linguística. Temos, portanto, unidades léxicas que no dicionário podem levar as marcas *arcaico*, *antiquado*, *desusado* ou *obsoleto*, e palavras que constituem neologismos, com a ressalva de que estas, quando dicionarizadas, raramente são marcadas.

Em função de os dicionários gerais de língua terem como uma de suas características ser o inventário de um conjunto léxico bastante abrangente de uma língua, é comum que se encontrem lematizadas palavras cujo uso é reduzido ou até mesmo inexistente. Assim, marcas diacrônicas como *arcaico*, *desusado*, etc., assumem um caráter normativo porque desaconselham ao consulente o uso das unidades léxicas providas de tais marcas justamente por não serem mais frequentes na língua. Vejamos como atuam os dicionários sob análise quanto a esse aspecto:

UNIDADES	Mi (1998)	AuE (1999)	HouE (2001)	DUPB (2002)	DUPC (2004)	CAe (2007)
<i>aborrir</i>	x	<i>desusado</i>	<i>arcaico</i>	x	x	<i>antigo</i>
<i>bergantim</i>	x	x	<i>antigo</i>	Ø	marca diatópica	<i>antiquado</i>
<i>bautismo</i>	x	<i>antigo</i>	<i>arcaico</i>	x	x	<i>antigo</i>
<i>cave</i>	x	<i>desusado</i>	<i>obsoleto</i>	marca diatópica	marca diatópica	Ø
<i>comisturar</i>	x	<i>antiquado</i>	x	x	x	<i>antigo</i>
<i>daduco</i>	x	x	<i>arqueologia verbal</i>	x	x	x
<i>deporte</i>	#	<i>antigo</i>	<i>antigo</i>	x	x	<i>antigo</i>
<i>entonces</i>	<i>antigo</i>	<i>arcaico / arcaísmo</i>	<i>arcaico</i>	x	x	<i>antigo</i>
<i>gustar</i>	x	<i>obsoleto</i>	<i>obsoleto</i>	x	x	x
<i>leixar</i>	<i>antigo</i>	<i>antigo</i>	<i>antigo</i>	x	x	<i>antigo</i>
<i>luminoso</i>	<i>antigo</i>	<i>antiquado</i>	<i>antigo</i>	marca diastrático-diafásica	x	<i>antiquado</i>
<i>molher</i>	x	<i>arcaico</i>	<i>arcaico</i>	x	x	x
<i>onirodimia</i>	x	x	<i>obsoleto</i>	x	x	marca diatópica
<i>ortopraxia</i>	x	x	<i>obsoleto</i>	x	x	<i>antiquado</i>
<i>refacimento</i>	x	x	<i>antigo</i>	x	x	x
<i>remembrancha</i>	<i>antigo</i>	<i>antiquado</i>	<i>antigo</i>	x	x	<i>antigo</i>
<i>sandicino</i>	<i>desusado</i>	<i>desusado</i>	x	x	x	<i>desusado</i>
<i>traimento</i>	<i>pouco usado</i>	<i>desusado</i>	<i>obsoleto</i>	x	x	<i>desusado</i>
<i>zagalote</i>	<i>antigo</i>	<i>obsoleto</i>	<i>obsoleto</i>	x	x	x

Legenda: x = não-lematizada; # = sem acepção; Ø = sem marca diacrônica

Quadro 14: Marcação diacrônica

Em AuE (1999), encontramos as marcas *antigo* (s.v. *bautismo, deporte, leixar*), *antiquado* (s.v. *comisturar, lumioso, lembrança*), *arcaico*, *arcaísmo* (s.v. *aboar, acaecer, entoces*), *desusado* (s.v. *aborrir, cave, sandicino*) e *obsoleto* (s.v. *gustar, ourinol, zagalote*). Mi (1998), HouE (2001) e CAe (2007) se mostram um pouco mais modestos quanto ao número de marcas adotadas. Mi (1998) e CAe (2007) empregam apenas três, respectivamente: *antigo* (s.v. *entoces, leixar*), *desudado* (s.v. *sandicino*), *pouco usado* (s.v. *traimento*) e *antigo* (s.v. *aborrir, lembrança*), *antiquado* (s.v. *lumioso, ortopraxia*), *desusado* (s.v. *sandicino, traimento*). Já HouE (2001) apresenta quatro marcas diacrônicas: *arcaico* (s.v. *bautismo, mulher*), *antigo* (s.v. *deporte, lumioso*), *obsoleto* (s.v. *onirodinia, zagalote*) e *arqueologia verbal* (s.v. *daduco*). Já DUPB (2002) e DUPC (2004) não lematizam a maior parte dos vocábulos acima arrolados. Isso indica, pelo menos à primeira vista, que ambas as obras atuam de acordo com seu propósito de apresentar a língua portuguesa contemporânea, ou seja, a língua em uso no Brasil nos últimos 50 anos. Vale ressaltar, no entanto, que tanto DUPB (2002) quanto DUPC (2004) incluem em sua macroestrutura palavras com as marcas diacrônicas *obsoleto* e *arcaísmo*, tais como *regalo* “agasalho para as mãos”, *ludopédio* “futebol”, *ludópoda* “jogador de futebol”, *lues* “sífilis”, *lupanar* “bordel” e *gume* “gel fixador de cabelos”. A inclusão desses vocábulos, porém, pode ser considerada uma séria falha, já que tais obras pretendem abarcar apenas os usos linguísticos observáveis na língua portuguesa contemporânea.

Das seis obras analisadas, somente HouE (2001) fornece explicações acerca dos princípios que guiaram a classificação das unidades marcadas diacronicamente. Nessa obra, são denominadas *arcaísmo* as palavras ou variantes usadas no português medieval até o português camoniano (século XVI), tendo seu emprego sido extinto dentro desse período de tempo. As unidades léxicas, locuções, expressões e acepções portadoras da marca *antigo* eram usadas na língua do século XVI ao XIX, e deixaram de ser usadas já no início do século XX. A marca *obsoleto/obsolescente* classifica vocábulos, locuções ou acepções que deixaram de ser empregadas ao longo do século XX, ou que têm seu uso em processo de marginalização. A indicação “arqueologia verbal” abriga as palavras e acepções resgatadas dos vocabulários de línguas antigas, especialmente o latim e o grego, depois de adaptarem sua fonética e grafia aos modelos atuais (cf. HouE 2001, p. XXIX). Nesse caso, é justificável o número considerável de imputações para a classificação do vocabulário marcado diacronicamente.

Quanto ao número de marcas diacrônicas apresentadas pelo dicionário, nossa posição é a mesma adotada para as marcas diastrático-diafásicas, ou seja, defendemos uma redução quantitativa. Somos partidários do critério da frequência para proceder à delimitação das

marcas. Portanto, nossa proposta prevê a adoção apenas das marcas *pouco usado* e *desusado*. Isso, porém, não quer dizer que outras marcas não possam ser empregadas. Os dicionários podem optar por um número maior de imputações diacrônicas desde que definam quais são os princípios norteadores para o estabelecimento dessas marcas, como faz HouE (2001).

5.2.2.5.2 *Notas de uso*

As obras lexicográficas costumam disponibilizar, em certos verbetes, um segmento através do qual transmitem ao consulente informações adicionais que têm por finalidade explicitar particularidades do signo-lema. Trata-se das “notas de uso” (cf. MIEZNIKOWSKI 2008, p. 45-48; e HARTMANN; JAMES 2001, s.v. *usage note*). Esse segmento pode conter informações sobre sinônimos do signo-lema e palavras ou frases a ele relacionadas, explicações acerca de expressões idiomáticas, informações sobre estilística, certas restrições no uso do signo-lema, aspectos pragmáticos e peculiaridades de seu comportamento sintático (cf. WHITCUT 1985, HOWARTH 1995, HARTMANN; JAMES 2001, s.v. *usage note*; e DURAN; XATARA 2006, p. 53).

Segundo Howarth (1995, p. 5), as notas de uso “podem ser categorizadas de acordo com a maneira segundo a qual a informação é apresentada. A maneira mais comum consiste em construir um pequeno parágrafo explanatório indicando distinções ou usos preferenciais com exemplos”¹⁵⁴. Atkins; Rundell (2008, p. 233-235), por sua vez, apresentam dois tipos de notas de uso:

- nota de uso orientada por tema [*subject-oriented usage note*]: esse tipo de nota de uso tem como foco um grupo de palavras relacionadas a um determinado assunto. Em todos os signos-lema a que se aplica a nota, há uma remissão ao verbeque que a contém. Dessa forma, evita-se repetir a mesma informação em diversos outros verbetes. O exemplo dado por Atkins; Rundell (2008, p. 233-234) refere-se a uma nota de uso localizada no verbeque *country* do OHFD (2001). Nessa nota, explica-se como traduzir para o francês várias construções contendo nomes de países e continentes:

country [...] Countries and continents

■ *Most countries and all continents are used with the definite article in French.*

France is a beautiful country

¹⁵⁴ [can be further categorised according to the manner in which the information is presented. By far the most common way is to construct a short explanatory paragraph stating distinctions or preferred usages with examples]

= la France est un beau pays

I like Canada

= j'aime le Canada

to visit the United States

= visiter les États-Unis

to know Iran

= connaître l'Iran

A very few countries are not:

to visit Israel

= visiter Israel

■ *When in doubt, check in the dictionary.*

■ *All the continent names are feminine in French.*

Most names of countries are feminine, e.g. la France,

but some are masculine, e.g. le Canada. [. .] (OHFD 2001, s.v.)

- nota de uso local [*local usage note*]: esse tipo de nota pode conter diversos tipos de informações relacionadas especificamente à palavra-entrada do verbete no qual se encontra. São exemplos desse tipo de nota, as especificidades no uso de *between* e *talismán* presentes nos dicionários CGCPD (2006) e DUEAE (2003), respectivamente:

between [...] USAGE between is used when referring to only two things or people [...] (CGCPD 2006, s.v.)

talismán [...] NOTA En su uso figurado se construye a menudo en aposición a otro nombre con el que no concuerda en número: *el jugador talismán del equipo; utilizan el rojo y el lila, que se consideran los colores talismán del año.* (DUEAE 2003, s.v.)

Outro ponto que merece destaque é o fato de que não há um consenso sobre o tipo de informação passível de figurar nas notas de uso. Nesse sentido, Howarth (1995, p. 1-2) ressalta que as notas de uso podem variar dependendo do dicionário e de sua finalidade. Em última instância, é o lexicógrafo quem define a necessidade de adicionar uma nota de uso para explicitar alguma informação que ele considere que possa ser importante para o consulente.

Identificamos o emprego de notas de uso nas seis obras em análise. Sua finalidade, contudo, é particular em cada obra.

Mi (1998) traz as informações após as acepções, por vezes entre parênteses e por vezes sem nenhum tipo de elemento gráfico que as diferencie do comentário semântico, o que dificulta a leitura por parte do consulente. Essas notas, em sua grande maioria, abarcam aspectos referentes à sintaxe e às mudanças em curso no português brasileiro, como demonstram os exemplos abaixo:

as.sis.tir [...] **6** Estar hospedado, hospedar-se em: *Assiste na casa do irmão.* Com o sentido de *comparecer, estar presente*, e tendo como complemento um pronome pessoal, não admite a forma *lhe*, porém *a ele, a ela, a eles, a elas.* (Mi 1998, s.v.)

vi.sar [...] *vti* 4 Ter em vista qualquer coisa; dispor-se, mirar, pretender, propender, propor-se a: *Visar a um objetivo, a um ideal, a uma realização.* (Nesta acepção já está sendo bastante usada a regência com o objeto direto: *Visar um objetivo, um ideal etc.*). (Mi 1998, s.v.)

Em AuE (1999), as notas de uso não recebem uma identificação particular. Assim como as demais informações relativas aos níveis morfológico e sintático, elas aparecem após o verbete ou após a acepção, entre colchetes. Essas notas podem abarcar questões referentes à ortografia, à pragmática, à sintaxe e também à norma real do português brasileiro, como ilustram os exemplos a seguir:

beltrano [...] [Tb. se usa beltrão.] (AuE 1999, s.v.)

benção [...] [Pl.: benções. Benção (oxítono) seria a boa forma, mas hoje é só us. pelo povo.] (AuE 1999, s.v.)

brócolos [...] [F. paral. (m. us. no Brasil): brócolis; var.: brocos.] (AuE 1999, s.v.)

Em HouE (2001), as notas de uso são apresentadas sob duas rubricas: GRAM/USO ou USO. Esta é empregada para identificar as notas que abarcam apenas o nível pragmático, enquanto aquelas são utilizadas quando a informação fornecida abarca também outros níveis da linguagem, geralmente o morfológico e o sintático. Essas notas ficam localizadas sempre ao final do verbete, antecedidas pelo símbolo ☉ e a respectiva rubrica. Vejamos alguns exemplos:

bobsleigh *s.m.* [...] ☉ USO é o termo ger. empr. na Grã-Bretanha para *bobsled* (HouE 2001, s.v.)

fertilidade *s.m.* [...] ☉ USO em português e em outras línguas neolatinas, faz-se diferença conceitual entre *fertilidade* e *fecundidade* na área da demografia: *fertilidade* denota a 'capacidade de gerar filhos' ou o 'grau dessa capacidade', e *fecundidade*, a 'efetiva frequência dos nascimentos'; em inglês, a terminologia demográfica utiliza esses mesmos vocábulos em sentido exatamente oposto (*fertility* significa 'fecundidade', e *fecundity*, 'fertilidade'), embora tal não suceda quando são us. nas áreas da biologia e da medicina [cf. *Dictionary of Social Sciences*, org. Julius Gould e William L. Kolb, Free Press of Glencoe, 1964]; o fenômeno relaciona-se com a tentativa de as línguas fixarem dois conceitos técnicos afins, mas de limites ainda difusos [...] (HouE 2001, s.v.)

lhe *pron.* [...] ☉ USO em algumas partes do Brasil, como o Rio de Janeiro, esp., na linguagem coloquial (mas com repercussões na linguagem literária, não raro), o pron. *lhe(s)* vem usurpando as funções do pron. oblíquo objetivo direto *o(s)*, em construções como *não lhe vi*, *não lhes reconheço*, talvez por extensão de construções canônicas como *não lhe vi as mãos* ou *não lhes reconheço direitos especiais* [ver *lheísmo*], (*às freiras, não lhes faça insinuações*); como pron.p. da 3ªp.pl., seu uso perdurou até o sXIX e ainda

perdura como nota estilística arcaizante; a forma *lhes* coexiste com ela já a partir do sXIII [...] (HouE 2001, s.v.)

revisado adj. [...] ☉ USO há, no Brasil, tendência de usar revisado e revisto como sinônimos, o que gera, em muitos casos, perda de precisão e ambigüidade (p.ex.: *prova revista* e *prova revisada*) [...] (HouE 2001, s.v.)

avô *s.m.* [...] ☉ GRAM/USO **a)** fem.: *avó* **b)** o pl. *avós* no sentido de 'ascendentes' foi consid. gal. pelos puristas, que sugeriram em seu lugar *antepassados* [...] (HouE 2001, s.v.)

formosa *s.f.* [...] ☉ GRAM/USO empr. tb. apositivamente [...] (HouE 2001, s.v.)

Em DUPB (2002) não detectamos notas de uso tal como se observa em AuE (1999) e HouE (2001). As informações de cunho pragmático aparecem fazendo parte da definição, que, nesses casos, sempre está constituída pela fórmula “usado para”, como demonstram os exemplos a seguir:

bichinho *N* [...] **2** usado no discurso direto para dirigir-se carinhosamente ou familiarmente a alguém [...] **3** usado coloquialmente para referir-se a qualquer coisa familiar [...] (DUPB 2002, s.v.)

velho [...] **8** usado em discurso direto para dirigir-se a alguém com intimidade e camaradagem [...] (DUPB 2002, s.v.)

meu [...] **26** (*Coloq*) usada para dirigir-se ou responder a alguém com muita intimidade [...] (DUPB 2002, s.v.)

Em DUPC (2004), as notas de uso também abarcam outros níveis além do pragmático, aparecem sempre precedidas pelo símbolo ✨ e ficam localizadas no final do verbete:

EU [...] ✨ Pode ser omitido quando for identificável pela forma do verbo. (DUPC 2004, s.v.)

EUROMOEDA [...] ✨ A forma reduzida euro é muito usada. (DUPC 2004, s.v.)

FINDAR [...] ✨ PP findado/findo. A primeira forma se usa com ter, haver e estar, enquanto a segunda forma se usa com estar e nas construções absolutas. (DUPC 2004, s.v.)

PUTEAR [...] ✨ É de uso vulgar. (DUPC 2004, s.v.)

Por fim, CAe (2007), da mesma forma que AuE (1999), traz notas de uso entre colchetes e após a acepção a que se refere:

boemia (bo.e.mi.a) s. f. (Bras.) || boêmia. [É f. e pronúncia muitíssimo vulgarizada.] (CAe 2007, s.v.)

bisavô (bi.sa.vô) sm. **1** O pai do avô ou da avó de uma pessoa em relação a essa pessoa. **2** Antepassado muito antigo; ancestral: *Alguns dinossauros são os bisavós das aves de hoje.* [Nesta acp. é mais us. no pl.] (CAe 2007, s.v.)

brotinho (bro.ti.nho) sm. **1** Pequeno broto. **2** Bras. Pop. Jovem, esp. do sexo feminino, no início da adolescência; BROTO. [Tb. us. como especificador invariável da palavra 'pizza', com o sentido 'do menor tamanho': *Pedimos duas pizzas brotinho.*] (CAe 2007, s.v.)

lho Contração do pr. pess. lhe com o pr. pess. o: *Se pediam dinheiro, davam-lho.* [No Brasil, as formas *lho, lha, lhos, lhas* não são us. na linguagem corrente e raramente em literatura.] (CAe 2007, s.v.)

5.2.2.6 Nível léxico-semântico

Como dissemos em 2.3.1, interessam-nos, no nível léxico semântico, as informações relacionadas à indicação de neologismos.

Consideramos a apresentação de neologismos um aspecto normativo na medida em que a inclusão dessas palavras novas no dicionário acaba legitimando seu emprego, de modo que aqueles falantes receosos de fazer uso de um vocábulo que possui um caráter instável na língua, poderão fazê-lo sem maiores preocupações.

Conforme já mencionado, os neologismos podem ser formados por mecanismos oriundos da própria língua ou por itens lexicais tomados de outros sistemas linguísticos. No primeiro caso, os neologismos surgem a partir de afixos, geralmente por processos de derivação e composição; no segundo, trata-se das contribuições de outras línguas. O problema que se apresenta com relação a esse aspecto reside no fato de que os dicionários, por serem sempre um fato *a posteriori*, registrando o uso (cf. BUGUEÑO MIRANDA 2007), deveriam aguardar, a fim de observar como o neologismo se comporta na norma real, para somente depois disso proceder à lematização, dado que um neologismo pode tanto ter seu uso fixado quanto ter um uso apenas passageiro.

Peruzzo (2007, p. 12), tratando da presença de neologismos no texto jornalístico, levanta uma questão bastante interessante: como lidar com a situação paradoxal de que os dicionários recorrem aos jornais como fonte de atualização e os jornais recorrem aos dicionários como fonte de autoridade. Quanto ao dicionário, podemos responder unicamente que ele não pode proceder de forma arbitrária e aplicar uma normatividade *ex-nihilo*. Sua função é, na medida do possível, reconhecer essas palavras, marcá-las como neologismos e acompanhar seu uso na norma real. Caso esse uso se consolide e, após determinado período, o

vocábulo deixe de ser sentido como neologismo, o dicionário pode suprimir a marca. Daí a necessidade de permanente observação da norma real e posterior atualização das obras lexicográficas, de modo a refletirem o mais fielmente possível os usos linguísticos da comunidade idiomática.

Nos dicionários em análise, deparamo-nos com uma situação de falta de atenção a esse tipo de vocábulos, que, na grande maioria das vezes, são incluídos sem nenhuma explicação que informe o consulente acerca de sua situação na língua. HouE (2001) e CAe (2007), apesar de trazerem a rubrica “neologismo” na lista de abreviaturas, parecem não dispensar o cuidado que merecem essas unidades, pois não trazem essa marca no comentário de forma para chamar a atenção do consulente para o status dessas unidades na língua.

Mi (1998) não informa sobre o tratamento dispensado aos neologismos em seu *front matter*. Buscando por alguns vocábulos de criação relativamente recente (*bioética, imexível, malufar*) e vocábulos que passaram a figurar há pouco na língua portuguesa (*blog, overbooking, wireless*), identificamos que alguns não estão lematizados em Mi (1998), e os que foram incorporados à macroestrutura não levam marca alguma (cf. Mi 1998, s.v. *bioética*).

Em HouE (2001), encontramos dois verbetes que portam a marca “neologismo”, porém essa marca aparece no comentário etimológico, e não no comentário de forma, como se esperaria que fosse:

aistórico /a-is/ *adj.* (c1930) menos cor. e mais us. que **anistórico** ☉ ETIM form. neológica controversa; propõe-se como forma alternativa *anistórico*, vocábulo calcado no pressuposto de que o *a-* privativo grego toma a forma *an-* antes de vogal, o que é verdade quando não se trata de vogal aspirada - precisamente o caso de *histórico*, do gr. *Historikós* (HouE 2001, s.v.)

lucivelo *s.m.* (sXIX cf. AGC) *B m.q.* **abajur** ☉ ETIM lat. *luci*, de *lúx, lúcis* 'luz' + lat. *velo*, abl. de *vélum, í 'véu'*; segundo AGC, este neologismo foi proposto em 1889 por Antônio de Castro Lopes (1827-1901, filólogo brasileiro), para traduzir o fr. *abat-jour* ☉ SIN/VAR *lucivéu*; ver tb. sinonímia de *abajur* (HouE 2001, s.v.)

AuE (1999), da mesma forma que HouE (2001), traz em sua lista de abreviaturas a rubrica *neologismo*, mas diferentemente deste, algumas unidades levam dita marca. São poucas, 21 ao total, sendo que algumas delas já não são mais sentidas pelos falantes como tais. Citamos como exemplo:

agilizar [...] V. t. d. Neol. 1. Imprimir maior agilidade, rapidez, eficiência, a [...] (AuE 1999, s.v.)

editor S.m. [...] 5. Neol. O responsável pela supervisão e preparação de textos especializados numa publicação que abrange assuntos diversos (jornal, revista, obra de referência, etc.) [...] (AuE 1999, s.v.)

estrelato S. m. Bras. Neol. 1. Situação brilhante desfrutada por pessoa que sobressai pelo valor, prestígio, popularidade, em especial as estrelas e astros de teatro, de cinema e de televisão. (AuE 1999, s.v.)

Em DUPB (2002) e DUPC (2004), encontramos tanto neologismos vernáculos (*imexível, bioética, lulismo, malufar*) quanto não-vernáculos (*hardware, lifting, lobby*). Para estes casos, no entanto, essas obras não apresentam nenhuma marca diacrônica, apenas a indicação da língua fonte, ou seja, da língua de origem de tais palavras.

Diante dos resultados obtidos, parece ficar claro que as seis obras deixam muito a desejar no que concerne ao tratamento dos neologismos. Por isso, concordamos com Peruzzo (2007, p. 103) quando afirma que o reconhecimento e marcação dessas unidades no dicionário são importantes, pois dessa forma o usuário terá acesso à informação de que determinada unidade léxica é recente na língua e que sua situação ainda é instável. Assim, o usuário poderá optar por utilizá-la ou não estando consciente de tal condição. E, novamente, insistimos no fato de que somente a partir do estabelecimento de uma norma ideal própria para o português do Brasil o dicionário poderá tratar desse tema com maior rigor e proporcionar ao consulente, além de um retrato da língua efetivamente usada, uma maior confiabilidade nas informações contidas nessas obras. Além disso, voltamos a afirmar que é de cabal importância a existência de uma postura de permanente atualização em relação aos neologismos, a fim de que se possa observar o comportamento dessas unidades por um determinado período de tempo, posto que somente dessa forma será possível confirmar sua permanência na língua e proceder à sua incorporação às obras lexicográficas.

5.2.3 As informações de caráter normativo em relação à norma real do português brasileiro

Como dissemos no início do capítulo, a análise das informações de caráter normativo presentes em dicionários semasiológicos de língua portuguesa seria feita em duas etapas. Nas seções anteriores, averiguamos o tipo de informações normativas presentes em Mi (1998), AuE (1999), HouE (2001), DUPB (2002), DUPC (2004) e CAe (2007) em função dos seis níveis de organização da linguagem estabelecidos no capítulo 3 e a forma como são transmitidas aos consulentes. Na presente seção, daremos início à segunda parte da análise, ou seja, averiguaremos se as obras que constituem nosso *corpus* de estudo contêm informações

relativas à norma real do português brasileiro. Para tal, tomaremos como base alguns dos fenômenos linguísticos em processo de mudança arrolados em 2.3.1. Faz-se necessário ressaltar que essa análise contemplará unicamente os fenômenos para os quais o dicionário tem condições de apresentar indicações acerca dos reais usos linguísticos da comunidade idiomática brasileira e consistirá no levantamento de alguns verbetes presentes nas seis obras avaliadas que mantenham relação com os fenômenos apontados em 2.3.1, os quais se encontram em franco processo de mudança com relação às regras contidas nas gramáticas normativas. Selecionamos alguns fenômenos que já vêm se manifestando na língua escrita, como apontam Bagno (2007; 2009) e Zanatta (2009b), por exemplo.

5.2.3.1 Reorganização do paradigma pronominal

O paradigma dos pronomes pessoais do caso reto presente nas gramáticas normativas e nos dicionários que disponibilizam aos consulentes modelos de conjugação verbal considera apenas os pronomes *eu, tu, ele/ela, nós, vós, eles/elas*. Contudo, como estudos apontam (cf. MENON 1995; FREITAS 1997; LORENGIAN-PENKAL; ANGELO 2007; e BAGNO 2009), o paradigma pronominal do português brasileiro passou por uma reorganização, contando atualmente com outros dois pronomes: *você/vocês* e *a gente*. Sendo assim, teríamos o seguinte paradigma:

	PESSOAS VERBAIS	PRONOMES PESSOAIS	
		Paradigma original	Paradigma reorganizado
SINGULAR	1 ^a	<i>eu</i>	<i>Eu</i>
	2 ^a	<i>tu</i>	<i>tu / você</i>
	3 ^a	<i>ele / ela</i>	<i>ele / ela</i>
PLURAL	1 ^a	<i>nós</i>	<i>nós / a gente</i>
	2 ^a	<i>vós</i>	<i>vós / vocês</i>
	3 ^a	<i>eles / elas</i>	<i>eles / elas</i>

Quadro 15: Reorganização do paradigma verbal do português brasileiro

Alguns estudiosos propõem que se elimine do paradigma o pronome *vós* (cf. MENÓN 1995; e CARVALHO 2008). Bagno (2007; 2009), por exemplo, menciona “o

desaparecimento do pronome *vós*” como um fenômeno de mudança no português brasileiro. De fato, na língua falada esse pronome já não se faz presente, tendo sido suplantado pela forma *vocês*. E também na língua escrita, como aponta Zanatta (2009b, p. 17), esse pronome já deixou de ser empregado. Contudo, não somos partidários de eliminar tal pronome do paradigma, substituindo-o por *vocês*. Consideramos mais plausível proceder ao acréscimo do pronome *vocês* em função de que os falantes devem ter conhecimento das flexões verbais referentes ao pronome *vós*, dado que, em alguma circunstância, podem vir a se deparar com elas.

Fato é que esse novo paradigma pronominal já se encontra consolidado na norma real do português brasileiro. Nada impede, pois, que ele se converta na norma ideal e passe a figurar nas gramáticas e dicionários¹⁵⁵. Entretanto, não é essa a realidade com a qual nos deparamos ao analisar os dicionários de língua portuguesa¹⁵⁶. Em primeiro lugar, é preciso destacar que nem todos os dicionários sob estudo fornecem ao consulente modelos de conjugação verbal. Nesse grupo, enquadram-se Mi (1998), DUPB (2002) e DUPC (2004). Já AuE (1999), HouE (2001) e CAe (2007), por se tratarem de dicionários eletrônicos, valem-se das vantagens com relação ao espaço que o formato proporciona para apresentar o paradigma conjugacional de todos os verbos lematizados¹⁵⁷. Essas obras, porém, não apresentam nenhuma inovação com relação ao paradigma dos pronomes retos.

Não encontrando nas obras lexicográficas analisadas - mais especificamente em AuE (1999), HouE (2001) e CAe (2007) - referências à reformulação do paradigma pronominal do

¹⁵⁵ A língua espanhola, por exemplo, também passou por um processo de reformulação do paradigma dos pronomes pessoais retos, que originalmente era composto pelos pronomes *yo, tú/usted, él/ella, nosotros(as), vosotros(as)/ustedes, ellos/ellas*. Foi acrescentado ao paradigma o pronome *vos*, referente à segunda pessoa do singular. Sobre esse particular, DPD (2005, s.v. *voseo*) informa que o emprego de *vos* se dá em grande parte da Hispano-América, porém em diferentes graus e que sua consideração social também varia de uma região à outra: “De modo geral, pode-se dizer que são zonas de tuteo exclusivo quase todo o México, as Antilhas, a maior parte do Peru e da Venezuela e a costa atlântica colombiana; alternam tuteo como forma culta e voseo como forma popular ou rural a Bolívia, o norte e o sul do Peru, o Equador, pequenas zonas dos Andes venezuelanos, grande parte da Colômbia, Panamá e a faixa oriental de Cuba; o tuteo como tratamento de formalidade intermediária e o voseo como tratamento familiar coexistem no Chile, no estado venezuelano de Zulia, na costa do Pacífico colombiana, na América Central e nos estados mexicanos de Tabasco e Chiapas; e são áreas de voseo generalizado a Argentina, o Uruguai e o Paraguai. [A grandes rasgos, puede decirse que son zonas de tuteo exclusivo casi todo México, las Antillas, la mayor parte del Perú y de Venezuela y la costa atlántica colombiana; alternan tuteo como forma culta y voseo como forma popular o rural en Bolivia, norte y sur del Perú, el Ecuador, pequeñas zonas de los Andes venezolanos, gran parte de Colombia, Panamá y la franja oriental de Cuba; coexisten el tuteo como tratamiento de formalidad intermedia y el voseo como tratamiento familiar en Chile, en el estado venezolano de Zulia, en la costa pacífica colombiana, en Centroamérica y en los estados mexicanos de Tabasco y Chiapas; y son áreas de voseo generalizado la Argentina, el Uruguay y el Paraguay]. É importante destacar a postura acertada da RAE com relação a essa reformulação do paradigma, posto que ele já aparece refletido no DRAEo (2010) através do paradigma de conjugação verbal.

¹⁵⁶ Tampouco as gramáticas refletem o novo paradigma dos pronomes pessoais (cf. ROCHA LIMA 2000, p. 231-233; BECHARA 2001, p. 278-280; e CUNHA; CINTRA 2007, p. 243-246).

¹⁵⁷ Nesse sentido, poderíamos fazer uma crítica a MiE (2010), que não aproveita os recursos do formato eletrônico para tratar da flexão verbal.

português brasileiro nos modelos de conjugação verbal, decidimos consultar diretamente os verbetes *gente*, *tu*, *ocê* e *vós*, a fim de averiguarmos se há alguma indicação acerca das mudanças no paradigma. Gostaríamos de salientar que, embora os pronomes *tu* e *vós* não se configurem como inovações no paradigma, existem certas particularidade quanto ao seu uso nos dias de hoje - sobretudo no caso do pronome *tu* - que, a nosso ver, devem ser informadas aos consulentes, já que tem seu emprego restrito a apenas algumas regiões do país¹⁵⁸ e de forma bastante particular em algumas delas, especialmente no tocante à flexão das formas verbais que acompanham tal pronome, já que nessas comunidades linguísticas há uma oscilação do uso de *tu* com as flexões clássicas (*tu cantas*, *tu cantaste*) e com as flexões referentes à terceira pessoa do singular (*tu canta*, *tu cantou*). É essa classe de informações que esperamos encontrar nos seis dicionários sob estudo.

Em AuE (1999), DUPB (2002), DUPC (2004) e CAe (2007) encontramos informações relativas ao uso do pronome *tu* e ao seu emprego no lugar da forma *ocê*:

tu [...] [Emprega-se (neste caso, bem mais em Portugal que no Brasil, onde predomina o *ocê*) quando nos dirigimos a pessoa de nossa intimidade (ou como se fosse), ou que se acha a nosso serviço ou depende de nós. Por outro lado, usa-se em estilo nobre e em poesia, ao dirigirmo-nos a pessoa de consideração, ou a um santo, ou à própria divindade, ou ainda, a coisas personificadas [...].] (AuE 1999, s.v.)

tu [...] **3** (*Coloq*) *ocê*: - *Mas tu também é um bagual. Tu não sabe que em mulher e em cavalo novo não se mete a espora?* (ANB); - *Tu é um juruna muito sem-vergonha, Dahá!* (ARR); - *Tu é a Maria Peixeira, não é?* (ASS) [...] (DUPB 2002, s.v.)

tu [...] ✱ (ii) Na língua falada é comum o uso de **tu** por de **ocê**: - *Tu volta hoje? Eu sei que tu gosta de Aninha. Desta vez tu não me escapa* (DUPC 2004, s.v.)

tu [...] [b] À exceção do Sul do país e de algumas regiões do Norte, o tratamento *tu* é substituído por *ocê* no português corrente do Brasil.] [...] (CAe 2007, s.v.)

Como podemos observar nos exemplos transcritos, em AuE (1999), DUPC (2004) e CAe (2007), as informações aparecem no espaço destinado às indicações relativas ao uso do signo-lemma. Já em DUPB (2002), a indicação de que o pronome *tu* é utilizado informalmente como equivalente de *ocê* aparece na acepção 3. Entretanto, não há em nenhuma dessas obras informações explícitas relativas às particularidades no uso do pronome *tu* e das formas verbais

¹⁵⁸ Bagno (2009, p. 199) cita os estados do Pará, Maranhão, Santa Catarina e Rio Grande do Sul como regiões nas quais o uso de *tu* é intenso e se verifica em todas as camadas sociais. O autor esclarece ainda que esse pronome é empregado em algumas comunidades linguísticas da cidade do Rio de Janeiro e pelas camadas mais jovens do Distrito Federal.

que o acompanham em certas regiões do Brasil. Em DUPB (2002) e DUPC (2004), o consulente pode perceber que a forma verbal que acompanha o pronome corresponde à terceira pessoa do singular. Trata-se de uma informação implícita que nem sempre pode ser notada e compreendida. Sendo assim, julgamos deficitário o comportamento dessas duas obras. É importante notar também que DUPC (2004) é o único a fazer referência ao registro oral, onde, de fato, o uso de *tu* suplanta o uso de *você* em algumas regiões. Trata-se de uma observação bastante plausível, já que na língua escrita a concordância do pronome de segunda pessoa é mais observada.

Mi (1998) e HouE (2001) não trazem nenhuma informação referente ao uso do pronome *tu*.

Com relação à forma *você*, detectamos em Mi (1998), HouE (2001) e CAe (2007) a presença de informações baseadas na norma real do português do Brasil:

vo.cê [...] Emprega-se familiarmente no Br como segunda pessoa, mas com as flexões verbais e formas pronominais da terceira. (Mi 1998, s.v.)

você [...] ☉ GRAM apesar de funcionar como forma de tratamento de segunda pessoa, esse pronome leva o verbo para a terceira pessoa ☉ GRAM/USO **a**) excetuando-se a região do extremo Sul e alguns pontos da região Norte, no Brasil *você* toma lugar do *tu* como pronome de segunda pessoa como: 1) forma de tratamento íntimo [*meu irmão, você vem?*] 2) forma de tratamento entre pessoas de mesmo nível social, econômico, etário etc. [*assim, meus colegas aqui presentes, espero de vocês um debate aberto sobre esta questão*] 3) forma de tratamento de superior para inferior [*como chefe desta seção, devo comunicar a vocês que não poderão mais sair antes do horário*] [...] (HouE 2001, s.v.)

você [...] [NOTA.: [...] b) Como forma de tratamento para a segunda pessoa ou ouvinte, *você* substitui o pronome *tu* no português corrente na maior parte do território brasileiro. (Embora, substitua o *tu*, o pronome *você*, no Brasil, é us. indistintamente entre as pessoas sejam elas íntimas ou não, sejam elas do mesmo nível social ou não; o que não ocorre em Portugal, visto que neste país só se usa o *você* em casos de intimidade familiar e quando alguém ocupa um lugar superior e dirige-se a alguém em posição inferior, nunca o contrário.). c) Note-se pelos exemplos que embora *você* se refira à 2ª pess., o verbo que o segue apresenta terminação de 3ª pess.] (CAe 2007, s.v.)

Um dado interessante é que CAe (2007) classifica a forma *você* como pronome pessoal, enquanto Mi (1998), AuE (1999), HouE (2001), DUPB (2002) e DUPC (2004) seguem classificando-a como pronome de tratamento. Consideramos que a atitude de CAe (2007) de classificar *vocês* como pronome pessoal deixa transparecer um movimento de conversão da norma real em norma ideal.

A consulta ao verbete *gente* nos permitiu averiguar que apenas Mi (1998), DUPB (2002) e DUPC (2004) consideram o sintagma *a gente* como equivalente do pronome *nós*. Mi (1998) e DUPB (2002) apresentam tal informação em forma de acepção, enquanto DUPC (2004) utiliza o campo destinado às indicações de aspectos ligados ao uso da língua, identificado pelo símbolo ✨, para transmiti-la. Abaixo evidenciamos a postura dessas três obras:

gen.te [...] **12** Na linguagem familiar, precedido do artigo *a*, exprime o agente indeterminado, equivalendo a *se*, *nós* etc. [...] (Mi 1998, s.v.)

gente [...] **8** precedido de artigo, equivale ao pronome pessoal *nós* [...] (DUPB 2002, s.v.)

gente [...] ✨ (i) Precedido de artigo definido, equivale ao pronome pessoal *nós*. (DUPC 2004, s.v.)

AuE (1999), HouE (2001) e CAe (2007) trazem a construção *a gente* no campo destinado às combinatórias léxicas. Os três dicionários apresentam o pronome *nós* como sinônimo de *a gente*, porém não fica explícito que tal construção pode ser empregada na função de pronome pessoal:

gente [...] **a gente**. 1. A(s) pessoa(s) que fala(m); eu, nós [...] (AuE 1999, s.v.)

gente [...] **a g.** [...] **2** a pessoa que fala em nome de si própria e de outro(s); nós [...] (HouE 2001, s.v.)

gente [...] **a gente** 1 A(s) pessoa(s) que fala(m); eu, nós [...] (CAe 2007, s.v.)

No tocante ao pronome *vós*, apenas AuE (1999), DUPC (2004) e CAe (2007) informam sobre as restrições quanto ao seu emprego no português em uso no Brasil atualmente:

vós [...] [O tratamento *vós* não é hoje corrente; persiste, contudo, em certos discursos, e na linguagem familiar, como observa, com razão, Mário Marroquim (A Língua do Nordeste, p. 120), em alguns Estados do Brasil. "Já li" - escreve o Autor - "que, no Brasil, só em S. Paulo restava esse uso. O povo de Alagoas e Pernambuco, porém, emprega também o *vós* no tratamento cotidiano, conservando o verbo, entretanto, na 3.a pessoa do singular." Certamente o uso se estende a todo o Nordeste: o próprio Marroquim o abona com versos do cantador cearense Anselmo Vieira, figurantes nos Cantadores, de Leonardo Mota (pp. 206 [e não 207] e 209, 210 [e não somente 210]). [...] (AuE 1999, s.v.)

vós [...] ✨ Tem sempre um tom muito formal [...] (DUPC 2004, s.v.)

vós [...] [a) No português atual, o uso de *vós* se restringe a linguagens especiais, como a jurídica e a religiosa, e ao tratamento cerimonioso. [...] (CAe 2007, s.v.)

Tendo em vista que, em lugar do pronome *vós* tem-se o uso de *vocês*, averiguamos se os seis dicionários em análise faziam menção a esse aspecto da realidade linguística brasileira. Encontramos essa forma lematizada apenas em AuE (1999) e HouE (2001). Neste dicionário, é classificada como pronome de tratamento, enquanto naquele aparece como pronome pessoal:

vocês Pron. pess. 1. Além do seu emprego como o pl. normal de *ocê*, apresenta as seguintes peculiaridades: a) Pode ser o pl. de *tu* (= *vós*): "Fazes-me dó, rã inchada! Que sabes tu, e que sabe a tua geração? Onde vêm *vocês*?" (Camilo Castelo Branco, *Noites de Lamego*, p. 66); "Quanto ao que me dizes do Chico Sousa, não acho que devas ter nenhum escrúpulo; *vocês* não são amigos, dão-se." (Machado de Assis, *Páginas Recolhidas*, p. 119). [Em sua *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*, p. 93, observa Said Ali: "dirigindo-nos a mais de um indivíduo, servimo-nos hoje de *vocês* como plural semântico de *tu*."] [...] (AuE 1999, s.v.)

vocês [...] ⊗ GRAM/USO além de preencher as funções do pl. normal de *ocê*, o *vocês* se emprega tb. como o plural de *tu* no lugar de *vós*, e como o plural de *o senhor, a senhora* (HouE 2001, s.v.)

5.2.3.2 *Uso do verbo ter impessoal com significado de "existência"*

Bagno (2009, p. 194) afirma que os verbos *ter* e *haver*, ao longo da história da língua portuguesa, sempre estiveram em concorrência. Durante esse percurso, o verbo *haver* foi empregado com a significação "possuir", já que o verbo latino *habere*, do qual deriva o verbo *haver*, significava exclusivamente "possuir"¹⁵⁹. Ocorre, como indica o autor, que em português houve "a passagem de um sentido concreto (posse física) para um sentido abstrato (existência) tanto no caso de *haver* quanto no de *ter*". Para indicar posse, o verbo *ter* foi sofrendo um processo de especialização, e passou a ocupar construções antes destinadas ao verbo *haver*, até chegar ao ponto em que se apropriou de todos os sentidos de *haver*, inclusive a significação "existir".

Do conjunto dos seis dicionários avaliados, apenas Mi (1998) não faz referência ao emprego do verbo *ter* com a significação "existir". Em AuE (1999), DUPB (2002) e DUPC (2004), essa significação é considerada uma acepção do verbo. HouE (2001) e CAe (2007)

¹⁵⁹ Em francês e em italiano os verbos utilizados para indicar posse são derivados do latim *habere*: *avoir* e *avere*, respectivamente.

trazem informação referente ao uso do verbo *ter* no campo destinado a esse fim. AuE (1999), HouE (2001) e DUPC (2004) fazem ressalvas quanto ao âmbito de uso do verbo *ter* nessa acepção: AuE(1999) traz marcação diatópica e a marca diastrática *popular*. HouE (2001) alerta que esse uso do verbo *ter* se dá no registro informal e que é impróprio. DUPC (2004) classifica esse uso como *coloquial*. A postura desses dicionários demonstra que o emprego do verbo *ter* impessoal significando “existir” nessas obras ainda não é considerado um fato da norma ideal do português brasileiro. DUPB (2002) e CAe (2007), por sua vez, parecem considerar tal uso como norma ideal, já que não fazem nenhum tipo de ressalva. A seguir, transcrevemos as informações presentes nas seis obras em análise:

ter [...] 44. Bras. Angol. Cabo-verd. Guin. Moç. Santom. Pop. Haver, existir [...] (AuE 1999, s.v.)

ter [...] © GRAM [...] e) no Brasil e em África, o verbo *ter* é freq. us., no registro informal, em substituição do verbo *haver* nas acp. impessoais de 'estar presente, encontrar-se', 'existir', 'acontecer, realizar-se' <*tem muita gente ainda aí fora; tem muito tempo que ele não aparece; hoje vai ter teatro de graça no clube*>; tal emprego é considerado impróprio, mas ocorre tb. no português de Portugal, tratando-se de um arcaísmo datável do sXIV, como se pode ver por abonações do IVPM [...] (HouE 2001, s.v.)

ter [...] [Impessoal] [Compl₁: nome concreto. ± Compl₂: de lugar] 10 existir; haver: *Tem um menino aqui com jeito de quem está perdido* (SOR); *Que bom, tem torta de banana* (VID); *Um dia não tinha mais ratos* (Z) [...] (DUPB 2002, s.v.)

ter [...] [Imp] 21 (Coloq) existir, haver: *Tem pai que é cego. Não tem perigo, você está salvo.* [...] (DUPC 2004, s.v.)

ter [...] [b] Us. como v. impess., equivale a 'haver': *Tinha gente demais na sala.* [...] (CAe 2007, s.v.)

5.2.3.3 Redução do par de demonstrativos *este / esse*

A função dos pronomes demonstrativos é indicar, no espaço, no tempo e no discurso, a posição de um “elemento biossocial tratado na língua como ‘ser’ ou ‘nome’” (cf. CÂMARA JÚNIOR 2004, p. 122). Em línguas como o francês e o inglês, essa indicação se faz em referência à posição do falante, pois seu sistema de demonstrativos é dicotômico, consistindo em marcar o ser indicado como próximo ou distante do falante¹⁶⁰. Já o sistema de demonstrativos do português e do espanhol é tricotômico, pois leva em conta também o

¹⁶⁰ O francês e o inglês possuem dois demonstrativos (*ce, cette* e *this, that*) os quais se correlacionam a dois advérbios de lugar (*ici, là* e *here, there*, respectivamente) de modo a indicar a proximidade e a distância do que está sendo referido.

ouvinte. Assim, a indicação da localização se faz em referência à posição do falante e do ouvinte, como ilustramos no quadro abaixo:

PRONOME DEMONSTRATIVO	POSIÇÃO EM RELAÇÃO AO FALANTE E AO OUVINTE
este(s) / esta(s) / isto	próxima do falante
esse(s) / essa(s) / isso	distante do falante e próxima do ouvinte
aquele(s) / aquela(s) / aquilo	distante do falante e do ouvinte

Quadro 16: Sistema dos pronomes demonstrativos da língua portuguesa

No entanto, certos gramáticos reconhecem a impossibilidade de normatizar rigidamente o emprego dos demonstrativos em português seguindo as distinções apresentadas no quadro acima (cf. BECHARA 2001, p. 167 e p. 188; e CUNHA; CINTRA 2007, p. 322). Nota-se, atualmente, uma clara tendência pelo uso da forma *esse* (cf. BAGNO 2009, p. 160-166), sendo que existem pelo menos duas explicações que justificam essa tendência. A primeira delas está relacionada à fonética. Conforme Câmara Júnior (2004, p. 124), a pequena diferença fonológica entre as formas *este* e *esse* propicia o intercâmbio desses dois pronomes, mesmo no papel dêitico, o que os torna gramaticalmente equivalentes. A segunda está relacionada ao paralelo existente entre os pronomes demonstrativos e os advérbios que indicam lugar, o qual é explicitado no seguinte quadro:

PRONOME DEMONSTRATIVO	ADVÉRBBIO
este(s) / esta(s) / isto	Aqui
esse(s) / essa(s) / isso	Aí
aquele(s) / aquela(s) / aquilo	ali / lá

Quadro 17: Correlação entre pronomes demonstrativos e advérbios de lugar

Como forma de solucionar a perda das particularidades dêiticas dos pronomes *este* e *esse*, passou-se a empregar a forma *esse* acompanhada de um advérbio de lugar. Quando se faz referência a algo que está próximo ao falante, usa-se a construção “esse aqui”. Quando se faz referência a algo que está distante do falante e próximo do ouvinte, usa-se “esse aí”.

Diante desses fatos, pode-se considerar que a distinção entre *este* e *esse*, tanto na fala quanto na escrita, ficará restrita a poucas modalidades de uso da língua, como a produção oral e/ou escrita fortemente monitoradas.

Os dicionários que conformam nosso *corpus* de análise, excetuando-se Mi (1998), informam sobre o uso indistinto dos demonstrativos *este* e *esse*:

esse [...] [Cf. este (ê) e aquele (ê) (onde se encontram, sobretudo no primeiro, várias acepções que são as mesmas, mutatis mutandis, do esse)] (AuE 1999, s.v.)

esse [...] © GRAM/USO [...] no português do Brasil, a oposição entre *este* e *esse* desvaneceu-se, esp. na língua falada, e só na língua formal escrita é observada, devido mais ao ensino escolar do que ao sentimento linguístico individual, por isso é frequente, mesmo na língua escrita, a troca de um pelo outro. (HouE 2001, s.v.)

esse Pron ★ [Demonstrativo] [~ + nome] **1** aponta para o que está próximo do ouvinte [...] **2** refere-se a algo que se deu num passado mais ou menos distante em relação à época em que está o falante [...] // No registro coloquial é muito comum o uso de esse em lugar de este, especialmente nos casos das acepções 1 e 2 [...] (DUPB 2002, s.v.)

esse Pron [Demonstrativo] **1** refere-se ao que está próximo do ouvinte **2** refere-se a algo que se deu num passado mais ou menos distante em relação à época em que está o falante [...] ✱ (i) No registro coloquial é muito comum o uso de **esse** em lugar de **este**, especialmente nos casos das acepções 1 e 2. (DUPC 2004, s.v.)

esse [...] [No Brasil, é frequente o emprego de esse em lugar de este, e vice-versa.] (CAe 2007, s.v.)

A observação presente em HouE (2001) parece-nos a que mais se aproxima da norma real do português brasileiro, já que não restringe a ocorrência de tal fenômeno apenas à modalidade oral da língua. Há também o reconhecimento de que essa distinção é, basicamente, fruto do ensino formal, pois “o sentimento linguístico individual” já não percebe diferenças entre os pronomes *este* e *esse*.

5.2.3.4 *Uso indistinto de onde por aonde e vice-versa*

Após uma consulta a todos os números do jornal *Folha de São Paulo* entre os anos de 1994 e 1998, Bagno (2009, p. 248) conclui que “não existe distinção semântica entre *onde* e *aonde* em português”. Duas hipóteses para explicar essa indistinção são apontadas pelo autor (ibid., p. 245): 1) declínio do uso da preposição *a* e 2) o verbo *ir* possui uma carga semântica

de “movimento na direção de” bastante forte, a ponto de nas frases interrogativas e nas orações relativas ser dispensável a preposição¹⁶¹.

Mi (1998) declara abertamente que é um erro empregar as unidades léxicas *onde* e *aonde* indistintamente:

aonde [...] (Emprega-se exclusivamente com os verbos que indicam movimento. É errôneo o emprego de *aonde* com verbos que encerram ideia de quietação.) [...] (Mi 1998, s.v.)

Com relação à HouE (2001) e AuE (1999), ambas trazem informações referindo-se ao uso indistinto de *onde* e *aonde*, porém o que autorizaria esse uso, de acordo com as informações, seria o fato de que escritores clássicos a até mesmo os “de nossos dias” não distinguem entre as duas:

aonde [...] [Logicamente não seria lícito confundir *aonde*, 'a que lugar', com *onde*, 'em que lugar'; e pela distinção entre um e outro se bateram, e ainda hoje se batem, muitos gramáticos e estudiosos. O uso dos melhores autores, porém, desde um Azurara, da fase arcaica da língua, até um José Régio ou um Miguel Torga, dos nossos dias, não distingue *onde* de *aonde*. Clássico dos mais reputados, Rebelo da Silva usa *aonde* por *onde* cerca de 40 vezes nos seus Contos e Lendas [...] (AuE 1999, s.v.)

aonde [...] ☉ GRAM/USO [...] 2) é corrente, na linguagem informal, o emprego de *aonde* em vez de *onde*, uso encontrado tb. em escritores clássicos [...] (HouE 2001, s.v.)

Em DUPB (2002), observamos uma postura distinta das demais obras, dado que a informação sobre as particularidades no uso de *onde* e *aonde* não aparece através de notas de uso, mas sim no campo destinado às acepções. É importante destacar que, mesmo marcando diastaticamente o emprego de *onde* por *aonde* e vice-versa, a forma como DUPB (2002)

¹⁶¹ Bagno (2009, p. 245) busca comprovar a hipótese (2) através da comparação com outras línguas neolatinas, como o francês e o italiano, as quais não contam com um par correspondente a *onde* / *aonde*, de modo que cabe a uma única palavra expressar tanto a noção de direção quanto de localização: *où* no francês e *dove* no italiano. Também no inglês o uso de preposição para diferenciar localização (*at*) e direção (*to*) é desnecessário, como aponta o WUD (1996, s.v. *where*): Uso. *Where ... at* (*Where was he at?* “*Onde ele estava?*”) e *where ... to* (*Where is the leading to?* “*Aonde isto está levando?*”) são frequentemente criticados como redundantes porque nem *at* nem *to* acrescenta nada ao significado de *where*, e frases como as acima são perfeitamente claras e padrão sem o *at* ou *to* finais. Esta crítica não se aplica a *where ... from*, que é perfeitamente padrão: *Where does the Money from?* “*De onde vem o dinheiro?*” As construções *where ... at* e *where ... to* ocorrem na fala de pessoas escolarizadas, mas são raras na fala formal e na escrita monitorada. [Usage. *where ... at* (*Where was he at?*) and *where ... to* (*Where is this leading to?*) are often criticized as redundant because neither *at* nor *to* adds anything to the meaning of *where*, and sentences like the preceding ones are perfectly clear and standard without the final *at* or *to*. This criticism does not apply to *where ... from*, which is fully standard: *Where does the Money come from?* The constructions *where ... at* and *where ... to* occur in the speech of educated people but are rare in formal speech and edited writing]

transmite essa informação dá indícios de que, nesse dicionário, essa mudança já está sendo alçada ao patamar de norma ideal:

aonde Pron [**Relativo**] [...] 2 (*Coloq*) onde: *Até que chegasse à fazendinha do Pinhé, aonde já esperava por ele seu Valério* (CHA) *Voltei na ponta dos pés até aonde ela estava, o coração batendo assustado* (BU) • Adv [**Lugar. Interrogativo**] [...] 4 (*Coloq*) onde: *A senhora sabe aonde eu posso encontrar esse pai-de-santo?* (AGO) // É regularmente usado em frases cujo núcleo de predicado é um verbo de movimento direcional (DUPB 2002, s.v.)

onde Pron [**Relativo**] [...] 4 (*Coloq*) aonde: *Eu vou onde você quiser, disse ela* (AF); *O Laboratório Canone mudou a fórmula de Valda para acabar de vez com essa questão, e chegar exatamente onde você queria* (CAA) • Adv [**Lugar. Interrogativo**] [...] 8 (*Coloq*) a que lugar: *Meu Deus, onde é que você foi?* (AFA) [...] (DUPB 2002, s.v.)

Por fim, DUPC (2004) e CAe (2007) são taxativos quanto às especificidades do emprego de *onde* e *aonde*:

onde [...] ✨ Tem sempre valor locativo (DUPC 2004, s.v.)

aonde [Emprega-se apenas com verbos que indicam movimento. No entanto, usa-se onde se antes desse advérbio houver preposição] (CAe 2007, s.v.)

5.2.3.5 Regências não consideradas pela norma vigente nas gramáticas normativas

Conforme já vimos, o fenômeno da regência consiste na dependência entre duas palavras em uma construção na qual uma palavra complementa a outra (cf. NEVES 2000, p. 90). Segundo Bagno (2009, p. 67),

as regências verbais mudam com o tempo porque os falantes passam a interpretar de forma nova o significado dos verbos, atribuindo a eles novos sentidos. Com isso, a forma de construir as frases em que esses verbos aparecem também sofre mudança.

O citado autor traz uma lista de verbos que, do século XIV ao XVII, tinham um tipo de regência, mas que nos dias atuais mudaram ou passaram a admitir mais de uma regência:

REGÊNCIAS	
Século XIV - XVII	Século XXI
resistir [algo]	resistir <i>a</i> [algo]
perguntar [alguém] [algo]	perguntar <i>a</i> [alguém] [algo]
rogar [alguém] [algo]	rogar <i>a</i> [alguém] [algo]
merecer <i>de</i> [algo]	merecer [algo]
jurar <i>de</i> [algo]	jurar [algo]
começar + infinitivo	começar <i>a</i> + infinitivo

Quadro 18: Verbos que sofreram mudança de regência

Assim como tais regências se modificaram ao longo dos séculos, nos dias atuais também observa-se a existência de regências em processo de mudança. Vejamos alguns exemplos:

REGÊNCIAS	
Prescritas	Mais usadas
aspirar <i>a</i> [algo] (na significação “almejar”)	aspirar [algo] (tanto na significação “inalar” quanto na significação “almejar”)
assistir <i>a</i> [algo] (na significação “presenciar/observar”)	assistir [algo/alguém] (tanto na significação “presenciar”, “observar” quanto na significação “prestar assistência”)
obedecer / desobedecer <i>a</i> [algo/alguém]	obedecer [algo/alguém]
pagar <i>a</i> [alguém]	pagar [alguém]
perdoar <i>a</i> [alguém]	perdoar [alguém]
responder <i>a</i> [algo/alguém]	responder [algo/alguém]
visar <i>a</i> [algo] (na significação “ter por objetivo”)	visar [algo] (tanto na significação “apontar/mirar” quanto na significação “ter por objetivo”)

Quadro 19: Regências prescritas *versus* regências mais frequentes

Analisaremos nos dicionários a(s) regência(s) dos verbos arrolados no quadro acima, no intuito de detectar informações que apontem para as mudanças de regência que estão ocorrendo com tais verbos. Essas informações, geralmente, aparecem através de notas de uso e, em alguns escassos casos, a nova regência é informada através da indicação de valência.

Para o verbo *aspirar*, encontramos informações acerca da nova regência apenas em HouE (2001):

aspirar [...] *t.d.,t.i.* desejar profundamente; almejar, pretender, querer <*nunca aspirou um emprego público*> <*todos aspiravam à liberdade*>
 © GRAM/USO aspirar a ('almejar') é a sintaxe original; porém é us. como v.t.d. por alguns escritores contemporâneos influenciados pela pressão semântica dos sinônimos desejar, querer, pretender; o objeto indireto a ele(s), a ela(s) não admite a forma *lhe(s)* [...] (HouE 2001, s.v.)

No tocante à regência do verbo *assistir*, AuE (1999), HouE (2001), DUPB (2002) e CAe (2007) evidenciam a norma real do português do Brasil:

assistir [...] [Nota-se, no Brasil, viva tendência para o emprego do verbo em tal acepç., como transitivo direto.] (AuE 1999, s.v.)

assistir [...] © GRAM/USO no português do Brasil, é comum o uso, mesmo pelas pessoas cultas e na literatura, deste verbo como *t.d.*: *assistir o filme, a sessão* etc. (HouE 2001, s.v.)

assistir [...] ★ [Processo] [Compl: (a+) nome abstrato] 2 presenciar [...] 3 ver [...] (DUPB 2002, s.v.)

assistir 1 Estar presente, vendo ou ouvindo (algo). [tr. + a: Assistir ao espetáculo.] 2 Presenciar (um fato) como observador. [tr. + a : "Nos anos 60, assistia -se à crise do populismo..." (Folha de São Paulo, 22.10.1999)] [Nota: Nas acep. 1 e 2, na linguagem coloquial, o verbo é freq. us. como *td.*: *assistir um programa / uma aula.*] (CAe 2007, s.v.)

Somente DUPB (2002) e CAe (2007) informam sobre a mudança de regência dos verbos *obedecer / desobedecer*:

obedecer V ★ [Ação] [± Compl: (a+) nome humano] 1 cumprir as ordens (DUPB 2002, s.v.)

obedecer 1 Aceitar, respeitar ordens, normas, regras etc. [ti. + a: O rapaz obedece aos pais] [*td.*: Muitos filhos não obedecem os pais] (CAe 2007, s.v.)

desobedecer [...] [No português do Brasil é comum, na fala e na escrita, o emprego deste verbo como *td.*, sem preposição (p.ex.: *desobedecer os pais; desobedecer leis*)] (CAe 2007, s.v.)

O verbo *perdoar* tem indicada sua regência inovadora em AuE (1999), HouE (2001), DUPB e CAe (2007):

perdoar [...] [É muito corrente, embora irregular, o uso deste verbo com objeto direto de pessoa: *Perdoou os inimigos.*] (AuE 1999, s.v.)

perdoar [...] © GRAM/USO diversos gramáticos consideram irregular o uso deste verbo com objeto direto de pessoa; este dicionário o registrou por tal fato linguístico ser muito corrente na linguagem falada e escrita, abonável em textos de escritores como Machado de Assis, Carlos Drummond de

Andrade, Manuel Bandeira, Adonias Filho, Clarice Lispector e Lygia Fagundes Telles, dentre outros. (HouE 2001, s.v.)

perdoar [...] [**Compl: (a+) nome humano**] 2 conceder perdão (DUPB 2002, s.v.)

perdoar [...] [NOTA: É normal, no português do Brasil, o uso desse verbo com objeto direto de pessoa.] (CAe 2007, s.v.)

Quanto ao verbo *visar*, Mi (1998), AuE (1999), HouE (2001), DUPB (2002) e CAe (2007) o consideram, na acepção “ter por objetivo”, possuidor de dupla regência, ou seja, ele pode ser usado como verbo transitivo direto e como verbo transitivo indireto:

visar [...] V.t.d 4 Ter por fim ou objetivo; ter em vista; mirar a [Os exemplos de visar, nesta acepç., como transitivo direto, poderiam facilmente ser multiplicados. Não há razão, pois, para condenar esta regência, só admitindo a seguinte.] V. t. i. 5. Ter por fim ou objetivo; ter em vista; mirar. (AuE 1999, s.v.)

visar [...] transitivo direto e transitivo indireto 4 ter (algo) como desígnio, ter por fim ou objetivo; mirar (a), propor-se (HouE 2001, s.v.)

visar [...] [**Compl: (a+) nome ou oração**] 4 tomar como alvo ou objetivo (DUPB 2002, s.v.)

visar [...] 1 Ter como finalidade; propor-se. [td.: A reunião visa escutar os condôminos.] [ti.: "...o trabalho sério do homem que visa ao futuro..." (José de Alencar, Lucíola)] (CAe 2007, s.v.)

Mi (1998) ainda marca o verbo apenas como transitivo indireto, informando, porém, que seu emprego como transitivo direto é bastante grande:

visar [...] *vti* 4 Ter em vista qualquer coisa; dispor-se, mirar, pretender, propender, propor-se a: *Visar a um objetivo, a um ideal, a uma realização.* (Nesta acepção já está sendo bastante usada a regência com o objeto direto: *Visar um objetivo, um ideal* etc.) (Mi 1998, s.v.)

Para os verbos *pagar* e *responder* todos os seis dicionários apresentam apenas as regências prescritas pelas gramáticas normativas: *pagar a* e *responder a*, respectivamente.

5.2.3.6 Atribuição de gênero feminino a palavras tradicionalmente masculinas e vice-versa

Existem certos vocábulos tradicionalmente classificados como de gênero masculino ou de gênero feminino, que estão passando por um processo de troca de gênero, resultado da

atuação do fenômeno da analogia (ver nota 18)¹⁶². Bagno (2009, p. 71-74; 140-142; 179-184) aponta os seguintes vocábulos que estão passando por esse processo: *alface*, *dó* na acepção “pena” e *grama* na acepção “unidade de medida”.

Avaliando os verbetes *alface*, *dó* e *grama* nos seis dicionários em estudo, detectamos informações referentes a esse fenômeno de mudança de gênero apenas nos verbetes *alface* e *grama*.

Em CAe (2007), deparamo-nos com a seguinte informação no verbete *alface*:

alface [...] [No uso coloquial, ocorre por vezes como masculino, quando referido à planta individual (ou ao conjunto de suas folhas), por influência de pé de alface.] (CAe 2007, s.v.)

O vocábulo *grama* na acepção “unidade de medida” está sendo considerado como comum de dois gêneros, como evidenciam as informações encontradas nos dicionários Mi (1998), AuE (1999), HouE (2001) e CAe (2007):

grama² *s m+f (gr grámma)* [...] **2** Unidade de peso no sistema métrico decimal. (Mi 1998, s.v.)

grama² S. m. Fís. 1 Unidade de medida de massa no sistema c. g. s., igual a 10⁻³ kg [símb.: g] [É corrente o uso deste vocábulo no feminino.] (AuE 1999, s.v.)

grama *s.m.* (1836 cf. SC) FÍS METR unidade de medida de massa no sistema c.g.s., equivalente a 0,001 kg [símb.: g] ☉ GRAM/USO no Brasil, é comum dizer-se *quantas g.*, *duzentas g.* (como s.f.) (HouE 2001, s.v.)

grama² sm. sf. 1 Fís. Metrol. Principal unidade de massa do sistema métrico, correspondente a um milésimo do quilograma: Duzentos/duzentas gramas de presunto. [Símb.: g.] (CAe 2007, s.v.)

É estranho que DUPB (2002) e DUPC (2004) não tragam informações acerca da atribuição de gênero feminino ao vocábulo *grama*, já que esses dicionários se caracterizam por possuírem um objetivo descritivo explícito.

5.2.3.7 Neologismos

¹⁶² Saussure (2006, p. 187-201) considera a analogia um fenômeno de criação linguística, gerador de inovações que podem redundar em mudança linguística: “[...] a analogia não poderia ser, por si só, um fator de evolução; não é menos verdadeiro que tal substituição constante de formas antigas por novas constitui um dos aspectos mais surpreendentes da transformação das línguas. Cada vez que uma criação se instala definitivamente e elimina sua concorrente, existe verdadeiramente algo criado e algo abandonado, e nesse sentido a analogia ocupa um lugar preponderante na teoria da evolução” (SAUSSURE 2006, p. 197).

Para avaliar o comportamento dos dicionários sob análise em relação ao tratamento dispensado às inovações linguísticas no nível léxico-semântico, selecionamos alguns dos neologismos arrolados em 2.3.1. Os resultados são apresentados nos quadros a seguir:

Neologismos de signo - Vernáculos	Mi (1998)	AuE (1999)	HouE (2001)	DUPB (2002)	DUPC (2004)	CAe (2007)
<i>bombar</i> “ser um sucesso”	x	x	x	∅	∅	✓
<i>cadeirante</i> “usuário de cadeira de rodas”	x	x	x	x	x	✓
<i>caipirosca</i> “caipirinha com vodca no lugar da cachaça”	x	x	x	✓	✓	✓
<i>malufar</i> “roubar algo de propriedade de alguém/do governo”	x	x	x	✓	x	x
<i>mensalão</i> “mesada paga a deputados para votarem a favor de projetos de interesse do Poder Executivo”	x	x	x	∅	x	✓
<i>pegável</i> “alguém com quem é possível manter um relacionamento amoroso/sexual ocasional e sem compromisso”	x	x	x	x	x	x
<i>popozuda</i> “diz-se de quem ou o que tem nádegas proeminentes”	x	x	x	x	x	✓

Legenda: x = não-lematizado; ✓ = lematizado; ∅ = sem aceção

Quadro 20: Lematização de neologismos de signo vernáculos

Neologismos de signo - Estrangeirismos	Mi (1998)	AuE (1999)	HouE (2001)	DUPB (2002)	DUPC (2004)	CAe (2007)
<i>Lifting</i>	✓	✓	✓	✓	✓	✓
<i>Loft</i>	×	×	✓	×	×	×
<i>pen-drive</i>	×	×	×	×	×	✓
<i>piercing</i>	×	×	×	✓	✓	✓
<i>Remake</i>	×	×	✓	×	✓	×
<i>Resort</i>	×	×	✓	×	×	×
<i>skinhead</i>	✓	×	✓	×	×	✓
<i>toner</i>	✓	✓	✓	×	✓	✓
<i>vibe</i>	×	×	×	×	×	×

Legenda: × = não-lamatizado; ✓ = lematizado

Quadro 21: Lematização de neologismos de signo provindos de outros sistemas linguísticos

Neologismos de significado	Mi (1998)	AuE (1999)	HouE (2001)	DUPB (2002)	DUPC (2004)	CAe (2007)
<i>chapinha</i> – “utensílio para alisar o cabelo”	×	×	×	×	×	×
<i>copiar</i> - “compreender”	×	×	×	×	×	×
<i>espada</i> – “homem viril”	×	×	×	×	✓	×
<i>ficar</i> - “manter um relacionamento amoroso por curto espaço de tempo e sem um compromisso efetivo”	×	✓	✓	×	×	✓
<i>nominar</i> – “indicar”	×	×	×	×	×	×
<i>pancadão</i> – “baile com música funk”	×	×	×	×	✓	✓
<i>realizar</i> - “perceber”	×	✓	✓	×	×	×

Legenda: × = não-lamatizado; ✓ = lematizado

Quadro 22: Lematização de neologismos de significado

Esse levantamento demonstra que CAe (2007) é a obra que mais abarca neologismos de signo vernáculos e neologismos de significado, inclusive aqueles recentemente criados na língua, tais como *bombar*, *mensalão*, *balada* e *pancadão*. Pode-se dizer, portanto, que a postura de constante atualização de CAe (2007) parece gerar resultados. Entretanto, há que se ressaltar que o fato de ser uma obra aberta às colaborações de qualquer falante do português pode se converter em um risco para sua qualidade e confiabilidade. O tratamento dispensado aos neologismos ratifica essa nossa ressalva, pois de pouco ou nada vale que CAe (2007) seja

o único dicionário a lematizar criações neológicas se não há uma percepção, e muito menos uma concepção teórico-metodológica, de como lidar com esse fenômeno. Assim, a lematização dessas unidades resulta inútil, já que:

- 1^a) não há indícios de que se tratam de criações novas na língua, instáveis por definição;
- 2^a) não há uma postura de cautela no que concerne ao seu tratamento lexicográfico;
- 3^a) fica evidente que não há uma reflexão do que significa, em termos normativos, sua incorporação à macroestrutura do dicionário.

Fato é que CAe (2007) não apresenta nenhuma marca diacrônica para as unidades léxicas e acepções neológicas. Em última análise, essa falha é fruto da ausência de um suporte teórico-metodológico subjacente à lematização de neologismos. Muitas das criações lematizadas por essa obra, por exemplo, parecem-nos excessivamente recentes para serem já consideradas como integrantes do conjunto léxico não marcado no eixo diacrônico. Defendemos, pois, que seria necessário um período maior de acompanhamento do emprego desses neologismos para, somente em um momento posterior, suprimir a marca de uso ou eliminá-los da macroestrutura, caso seu uso tenha sido apenas momentâneo.

De posse dos dados obtidos a partir dessas breves análises, podemos concluir que as seis obras lexicográficas fornecem informações referentes aos fenômenos de mudança linguística em curso ou já consolidadas no português brasileiro. Entretanto, não há uma sistematicidade na indicação dessa norma real, pois as obras tratam de alguns fenômenos, outros não são contemplados e outros já aparecem com status de norma ideal.

6 PROPOSTAS PARA A APRESENTAÇÃO DE INFORMAÇÕES DE CARÁTER NORMATIVO NOS DICIONÁRIOS SEMASIOLÓGICOS DE LÍNGUA PORTUGUESA

No capítulo anterior, vimos que os dicionários de língua portuguesa transmitem aos consulentes informações de caráter normativo referentes aos níveis fonético-fonológico, ortográfico, morfológico, sintático, pragmático e léxico-semântico. Constatamos também que os dicionários analisados divergem quanto ao modo de apresentar tais informações e, em alguns casos, a maneira como aparecem dispostas no interior do verbete não contribui para que o consulente possa localizá-las, identificá-las e compreendê-las rápida e facilmente.

Com relação às mudanças que se apresentam no português brasileiro percebemos, através das discussões empreendidas ao longo desta dissertação somadas à análise das obras que conformam nosso *corpus* de estudo, que, apesar de muitas dessas mudanças já estarem consolidadas em nossa língua, ainda não são consideradas pelos dicionários como norma ideal, ou seja, os dicionários apenas as apontam como informação de cunho descritivo. Tal postura, em nossa opinião, não é condizente com a própria função modelar que cabe ao dicionário. Se tais usos linguísticos já se encontram consolidados, os dicionários deveriam disponibilizar as informações pertinentes no campo devido. Isso quer dizer, por exemplo, que a indicação da regência de um verbo como *assistir*, cujo uso pode ser tanto transitivo quanto intransitivo, deve aparecer através da indicação de valência verbal, localizada imediatamente após o signo-lema.

Em função do exposto acima, consideramos de fundamental importância a elaboração do presente capítulo, que visa gerar propostas para a apresentação de informações de caráter normativo nos dicionários semasiológicos de língua portuguesa.

Entretanto, para podermos levar a cabo o objetivo propositivo previsto para nosso trabalho, é necessário tecermos algumas considerações acerca de três tópicos que ainda apresentam resultados pouco satisfatórios no âmbito da metalexigrafia, a saber: o *layout* do dicionário, a estrutura de acesso e a diferença de suporte físico do dicionário (dicionário impresso *versus* dicionário eletrônico). Consideramos que esses três aspectos estão imbricados, já que o suporte no qual o dicionário se apresenta permite que as informações de caráter normativo (mas não só essas) sejam transmitidas de formas distintas.

6.1 Alguns aspectos metalexigráficos

6.1.1 *Layout* do dicionário

Hartmann; James (2001, s.v. *layout*) definem *layout* como “o modo como a página de uma obra de referência está arranjada”¹⁶³. Embora esse aspecto seja de grande relevância para a elaboração de obras lexicográficas, dado que “o modo como a informação é apresentada faz uma grande diferença no quão facilmente os usuários encontram aquilo que estão procurando e quão confiantes eles se sentem em relação à consulta de seus dicionários”¹⁶⁴ (cf. ATKINS; RUNDELL 2008, p. 34), não é amplamente abordado pelos estudos metalexográficos. Sobre esse aspecto, Bray (1989, p. 136) comenta que:

durante cerca de cinco séculos nem o livro que é o dicionário, nem as técnicas tipográficas que a ele são aplicadas sofreram mudanças significativas: não existem diferenças físicas substanciais entre a primeira compilação léxica impressa conhecida (Giovani Balbi 1460) e os dicionários contemporâneos. Ao longo dos séculos, essa inércia gerou um processo de habituação ao texto lexicográfico e é contra os efeitos dessa habituação que a metalexigrafia deve lutar¹⁶⁵.

Também Atkins; Rundell (2008, p. 34) tecem comentários acerca do ostracismo em que se encontram os estudos relativos à configuração gráfica dos dicionários. Segundo esses autores, os dicionários têm repetido certas tendências preocupantes: 1) condensar o maior número de informação no mínimo espaço possível, conferindo à página um visual bastante denso e 2) depender de variações na letra para sinalizar diferentes tipos de informações. É certo que a economia de espaço sempre foi uma das prioridades dos dicionários impressos, tendo em vista que o lexicógrafo tem a intenção de abarcar a maior quantidade possível de informações em um espaço restrito (cf. VARANTOLA 2003, p. 235). Entretanto, o ônus desse comportamento acaba sendo muito grande, dado que, muitas vezes, a disposição das informações não contribui para a consultabilidade do dicionário, ou seja, o usuário encontra uma grande dificuldade para identificar as informações que procura. Varantola (2003, p. 235), sobre esse particular, afirma que

a quantidade de espaços em branco na página, as ilustrações, a densidade de informação digerível e outros aspectos da impressão dos textos do dicionário referentes à facilitação da consulta nunca estiveram no topo da lista das prioridades. Uma página de dicionário tem pelo menos duas colunas, os pesos-pesados têm

¹⁶³ [the way the page of a reference work is displayed]

¹⁶⁴ [the way information is presented makes a big difference to how easily users find what they are looking for, and how confident they feel about consulting their dictionary]

¹⁶⁵ [pendant près de cinque siècles ni le livre qu'est le dictionnaire, ni les techniques typographiques qui y sont appliquées n'ont connu de bouleversements majeurs: Il n'e existe pas de différences fondamentales entre le physique du premier recueil lexical imprime connu (Giovani Balbi 1460) et celui des dictionnaires qui nous sont contemporains. Au fil des siècles cet immobilisme de surface, immobilisme tout relatif, a engendre un processus d'accoutumance au texte lexicographique et c'est contre les effets de cette accoutumance que la metalexigraphie se doit de mettre em garde]

geralmente três colunas de informação compactada. O tamanho da fonte é pequeno demais para os olhos dos usuários que passaram dos quarenta, o papel é anormalmente fino e a única concessão para a reflexão visual nos dicionários maiores pode ser o uso de caixas para notas de uso ou a marcação delas com um fundo mais escuro¹⁶⁶.

Não obstante, Atkins; Rundell (2008, p. 34) consideram que os dicionários contemporâneos têm aperfeiçoado os quase impenetráveis *layouts* de dicionários mais antigos através do emprego de mais espaços em branco e da prática de elencar novos blocos de definições em uma nova linha. Mas, apesar desses avanços,

a dependência da variação da fonte/tipografia permanece forte, e os organizadores de dicionários devem tentar ser realistas sobre se o seu público-alvo consegue reconhecer as diferenças planejadas. Como sempre, a prova do sistema não é se ele satisfaz aos desejos de organização do lexicógrafo, mas sim se os usuários realmente entendem a informação que é fornecida¹⁶⁷.

São inúmeros os aspectos que guardam relação com o que se denomina *layout* do dicionário. Bray (1989, p. 135-146), por exemplo, menciona: peso do papel [*grammage du papier*], formato [*format*] do dicionário, presença de dedeiras [*onglets*], palavras-guia [*letrines*], tamanho das margens [*marges*], número de colunas [*colones*], apresentação gráfica das entradas léxicas [*entrées*] e formas de apresentação das informações [*charges informationelles*] na microestrutura. Desse conjunto de aspectos, abordaremos apenas os dois últimos, dado que afetam diretamente os componentes macro e microestrutural do dicionário, respectivamente. Além disso, discutiremos um aspecto não considerado por Bray (1989), que afeta o componente medioestrutural. Trata-se do sistema de remissões do dicionário, que possibilita a busca por informações não apenas nos sentidos vertical (macroestrutura) e/ou horizontal (microestrutura).

Tradicionalmente, os dicionários são obras que permitem uma leitura em uma dupla dimensão: vertical e horizontal (cf. BRAY 1989, p. 137). A leitura vertical consiste na localização da palavra-entrada, enquanto a leitura horizontal consiste na consulta ao conjunto de informações relativas à palavra-entrada, localizadas no interior do verbete. Bray (1989, p. 136) denomina essa progressão vertical e horizontal do dicionário de “consulta” [*consultation*], e emprega os termos “legibilidade” [*lisibilité*] e “consultabilidade”

¹⁶⁶ [the amount of white space on the page, illustrations, digestible information density and other user and eye-friendly aspects of printing the dictionary texts have never been high on the list of priorities. A dictionary page has at least two columns, the heavy-weights have normally three columns of tightly packed information. The font size is too small for the eyes of the over-forty age-group, the paper is abnormally thin and the only concession for visual thinking in larger dictionaries may be using boxes for usage notes or marking them with a darker background]

¹⁶⁷ [reliance on typeface variation remains heavy, and dictionary planners must try to be realistic about whether their target users can recognize intended differences. As always, the test of the system is not whether it satisfies lexicographers’ desire for order, but whether users actually understand the information being offered]

[*consultabilité*] para referir-se à capacidade do dicionário de oferecer ao usuário um acesso fácil à informação¹⁶⁸. Para o citado autor, existe uma dependência entre a apresentação das informações no interior do dicionário e sua consultabilidade:

[...] o grau de consultabilidade do dicionário, isto é, sua maior ou menor eficácia para transmitir a informação lexicográfica está em correlação com a apresentação de seu texto: um dicionário eficaz é um dicionário cuja apresentação permite um acesso simples e rápido à informação nele contida¹⁶⁹. (BRAY 1989, p. 136-137)

Essa consultabilidade, no entanto, “só fica assegurada se é possível estabelecer um sistema de relações que una de maneira eficaz as informações próprias da ordem vertical e da ordem horizontal, assim como as possíveis relações dessas com outras partes do dicionário” (cf. BUGUEÑO MIRANDA; ZANATTA 2009, s.p.).

Um aspecto que, sem dúvida, influi grandemente na legibilidade e na consultabilidade das informações contidas nos dicionários está relacionado à apresentação de elementos (tipo)gráficos, sejam eles de natureza linguística ou simbólica/icônica. Dito em outros termos, o rigor para com a apresentação formal ou (tipo)gráfica do conteúdo do dicionário é tão importante quanto a seleção e organização desse conteúdo, posto que os aspectos formais podem tanto facilitar quanto dificultar o acesso à informação. Concordamos, pois, com Jackson (2002, p. 177) quando afirma que “o uso cuidadoso do *layout* e da fonte/typografia contribui para a facilidade com a qual um usuário é capaz de localizar a informação exata que ele procura acerca de uma palavra”¹⁷⁰.

Tendo em vista que o texto do dicionário é um texto “do qual se espera um máximo de informação em um mínimo de espaço”¹⁷¹ (BRAY 1989, p. 139), é preciso que sua disposição na obra seja tal que permita ao consulente ter acesso a ela facilmente. O signo-lemma, por exemplo, que é a unidade de acesso às demais informações contidas no interior de um verbete, costuma ser facilmente identificável, pois se destaca claramente do resto do texto lexicográfico e apresenta uma forma gráfica constante. Na grande maioria das obras lexicográficas, o signo-lemma aparece em minúscula e negrito. Existem, porém, algumas obras que empregam cores para destacar a palavra entrada (cf., por exemplo, MiDEI 2003; MiDEE 2002; e DPE 2007) e outras ainda que optam pela letra maiúscula para destacar o signo-lemma

¹⁶⁸ Essa dupla dimensão para o acesso às informações – vertical e horizontal - está relacionada ao que Hausmann; Wiegand (1989) denominaram estrutura de acesso externa e estrutura de acesso interna, respectivamente. Abordaremos detidamente a questão da estrutura de acesso no subitem 6.1.2.

¹⁶⁹ [le degré de consultabilité du dictionnaire, c'est-à-dire son efficacité plus ou moins grande à transmettre l'information lexicographique, est en corrélation avec la présentation de son texte: un dictionnaire efficace est un dictionnaire dont la présentation permet un accès simple et rapide à l'information qu'il contient]

¹⁷⁰ [the careful use of layout and typeface contributes to the ease with which a user is able to locate the exact piece of information that they are seeking about a word]

¹⁷¹ [dont on attend un maximum d'informations sur un minimum d'espace]

(cf. DUPC 2004). Esse tipo de recurso tipográfico – cor e letra maiúscula - são geralmente utilizados em dicionários destinados a um público que se encontra no período escolar, por tornarem a consulta mais agradável. Outro aspecto tipográfico diz respeito à incorporação de dedeiras, que têm por objetivo facilitar a consulta às palavras-entrada. De fato, esse recurso pode agilizar o acesso à informação, porém, em termos de qualidade, não acrescenta nada à obra. Tampouco o emprego de cores para destacar a palavra entrada significa um acréscimo qualitativo.

Alguns dos aspectos formais supracitados mantêm, em certa medida, relação com o problema da estrutura de acesso, como veremos a seguir.

6.1.2 Estrutura de acesso

A exemplo do que ocorre com a questão do *layout* do dicionário, a estrutura de acesso também se configura como um tema ainda pouco abordado pela metalexigrafia. Sobre esse particular, Gouws (2008, p. 243) chama atenção para o fato de que, “apesar da extrema importância do processo de acesso na lexicografia, é aflitivo observar que as pesquisas sobre acesso têm resultado em relativamente poucas publicações focando esse importante aspecto da lexicografia”¹⁷². O autor aponta o trabalho de Hausmann; Wiegand (1989, p. 337-339) como um dos primeiros a apresentar uma discussão detalhada sobre a estrutura de acesso de dicionários monolíngues. Esse trabalho, por sua vez, é o ponto de partida para a realização de estudos posteriores acerca do tema (cf., por exemplo, BERGENHOLTZ; TARP 1995, p. 16 e p. 219; HARTMANN 2001, p. 66-67; HARTMANN; JAMES 2001, s.v. *access profile*, s.v. *access structure*, s.v. *base structure* e s.v. *search path*; GELPÍ 2007, p. 6-7; e GOUWS 2008, p. 243-245).

Segundo Hartmann; James (2001, s.v. *access structure*), a estrutura de acesso é constituída por aquelas partes componentes de uma obra de referência que permitem ao usuário procurar por algum item informativo¹⁷³. Dito em outras palavras, tratam-se dos indicadores formais que auxiliam o usuário a encontrar a informação buscada.

Hausmann; Wiegand (1989, p. 337-339) dividem a estrutura de acesso em externa e interna. A estrutura de acesso externa determina o percurso externo da busca pela informação

¹⁷² [in spite of the extreme importance of the access process in lexicography it is distressing to note that research regarding access has led to relatively few publications focusing on this important aspect of lexicography]. Segundo Gows (2008, p. 243), “o uso bem-sucedido do dicionário é co-determinado pelo acesso bem-sucedido às informações desejadas” [successful dictionary use is co-determined by successful access to the required data].

¹⁷³ [those component parts of the overall design of a reference work which allow the user to search for a particular item of information]

e coincide, nos dicionários monolíngues semasiológicos, com a macroestrutura, já que ambas obedecem a um mesmo algoritmo¹⁷⁴, a saber: a ordenação alfabética. Do ponto de vista da estrutura de acesso externa, as obras lexicográficas podem pertencer ao grupo das obras monoacessíveis ou poliaccessíveis. Os dicionários monoacessíveis possuem uma única estrutura de acesso externa, ao passo que os dicionários poliaccessíveis apresentam estruturas de acesso adicionais à macroestrutura, tais como um índice (lista sistemática de palavras ou símbolos, geralmente localizada no *back matter* e que auxilia o usuário a encontrar informações suplementares, tais como: ilustrações, nomes, eventos, lista de definidores, arcaísmos ou neologismos (cf. HARTMANN; JAMES 2001, s.v. *index; dictionary index*). A estrutura de acesso interna determina o percurso interno da busca pela informação e diz respeito ao conjunto de informações localizadas no interior do verbete, ou seja, à microestrutura. No caso desse componente, o algoritmo obedecido leva em conta a função predicativa da microestrutura em relação ao lema (cf. COLLINOT; MAZIÈRE 1997, p. 89; e DUBOIS; DUBOIS 2003, p. 157), o que implica observância a certa ordem na disposição das informações.

O percurso completo da busca por informações, portanto, é realizado em duas etapas: de cima para baixo (percurso de busca externo) e da esquerda para a direita (percurso de busca interno). De acordo com Hausmann; Wiegand (1989, p. 338), a procura por informações no componente microestrutural pode ser sistemática se o consulente conhece a estrutura de acesso interna. Baseados nessa constatação, consideramos pertinente o uso de símbolos que cumpram a função de identificar certos blocos de informação (informação ortográfica, informação morfológica, informação sintática, etc.). Dessa forma, o usuário que dominar os mecanismos de disposição e separação das informações empregadas pelo dicionário, após localizar o lema, não necessitará percorrer toda a estrutura de acesso interna para localizar a informação desejada, pois ele poderá encaminhar-se diretamente ao campo onde está localizada. O emprego desse método é altamente recomendável em casos de verbetes que apresentam grande quantidade de informações, pois diminui consideravelmente o tempo de busca.

Para ilustrar o quão complexo é localizar as informações no interior de um verbete muito extenso, tomamos como exemplo o verbete do verbo *haver* em HouE (2001, s.v.),

¹⁷⁴ Emprega-se o termo *algoritmo*, porque um dicionário deve ser sempre definido em termos de um conjunto de regras que redundem na solução de um problema, e um algoritmo oferece um processo de decisões que permite resolver problemas (cf. BLACKBURN 1997, s.v. *algoritmo*).

atendo-nos exclusivamente às informações arroladas no pós-comentário de forma e no pós-comentário semântico. Aparecem nesses espaços inúmeras informações de diferente natureza, dispostas, em nossa opinião, de forma inadequada, já que não há uma separação entre as informações, por exemplo, sintáticas e morfológicas. Consideramos que a separação dessas informações de acordo com o nível de estruturação da linguagem em que se enquadram tornaria mais fácil e rápido o acesso à informação por parte do consulente.

No intuito de apresentar as informações referentes ao verbo *haver* de modo mais sistemático, buscamos agrupá-las de acordo com quatro níveis de estruturação da linguagem, a saber: ortográfico, morfológico, sintático e semântico, identificando-os do seguinte modo:

■	Informação ortográfica
■	Informação morfológica
■	Informação sintática
■	Informação semântica

haver ◉ GRAM **(I)** como v. auxiliar: **a)** junto a part., indica tempo pretérito (tal como *ter*): *toda a água havia sido gasta; antes havéssemos pedido a sua demissão* **b)** seguido de *de* mais pres. do infinitivo de outro v., exprime futuridade promissiva com idéia de **1)** 'desejar com intensidade': *haveremos de lá chegar; há de pagar o mal que fizeste; há de haver dinheiro para nós ali* **2)** 'ter fatalmente de': *todos havemos de morrer* **3)** 'ser do propósito (de alguém)': *haveríamos de comer todas aquelas delícias; decidiu que haveria de ir; nunca hei de lá voltar* **c)** se o v. está num tempo passado, o valor promissivo atenua-se, passando a expressar um

não há [coisa de] que duvidar) **(V)** tb. em orações negativas, registra-se o uso do v. *haver* com objeto formado por oração subordinada iniciada por advérbio interrogativo (esp. *por que* e *como*) ou por locução conjuntiva (que normalmente forma orações adverbiais) (*não há por que fazer tal afirmação; não havia como provar o que afirmara; não há para que esforçar-se; não haverá para onde fugir; não há onde esconder-se*) - semanticamente, pode-se considerar tal tipo de oração como apresentando elipse de um substantivo (p.ex. *razão, motivo, maneira, propósito, fim, lugar*) ao qual se refere o

(XIII) *haver*, us. como v. impessoal, não deixa de ser transitivo, subentendendo-se como sujeito um substantivo geral qualquer, elíptico, mas, por ser impessoal, só pode ser empregado no singular: *houve casos de tifo naquela área [e não houveram]* **(XIV)** no Brasil, o v. *haver*, nas acp. impessoais de 'estar presente, encontrar-se', 'existir', 'acontecer, realizar-se' é freq. substituído, esp. no registro da língua informal, pelo verbo *ter* (tb. impessoal): *tem muita gente aí fora; tem muito tempo que ela sumiu; tem*

dever ou uma possibilidade ou uma dúvida: *por que havia ela de empanturrar-se de doces?*; *se tivesse estado entre nós antes, haveria de nos apoiar agora*; *havam de ser umas onze horas*; *havam de ali viver umas cinco pessoas* (II) *haver de*, como futuro promissivo, não se deve escrever, pela norma brasileira, com hífen, por considerar-se tal elemento desnecessário: *hão de chover elogios*; *havemos de lá chegar*; pela norma portuguesa, a partícula deve sempre ligar-se por hífen ao v. *haver* auxiliar, quando este está nas formas irregulares do presente do indicativo (e tal hífen é us. mesmo que o infinitivo do outro v. esteja oculto): *há-de chover dinheiro para nós*; *hei-de lá estar à noite*; *vencê-los-emos*, *sim*, *havemos-de*; no português literário (esp. no clássico), o v. *haver*, como auxiliar de tempos compostos do futuro, pode ser empregado sem a prep. *de* entre si e o v. principal: neste caso, se o v. principal for reflexivo, o pron. reflexivo (*me*, *te*, *se*, *nos*, *vos*) liga-se diretamente ao v. auxiliar: *hão-se recolher antes da tormenta*; *havias-te surpreender ante aquela cena* (III) são corretas as construções nas quais o v. *haver* (com o sentido de 'existir') é seguido da partícula *que*, como nas orações do tipo *há muito que fazer*; *nada havia que esclarecer* - nas quais o v. *haver*, sem função auxiliar, tem sentido pleno

pronome relativo (*que*, *como*) precedido ou não de preposição: *não há razão por que fazer tal afirmação*; *não havia maneira como provar o que afirmáramos*; *não há objetivo para que se esforçar*; *não haverá lugar para onde fugir ou lugar onde se esconder* (VI) o emprego do v. *haver* mais infinitivo de outro v. não regido de partícula é de uso antigo na língua (D. Duarte, Camões, Bernardes, Vieira), embora mais recentemente Rui Barbosa tb. se tenha servido de tal estrutura sintática: *havia preferir* em lugar de *havia de preferir* (VII) alguns gramáticos recriminaram o emprego da preposição *a* com o verbo *haver*, em frases como *nada há a dizer*, preferindo em seu lugar *haver para*, *haver por* ou *haver que* (VIII) usa-se o v. *haver*, quando se trata de tempo passado (*há algum tempo aqui estivemos*) e a preposição *a*, quando se trata de tempo vindouro (*daqui a três anos, ela se formará*) (IX) o v. *haver* deve empregar-se em correlação temporal com o outro v. da frase: *havia dois anos que Paula não falava conosco*; us. no futuro, denota dúvida, incerteza: *haverá (talvez) dois dias que eles não nos telefonam*; *haveria dois anos que Paula não falava conosco*; esp. no registro informal, *haver* costuma ser empr.

sessão de cinema hoje na praia; tal uso é considerado impróprio e não ocorre no português de Portugal (XV) as formas contractas *hemos* (= *havemos*) e *heis* (= *haveis*), respectivamente da 1ªp.pl. e 2ªp.pl. do pres.ind., além de serem empregadas como auxiliar na formação do futuro composto, podem eventualmente ocorrer como v. principal da oração (*hemos de encontrá-la*/ *havemos de encontrá-la*; *hemos bens bastantes para adquirir aquelas terras*) (XVI) no sentido de 'receber, ganhar' e nas extensões deste, como 'experimentar, sentir' e 'ter', o v. *haver* pode formar, com seu obj.dir., um conglomerado (ou seja, uma unidade semântica e funcional) cujo complemento pode ser direto ou indireto: *respondeu que havia nome João* (i.e., 'denominava-se João'); *tais fatos não hão mister [de] comentários*; *h. medo/receio [de que] aconteça algo adverso* (XVII) na linguagem informal, ocorre no Brasil a forma popular *havera* por *haveria*: *quem haverá de dizer?* (XVIII) verbo de conj.irreg.: a) pres.ind.: *hei*, *hás*, *há*, *havemos*, *haveis*, *hão*; b) imperf.:

(impessoal) e o pron. rel. *que* (com antecedente explícito ou em elipse) é obj.dir. do v. no infinitivo - ou ainda nas orações do tipo *pouco há que se esforçar* (<*há esforçar-se pouco*) - onde *haver* (impessoal) significa 'ser possível, necessário ou conveniente' e o *que* tem função de complemento circunstancial direto (segundo Epifânio Dias, "determinador de amplitude da ação") (IV) outro uso do v. *haver* em combinação com a partícula *que* ocorre em orações negativas do tipo *não há que duvidar do que disseram; não há que se conformar com o que aconteceu; não havia que surpreender-se*, nas quais a oração substantiva objetiva (obj.dir. de *haver*) é integrada pela conj. *que* (Epifânio Dias considera *que* conj. causal, enquanto alguns gramáticos preferem considerar que há elipse de um substantivo - ou, mais exatamente, de um substantivo + preposição - o que faz do *que* um pron. relativo: *não havia [razão por] que surpreender-se;* no pres.ind. (e na 3ª p.s., visto ser impessoal): tal uso é condenado por diversos gramáticos: *há muito tempo trabalhava lá* (X) *haver* é impessoal nos sentidos de 'existir, continuar a existir, acontecer, ocorrer' etc., e seus auxiliares tb. permanecem invariáveis: *deve haver lá muitos pedidos agora; devia haver muitas jóias neste cofre; pode haver chuvas torrenciais nessas cidades; vai haver muitos professores presentes;* em tais conglomerados verbais com auxiliares a locução é impessoal (XI) em construções com o sentido de tempo decorrido, o verbo *haver* pode vir antecedido da preposição *de*: *de há muito que nos conhecemos; Portugal de há dez anos era bem diferente* (XII) em locuções verbais do tipo *haver-me de contar*, o pronome átono pode colocar-se em qualquer posição: *hã-me de contar; hã de me contar; hã de contar-me* *havia, havias* etc.; **c)** perf.: *houve, houveste, houve, houveram* etc.; **d)** mais-que-perf.: *houvera, houveras*, etc.; **e)** fut.pres.: *haverei, haverás* etc.; **f)** fut.pret.: *haveria, haverias* etc.; **g)** imper.: *há, haja, hajamos, havei, hajam*; **h)** imper.neg.: *não hajas, não haja* etc.; **i)** pres. subj.: *haja, hajas* etc.; **j)** imperf. subj.: *houvesse, houvesse* etc.; **l)** fut.subj.: *houver, houveres* etc.; **m)** inf.pes.: *haver, haveres, haver, haveremos, haverdes, haverem* (XIX) quanto aos tempos compostos, ver gram do verbo *ter* na letra **h)**; as regras são as mesmas (XX) é tb. us. na conj. da voz passiva dos tempos compostos <*he sido visto* etc.>

Figura 3: Informações contidas no verbete do verbo *haver* de HouE (2001)

Após analisar a disposição das informações contidas no verbete (HouE, 2001, s.v. *haver*), defendemos que seria mais apropriado empregar símbolos para separar cada bloco de informação de acordo com o nível linguístico. Poder-se-ia, por exemplo, adotar o símbolo ■ para assinalar o bloco das informações referentes ao nível sintático, o símbolo ● para indicar o bloco das informações relativas ao nível semântico, etc. Dessa forma, o usuário que tivesse necessidade de alguma informação concernente a um desses níveis, poderia recorrer diretamente ao campo encabeçado pelo respectivo símbolo.

Nossa proposta, portanto, vai ao encontro daquilo que sugere Bergenholtz; Gowus (2008, p. 244):

Uma rota de pesquisa facilitadora disponibilizará indicadores claramente identificáveis para marcar as diferentes posições do artigo constituindo a estrutura de acesso interna. Dois tipos de indicadores podem ser distintos, nomeadamente indicadores tipográficos e não-tipográficos [...] os indicadores tipográficos como Roman, negrito, itálico, etc. dão uma identificação clara de uma determinada área de busca enquanto os indicadores não-tipográficos como asterisco, triângulo, quebra de linha, etc. são tipicamente usados para marcar o início de uma determinada área de busca¹⁷⁵.

Não há dúvida de que toda obra lexicográfica dispõe de uma estrutura de acesso. No entanto, é preciso ter claro que “a natureza e a extensão da acessibilidade não é a mesma em todos os dicionários”¹⁷⁶ (cf. BERGENHOLTZ; GOUWS 2008, p. 244). Com base nessa afirmação e no fato de que nosso *corpus* de análise está conformado por dicionários em suporte impresso e eletrônico, julgamos relevante tecer algumas considerações acerca das particularidades e possibilidades desses distintos suportes, sobretudo no que diz respeito ao *layout* e à estrutura de acesso.

6.1.3 Suporte do dicionário: dicionário impresso *versus* dicionário eletrônico

Os avanços tecnológicos têm contribuído sobremaneira para o desenvolvimento da Lexicografia. Podemos perceber os efeitos desses avanços tanto no trabalho de compilação e elaboração de obras lexicográficas quanto na apresentação do produto final, ou seja, o dicionário em si. No primeiro caso, porque nos dias atuais é praticamente inconcebível elaborar um dicionário sem o auxílio de *corpora* informatizados. No segundo caso, porque é cada vez mais recorrente a disponibilização de dicionários em formato eletrônico¹⁷⁷.

Em sentido amplo, o termo “dicionário eletrônico” é usado para designar qualquer obra de referência que utiliza computadores e tecnologia associada para apresentar informações sobre ortografia, significado ou emprego das palavras (cf. NESI 2000, p. 839; e HARTMANN; JAMES 2001, s.v. *electronic dictionary*). Como se pode ver, trata-se de uma definição bastante abrangente, pois engloba diversos tipos de obras lexicográficas que são disponibilizadas em um suporte eletrônico. Esse tipo de definição pode gerar críticas, como a

¹⁷⁵ [A friendly search route will display clearly identifiable indicators to mark the different article positions constituting the inner access structure. Two types of indicators can be distinguished, namely typographical and non-typographical indicators [...]. Typographical indicators like roman, bold, italic, etc. give a clear identification of a given search area whereas non-typographical indicators like an asterisk, triangle, line break, etc. are typically used to mark the beginning of a given search area]

¹⁷⁶ [the nature and extent of accessibility is not the same in all dictionaries]

¹⁷⁷ Algumas editoras, inclusive, já solicitam aos lexicógrafos que pensem em seus dicionários, desde o início, como obras a serem consultadas não apenas em formato impresso, mas também por meio do computador.

de Welker (2004, p. 225), para quem a designação “dicionário eletrônico” carece de precisão conceitual, dado que pode ser aplicada a:

- 1) dicionários usados no processamento computacional da linguagem natural;
- 2) dicionários em CD-ROM;
- 3) dicionários online (acessíveis na internet);
- 4) dicionários portáteis.

Tentativas de classificar tipologicamente os dicionários eletrônicos datam, de acordo com Schryver (2003, p. 146-150), da década de 90. Entretanto, a exemplo do que ocorre com outras tipologias de dicionários, as propostas de classificação tipológica dos dicionários eletrônicos possuem certa vagueza e nenhuma delas se mostra inteiramente satisfatória para recobrir a variedade de dicionários eletrônicos existentes nos dias de hoje. Em função disso, o autor propõe uma tipologia baseada em um único e rígido critério, a saber: a maneira como os dicionários são acessados. Para a elaboração dessa tipologia, Schryver (2003, p. 149-150) tomou como ponto de partida a seguinte questão (grifos do autor): “QUEM acessa O QUE ONDE?”¹⁷⁸. O resultado é uma tipologia composta por três etapas e pensada para ser flexível o suficiente para dar conta de futuras inovações. Abaixo reproduzimos a tipologia proposta por Schryver (2003, p. 150):

¹⁷⁸ [WHO accesses WHAT WHERE]

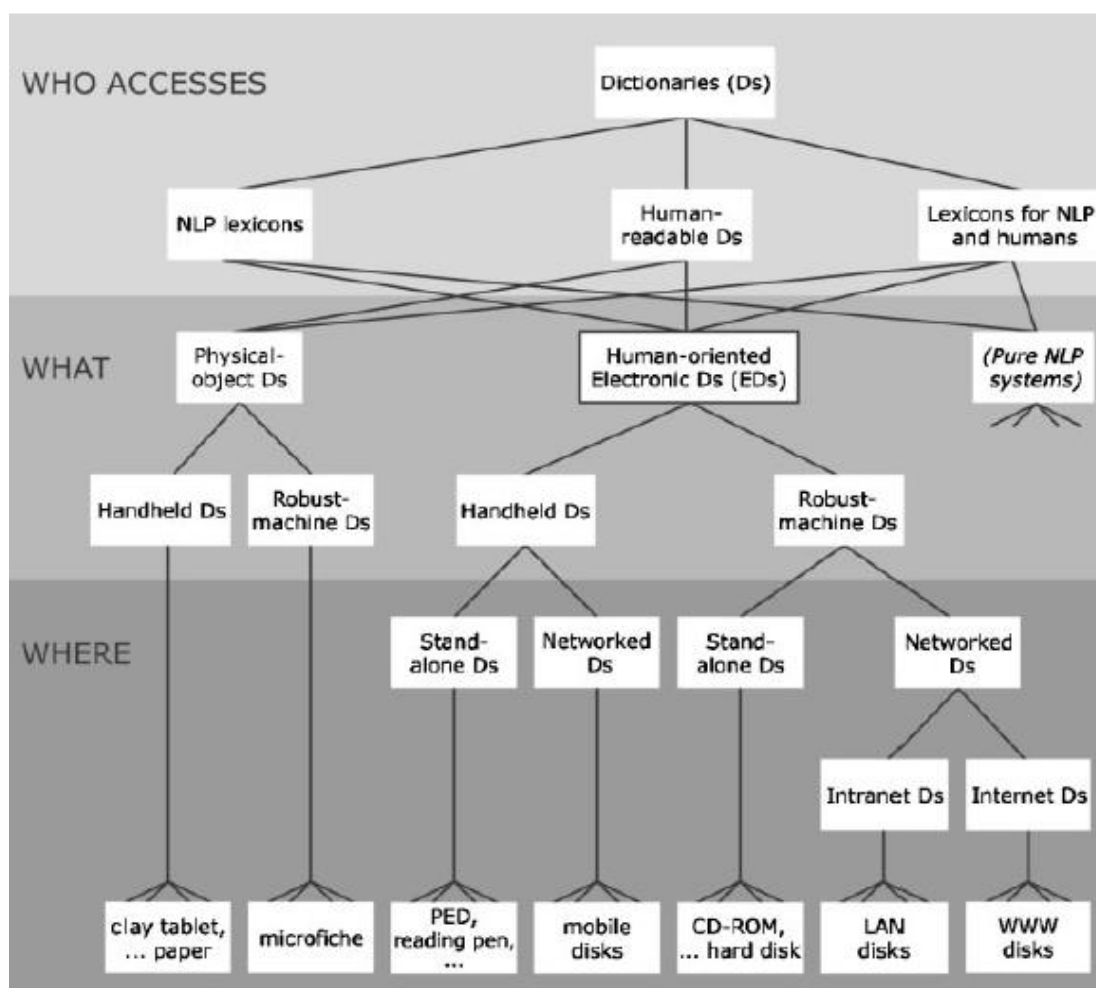


Figura 4: Tipologia de dicionários eletrônicos de Schryver (2003)

A primeira etapa da tipologia responde à questão “QUEM acessa o dicionário?”¹⁷⁹. São duas as possibilidades: as máquinas ou os seres humanos. As máquinas podem acessar dicionários para o processamento da linguagem natural (NLP), os humanos podem acessar dicionários legíveis por seres humanos e ambos podem acessar dicionários projetados para o processamento da linguagem natural e para o uso humano.

A segunda etapa da tipologia contesta a pergunta “O QUE é acessado?”¹⁸⁰. Essa questão se refere ao suporte em que se apresenta o dicionário: suporte físico (não-eletrônico) ou suporte eletrônico. Esses dois tipos de suporte podem ser divididos em instrumentos manuseáveis e máquinas robustas. Como o foco recai sobre o suporte eletrônico, pode-se dizer que os dicionários eletrônicos voltados para seres humanos podem ser simplesmente bancos de dados legíveis por humanos, possivelmente ampliados com softwares para o NLP, dicionários para o NLP ou bancos de dados elaborados para o NLP e para o uso humano.

¹⁷⁹ [WHO accesses the dictionary?]

¹⁸⁰ [WHAT is accessed?]

A terceira etapa responde à pergunta “ONDE se pode acessar os dados do dicionário?”¹⁸¹. Essa pergunta pode ser interpretada também como a busca pelo tipo de armazenagem da informação. Tratando especificamente dos dicionários eletrônicos, tanto aqueles classificados como instrumentos manuseáveis quanto aqueles classificados como máquinas robustas, podem ser subdivididos em: dicionários independentes e dicionários conectados. Estes, para serem acessados, exigem que o dispositivo eletrônico no qual se encontram esteja em conexão com uma rede local (intranet) ou com a rede mundial de computadores (internet), enquanto aqueles dependem apenas de um dispositivo eletrônico para serem acessados.

Gostaríamos de ressaltar que o que apresentamos acima é apenas uma síntese da descrição da tipologia de dicionários eletrônicos proposta por Schryver (2003, p. 146-150). Lançamos mão dessa proposta para podermos classificar os dicionários eletrônicos que conformam nosso *corpus* de análise, a saber: AuE (1999), HouE (2001) e CAe (2007). De acordo com a tipologia de Schryver (2003), essas obras poderiam ser classificadas da seguinte maneira:

¹⁸¹ [WHERE does one access the dictionary data?]

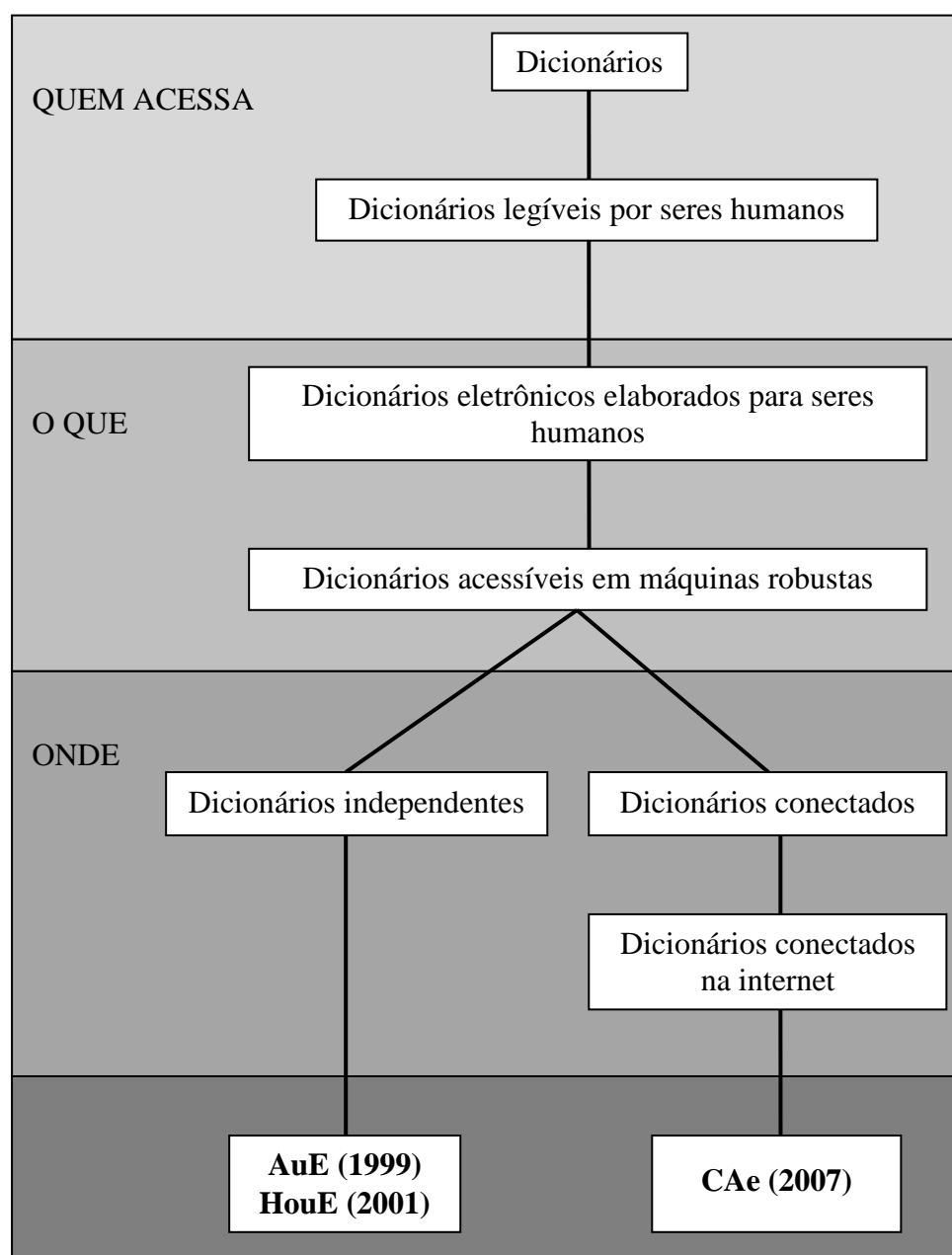


Figura 5: Classificação dos dicionários eletrônicos que conformam o *corpus* de análise segundo a tipologia de Schryver (2003)

Para efeitos deste trabalho, portanto, consideraremos apenas os dicionários independentes disponíveis em CD-ROM (AuE 1999 e HouE 2001) e os dicionários conectados que dependem da internet para serem acessados (CAe 2007), dado que nosso *corpus* de análise conta apenas com esses dois tipos de dicionários eletrônicos.

Ressaltamos também que ambos os formatos, como salienta Welker (2004, p. 226), possuem características muito semelhantes. O que os diferenciaria, num primeiro momento, é o fato de que os dicionários independentes não poderiam ser atualizados, ou seja, seriam obras

fechadas, assim como os dicionários impressos¹⁸². Já os dicionários conectados podem passar por constantes reformulações¹⁸³. Esse critério de fato se aplica aos dicionários acima citados, pois nem AuE (1999) nem HouE (2001) podem ser atualizados. CAe (2007), por sua vez, caracteriza-se como uma obra aberta, na qual são incorporadas informações permanentemente, sendo que essas informações podem provir da contribuição dos próprios usuários do dicionário¹⁸⁴.

A seguir, abordaremos brevemente as vantagens que oferece um dicionário em formato eletrônico. Essas considerações servir-nos-ão de auxílio quando da elaboração de propostas para a apresentação de informações de caráter normativo nesse tipo de dicionário, pois buscaremos explorar os recursos facilitados por tal suporte.

6.1.3.1 Vantagens do suporte eletrônico


Sem dúvida, o maior diferencial dos dicionários eletrônicos diz respeito às facilidades que oferecem na busca pela informação, já que a apresentação do dicionário através de um suporte eletrônico comporta a utilização de inúmeros recursos que o dicionário impresso não permite, como salienta Hallsteinsdóttir (2007, p. 98):

1. Os computadores e os programas de base de dados modernos não são restringidos pelo tamanho e permitem o uso de conteúdo ilimitado, tal como: texto, gráficos, áudio e vídeo.
2. Através do uso de hiperlinks, o conteúdo lexicográfico pode ser organizado como uma rede de informação hipertextual. O resultado é um hipertexto multidimensional que se estende além dos limites de uma página impressa bidimensional.
3. O software usado deve permitir que diferentes grupos de usuários ajustem as estruturas de busca e a saída da base de dados de acordo com suas necessidades¹⁸⁵.

Fato é que a mudança do suporte impresso para o suporte eletrônico pode influenciar a maneira como a informação é apresentada no dicionário e é acessada pelo consulente (cf. HUA; WOODS 2008, p. 1). Em função disso, faz-se necessário explorar as inúmeras

¹⁸² Esse diferencial, porém, não se aplica a OED (2009), pois quando o usuário adquire essa obra, ganha uma assinatura de um ano que permite atualizá-la.

¹⁸³ O DRAEo (2010) é um exemplo de dicionários *online* atualizado constantemente.

¹⁸⁴ De tempos em tempos são oferecidas pela internet atualizações para o CAe (2007), sendo que o ícone  indica quando há uma atualização disponível.

¹⁸⁵ [1. Modern computer and database programs are not restricted by size and allow unlimited use of content such as text, graphics, audio and vídeos; 2. By using hyperlinks, the lexicographical content can be organized as a hypertextual network of information. The result is a multidimensional hypertext that extends beyond the boundaries of a two-dimensional printed Page; 3. The software used should allow different user groups to adjust the search structures and the output of the database according to their needs.]. O autor destaca também que, já no início do trabalho de elaboração conceitual de seu dicionário islandês-alemão, decidiu não publicá-lo como um livro impresso, e que essa decisão foi tomada para poder focar nas vantagens do computador sem ter que se preocupar com as limitações da impressão (cf. HALLSTEINSDÓTTIR 2007, p. 98).

possibilidades que esse tipo de obra proporciona, a fim de que a disposição das informações em seu interior e a facilidade de acesso a elas se configurem, de fato, como um ganho heurístico para o consulente.

A esse respeito, cabe chamar atenção a uma crítica bastante pertinente que se faz aos dicionários em suporte eletrônico: muitas vezes, um dicionário eletrônico nada mais é do que a transposição de um dicionário impresso para o formato eletrônico, sem que haja nenhum ganho em termos qualitativos. Além disso, critica-se o mau aproveitamento dos recursos que o formato eletrônico disponibiliza para, por exemplo, transmitir informações ao usuário do dicionário¹⁸⁶. É importante, pois, refletir sobre certos aspectos divergentes entre dicionários impressos e dicionários eletrônicos, de modo a aproveitar melhor as potencialidades deste último.

A questão do espaço, por exemplo, sempre foi uma constante no âmbito da lexicografia, dado que não é tarefa fácil acomodar um elevado volume de informações em um espaço limitado¹⁸⁷. Conseqüentemente, uma infinidade de estratégias, de artifícios e de princípios convencionados têm sido empregados na prática lexicográfica tanto do passado quanto do presente, contribuindo para consolidar o formato do dicionário tal qual o conhecemos nos dias atuais. Algumas dessas convenções lexicográficas são apontadas por Lew (2009, p. 2):

- o uso de abreviaturas é convencionado em muitas tradições lexicográficas; na lexicografia da língua inglesa, por exemplo, a informação sobre a classe gramatical tem sido frequentemente apresentada através de abreviaturas (n, v, adj); da mesma forma, as partes das definições representando espaços reservados para sujeitos e complementos tem sido frequentemente abreviadas (sb, sth);
- os estilos concisos de definição têm sido tradicionalmente utilizados por razões de espaço nos dicionários monolíngues; os dicionários monolíngues de bolso favorecem a definição por sinônimos quando possível; os sinônimos, na condição de equivalentes interlinguísticos, são naturalmente mais curtos do que definições oracionais ou frasais;
- nicho e ninho podem ser empregados, resultando em run-on entries.
- geralmente é dado tratamento restrito aos derivados, por exemplo quando não se oferece nenhuma definição;

¹⁸⁶ Segundo Hallsteinsdóttir (2007, p. 97-98), “muitos dicionários eletrônicos são subprodutos de dicionários impressos e o trabalho lexicográfico conceitual é, portanto, baseado nos limites do meio impresso. O resultado é que muitos desses dicionários [...] não exploram as potencialidades do computador, e acabam sendo simplesmente dicionários impressos em formato eletrônico”. [many electronic dictionaries are by-products of printed dictionaries, and the conceptual lexicographical work is therefore based on the limits of the medium of printed books. The result is that many of those dictionaries [...] do not exploit the potentials of the computer, but are merely printed dictionaries in electronic form]

¹⁸⁷ Claro está que um dicionário impresso não precisa restringir-se a um único volume. Aliás, dependendo da tipologia do dicionário (geral, histórico) é, muitas vezes, inevitável que se apresente em mais de um volume. Entretanto, é preciso ter em mente que uma obra de referência deve ser acessível aos seus usuários e que sua apresentação em mais de um volume representa maior dificuldade de consulta e manuseio.

- referência cruzada para evitar a duplicação de informação que já está disponível em um outro lugar; isto pode estar em uma outra entrada, mas uma referência cruzada também pode ser uma entrada interna (na microestrutura)¹⁸⁸.

No caso dos dicionários eletrônicos, porém, o espaço não é mais uma questão que gera preocupação. Graças a essa maior disponibilidade de espaço, os dicionários eletrônicos podem, segundo Oppentocht; Schutz (2003, p. 217), oferecer melhores formas de acesso aos diversos tipos de informações que contêm. Nesse sentido, os citados autores propõem a abolição das abreviaturas nos dicionários eletrônicos. Já que o espaço não mais se configura como um empecilho, poder-se-ia optar por apresentar por extenso informações como as marcas diassistêmicas, a indicação de categoria gramatical, a valência verbal, etc¹⁸⁹. Esse procedimento pode ser visto, por exemplo, em DUEAE (2003) e HouE (2001), quando visualizado no modo expresso ou no modo interativo, como se pode observar na figura abaixo:

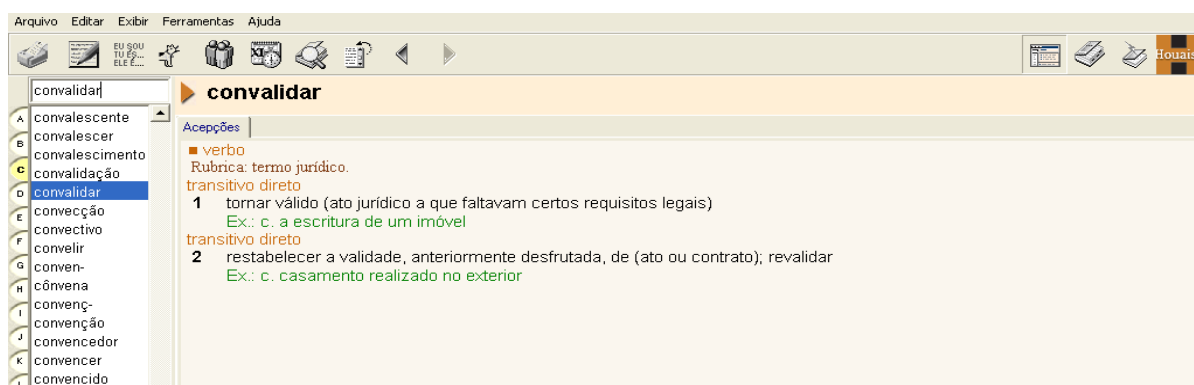


Figura 6: Visualização de verbete no modo interativo de HouE (2001)

Os dicionários eletrônicos também possibilitam a lematização de formas variantes, sejam elas variantes ortográficas ou variantes em relação à forma canônica de uma palavra, o que não ocorre nos dicionários de língua portuguesa¹⁹⁰. Essa conduta é altamente recomendável, dado que o consulente pode recorrer ao dicionário em busca de informações,

¹⁸⁸ [- use of abbreviations is conventionalized in many lexicographic traditions; in English-language lexicography, for example, part of speech information has often been presented through abbreviations (n, v, adj); likewise, parts of definitions representing placeholders for subjects and complements have often been abbreviated (sb, sth); - concise defining styles have traditionally been used for reasons of space in monolingual dictionaries; pocket monolingual dictionaries favour defining by synonym if possible; synonyms, being intralingual equivalents, are naturally shorter than phrasal or clausal definitions; - niching and nesting can be employed, resulting in run-on entries; - restricted treatment is often given to derivatives, such as when no definition is provided at all; - cross-referencing to avoid duplicating information that is already available in another place; this could be in another entry, but a cross-reference may also be entry-internal]

¹⁸⁹ Essa postura, no entanto, não é exclusividade dos dicionários eletrônicos, já que também os dicionários impressos podem optar pelo não uso de abreviaturas (cf., por exemplo, PEDSP 1998), embora essa não seja a realidade da maior parte das obras lexicográficas impressas.

¹⁹⁰ Nos dicionários de língua inglesa, alemã e francesa, é comum encontrarmos lematizadas formas não-canônicas, tais como formas verbais conjugadas e a forma feminina e plural de certas unidades léxicas.

sobretudo relativas à significação, tanto a partir da forma *type* quanto a partir da forma *token*. Nesses casos, como já vimos, o mecanismo mais comumente empregado para alertar o consulente sobre o fato de se tratar de formas variantes consiste na utilização de um sistema de remissões. Todas as formas variantes são lematizadas, cada qual no lugar que lhes cabe, respeitando a progressão alfabética, porém na forma *token* é fornecida apenas uma remissão para a forma *type*, a qual se apresenta como verbete completo. Nos dicionários eletrônicos, essas remissões podem ser feitas através de *hiperlink*. Dessa forma, o consulente é remetido a outro(s) verbete(s) simplesmente clicando sobre uma palavra.

Em se tratando dos níveis fonético-fonológico e morfológico, os dicionários eletrônicos possibilitam a apresentação da pronúncia sonora (somando-se à transcrição fonética) e do paradigma flexional completo para todos os verbos lematizados. Entretanto, muitas das obras que se apresentam em formato eletrônico ainda não exploram adequadamente outras possibilidades que o suporte permite. As funções básicas são, em última análise, as mesmas que se observam nos dicionários impressos; o diferencial está nas funções complementares que o dicionário eletrônico pode desempenhar, tais como: (i) tornar mais rápida e eficaz a consulta à informação, (ii) disponibilizar uma maior quantidade de informação, já que o espaço não se apresenta como uma limitação e (iii) auxiliar na resolução de problemas de modo mais eficiente que os dicionários impressos ou para os quais o dicionário impresso não pode contribuir (a apresentação da pronúncia sonora é um exemplo). Fato é que, se bem explorado, o suporte eletrônico pode otimizar tanto a elaboração quanto a consulta à obra lexicográfica.

6.2 Apresentação das propostas

Tendo em vista as discussões empreendidas em 4.1.2 acerca do comentário de forma e do comentário semântico, estabeleceremos, nesta seção, alguns axiomas¹⁹¹ a serem observados quando da apresentação de informações normativas nos dicionários semasiológicos de língua portuguesa.

Partimos do princípio exposto em Bugueño Miranda; Farias (2009, p. 51), de acordo com o qual o dicionário semasiológico é entendido como “um tipo de obra cujo programa mínimo deve conter pelo menos uma informação sobre a significação e uma informação sobre a ortografia”. Do ponto de vista da normatividade, consideramos a ortografia a informação de

¹⁹¹ Empregamos o termo axioma significando “(...) uma asserção tida como fundamental, pelo menos para os fins da investigação (...)” (cf. BLACKBURN 1997, s.v. *axioma*).

maior relevância referente ao comentário de forma. Destacamos, porém, que também serão abordadas em nosso trabalho outras informações concernentes ao comentário de forma, a saber: indicação de pronúncia, indicação de categoria gramatical e informações relativas à morfologia flexional.

No tocante à ortografia, faz-se necessário distinguir entre os problemas de ortografia literal e os demais problemas que guardam relação com o nível ortográfico. No primeiro grupo, estão as questões que devem obedecer às orientações previamente estabelecidas para a língua portuguesa através do VOLP (2009), ou seja, as regras ortográficas e as regras de divisão silábica¹⁹². Também as variantes ortográficas se enquadram nesse grupo, porém com a ressalva de que nesse caso não se trata de prescrição propriamente tal, já que o VOLP (2009) não explicita as formas *type*. No segundo grupo, enquadrados os homônimos heterográficos e os parônimos, aspectos que também podem representar dificuldades para o falante.

O comentário semântico, por sua vez, é constituído pelas paráfrases explanatórias (cf. BUGUEÑO MIRANDA 2009b), as quais compõem a parte central do verbete, e das questões relativas ao uso do signo-lemma, abarcando indicações de nível pragmático (marcas e notas de uso) e sintático (indicação da posição em que o signo-lemma deve ficar em um enunciado, por exemplo).

Todos esses segmentos informativos fazem parte da microestrutura abstrata do dicionário, ou seja, o PCI. Entretanto, apenas serão apresentadas para os casos que podem gerar um problema de cálculo para o consulente, em função de constituírem irregularidades na língua portuguesa. Estabelecendo, pois, uma hierarquia entre os segmentos informativos previstos, consideramos que as questões pertinentes ao comentário de forma, mais precisamente a ortografia, ocupam as primeiras posições. Em função dos diferentes graus de importância das informações que podem constar nos verbetes, propomos a realização de uma distinção entre aquelas que podem figurar em um segmento informativo sem gerar um ônus para o consulente e aquelas que exigirão um maior esforço por parte do usuário do dicionário para serem acessadas, dado que ficarão em campos específicos destinados à apresentação de informações referentes aos níveis ortográfico, morfológico, sintático e pragmático.

Essa nossa postura nos impeliu a propor os seguintes princípios axiomáticos para a apresentação de segmentos informativos no interior do verbete dos dicionários semasiológicos de língua portuguesa:

¹⁹² É curioso que VOLP (2009) não aplique suas próprias orientações referentes à divisão silábica às unidades léxicas inventariadas (cf. VOLP 2009, p. LXXX-LXXXI), informação altamente recomendável em uma obra que serve de referência para o tratamento das questões ortográficas.

- 1) Todas as informações que podem ser transmitidas ao consulente sem ocasionar um aumento da densidade do PCI deverão ser feitas no signo-lema;
- 2) Todas as informações que não podem ser integradas ao signo-lema deverão aparecer em campos especificamente destinados a elas¹⁹³.

De acordo com o primeiro axioma, todas as regras de ortografia e de divisão silábica estabelecidas para a língua portuguesa deverão aparecer refletidas diretamente no signo-lema.

O segundo axioma prevê que os verbetes de unidades léxicas que apresentam alguma particularidade relativa aos âmbitos ortográfico, morfológico, sintático e pragmático conterão, imediatamente após o signo-lema, um índice formal indicando que no final do verbete são apresentadas informações normativas acerca dessas unidades. Isso quer dizer que o usuário que consultar determinado verbete em busca, por exemplo, de informações acerca da flexão irregular de gênero ou número, poderá encontrá-las no campo destinado às informações concernentes ao âmbito da morfologia.

É, portanto, com o intuito de tornar a busca pelas informações que figurarão no interior do verbete mais rápida e fácil para o consulente, que propomos a utilização dos seguintes índices formais para acessá-las:

◆	– indica a presença de informação no âmbito da ortografia
●	– indica a presença de informação no âmbito da morfologia
■	– indica a presença de informação no âmbito da sintaxe
📖	– indica a presença de informação no âmbito da pragmática

Quadro 23: Lista de índices formais para acessar informação ortográfica, morfológica, sintática e pragmática no interior do verbete

Além dos quatro índices formais acima arrolados, os modelos de verbetes que apresentaremos neste capítulo poderão conter também outros dois índices, relacionados ao âmbito ortográfico e ao âmbito sintático-semântico:

↗	– indica uso de inicial maiúscula
⌚	– indica unidade léxica ou acepção de caráter instável na língua (neologismo)

Quadro 24: Lista de índices formais para acessar informação ortográfica e léxico-semântica no interior do verbete

¹⁹³ Ao longo do capítulo explicitaremos nossa posição em relação ao lugar em que devem figurar essas informações.

O símbolo indicador de inicial maiúscula ficará situado antes da acepção que requerer tal informação. Já o índice que cumpre a função de chamar a atenção do consulente para o caráter instável de uma unidade léxica ou acepção na língua poderá aparecer em dois espaços distintos:

- 1) nos verbetes correspondentes a neologismos de signo (vernáculos e estrangeirismos), o índice ficará à esquerda da palavra-entrada;
- 2) nos verbetes que abrigam um neologismo de significado, o índice formal deverá anteceder a acepção neológica.

Por fim, elencamos mais três símbolos que serão empregados em nossas propostas de modelos de verbetes, mas que, diferentemente dos símbolos arrolados acima, não atuam como índices formais de acesso propriamente ditos:

()	– indica uso opcional da preposição
~	– usado para substituir a palavra-entrada
→	– indica uma remissão

Quadro 25: Lista de índices formais para acessar informação no interior do verbe

Feita essa introdução, partiremos para a apresentação de nossas propostas. Antes, contudo, faz-se necessário salientar que os modelos que apresentaremos não contêm todas as informações encontráveis, por exemplo, nos verbetes de HouE (2001), obra que possui um PCI bastante denso, dado que nosso foco são, especificamente, as informações que possuem um claro valor normativo. Por conseguinte, informações relativas à sinonímia, à antonímia e à etimologia, por exemplo, não serão apresentadas. Salientamos, portanto, que todos os modelos por nós propostos constituirão verbetes de fantasia.

6.2.1 Nível ortográfico

6.2.1.1 Separação silábica

Além da prescrição ortográfica tacitamente integrada ao signo-lemma e presente em todos os verbetes, a obra lexicográfica pode fornecer, também integrada ao signo-lemma, a descrição de certos aspectos formais dos lexemas, tais como a separação silábica.

Como exposto em 5.2.2.2.1, um dicionário geral de língua, teoricamente, não teria a necessidade de apresentar esse tipo de informação, já que seus prováveis usuários deveriam possuir alguns conhecimentos básicos sobre a forma canônica da estrutura silábica da língua

portuguesa. Em outras palavras, supõe-se que o consulente tenha consciência de que o núcleo da sílaba é sempre uma vogal (V) e que as consoantes (C) ocupam as posições periféricas (cf. SILVA 1999, p. 152-171). Assim sendo, não deveriam constituir uma dificuldade para os consulentes as sílabas formadas por V, CV, VC ou CVC. Os únicos casos que poderiam representar um problema, portanto, seriam os encontros vocálicos (hiatos, ditongos e tritongos) e alguns dígrafos (*rr*, *ss*, *sc*, *sç* e *xc*). Entretanto, levando em conta que o público usuário desse tipo de obra é bastante heterogêneo e que os falantes recorrem ao dicionário geralmente para a satisfação de dúvidas relacionadas a questões de ordem ortográfica (cf. JACKSON 2002, p. 76), consideramos relevante a inclusão dessa informação.

Reiteramos que a indicação da separação silábica deve estar integrada ao signo-lema, pois, dessa maneira, a informação será visualizada com maior facilidade e a microestrutura não será sobrecarregada com a presença de mais um segmento informativo no interior do verbe. Como demonstrou nossa análise, dentre os seis dicionários avaliados, apenas três indicam a divisão silábica: Mi (1998), DUPC (2004) e CAe (2007). Em Mi (1998), essa informação aparece acertadamente integrada ao lema, ao passo que em DUPC (2004) e CAe (2007) está localizada imediatamente após o signo-lema e entre parênteses, postura em nossa opinião desacertada, já que não haveria necessidade de ocupar esse espaço para disponibilizar uma informação que poderia, ou melhor, deveria estar integrada ao lema.

Com base nessas considerações, elaboramos nossa proposta para a apresentação da divisão silábica nos dicionários semasiológicos de língua portuguesa. Os mecanismos mais comumente empregados para tal finalidade são: pontos, que podem estar centralizados (**co•nhe•ci•men•to**) ou não (**co.nhe.ci.men.to**) e barras transversais (**co|nhe|ci|men|to**). Em função da escassez de estudos que abordem tal aspecto e que apontem uma forma como sendo mais eficaz que as demais, a adoção de um dos mecanismos geralmente acaba se dando em função da predileção do lexicógrafo. Não há, portanto, argumentos sólidos que possam fundamentar uma escolha em detrimento de outra, dado que todas parecem ser igualmente eficazes.

Para efeitos deste trabalho, optamos pelo emprego de apenas um dos mecanismos – o das barras transversais – de modo a manter a padronização de todos os modelos de verbetes de fantasia propostos ao longo do capítulo. Vejamos o resultado do emprego desse mecanismo:

<p>nas ci men to <i>sm</i> 1 ação ou resultado de nascer. 2 Med expulsão natural ou retirada por meio de cirurgia de um nascituro do corpo de sua mãe. 3 começo ou princípio de [algo] «Presenciaram o nascimento de uma ideia».</p>
--

Figura 7: Proposta para indicação da separação silábica

Além da prescrição ortográfica integrada ao lema, o dicionário deve fornecer, em alguns casos específicos, informações adicionais acerca da ortografia no interior do verbete. Isso se aplica a verbetes correspondentes a lexemas que apresentam formas variantes, bem como a verbetes correspondentes a lexemas que possuem formas homônimas heterográficas ou parônimas. Assim sendo, os dicionários semasiológicos devem prever, no nível ortográfico, segmentos informativos destinados à apresentação de formas variantes, de homônimos heterográficos e de parônimos.

6.2.1.2 Formas variantes

Para a apresentação das formas variantes, consideramos pertinente o dicionário geral de língua lematizar tanto a forma *type* quanto a(s) forma(s) *token*, já que esse tipo de obra procura fazer um inventário do conjunto léxico da língua. Some-se a isso o fato de que o falante pode ter conhecimento apenas da forma variante, a qual será o ponto de partida de sua consulta. Assim, somente através da forma *token* o falante tomará conhecimento da existência de uma forma de uso preferencial da palavra consultada. Essa mesma postura se aplica aos casos de estrangeirismos e suas formas equivalentes aportuguesadas, tais como *backup/becape*, *skate/esquete* e *slide/eslaide*, todas documentadas em VOLP (2009).

A definição de qual forma deverá constituir o *type*, no entanto, parece não seguir um padrão nos dicionários de língua portuguesa, como pudemos ver em 5.2.2.2.2. Em nossa opinião, existem duas opções possíveis para o estabelecimento da forma *type*: 1) seguir as orientações do VOLP (2009), que é a obra de referência para as questões ortográficas no Brasil ou 2) adotar o critério da frequência de uso. Lamentavelmente, essas opções não podem ser complementares, já que o VOLP (2009) parece não aplicar o critério da frequência e, além disso, não é suficientemente claro com relação às posturas adotadas. A obra apenas lematiza os vocábulos que fazem parte do conjunto léxico do português, sem apontar, no caso das variantes, se o uso de uma das formas se sobressai em relação à(s) outra(s). Essa postura pode levar à interpretação errônea de que a forma *type* e a(s) forma(s) *token* são igualmente

empregadas, o que geralmente não ocorre¹⁹⁴. Para os estrangeirismos, a postura de VOLP (2009) evidencia uma clara preferência pelas formas aportuguesadas, já que as formas não vernáculas são arrolados em uma lista no final da obra. Seguindo a orientação de VOLP (2009), os dicionários deveriam, pois, considerar como *type* a forma aportuguesada. Entretanto, em muitos casos estariam incorrendo em equívocos, tais como considerar como *type* as formas *copirraite* e *leiaute*, equivalentes em português dos vocábulos provindos da língua inglesa *copyright* e *layout*, sem atentar para o fato de que a frequência de uso destas é infinitamente menor do que o uso do estrangeirismo em sua forma original¹⁹⁵.

Diante de tais argumentos, não restam dúvidas de que a aplicação do critério da frequência permite ao dicionário retratar mais fielmente os usos linguísticos da comunidade idiomática brasileira. Além disso, corrobora nossa opção pelo emprego de tal critério em detrimento das orientações do VOLP (2009) o fato de que o dicionário não pode promover uma normatividade *ex nihilo*, mas deve alçar ao patamar de norma ideal somente aquilo que os falantes realizam efetivamente.

Para a indicação das formas variantes, é importante que a postura adotada pelo dicionário seja explicitada no *front matter* e que a obra seja sistemática na apresentação dessa informação. Deve ficar claro ao consulente que o dicionário não desaconselha o uso da forma *token*, mas sim aponta a existência de uma forma que é mais empregada pela comunidade linguística.

De acordo com nossa proposta, tanto a forma *type* quanto a(s) forma(s) *token* serão lematizadas, e será explicado no *front matter* que a forma *token* conterá apenas uma remissão para a forma *type*, e que somente esta se configurará como verbete completo. Já para os (raros) casos em que as duas formas são igualmente usuais, propomos que ambas sejam apresentadas como verbetes completos e que haja uma remissão mútua no final de cada verbete, como modo de informar ao consulente que não há uma forma preferencial. Essa informação será encabeçada pelo símbolo \blacklozenge seguido da abreviatura VAR. Salientamos ainda que o símbolo deverá aparecer também logo após a palavra-entrada, para remeter o consulente à consulta da informação ortográfica.

Vejamos a aplicação de nossas propostas para o tratamento das variantes ortográficas:

¹⁹⁴ Veja-se, por exemplo, os casos de *abdome/abdômen*, *alarma/alarme*, *amígdala/amídala*, *bravo/brabo*, *céptico/cético*, *taverna/taberna* em GUP (2003), obra que fornece a porcentagem do uso de cada uma das formas a partir do levantamento do número de ocorrências em um *corpus*. Ainda que em alguns casos a diferença seja pouca, sempre há uma forma de uso majoritário.

¹⁹⁵ No GUP (2003), encontramos a informação de que as porcentagens de uso das formas *copirraite* e *leiaute* no *corpus* foram de apenas 5% e 1%, respectivamente. Uma pesquisa no *Google* (em 08.12.2009) confirma essas informações. Filtrando a consulta apenas para páginas do Brasil, detectamos 24.700.000 ocorrências para *copyright* frente a 79.500 para *copirraite* e 1.040.000 ocorrências para *layout* contra 48.800 para *leiaute*.

<p>as so bi ar <i>vi</i> 1 produzir som sibilante assoprando através dos lábios comprimidos e arredondados «<i>Você não sabe assobiar?</i>». <i>vi</i> 2 zunir com som agudo como um assobio «<i>Ouçó o vento assobiando lá fora</i>». <i>vi</i> 3 soltar a voz [aves e outros animais] à maneira de assobio. <i>vtd</i> 4 reproduzir uma melodia com assobio. <i>vi/vtd</i> 5 reprovar com assobios ou vaias «<i>Enquanto o político discursava, o público assobiava em sinal de protesto</i>».</p> <p>ver ru ga <i>sf</i> 1 Derm elevação na superfície da pele causada pelo crescimento anormal de estruturas cutâneas. 2 Bot pequena protuberância rugosa.</p>	<p>as so vi ar ◆ <i>vi/vtd</i> VAR de → assobiar</p> <p>ber ru ga ◆ <i>sf BR infar</i> VAR de → verruca</p>
---	---

Figura 8: Propostas para a indicação de formas variantes I

<p>copyright /cópírait/ Ing <i>sm</i> Jur direito exclusivo sobre uma obra artística, científica ou literária quanto à sua impressão, reprodução e venda.</p> <p>layout /leiaut/ Ing <i>sm</i> 1 Art Graf/Inf esboço final do projeto gráfico de [material publicitário ou editorial]. 2 Art Graf esboço ou espelho especificando fonte e corpo dos caracteres utilizados, diagramação, cores e formato de uma obra a ser produzida «<i>O layout da capa do livro ficou pronto</i>». 3 modo de distribuição de elementos num determinado espaço «<i>O layout do restaurante deixou-o mais espaçoso</i>».</p>	<p>co pir rai te <i>sm</i> VAR de → copyright</p> <p>lei au te <i>sm</i> VAR de → layout</p>
---	--

Figura 9: Propostas para a indicação de formas variantes II

<p>a e ro sol ◆ <i>sm</i> 1 Quím suspensão de partículas sólidas ou líquidas num meio gasoso. 2 embalagem que contém tal suspensão e que dispõe de dispositivo que libera as partículas no ar (através da pressão do gás). ◆ VAR: <i>aerosol</i></p>	<p>a e ros sol ◆ <i>sm</i> 1 Quím suspensão de partículas sólidas ou líquidas num meio gasoso. 2 embalagem que contém tal suspensão e que dispõe de dispositivo que libera as partículas no ar (através da pressão do gás). ◆ VAR: <i>aerosol</i></p>
---	--

Figura 10: Propostas para a indicação de formas variantes III

6.2.1.3 Homônimos homófonos heterográficos e parônimos

A indicação de homônimos e parônimos deve ficar localizada no final do verbete, precedida pelo símbolo ◆ e pelas abreviaturas HOM e PAR, respectivamente. Como forma de alertar o consulente de que o signo-lemma possui alguma particularidade relativa ao âmbito ortográfico, esse símbolo também aparecerá imediatamente após o lema.

Observe-se abaixo a aplicação de nossas propostas:

<p>a cen to ◊ <i>sm</i> 1 Gram intensidade na voz que torna mais forte a pronúncia de uma sílaba na palavra ou no discurso. 2 Gram sinal diacrítico que se usa sobre uma vogal. 3 entonação peculiar que demonstra [intenção/sentimento] (por meio da modulação da voz) «<i>Falou com um acento muito misterioso</i>». 4 pronúncia peculiar a uma região ou a um indivíduo «<i>Ele tem um forte acento espanhol</i>». 5 destaque que se dá a [algo]. ◊ HOM: <i>assento</i></p> <p>cen so ◊ <i>sm</i> 1 conjunto de dados a respeito da população de um lugar. 2 coleta e organização dessas informações. ◊ HOM: <i>senso</i></p>	<p>as sen to ◊ <i>sm</i> 1 superfície ou parte de um móvel em que se pode sentar. 2 móvel apropriado para sentar. 3 lugar sobre o qual [algo] está colocado ou seguro. 4 infor conjunto das nádegas. 5 tampo ou fundo de uma vasilha, sobre o qual ela assenta. 6 lugar em que está ou esteve erguida uma edificação, ou um conjunto delas. 7 lugar ocupado pelo titular de cargo ou função. ◊ HOM: <i>acento</i></p> <p>sen so ◊ <i>sm</i> 1 característica de raciocínio sensato. 2 capacidade de julgar/entender. 3 faculdade de sentir/apreciar. ◊ HOM: <i>censo</i></p>
--	--

Figura 11: Propostas para a indicação de homônimos

<p>des cri ção ◊ <i>sf</i> 1 ação ou resultado de descrever [algo/alguém] (oralmente ou por escrito). 2 liter modalidade de texto literário que prioriza a enumeração detalhada do aspecto exterior de [algo/alguém]. 3 Jur detalhamento das circunstâncias que envolvem um processo. 4 ling análise sincrônica e exposição sistemática e objetiva dos dados linguísticos contidos num <i>corpus</i>. ◊ PAR: <i>discrição</i></p> <p>fla gran te ◊ <i>adj2g</i> 1 [algo] que é evidente. 2 [ação] vista ou registrada no exato momento em que é praticada. 3 [algo] cheio de ardor/desejo. 4 [rosto] muito corado. <i>sm</i> 5 [ato/fato] observado ou comprovado no momento mesmo em que ocorre. 6 documentação que registra o flagrante. ◊ PAR: <i>fragrante</i></p>	<p>dis cri ção ◊ <i>sf</i> 1 qualidade de quem ou do que é discreto. 2 qualidade de quem é comedido (nos gestos/no falar/no comportamento). 3 Jur prerrogativa ou poder de [autoridades constituídas] de agir nos limites da lei e no interesse público (de acordo com seu próprio critério). ◊ PAR: <i>descrição</i></p> <p>fra gran te ◊ <i>adj2g</i> [algo] que exala bom odor. ◊ PAR: <i>flagrante</i></p>
--	--

Figura 12: Propostas para a indicação de parônimos

6.2.1.4 Inicial maiúscula

O último aspecto referente à ortografia é a indicação do uso de inicial maiúscula. É imprescindível que o dicionário informe ao consulente quando um vocábulo, usado em determinada acepção, deve ser grafado com inicial maiúscula. De acordo com nossa proposta, essa informação será transmitida através do símbolo *↗*, que ficará situado antes da acepção que a requerer, como exemplificamos nos seguintes verbetes de fantasia:

<p>ad ven to <i>sm</i> 1 aparecimento de [algo/alguém] «<i>Presenciou o advento da Linguística</i>». 2 aquilo que começa ou se institui «<i>Lutaram pelo advento da república</i>». 3 litur período das quatro semanas que antecedem o Natal.</p>	<p>jú pi ter <i>sm</i> 1 Astr em relação ao Sol e em ordem crescente, o quinto e maior planeta do sistema solar. 2 [pessoa] de muito valor. 3 [pessoa] possuidora de grande fama.</p>
---	---

Figura 13: Propostas para a indicação de inicial maiúscula

6.2.2 Nível fonético-fonológico

Como vimos, Haensch (1982, p. 483-484) defende que as obras monolíngues de línguas como o espanhol, o italiano e o português, que possuem uma relação entre grafia e pronúncia quase perfeita (ainda que não absolutamente consequente), podem prescindir da transcrição, exceto naqueles casos em que a pronúncia apresenta alguma peculiaridade ou nos casos de estrangeirismos. Some-se a isso o fato de que os falantes nativos raramente consultam um dicionário em busca de informações relativas à pronúncia (cf. LANDAU 2001, p. 126; e JACKSON 2002, p. 103)¹⁹⁶. Compartilhando dessas opiniões, julgamos que, no concernente ao nível fonético-fonológico, devem ser fornecidas informações referentes à indicação da pronúncia de estrangeirismos e à ortoépia. Isso quer dizer que o segmento informativo para essa finalidade fica restrito aos verbetes correspondentes a vocábulos de origem estrangeira que mantêm sua forma gráfica original, aos vocábulos que se distinguem pela abertura da vogal tônica (homônimos heterofônicos), aos vocábulos que possuem vogal tônica /e/ e /o/ fechada, porém não expresso com sinal diacrítico, e aos vocábulos nos quais o som da letra *x* equivale a /cs/ ou /z/¹⁹⁷. Vale lembrar que no caso da ortoépia, a informação se configura como normativa, já que nessa situação a pronúncia é convencionada. Já a transcrição fonética se configura como uma indicação informativa e não normativa, posto que o português brasileiro não conta com uma pronúncia ideal (veja-se 5.2.2.1).

6.2.2.1 Ortoépia

De acordo com nossa proposta, a indicação da ortoépia deve suceder imediatamente o signo-lema e deve ficar entre colchetes, de modo que o consulente possa identificar

¹⁹⁶ Conforme Landau (2001, p. 126), é provavelmente em função dessa constatação que a indicação de pronúncia não é uma prioridade no âmbito da lexicografia monolíngue.

¹⁹⁷ A pronúncia do *x* pode significar um problema para o falante devido ao fato de que essa letra representa quatro fonemas: /s/ - fricativo alveolar surdo (*máximo*), /ʃ/ - fricativo palatal surdo (*xerife*), /z/ - fricativo alveolar sonoro (*exílio*) e /ks/ - oclusivo velar surdo seguido de fricativo alveolar surdo (*lexical*).

rapidamente tal informação. Vejamos sua aplicação em alguns modelos de verbetes de fantasia:

for ma [ó] <i>sf</i> 1 compleição física de [algo/algúem]. 2 [...]	so que te [é] <i>sf</i> meia feminina que chega à altura do tornozelo.
for ma [ô] <i>sf</i> 1 molde onde se coloca [algo] (para que tome o formato desejado). 2 [...]	so que te [ê] <i>sm</i> 1 utensílio próprio para socar [tempero/terra/pólvora]. 2 suporte roscado para lâmpadas elétricas. 3 ferramenta de encaixe com uma haste comprida para atarraxar ou desatarraxar porcas ou parafusos em cavidades profundas.
mor ro [ô] <i>sm</i> 1 pequena elevação em uma planície. 2 [...]	a cer vo [ê] <i>sm</i> 1 conjunto de bens que integram o patrimônio de [um indivíduo/uma instituição/uma nação]. 2 [...]
e xa cer bar [z] <i>vp/vtd</i> 1 tornar(-se) [algo] mais violento. 2 tornar(-se) [algo] mais intenso.	ó x ido [ks] <i>sm</i> composto binário formado pela união de oxigênio com outro elemento.
e xu ma ção [z] <i>sf</i> ação ou resultado de desenterrar [um cadáver].	to x cô ma no [ks] <i>adj/sm</i> pessoa com dependência química.

Figura 14: Propostas para a indicação de ortoépia

6.2.2.2 Pronúncia de estrangeirismos

A indicação da pronúncia de estrangeirismos demanda uma série de decisões por parte do lexicógrafo. A primeira delas diz respeito ao modo como essa informação será fornecida ao consulente. Existem, pelo menos, quatro opções: 1) emprego do AFI (Alfabeto Fonético Internacional), 2) emprego do *respelling system*, 3) emprego da “pronúncia figurada” e 4) o dicionário pode criar um sistema de transcrição próprio. Todas as quatro opções apresentam aspectos favoráveis e aspectos desfavoráveis. A vantagem do AFI é que ele pode ser usado para representar os sons de qualquer língua, até mesmo aquelas que nos são totalmente desconhecidas. Entretanto, a notação para representar esses sons exatamente como são produzidos deve ser muito mais elaborada do que as notações baseadas no sistema fonêmico, tais como o *respelling system* e a pronúncia figurada. O *respelling system* se caracteriza por usar a combinação de letras do alfabeto e marcas gráficas (cf. HARTMANN; JAMES 2001, s.v. *respelling*), enquanto a pronúncia figurada emprega as próprias letras do alfabeto da língua alvo para indicar a pronúncia de uma unidade léxica. O ônus dessa opção consiste no fato de que existem certas realizações que não possuem correspondente na língua alvo e, portanto, não podem ser representadas somente pelas letras do alfabeto. A opção por um

sistema de transcrição próprio é recomendável desde que facilite a interpretação e a compreensão da informação sobre a pronúncia. Isso geralmente ocorre quando as notações empregadas se aproximam ao máximo da notação ortográfica. Essa opção, portanto, parece não diferir muito do *respelling system* e da pronúncia figurada. A criação de um sistema totalmente inovador, na verdade, não nos parece viável, pois certamente será oneroso para o consulente ter que consultar com frequência o *front matter* até familiarizar-se com tal sistema.

Considerando, como já dissemos, que o dicionário geral de língua costuma atender a usuários diversificados, pensamos ser mais plausível fornecer uma pronúncia aproximada das palavras provindas de outros sistemas linguísticos. Para tal, optamos pelo emprego do *respelling system*, dado que esse método prevê o uso de alguns símbolos gráficos para representar articulações sem correspondentes no português. Isso nos obriga a explicitar tais símbolos em uma pequena tabela de transcrições localizada no *front matter* da obra. Para indicar a pronúncia de palavras estrangeiras, portanto, optamos não por uma transcrição fonética *stricto sensu*, mas sim por uma transcrição fonológica¹⁹⁸.

Por fim, é necessário mencionar o problema das realizações fonéticas múltiplas, isto é, os casos de variação, posto que o lexicógrafo tem também que determinar qual variante deverá ser usada na transcrição. Welker (2004, p. 114), por exemplo, acredita que deva ser escolhida a representativa da fala das pessoas letradas, por se tratar de uma pronúncia padrão¹⁹⁹. Acreditamos que, nesses casos, o lexicógrafo deve seguir as indicações das entidades ou obras de referência responsáveis pela orientação normativa da língua em questão.

Para identificarmos quais seriam as principais realizações fonéticas sem correspondentes no português, a fim de definirmos a lista de símbolos gráficos que deveriam ser explicitados no *front matter*, fizemos um levantamento do número de estrangeirismos que se encontram incorporados à língua portuguesa, através da consulta à lista presente em VOLP (2009, p. 861-864) e chegamos ao número de 1510. As línguas que mais contribuíram com unidades léxicas são o inglês, o francês, o latim, o italiano e o alemão (ver apêndice). Em

¹⁹⁸ Diferentemente da transcrição feita a partir do AFI, o *respelling system* não se baseia no modo como os sons são produzidos. Em outras palavras, não se trata de um método de transcrição fonética, posto que se baseia nos fonemas e não nos fones. Trata-se de uma transcrição fonêmica. A distinção entre esses dois métodos de transcrição, portanto, reside no fato de que, embora ambos possam ser usados fonemicamente, o AFI é baseado foneticamente e o *respelling system* não (cf. LANDAU 2001, p. 118-127).

¹⁹⁹ No caso do espanhol, por exemplo, geralmente a variante empregada nas regiões centro, norte e leste da Espanha é a adotada, podendo ser evidenciada através da transcrição fonética da letra *c* diante das vogais *e* e *i*, e da letra *z* diante das vogais *a*, *o* e *u* como a consoante interdental /θ/, sendo que na Hispano-América tais fonemas são realizados como uma fricativa dental /s/. Para o inglês britânico, o standard é a variedade usada no sul da Inglaterra, chamada de “Received Pronunciation” (RP) (cf. LANDAU 2001, p. 124).

função disso, e por não haver equivalentes na língua portuguesa, consideramos que apenas três fonemas devem ser representados por símbolos gráficos outros que não as letras do alfabeto latino, os quais são identificados e descritos na tabela abaixo:

/θ/	– fricativa interdental surda. Corresponde, aproximadamente, a um /s/ articulado com a língua tocando os dentes frontais (espanhol <i>zapato</i>).
/y/	– vogal fechada anterior. Articula-se posicionando a boca na forma do /u/, com a língua na posição do /i/ (alemão <i>Glück</i>).
/h/	– representa a fricativa glotal surda (inglês <i>house</i>).

Quadro 26: Símbolos para a transcrição de estrangeirismos

A seguir, apresentamos modelos de verbetes de estrangeirismos:

<p>affaire Fr /afér/ <i>sm</i> 1 caso amoroso, geralmente secreto. 2 relação de trabalho ou compromisso especial e particular.</p> <p>apfelstrudel Al /ápfelshtrudel/ <i>sm</i> torta de massa folhada, enrolada como rocambole, recheada de maçãs e uvas-passas, umedecida com rum e polvilhada com açúcar de confeitiro.</p> <p>dolcemente It /doltchemente/ <i>adv</i> Mús de maneira suave.</p> <p>kümel Al /kymel/ <i>sm</i> bebida incolor originária da Rússia, de grande teor alcoólico e aromatizada com cominho ou alcaravia.</p> <p>mignon Fr /minhôn/ <i>adj</i> [algo/alguém] que tem pequeno tamanho, mas é bem constituído, elegante e delicado.</p>	<p>paella Esp /paeia/ /paelha/²⁰⁰ <i>sf</i> prato típico espanhol, feito de arroz condimentado com açafrão e cozido com legumes, carne, peixes e diversos crustáceos.</p> <p>paparazzo It /paparátzo/ <i>sm</i> [fotógrafo] que persegue celebridades para tirar fotos (de preferência indiscretas ou comprometedoras).</p> <p>tacet Lat /taset/ /tatchet/ /taket/²⁰¹ <i>sm</i> Mús notação musical que representa o silêncio de um instrumento ou de uma voz, num trecho de peça.</p> <p>thriller Ing /θrílex/ <i>sm</i> Cin Liter Teat filme/romance/peça teatral de suspense.</p> <p>workaholic Ing /uorkahólic/ <i>adj</i>2g/s2g [alguém] viciado em trabalho.</p>
--	---

Figura 15: Propostas para a indicação da pronúncia de estrangeirismos

Quanto aos dicionários eletrônicos, lembramos que têm a possibilidade de apresentar a pronúncia sonora e que esse aspecto significa, de fato, uma melhora qualitativa do suporte eletrônico em relação ao suporte em papel.

6.2.3 Nível morfológico

²⁰⁰ Optamos por apresentar duas possibilidades de pronúncia, nesse caso, em função de o DPD (2005) reconhecer ambas como norma ideal do espanhol: /paeia/ “é a pronúncia normal da maior parte dos territórios de língua espanhola” [es la pronunciación normal de la mayor parte de los territorios de habla hispana], ao passo que /paelha/ ocorre apenas em algumas zonas e, em geral, “entre aqueles falantes que possuem uma pronúncia esmerada” [entre hablantes de pronunciación esmerada] (cf. DPD 2005, s.v. *ll*).

²⁰¹ Optamos por disponibilizar as três possibilidades de pronúncia do latim: a tradicional, a eclesiástica e a reconstituída.

Todas as informações referentes ao nível morfológico aparecerão no final do verbete encabeçadas pelo símbolo ☉, que deverá também figurar imediatamente após o signo-lema, alertando o consulente que se trata de um vocábulo possuidor de certas irregularidades, sejam relativas à flexão de gênero, de número, a ambas ou à flexão verbal.

Para os casos em que existe mais de uma possibilidade de feminino e plural, recomenda-se que todas sejam apresentadas através de um sistema de barras, respeitando o critério da frequência. Assim, deve-se informar no *front matter* que a forma mais usual é a que aparece primeiro²⁰².

Abaixo apresentamos alguns modelos de verbete com flexão de gênero e número:

<p>anão ☉ <i>adj/sm</i> 1 [algo/alguém] que apresenta nanismo, tem pouca estatura ou tamanho muito abaixo do normal. 2 [algo/alguém] que é raquítico, mirrado, enfezado. 3 [algo/alguém] que tem cultura ou inteligência insignificantes. <i>adj</i> 4 [animal/planta] de pequeno tamanho ou altura. ☉ FEM: <i>anã</i></p>	<p>du que ☉ <i>sm</i> 1 comandante militar das províncias romanas no fim do império. 2 o mais elevado título de nobreza, abaixo apenas de príncipe, a partir da Idade Média. 3 título do soberano de um ducado ☉ FEM: <i>duquesa</i></p>
<p>a tor ☉ <i>sm</i> 1 aquele que desempenha um papel em peças teatrais, filmes, novelas etc. 2 aquele que tem papel ativo em algum acontecimento. 3 aquele que sabe fingir; farsante. ☉ FEM: <i>atriz</i></p>	<p>fai são ☉ <i>sm</i> [rn] designação comum a diversas aves da família dos fasiânídeos, especialmente aquelas do gênero <i>Phasianus</i>, nativas da Ásia e cujos machos são dotados de plumagem brilhante e cauda muito longa. ☉ FEM: <i>faisoa / faisã</i></p>
<p>co mi lão ☉ <i>adj/sm</i> 1 [algo/alguém] que come muito. ☉ FEM: <i>comilona</i></p>	<p>lei tão ☉ <i>sm</i> 1 porco novo, especialmente até a etapa de desenvolvimento em que deixa de mamar. 2 iguaria feita com esse animal. ☉ FEM: <i>leitoa</i></p>

Figura 16: Propostas para a indicação da flexão de gênero

²⁰² Para definirmos qual forma é a mais usual, consultamos os dados presentes no GUP (2003), dado que essa obra está baseada em um *corpus* de 80 milhões de ocorrências do “português escrito contemporâneo do Brasil” (cf. GUP 2003, p. 13, nota 2).

<p>car ro-for te © <i>sm</i> veículo blindado próprio para transportar grandes quantias de dinheiro ou outros valores. © PL: <i>carros-forte</i></p> <p>refrão © <i>sm</i> 1 Mús verso ou conjunto de versos que se repetem em determinados intervalos nas canções, odes etc. 2 aquilo que alguém repete incessantemente. 3 máxima popular. © PL: <i>refrões / refrãos / refrães</i></p> <p>pires © <i>sm</i> pequeno prato sobre o qual se assenta a xícara ou a chávena. © PL: <i>pires</i></p>	<p>corpus © Lat /<i>córpus</i>/ <i>sm</i> 1 Ling coleção de textos da língua efetivamente em uso coligidos em livros/periódicos/documentos de todo tipo. 2 repertório ou conjunto da obra de um autor. 3 coletânea de documentos sobre um tema. © PL: <i>corpora</i></p> <p>smash © lng /<i>smésh</i>/ <i>sm</i> golpe que, especialmente no tênis, consiste em rebater de voleio, com muita força, uma bola alta. © PL: <i>smashes</i></p>
--	---

Figura 17: Propostas para a indicação da flexão de número

Para os vocábulos que apresentam flexão irregular de gênero e de número, primeiramente informa-se sobre a flexão de gênero, através da sigla FEM e, separado por ponto e vírgula, aparece a indicação da flexão de número, sinalizada pela sigla PL. Vejamos um modelo de verbete de fantasia:

<p>ca ta lão © <i>adj/sm</i> 1 relativo à Catalunha (comunidade autônoma do Nordeste da Espanha) ou o que é seu natural ou habitante. 2 língua românica falada nas províncias espanholas da Catalunha e de Valença, nas ilhas Baleares e em Andorra (Pireneus). © FEM: <i>catalã</i>; PL: <i>catalães</i></p>
--

Figura 18: Proposta para a indicação da flexão de gênero e de número

6.2.3.1 Flexão verbal

Quanto à sua flexão, os verbos podem ser classificados como a) regulares, b) irregulares, c) anômalos, d) defectivos e e) abundantes (cf. LUFT 1986, p. 125-126; ROCHA LIMA 2000, p. 156-169; BECHARA 2001, p. 225-227; e CUNHA; CINTRA 2007, p. 400).

6.2.3.1.1 Verbos regulares

Sabendo-se que os verbos classificados como regulares flexionam-se de acordo com as formas consideradas modelares na respectiva conjugação, isto é, o paradigma, não há necessidade de um dicionário geral fornecer, para esses casos, informações relativas à conjugação no interior do verbete. Consideramos mais adequado indicar ao consulente, no

front matter, que a ausência de informação relativa à morfologia flexional nos verbetes de verbos significa que sua flexão segue o paradigma da primeira, da segunda ou da terceira conjugação e que, caso seja de seu interesse ou haja necessidade de visualizar a conjugação de um verbo regular, poderá fazê-lo dirigindo-se ao *back matter* da obra, que conterà modelos de conjugação dos verbos regulares para cada uma das três conjugações. Em nossa proposta, consideraremos os verbos *cantar*, *vender* e *partir* os modelos de conjugação para todos os verbos que não sofrem alteração no radical nem desvios nas desinências modo-temporais e número-pessoais.

O *layout* do verbete de um verbo regular, portanto, seria o seguinte:

<p>com pre en der <i>vp/vtd</i> 1 conter em si, em sua natureza; estar ou ficar incluído; abranger(-se) «<i>A exposição compreende dez obras do autor</i>». <i>vtd</i> 2 estender a sua ação a [algo/alguém] «<i>Essas normas compreendem todos os cidadãos</i>». <i>vi/vtd</i> 3 apreender [algo] intelectualmente, utilizando a capacidade de entendimento «<i>Não consegui compreender a explicação do professor</i>». <i>vtd</i> 4 fazer para si uma concepção ideal e pessoal de [algo/alguém] «<i>Compreendo a fé de uma maneira muito particular</i>».</p>
--

Figura 19: Verbetes de verbo regular

É importante ressaltar que essa solução se aplica apenas aos dicionários em formato impresso, já que os dicionários em formato eletrônico têm a possibilidade de oferecer ao consulente o paradigma conjugacional de todos os verbos lematizados. Basta clicar no ícone referente à conjugação para obter o paradigma completo do verbo consultado. Na sequência apresentamos um exemplo dessa possibilidade dos dicionários eletrônicos:

andar

Conjugação de verbos

Regular Irregular Abundante Defectivo

INDICATIVO					
Presente	Pretérito imperfeito	Futuro do presente	Futuro do pretérito	Pretérito perfeito	Pretérito mais-que-perfeito
ando	andava	andarei	andaria	andei	andara
andas	andavas	andarás	andarias	andaste	andaras
anda	andava	andarà	andaria	andou	andara
andamos	andávamos	andaremos	andaríamos	andamos	andáramos
andais	andáveis	andareis	andariéis	andastes	andáreis
andam	andavam	andarão	andariam	andaram	andaram

SUBJUNTIVO		Futuro	IMPERATIVO AFIRMATIVO	FORMAS NOMINAIS	
Presente	Pretérito imperfeito			Infinitivo flexionado	Gerúndio
ande	andasse	andar	-	andando	Particípio andado
andes	andasses	andares	anda	andares	
ande	andasse	andar	ande	andar	
andemos	andássemos	andarmos	andemos	andarmos	
andéis	andásseis	andardes	andai	andardes	
andem	andassem	andarem	andem	andarem	

Observações

Digite o verbo a ser conjugado: Conjugue

Figura 20: Paradigma de flexão verbal em HouE (2001)

6.2.3.1.2 Verbos irregulares

São classificados como irregulares os verbos que, em algumas formas, apresentam modificações no radical ou nas desinências e que, portanto, se afastam do paradigma da conjugação a que pertencem.

Os verbos irregulares se dividem, de acordo com Rocha Lima (2000, p. 157) e Bechara (2001, p. 225-226), em fortes e fracos, em função de sofrerem ou não alteração no radical do pretérito perfeito do indicativo. Os fortes sofrem modificação no radical do infinitivo no pretérito perfeito (Ex: *caber – coube; trazer – trouxe*), ao passo que os fracos mantêm inalterado o radical do infinitivo no pretérito perfeito (Ex: *pedir – pedi; sentir – senti*).

Claro está que nem todas as formas verbais de um verbo classificado como irregular apresentam irregularidades. Conforme Câmara Júnior (1955, apud ROCHA LIMA 2000, p. 157), uma forma verbal pode ser irregular por dois motivos: 1) porque a sua flexão não é a da forma correspondente do paradigma (a terminação *-ou* da forma *estou*, por exemplo, não corresponde ao paradigma dos verbos regulares da 1ª conjugação *-o*) e 2) porque o seu radical

é mais ou menos diferente do radical infinitivo impessoal (o radical *peç-*, por exemplo, é diferente do radical da forma infinitiva *ped-*).

Para transmitir ao consulente informações concernentes às irregularidades verbais, defendemos que o dicionário deve fazê-lo através do *back matter*, basicamente por dois motivos: 1) para seguir um padrão, já que o paradigma dos verbos regulares é apresentado nesse componente da obra e 2) para que o consulente tenha acesso a modelos de conjugação que deem conta de todas as irregularidades verbais.

No caso dos verbos irregulares, é necessário agrupá-los de acordo com sua irregularidade e eleger um verbo para ser conjugado no *back matter*. Nos verbetes dos demais verbos enquadrados no grupo haverá uma remissão para a conjugação modelar. Os verbos terminados em *-ear*, por exemplo, recebem [i] depois do [e] nas formas rizotônicas. Alguns verbos terminados em *-iar* mudam o [i] em [ej] nas formas rizotônicas. Na segunda conjugação, apenas os verbos *crer* e *ler* e seus derivados têm conjugação análoga. Na terceira conjugação, apenas o verbo *medir* e seu derivado *desmedir* e os verbos *despedir*, *expedir*, *impedir*, *pedir* e seus derivados seguem o mesmo modelo de conjugação.

Para todos os casos acima arrolados, deve ser fornecido, no *back matter*, o paradigma de conjugação desses verbos. Selecionamos como modelos os seguintes verbos: *passear* e *ansiar* para a 1ª conjugação, *ler* para a 2ª conjugação e *pedir* para a 3ª conjugação. Os demais verbos que seguem a conjugação dos acima listados deverão conter uma remissão para tais modelos:

<p>gol pe ar © <i>vtd</i> 1 aplicar socos, pancadas em «<i>Golpeou a cabeça do adversário</i>». <i>vtd</i> 2 ferir com instrumento cortante «<i>Golpeou-lhe o braço com uma navalha</i>». <i>vp/vtd</i> 3 abrir fenda em; rasgar(-se), cindir(-se) «<i>O céu ameaçador golpeia-se de relâmpagos</i>». <i>vtd</i> 4 causar dissabores; afligir, angustiar. <i>vp</i> 5 RS lançar-se com ímpeto. © CONJ: → passear</p>	<p>in cen di ar © <i>vp/vtd</i> 1 fazer arder ou arder, inflamar(-se) «<i>O criminoso seguia incendiando as casas da vila</i>». <i>vp/vtd</i> 2 afoguar(-se), avermelhar(-se), abrasar(-se) como se pegando fogo «<i>A febre incendiou-lhe as faces</i>» <i>vp/vtd</i> 3 tornar(-se) vivo, caloroso; excitar(-se), acalorar(-se), animar(-se) «<i>A disputa incendiou os ânimos</i>». © CONJ: → ansiar</p>
---	---

Figura 21: Propostas para a indicação da flexão dos verbos irregulares terminados em *-ear* e *-iar*

<p>crer ☉ <i>vtd/vti</i> 1 tomar por verdadeiro, ter por certo, ter confiança em [algo/alguém] «<i>Crer em Deus</i>» «<i>Creram que tudo valera a pena</i>» <i>vtd/vti</i> 2 aceitar como verdadeiras [palavras ou manifestações] «<i>Tiveram de crer na minha palavra</i>». <i>vp/vtd</i> 3 formar idéia sem base real «<i>Ele se crê feliz</i>». <i>vtd</i> 4 afirmar por um ato de julgamento voluntário. <i>vi</i> 5 Rel ter fé, crença, falando especialmente de crença religiosa. ☉ CONJ: → ler</p>	<p>ex pe dir ☉ <i>vtd/vtdi</i> 1 remeter [algo] para [alguém/algum lugar] «<i>Expediu um telegrama urgente</i>». 2 fazer partir ou seguir [algo/alguém] com determinado objetivo «<i>Expediu um emissário</i>». <i>vtd</i> 3 emitir, despachar «<i>O avaliador expediu um parecer favorável</i>». <i>vtd</i> 4 resolver ou ordenar a publicação oficial de [decreto/portaria] <i>vtd</i> 5 proferir, emitir em voz alta e com energia. «<i>Expediu ruidosa gargalhada</i>». 6 lançar para fora «<i>Expediu as fezes</i>». <i>vp/vtd</i> 7 fazer com que se afastem ou afastar-se de «<i>Expedimos para longe todos aqueles que nos aborreciam</i>». <i>vp/vtd/vti</i> 8 tornar(-se) livre de «<i>Afinal, conseguiu expedi-lo do último de seus problemas</i>». <i>vtd</i> 9 lançar ordem, verbalmente ou por escrito «<i>Expediram ordens para vender as ovelhas</i>». ☉ CONJ: → pedir</p>
--	---

Figura 22: Propostas para a indicação da flexão dos verbos irregulares da 2ª e da 3ª conjugação

6.2.3.1.3 Verbos anômalos

Os verbos anômalos apresentam profundas irregularidades, as quais dificultam qualquer tentativa de sistematização. Há quem considere que apenas os verbos *ir* e *ser* podem ser, de fato, chamados de anômalos, dado que apresentam elementos radicais heterogêneos²⁰³. Outros autores, no entanto, classificam como anômalos, além dos verbos *ir* e *ser*, todos aqueles verbos cujos radicais sofrem alterações que tornam impossível enquadrá-los em alguma classificação (cf. LUFT 1986, p. 125; e CUNHA; CINTRA 2007, p. 401). Assim sendo, verbos como *caber*, *dar*, *dizer*, *estar*, *fazer*, *haver*, *ouvir*, *perder*, *poder*, *pôr*, *querer*, *rir*, *saber*, *ter*, *trazer*, *valer*, *ver*, *vir*, etc., poderiam ser classificados como anômalos.

Como partidários da primeira posição, consideramos que apenas os verbos *ir* e *ser* devem ter seu paradigma explicitado no *back matter* e, nos verbetes desses verbos, deve existir uma remissão para o final da obra:

²⁰³ O verbo *ser* abarca os radicais dos verbos latinos *sedere* e *esse*. O verbo *ir*, por seu turno, abarca os radicais dos verbos latinos *ire*, *vadere* e *esse* (cf. BECHARA 2001, p. 226).

<p>ir © <i>vi</i> 1 deslocar-se, mover-se, passar ou transitar de um lado ou de um lugar para outro «<i>Queria ir à festa, mas não tinha convite</i>» <i>vp/vi</i> 2 andar, caminhar, marchar «<i>Ali vão os manifestantes</i>». <i>vi</i> 3 encaminhar-se «<i>Foi à cidade</i>». <i>vi</i> 4 Partir, retirar-se: «<i>As visitas ainda não foram</i>». 5 <i>vp/vi</i> seguir na companhia de alguém «<i>Joãozinho foi(-se) com os primos</i>». <i>vi</i> 6 acolher-se, recolher-se «<i>Sentindo-se indisposto, foi para casa</i>». <i>vi</i> 7 correr no encalço, perseguir «<i>A polícia foi sem demora atrás dos assaltantes</i>». <i>vi</i> 8 acometer ou atacar: «<i>Forças numerosas foram sobre o povoado</i>». <i>vp</i> 9 partir, retirar-se, sair: «<i>Não se irá daqui a não ser que o expulsemos</i>». <i>vi</i> 10 correr, deslizar. <i>vi</i> 11 ser conduzido: «<i>A criança ia nos braços da mãe</i>». [...] © CONJ: → ir</p>	<p>ser © <i>vl</i> 1 possuir as características ou qualidades indicadas pelos adjetivos que acompanham e determinam o verbo «<i>As figuras eram muito vistosas</i>». <i>vl</i> 2 designa, por antonomásia, a existência real e absoluta. <i>vi</i> 3 existir, estar «<i>Neste lugar foi uma florescente cidade</i>». <i>vi</i> 4 exprime a realidade em contraposição à mera aparência ou simples mostra «<i>Uma coisa é o que ela é</i>». <i>vi</i> 5 emprega-se em absoluto, no pretérito perfeito, para indicar que está completamente extinto, que já não existem sequer restos daquilo de que se trata «<i>Aqui foi Constantinopla</i>». <i>vl</i> 6 estar, ficar, tornar-se. <i>vi/vti</i> 8 acontecer, ocorrer, suceder: «<i>O nascimento foi a 5 de março</i>». <i>vl</i> 9 causar, produzir, ser motivo de «<i>Era um prazer ouvi-lo</i>». <i>vti</i> 10 estar conforme «<i>Ser de direito, ser de justiça</i>». <i>vi</i> 11 indica o momento ou o ponto do tempo, a estação, a quadra ou época: «<i>Eram já nove horas</i>». [...] © CONJ: → ser</p>
---	---

Figura 23: Propostas para a indicação da flexão dos verbos anômalos

6.2.3.1.4 Verbos defectivos

São classificados como defectivos os verbos que não apresentam todas as formas em sua conjugação, ou seja, que têm conjugação incompleta. Podem ser distribuídos em três grupos:

- 1) Aqueles que não são conjugados nas pessoas em que depois do radical aparece *a* ou *o*. Esses verbos, portanto, não possuem a 1ª pessoa do presente do indicativo e, conseqüentemente, nenhuma das pessoas do presente do subjuntivo nem as pessoas do imperativo que derivam do subjuntivo: todas do imperativo negativo, a 3ª pessoa do singular e a 1ª e a 2ª do plural do imperativo afirmativo. Fazem parte desse grupo, entre outros, os verbos: *abolir*, *aturdir*, *brandir*, *brunir*, *carpir*, *colorir*, *demolir*, *emergir*, *exaurir*, *imersir*, *retorquir* e *ungir*.
- 2) Aqueles que possuem apenas as formas em que depois do radical vem *i*. No presente do indicativo são conjugados apenas nas formas arizotônicas e não possuem, por conseguinte, nenhuma das pessoas do presente do subjuntivo nem do imperativo negativo; possuem apenas a 2ª pessoa do plural do imperativo

afirmativo. Alguns dos verbos que pertencem a esse grupo são: *aguerrir, combalir, delinquir, embair, empedernir, esbaforir, falir, florir* e *ressarcir*;

3) Aqueles que apresentam particularidades especiais:

- a) *Precaver(-se), reaver, adequar*²⁰⁴ e *antiquar* possuem somente as formas arrizotônicas do presente do indicativo, a 2ª pessoa do plural do imperativo afirmativo e nenhuma das formas do presente do subjuntivo e do imperativo negativo. Nas demais pessoas e tempos são conjugados normalmente;
- b) *Grassar* e *rever* (significando “destilar”) são conjugados somente nas terceiras pessoas.

Para os verbos dos grupos (1) e (2), como forma de manter a simetria com as demais propostas de apresentação das informações relativas à morfologia verbal, defendemos a apresentação de modelos de conjugação no *back matter*. Adotando, por exemplo, os verbos *abolir* e *aguerrir* como modelos, os demais verbos lematizados pertencentes a esses grupos farão remissão a eles:

<p>re tor quir ◎ <i>vtd/vtdi</i> 1 argumentar contrariamente; replicar, objetar, contrapor «<i>Nada retorquiou seu adversário</i>» «<i>Retorquiou-lhe que para aquilo não havia explicações</i>». <i>vi/vti</i> 2 responder a algo que se disse; retrucar «<i>Retorquiou à pergunta maliciosa</i>». ◎ CONJ: → abolir</p>	<p>fa lir ◎ <i>vi</i> 1 Jur suspender os pagamentos aos credores por impossibilidade de satisfazê-los; ter declarada judicialmente a falência. <i>vi/vti</i> 2 faltar, minguar «<i>Todos os recursos com que contava lhe faliram no momento preciso</i>». <i>vi</i> 3 não obter sucesso; fracassar, malograr «<i>As tentativas de negociação faliram mais uma vez</i>». ◎ CONJ: → aguerrir</p>
--	---

Figura 24: Propostas para a indicação da flexão dos verbos defectivos I

Já os verbos pertencentes ao grupo (3) devem ser conjugados no *back matter* e, no interior do verbete, deve haver uma remissão para esse componente:

<p>gras sar ◎ <i>vi</i> 1 multiplicar-se por reprodução; propagar-se, espalhar-se «<i>Um novo tipo de virose grassa pelos trópicos</i>». 2 tornar-se popular; difundir-se, popularizar-se, vogar «<i>Modismos que grassam nos grandes centros</i>». 3 tornar-se de conhecimento público; difundir-se «<i>As más notícias grassam rapidamente</i>». ◎ CONJ: → grassar</p>	<p>pre ca ver ◎ <i>vp/vtd/vtdi</i> tomar medidas antecipadas para evitar [algo ruim]; acautelar(-se), precatar(-se), precautelar(-se) «<i>Precaver as crianças contra os perigos</i>» «<i>Precaver-se para o futuro</i>». ◎ CONJ: → precaver</p>
---	--

Figura 25: Propostas para a indicação da flexão dos verbos defectivos II

6.2.3.1.5 Verbos abundantes

²⁰⁴ Em HouE (2001, s.v.), o verbo *adequar* é considerado regular.

São classificados como abundantes os verbos que apresentam duas ou três formas de igual valor e função. Essa abundância de forma geralmente ocorre no particípio²⁰⁵. Em função disso, nesse caso, consideramos mais adequado fornecer tal informação diretamente no campo destinado à morfologia, pois dessa forma, o consulente terá acesso a ela mais rapidamente. Sucedendo o símbolo indicativo de informação morfológica aparece a abreviatura PART seguida das formas verbais correspondentes ao lema. Abaixo apresentamos dois modelos de verbetes de fantasia:

<p>ex pri mir Ⓞ <i>vp/vtd/vtdi</i> 1 manifestar(-se) por palavras, gestos ou atitudes «<i>Exprimir uma idéia</i>». <i>vp/vtd</i> 2 dar(-se) a conhecer; revelar(- se) «<i>Um suspiro que exprimia</i> <i>tristeza</i>». 3 expressar(-se) por meio de forma artística. <i>vtd</i> 4 apresentar-se como símbolo ou expressão de «<i>Aquela paisagem exprimia toda a</i> <i>harmonia da natureza</i>». <i>vp</i> 5 falar com liberdade, comunicar-se «<i>Todos</i> <i>deveriam conseguir exprimir seus</i> <i>sentimentos</i>». Ⓞ PART: <i>exprimido /</i> <i>expresso</i></p>	<p>gas tar Ⓞ <i>vi/vtdi</i> 1 fazer gasto de [dinheiro] «<i>Gastou muitos dólares</i> <i>em perfumes</i>». <i>vtd</i> 2 gastar perdulariamente «<i>Gastou a herança</i> <i>em jogo, mulheres e bebidas</i>». <i>vp/vtd</i> 3 produzir ou sofrer desgaste «<i>Gastar(-se) a sola do sapato</i>». <i>vp</i> 4 tornar-se extinto «<i>Mergulhado na</i> <i>leitura, não percebeu que a vela se</i> <i>gastara</i>». <i>vtd</i> 5 fazer uso de [algo] «<i>É</i> <i>um carro que gasta muita gasolina</i>». <i>vp/vtd</i> 6 causar dano, desgaste ou destruição a [alguém/si mesmo] «<i>O</i> <i>que o tempo gasta jamais</i> <i>recuperamos</i>». <i>vp/vtd</i> 7 tornar(-se) enfraquecido, fazer perder ou perder as forças; debilitar(-se) «<i>O tempo</i> <i>gasta nossa resistência</i>». [...] Ⓞ PART: <i>gastado / gasto</i></p>
--	---

Figura 26: Propostas para a indicação da flexão dos verbos abundantes

6.2.4 Nível sintático

6.2.4.1 Valência verbal

Como vimos, a NGB (1959) classifica os verbos como: de ligação, intransitivos, transitivos diretos e transitivos indiretos. Para a apresentação de nossas propostas, acrescentamos a esses quatro tipos de verbos, os verbos pronominais. Assim, a valência verbal será explicitada através das seguintes abreviaturas: *vi* – verbo intransitivo, *vl* – verbo de ligação, *vp* – verbo pronominal, *vtd* – verbo transitivo direto, *vtdi* – verbo transitivo direto e indireto e *vti* – verbo transitivo indireto. Tais abreviaturas constarão para todas as acepções do verbo e deverão ficar localizadas antes do número de cada acepção:

²⁰⁵ Existem alguns poucos verbos que possuem formas equivalentes em determinados tempos, tais como: *vamos / imos, constróis / construis, destrói / destruis, havemos / hemos, haveis / heis*. As formas que aparecem na segunda posição do sistema de barras, no entanto, não são empregadas nos dias de hoje.

refletir *vtd* **1** desviar da primitiva direção, fazendo retroceder «*O muro refletiu a bola que haviam lançado*». *vtd/vi* **2** provocar reflexão «*A superfície metálica refletia a luz*» «*O espelho reflete*». *vtd* **3** deixar ver ou transparecer; exprimir, revelar «*O olhar da moça refletiam sua decepção*». *vti/vi* **4** meditar, pensar demoradamente «*Refletiu na proposta antes de tomar a decisão*» «*Sempre refletia muito antes de agir*». *vti/vp* **5** causar impressão generalizada; repercutir-se, transmitir-se «*As mudanças na escola refletiram em todos os alunos*» «*O progresso de uma região nem sempre se reflete em todo o país*». *vti/vp* **6** recair sobre; incidir «*Aquele exemplo de heroísmo refletiu em toda a família*» «*Seu sucesso refletia-se no desempenho dos filhos*».

Figura 27: Proposta para a indicação da valência verbal

6.2.4.2 Regência verbal e regência nominal

A indicação da preposição que rege adjetivos, advérbios, substantivos e verbos deve ser explicitada antes de cada acepção correspondente. Quando a preposição for de uso obrigatório, aparecerá sublinhada e seguida do símbolo ~, usado para substituir a palavra-entrada. Quando a preposição for de uso facultativo, aparecerá entre parênteses:

<p>pro pen der <i>vti</i> 1 pender ou inclinar-se para (a frente ou para um dos lados). <i>vti</i> 2 ~ <u>a/para</u> ter tendência, pendor ou gosto para [algo] «<i>Ele propende mais às/para as letras do que aos/para os números</i>».</p>	<p>re si dir <i>vti</i> 1 ~ <u>em</u> ter residência estabelecida. <i>vti</i> 2 ~ <u>em</u> ter sede 3 ~ <u>em</u> consistir em. <i>vti</i> 4 ~ <u>em</u> manifestar-se em «<i>Nem sempre a verdade reside nas aparências</i>».</p>
<p>fa vo rá vel <i>adj2g</i> 1 ~ <u>a</u> [algo/alguém] que é a favor de [algo/alguém] «<i>O pesquisador é favorável ao uso de células-tronco para pesquisa</i>». 2 ~ <u>a/para</u> [algo] que favorece [algo] «<i>As condições climáticas não estavam muito favoráveis à/para a navegação</i>».</p>	<p>ver sa do <i>adj</i> 1 [algo] que foi ou é objeto de estudo ou discussão «<i>Elaboraram diversas hipóteses sobre o assunto versado</i>». 2 ~ <u>em</u> [alguém] que sabe muito sobre [algum assunto] «<i>Ele é versado em línguas</i>».</p>

Figura 28: Propostas para a indicação da regência nominal e verbal obrigatória

<p>ne ces si tar <i>vi/vtd/vti</i> 1 ter necessidade (de). <i>vtd</i> 2 reclamar em função de direito legítimo ou suposto. <i>vtd</i> 3 fazer que seja necessário.</p>	<p>a ten ci o so <i>adj</i> 1 [alguém] que presta atenção. 2 ~ (para) <u>com</u> [alguém] que é gentil «<i>É muito atencioso (para) com as crianças</i>». 3 [algo] realizado com muita atenção.</p>
--	---

Figura 29: Propostas para a indicação da regência nominal e verbal opcional

6.2.5 Nível pragmático


6.2.5.1 Marcas de uso

Como definido em 5.2.4.1.2, empregaremos em nossas propostas apenas quatro tipos de marcas de uso. Essas marcas serão apresentadas de forma abreviada e em uma fonte tipográfica distinta das demais informações presentes no verbete: **form** – formal, **infor** – informal, **pej** – pejorativo, **tab** – tabuísmo, **p.us** – pouco usado e **des** – desusado. Quanto à sua localização, propomos que figurem sempre após o número da acepção que as requerer:

cel les ti no <i>adj/sm</i> form de cor azul-celeste	tra i men to <i>sm</i> p.us ato ou efeito de trair(-se); traição
a mar ra do <i>adj</i> ligado ou cingido fortemente 2 infor preso, comprometido (por casamento/noivado/ namoro) 4 carrancudo, fechado (diz-se de fisionomia) 5 infor interessado em ou por; louco por «Era muito <i>amarrado em cinema</i> » [...]	san di ci no <i>adj.</i> des de cor vermelha
bran que lo <i>adj/sm</i> pej [algo/alguém] cuja pele é muito alva	
ar rom bar <i>vt</i> 1 abrir um rombo em; romper, pôr abaixo <i>vt</i> 2 abrir à força, usando de violência <i>vt</i> 3 obter vitória sobre; vencer, derrotar <i>vt</i> 4 submeter a humilhações; abater, rebaixar <i>vt</i> 5 tab desvirginar, deflorar; violentar sexualmente	

Figura 30: Propostas para a apresentação das marcas diastrático-diafásicas e diacrônicas

6.2.5.2 Notas de uso

A indicação de particularidades quanto ao uso de uma unidade léxica, pela nossa proposta, será feita através do símbolo , que, assim como os símbolos indicativos de informação ortográfica, morfológica e sintática, figurará imediatamente após o lema e no final do verbete. Vejamos os modelos propostos:






<p>bo ê mia  <i>sf</i> 1 vida alegre e despreocupada «<i>Largou a boêmia quando se casou</i>». 2 roda de intelectuais/artistas que leva a vida de modo hedonista e livre, bebendo e divertindo-se. 3 conjunto de boêmios. 4 pej procedimento de quem é vadio e pândego.  No Brasil, é mais usada a forma <i>boemia</i>.</p>	<p>be le zo ca  <i>sm/f</i> BR <i>infor</i> [algo/alguém] bonito «<i>Seu vestido novo é uma belezoca</i>». «<i>Seu filho é uma belezoca</i>».  Frequentemente empregado com conotação afetiva.</p>
--	---

Figura 31: Propostas para a indicação de nota de uso

6.2.6 Nível léxico-semântico

A informação de que uma unidade léxica ou uma acepção possui ainda um caráter instável na língua será transmitida através do símbolo . Conforme já dissemos, nos verbetes correspondentes a neologismos de signo (vernáculos e estrangeirismos), o símbolo ficará à esquerda da palavra-entrada. Nos verbetes em que há a presença de um neologismo de significado, o símbolo deverá anteceder a acepção neológica. Abaixo, apresentamos dois modelos de verbetes de fantasia para cada caso:



<p> bom bar <i>vi ser</i> [algo/alguém] um sucesso «<i>A festa vai bombar</i>». «<i>Ela vai bombar com seu vestido novo</i>».</p>	<p> ca dei ran te <i>sm/f adj2g</i> usuário de cadeira de rodas «<i>O campeonato brasileiro de basquete para cadeirantes contou com a participação de dez times</i>».</p>
---	---

Figura 32: Propostas para a indicação de neologismos de signo vernáculos



<p> resort <i>lng /rizórt/ sm</i> local que oferece hospedagem, recreação e divertimento (especialmente para [alguém] em gozo de férias).</p>	<p> vibe <i>lng /vaib/ sf 1</i> sentimento de intensa alegria. 2 manifestação de entusiasmo.</p>
---	---

Figura 33: Proposta para a indicação de neologismos de signo advindos de outros sistemas linguísticos




<p>cha pi nha <i>sf 1</i> pequena chapa. 2 pequena peça de metal usada para vedar garrafas. 3 MG <i>Ornit</i> → <i>canário-da-terra</i> (<i>Sicalis flaveola</i>).  4 aparelho elétrico para alisar os cabelos.  5 ato ou efeito de alisar os cabelos.</p>	<p>es pa da <i>sf 1</i> arma branca dotada de uma lâmina longa, geralmente pontiaguda, de um ou dois gumes, e um cabo pelo qual é empunhada. 2 Agr variedade de manga. 3 o poder militar. <i>sm 4</i> <i>l00l</i> → <i>peixe-espada</i>. 5 <i>laur</i> o principal toureiro de uma corrida, que tem de matar o touro com uma espada.  <i>adj/sm 6</i> [homem] que é viril «<i>Eu sou espada!</i>».</p>
---	---

Figura 34: Propostas para a indicação de neologismos de significado

6.2.7 Propostas para a inserção de informações normativas referentes aos fenômenos de mudança evidenciados na norma real do português brasileiro

As informações normativas referentes aos fenômenos de mudança evidenciados na norma real do português brasileiro apontados em 2.3.1, por já ter sido comprovado que seu uso está difundido também na língua escrita, devem ser apresentadas no dicionário. Nossa opinião é de que essas mudanças já podem ser alçadas ao patamar de norma ideal e, portanto, podem figurar no dicionário não mais como uma informação adicional transmitida através de notas de uso ou portadoras de marcas que já não condizem com sua posição na língua portuguesa empregada no Brasil, e sim como um segmento informativo normativo na microestrutura. Assim sendo, propomos as seguintes formas de apresentar tais informações:

- As formas “a gente” e “você” devem ser marcadas como pronomes pessoais:

<p>gen te <i>sf</i> 1 multidão de pessoas; povo «<i>Toda aquela gente participou do show</i>». 2 os habitantes de uma região, país «<i>A gente do campo</i>». 3 o gênero humano; a humanidade. 4 número indeterminado de pessoas «<i>Havia pouca gente na palestra</i>». 5 grupo de pessoas que têm o mesmo perfil, interesses, profissão etc. «<i>A gente do mundo empresarial</i>». 6 a família «<i>A minha gente foi viajar</i>». <i>pron pess</i> 7 precedido do artigo definido “a”, constitui o pronome pessoal da 1ª pessoa do plural «<i>Toda a família participou. A gente se divertiu bastante!</i>». [...]</p>	<p>vo cê <i>pron trat/pron pess</i> 1 aquele a quem se fala ou se escreve «<i>Vi você na festa</i>». <i>pron indef</i> 2 pessoa não especificada; alguém «<i>Se você não paga a conta, eles cortam o fornecimento</i>».</p>
---	--

Figura 35: Propostas de verbete para as unidades léxicas *gente* e *você*

- Uma das acepções presentes no verbete do verbo *ter* deve possuir a significação “existir”, a qual deve ser desprovida de marcação diassistêmica:

ter *vtd* **1** estar na posse ou gozo de; desfrutar, gozar, possuir, usufruir «*Ela tem lindos vestidos*». *vtd* **2** alcançar, haver à mão, obter: «*Teve muita sorte na vida*». *vtd* **3** achar ou ver ao seu alcance, poder dispor de, poder gozar de: «*Tem amigos que sempre o socorrem*». *vtd* **4** existir; haver «*Tinha muita gente no protesto contra o governador*». *vtd* **5** agarrar, agüentar, conservar preso e seguro, não largar; segurar, sustar: «*A polícia tem nas mãos o criminoso*». *vp* **6** agarrar-se, agüentar-se, equilibrar-se, segurar-se para não cair. *vtd* **7** dominar, possuir, ser senhor de: «*Ter um reino*». *vtd* **8** Apresentar, possuir: «*Esta bebida tem bom sabor*». [...]

Figura 36: Proposta de verbete para o verbo *ter*

- Os demonstrativos *esse*, *essa* e *isso* devem apresentar uma acepção na qual conste seu uso como se referindo àquilo que se encontra próximo do falante. Deve constar na definição que, em tal significação, é comum o uso conjunto do advérbio *aqui*:

es|se /ê/ *pron dem 1* designa [alguém/algo/acontecimento] que se acha afastado espacialmente do falante e mais perto do ouvinte, e, temporalmente, foi mencionado anteriormente, num passado não muito remoto, geralmente pelo ouvinte «*Li esse livro em dois dias!*» **2** indica o que está próximo do falante, no espaço, no tempo ou no discurso (geralmente usado juntamente com o advérbio *aqui*) «*Esse livro aqui é meu*». **3** aplica-se a [algo/alguém] não diretamente ligado ou próximo àquele que fala ou àquele com quem falamos, mas que o falante pressupõe serem do conhecimento do ouvinte (equivale ao artigo definido *o*) «*Essa juventude de hoje não sabe o que quer*». **3** designa, com função anafórica, o que já foi antes mencionado «*Repouso e boa alimentação, esse é sempre um bom conselho*». **4** usa-se para se referir ao que acaba de ser dito pelo interlocutor «*Então, é essa a sua decisão?*». [...]

Figura 37: Proposta de verbete para pronome demonstrativo *esse*

- Os verbetes *aonde* e *onde* devem trazer as acepções “a que lugar” e “em que lugar”, sem marcação diassistêmica:

<p>a on de <i>adv 1</i> ao lugar que (em que direção); para o lugar que (para que direção); para qual lugar «<i>Quer saber o lugar aonde pode ir</i>». 2 em que lugar «<i>Onde você foi ontem à noite?</i>» <i>interj 3</i> ante uma afirmação, indica dúvida ou descrença «<i>O presidente renunciou. - Aonde!</i>».</p>	<p>on de <i>adv 1</i> em que lugar «<i>Onde está meu estojo?</i>» 2 ao lugar que (em que direção) «<i>Onde quer que você vá, estarei com você</i>» <i>pron rel 3</i> em que «<i>Da fileira onde estou não vejo bem o palco</i>». 4 que ponto ou lugar: «<i>Por esta marca você vê até onde a água subiu</i>».</p>
---	--

Figura 38: Propostas de verbete para as unidades léxicas *aonde* e *onde*

- As novas regências que alguns verbos possuem devem ser transmitidas ao consulente diretamente através da indicação de valência:

<p>as sis tir <i>vtd/vti</i> 1 estar presente a determinado [fato/ocorrência/acometimento], observando-o e acompanhando o seu desenrolar «Assistiu o acidente» «Assistiu ao acidente». <i>vtd/vti</i> 2 ver e ouvir [um espetáculo/encenação teatral/concerto/dança] «Assisti o show da primeira fila». «Assisti ao show da primeira fila». <i>vi/vtd/vti</i> 3 servir de parteira «Há muito tempo que Joana não assiste» «Assistiu a parturiente» «Assistiu à parturiente». <i>vtd/vti</i> 5 prestar auxílio ou assistência «Assistir o amigo em situação difícil» «Assistir ao amigo em situação difícil». <i>vti</i> 6 ser [algo] da competência ou atribuição de [alguém] «Diante do ocorrido, assiste-lhe o direito de reclamar». <i>vtd/vti</i> 7 acompanhar, especialmente em ato público, na qualidade de ajudante ou assessor «Assistir o governador na inauguração do museu» «Assistir ao governador na inauguração do museu». [...]</p>	<p>vi sar <i>vtd</i> 1 dirigir a vista para [um ponto determinado]; mirar «Visava fixamente o rapaz». <i>vtd</i> 2 dirigir-se [projétil/tiro] para «O tiroteio visava a multidão». <i>vtd</i> 3 dirigir-se [palavra/comentário/insinuação/elogio/insulto] em certa direção «As palavras do advogado visavam diretamente os sentimentos dos jurados». <i>vtd/vti</i> 4 ter [algo] como desígnio; ter por fim ou objetivo «Toda medida que vise o bem comum será apoiada» «Toda medida que vise ao bem comum será apoiada».</p>
---	--

Figura 39: Propostas para apresentação de regência verbal inovadora

- As unidades léxicas que passaram por um processo de mudança de gênero devem levar as marcas gramaticais *sm/sf*:

<p>al fa ce <i>sm/sf</i> Bot erva (<i>lactuca sativa</i>) de folhas grandes e lisas, de cor verde-clara, usada especialmente no preparo de saladas.</p>	<p>gra ma <i>sm/sf</i> Fis Metr unidade de medida de massa no sistema métrico, correspondente a um milésimo do quilograma.</p>
--	---

Figura 40: Propostas para apresentação da marcação de gênero

Quanto aos neologismos, já apresentamos nossa proposta para seu tratamento em 6.2.6. Reiteramos que devem conter o símbolo \mathfrak{S} , indicativo de seu caráter instável na língua.

6.2.8 Propostas para o desenho do *front matter* e do *back matter* de dicionários semasiológicos de língua portuguesa

No capítulo 4, definimos como componentes canônicos de um dicionário semasiológico de língua portuguesa, além da macro, da micro e da medioestrutura, o *front matter* e o *back matter*. Nas páginas a seguir, apresentaremos nossa proposta para o desenho desses dois componentes. Antes, porém, faz-se necessário abordar algumas questões concernentes à sua definição.

Como já declaramos, a ausência de uma definição rigorosa tanto da função quanto dos elementos constituintes do *front matter* e do *back matter* acarreta graves consequências para a obra lexicográfica em termos de objetividade e também qualidade. Definições pouco precisas desses dois componentes, tais como se vê em Hartmann; James (2001, s.v. *front matter* e s.v. *back matter*) podem levar a julgamentos equivocados, dentre os quais considerar o *front matter* um simples prefácio ou uma nota introdutória do dicionário e considerar o *back matter* um amontoado de informações de caráter mais enciclopédico que linguístico²⁰⁶. Diante disso, é cabal salientar que essas duas estruturas, na condição de componentes canônicos, assim como os demais constituintes da obra lexicográfica, deveriam ser elaboradas de acordo com princípios teóricos bem delimitados.

Com relação ao *front matter*, Fornari (2008) postula que tal componente deve cumprir duas funções básicas:

- 1) apresentar os objetivos que o dicionário pretende cumprir;
- 2) funcionar como um manual de instruções de uso do dicionário.

Para cumprir satisfatoriamente com essas duas funções, a delimitação do *front matter* depende, primeiramente, da definição rigorosa dos componentes macro, micro e medioestrutural, posto que dito segmento estrutural é, simultaneamente, reflexo e resultado da articulação entre os demais componentes do dicionário. Em segundo lugar, conforme postula Fornari (2008), para poder ser considerado satisfatório, um *front matter* deve apresentar as seguintes qualidades:

i) Concisão: esse critério guarda relação com a quantidade de informação oferecida. Segundo a supracitada autora, todas as informações situadas no *front matter* devem ser

²⁰⁶ Hartmann; James (2001, s.v. *front matter*) definem o *front matter* como “aqueles componentes de um dicionário que precedem a nomenclatura central. Exemplos de tais “elementos preliminares” em dicionários gerais podem incluir: página de título, página de direitos autorais e impressores, agradecimentos e dedicatória, introdução ou prefácio, tabela de conteúdos, lista de colaboradores na redação, lista de abreviaturas e / ou ilustrações apresentadas, chave de pronúncia, guia do usuário, notas sobre a natureza, história e estrutura da língua, resumos gramaticais.” [those component parts of a dictionary which precede the central word-list section. Examples of such ‘preliminaries’ in general dictionaries may include: title page, copyright page and imprint, acknowledgements and dedication, foreword or preface, table of contents, list of contributors, list of abbreviations and / or illustrations used, pronunciation key, user’s guide, notes on the nature, history and structure of the language, dictionary grammar.]. O *back matter*, por sua vez, é definido como “aqueles componentes do dicionário situados entre a nomenclatura central e o final da obra. Exemplos de tais ‘elementos subsidiários’ em dicionários gerais podem incluir: nomes próprios e nomes de lugares, pesos e medidas, hierarquia militar, elementos químicos, símbolos alfabéticos e numéricos, citações e provérbios, listas” (cf. Hartmann; James (2001, s.v. *back matter*). [those component parts of a dictionary which are located between the central word-list section and the end of the work. Examples of such ‘subsidiaries’ in general dictionaries may include: personal and place names; weights and measures; military ranks; chemical elements; alphabetic and numerical symbols; musical notation; quotations and proverbs; index.]

apresentadas de forma direta e objetiva, a fim de que o consulente possa acessá-las prontamente²⁰⁷.

ii) Abrangência: esse critério está relacionado com a qualidade das informações apresentadas no *front matter*, ou seja, à relevância e ao grau de informatividade das mesmas.

No tocante ao *back matter*, carecemos ainda de estudos (meta)lexicográficos que se ocupem dos problemas específicos relacionados a esse componente. Em função disso, como já aventamos, ainda não foi delimitado com precisão qual seria a função do *back matter*, tampouco quais seriam os elementos que deveriam conformá-lo. Ocupar-nos-emos de alguns desses aspectos atendo-nos exclusivamente à apresentação de segmentos contendo informações referentes à flexão verbal.

Nas seções a seguir, portanto, apresentaremos nossas propostas para o desenho do *front matter* e do *back matter* de dicionários semasiológicos de língua portuguesa.

6.2.8.1 Proposta para o *front matter*

Tendo em vista as discussões empreendidas, propomos que o *front matter* dos dicionários semasiológicos de língua portuguesa seja composto por quatro segmentos, a saber:

- 1) descrição dos objetivos da obra;
- 2) lista das abreviaturas e símbolos utilizados;
- 3) guia de pronúncia de estrangeirismos;
- 4) guia de uso do dicionário.

Enquanto o segmento (1) busca satisfazer a primeira função básica estabelecida para esse componente canônico, os três segmentos restantes procuram dar conta da exigência feita pela segunda função.

6.2.8.1.1 Objetivos da obra

O primeiro aspecto a ser tratado na formulação do *front matter* de um dicionário de língua é a redação de sua “apresentação”, onde deve constar i) a quem a obra se destina e ii) quais são os objetivos que pretende cumprir. Como forma de atender aos critérios de concisão e abrangência, Fornari (2008) sugere que seria mais apropriado dispor essas informações em

²⁰⁷ É de suma importância que a elaboração do *front matter* atenda a esse critério, haja vista a existência de estudos que apontam que os usuários de dicionários não têm o hábito de ler o *front matter* das obras que consultam (cf. WELKER 2004, p. 80). Au (1999), DUE (1998) e Hou (2001), por exemplo, violam abertamente o princípio da concisão, pois seus *front matter* estão conformados por, respectivamente, 29, 29 e 65 páginas.

estrutura de tópicos, de modo a assegurar a objetividade almejada. Faz-se mister destacar, ainda, que a redação do texto a ser oferecido aos usuários deve primar pela simplicidade, tendo em vista possíveis dificuldades por parte do consultante para compreender, por exemplo, termos técnicos.

Quanto aos objetivos que a obra pretende cumprir, deve-se partir do princípio de que aos dicionários semasiológicos em geral são conferidas duas funções do ponto de vista do circuito da comunicação: a compreensão e a produção. Isso quer dizer que o dicionário deve cumprir as funções de auxiliar o consultante a compreender o significado de palavras desconhecidas e a produzir textos em língua portuguesa²⁰⁸.

Com base nessas considerações, sugerimos que o texto de apresentação do dicionário seja assim estruturado:

- I. Este dicionário se destina prioritariamente aos falantes nativos de língua portuguesa;
- II. Este dicionário almeja auxiliar os falantes nos processos de compreensão da língua portuguesa e produção em língua portuguesa.

6.2.8.1.2 As listas de abreviaturas e símbolos

Nesse segundo segmento que compõe o *front matter* de um dicionário semasiológico, devem aparecer três listas. A primeira lista deve discriminar as abreviaturas empregadas na obra lexicográfica para a indicação da categoria morfológica. É importante destacar que a quantidade de abreviaturas adotadas, bem como a forma tipográfica escolhida é particular de cada dicionário. Com relação à quantidade de abreviaturas, porém, acreditamos que os dicionaristas devem evitar exageros como os observados em HouE (2001). Para especificar as subclassificações dos verbos, por exemplo, o referido dicionário emprega 54 abreviaturas. Para cumprir essa mesma função, Mi (1998) emprega apenas 8. Isso ocorre porque HouE (2001) elenca todas as combinações de abreviaturas que aparecem na obra, além de apresentar cada uma delas individualmente. Assim, encontramos na lista as abreviaturas: *bit.* (bitransitivo), *pred.* (predicativo), *pron.* (pronominal), *t.d.* (transitivo direto), *t.i.* (transitivo indireto) e *int.* (intransitivo), e as combinações dessas abreviaturas, tais como: *t.d.,t.i. e pron.* (transitivo direto, transitivo indireto e pronominal), *t.d.,t.i.,bit. e pron.* (transitivo direto,

²⁰⁸ A produção de textos está ligada à onomasiologia. No entanto, os dicionários em geral parecem não explorar de forma adequada essa possibilidade, posto que não há um reconhecimento produtivo da função, por exemplo, dos sinônimos.

transitivo indireto, bitransitivo e pronominal) e *t.i.,t.i.,pred. e int* (transitivo indireto, transitivo indireto predicativo e intransitivo). Consideramos que não haveria necessidade de elencar essas combinações, já que o usuário, sabendo a significação de cada uma individualmente, teria condições de interpretá-las inclusive quando aparecerem combinadas. Além disso, essa repetição de informações acaba provocando um aumento desnecessário da lista de abreviaturas²⁰⁹. Concordamos, pois, com Jackson (2002, p. 178), para quem “menos abreviaturas significa grande acessibilidade”²¹⁰.

Em função disso, sugerimos uma lista contendo apenas 32 abreviaturas para a indicação da categoria gramatical, as quais são arroladas no quadro a seguir:

<i>adj</i>	adjetivo
<i>adj2g</i>	adjetivo de dois gêneros
<i>adj2n</i>	adjetivo de dois números
<i>adv</i>	advérbio
<i>art def</i>	artigo definido
<i>art indef</i>	artigo indefinido
<i>conj</i>	conjunção
<i>interj</i>	Interjeição
<i>num card</i>	numeral cardinal
<i>num frac</i>	numeral fracionário
<i>num mult</i>	numeral multiplicativo
<i>num ord</i>	numeral ordinal
<i>prep</i>	preposição
<i>pron dem</i>	pronome demonstrativo
<i>pron ind</i>	pronome indefinido
<i>pron int</i>	pronome interrogativo
<i>pron obl</i>	pronome oblíquo
<i>pron pess</i>	pronome pessoal
<i>pron poss</i>	pronome possessivo
<i>pron rel</i>	pronome relativo

²⁰⁹ Essa repetição de informação referente à classe dos verbos detectada em HouE (2001) também ocorre nessa obra na subclassificação dos adjetivos e dos substantivos (cf. HouE 2001, p. LX-LXV). Em AuE (1999) também constatamos esse comportamento com relação às especificações na classe dos adjetivos e dos substantivos (cf. AuE 1999, p. XVII-XIX).

²¹⁰ [fewer abbreviations mean great accessibility]

<i>pron trat</i>	pronome de tratamento
<i>s2g</i>	substantivo comum de dois gêneros
<i>sf</i>	substantivo feminino
<i>sf sing</i>	substantivo feminino usado somente no singular
<i>sm</i>	substantivo masculino
<i>sm sing</i>	substantivo masculino usado somente no singular
<i>vi</i>	verbo intransitivo
<i>vi</i>	verbo de ligação
<i>vp</i>	verbo pronominal
<i>vtd</i>	verbo transitivo direto
<i>vtdi</i>	verbo transitivo direto e indireto
<i>vti</i>	verbo transitivo indireto

Quadro 27: Lista de abreviaturas para indicação da categoria gramatical

A segunda lista deve conter todas as demais abreviaturas utilizadas na obra, como discriminamos no quadro abaixo:

CONJUG	conjugação
FEM	feminino
HOM	homônimo
PAR	parônimo
PL	plural
VAR	variante
form	formal
infor	informal
pej	pejorativo
tab	tabuísmo
p. us.	pouco usado
des	desusado

Quadro 28: Lista de abreviaturas

Por fim, a terceira lista deve apresentar ao consulente os símbolos utilizados no dicionário, conforme explicitamos no quadro a seguir:

◊	indica a presença de informação no âmbito da ortografia
◎	indica a presença de informação no âmbito da morfologia
▣	indica a presença de informação no âmbito da sintaxe
📖	indica a presença de informação no âmbito da pragmática
↵	indica uso de inicial maiúscula
⌚	indica unidade léxica ou aceção de carácter instável na língua (neologismo)
()	indica uso opcional da preposição
~	usado para substituir a palavra-entrada
→	indica uma remissão

Quadro 29: Lista de símbolos

6.8.8.1.3 Guia de pronúncia de estrangeirismos

Esse segmento deve conter um quadro com os símbolos utilizados na apresentação da pronúncia dos estrangeirismos incluídos no dicionário, que, como definimos em 6.2.2, são apenas três:

/θ/	fricativa interdental surda. Corresponde, aproximadamente, a um /s/ articulado com a língua tocando os dentes frontais (espanhol da Espanha <i>zapato</i>).
/y/	vogal fechada anterior. Articula-se posicionando a boca na forma do /u/, com a língua na posição do /i/ (alemão <i>Glück</i>).
/h/	representa a fricativa glotal surda (inglês <i>house</i>).

Quadro 30: Símbolos de transcrição fonética

6.2.8.1.4 O guia de uso

O quarto segmento do *front matter* constitui o “manual de instruções” do dicionário. Nesse espaço devem ser apresentadas e descritas as informações que aparecem no interior dos verbetes. Para que o usuário possa tirar o maior proveito possível das informações contidas em cada verbete, propomos para o guia de uso um *layout* conciso, porém suficientemente informativo. Desse modo, caso o consulente se depare com alguma informação no interior de um verbete que não é entendida de imediato, tal informação poderá ser facilmente recuperada nesse segmento do *front matter*²¹¹.

²¹¹ Vale destacar que muitos dicionários apresentam um *front matter* com um desenho similar ao modelo que estamos propondo. Veja-se, por exemplo, DUPB (2002), DELE (2002), LLA (2002), Dibu (2003), DUPC (2004)

Para delinear o guia de uso que será exposto a seguir, selecionamos uma série de modelos de verbetes propostos nas páginas precedentes, nos quais destacamos alguns segmentos informativos. Para cada um desses segmentos, apresentamos um pequeno texto que explica o que significa a informação em destaque. Vejamos, pois, o guia de uso sugerido para os dicionários semasiológicos de língua portuguesa:

e DPE (2007). Também segue esse modelo de *front matter* o dicionário de falsos amigos desenvolvido no âmbito do projeto Dicionário de falsos amigos espanhol-português, sob a supervisão do Prof. Dr. Félix Bugueño Miranda (cf. FORNARI 2008).

A separação silábica aparece integrada à palavra-entrada.

O símbolo ◊ indica a presença de informação ortográfica no final do verbete.

Quando houver menção a uma forma variante no final do verbete, é indício de que ambas são igualmente usuais.

O símbolo ↵ indica a necessidade do uso de inicial maiúscula.

Informações relativas à ortoépia aparecem entre colchetes e imediatamente após a palavra-entrada.

O símbolo ⊙ indica a presença de informação morfológica no final do verbete (feminino, plural, conjugação verbal).

nas|ci|men|to *sm* **1** ação ou resultado de nascer. **2** Med expulsão natural ou retirada por meio de cirurgia de um nascituro do corpo de sua mãe. **3** fig começo ou princípio de [algo]. «*Presenciaram o nascimento de uma ideia*».

as|so|vi|ar *intr/td* VAR de → **assobiar**

a|e|r|o|s|o|l ◊ *sm* **1** Quím suspensão de partículas sólidas ou líquidas num meio gasoso. **2** embalagem que contém tal suspensão e que dispõe de dispositivo que libera as partículas no ar (através da pressão do gas). ◊ VAR: *aerossol*

cen|so ◊ *sm* **1** conjunto de dados a respeito da população de um lugar. **2** coleta e organização dessas informações. ◊ HOM: *senso*

fra|gran|te ◊ *adj2g* [algo] que exala bom odor. ◊ PAR: *flagrante*

jú|pi|ter *sm* ↵ **1** Astr em relação ao Sol e em ordem crescente, o quinto e maior planeta do sistema solar. **2** [pessoa] de muito valor **3** [pessoa] possuidora de grande fama.

ó|x|i|do [cs] *sm* composto binário formado pela união de oxigênio com outro elemento.


thriller *Ing /θrɪlɪr/ sm* *Lin Liter* leat filme / romance / peça teatral de suspense.


ca|ta|l|ão ⊙ *adj/sm* **1** relativo à Catalunha (comunidade autônoma do Nordeste da Espanha) ou o que é seu natural ou habitante. **2** língua românica falada nas províncias espanholas da Catalunha e de Valença, nas ilhas Baleares e em Andorra (Pireneus). ⊙ FEM: *catalã*; PL: *catalães*


Indica a existência de uma forma variante de uso mais frequente.



Informação sobre a existência de palavras com pronúncia igual à da palavra-entrada, porém escritas de forma diferente (homônimos heterográficos) e de palavras com escrita e pronúncia semelhantes às da palavra-entrada (parônimos).


Estrangeirismos são lematizados em itálico, seguidos da indicação do país de origem e da pronúncia aproximada.


O símbolo  indica a presença de informação pragmática no final do verbete (notas de uso).

belle|zo|ca  *sm/f BR infor* [algo/alguém] bonito. «*Seu vestido novo é uma belezoca*». «*Aquele garotinho é uma belezoca*».

 Frequentemente empregado com conotação afetiva.


in|cen|di|ar  *vtd/vp* **1** fazer arder ou arder, inflamar(-se) «*O criminoso seguia incendiando as casas da vila*». *vtd/vp* **2** afogear(-se), avermelhar(-se), abrasar(-se) como se pegando fogo «*A febre incendiou-lhe as faces*» *vtd/vp* **3 fig** tornar(-se) vivo, caloroso; excitar(-se), acalorar(-se), animar(-se) «*A disputa incendiou os ânimos*».  **CONJUG:** → **ansiar**

ex|pri|mir  *vtd/vtdi/vp* **1** manifestar(-se) por palavras, gestos ou atitudes «*Exprimir uma idéia*». *td/pron vtd/vtdi/vp* **2** dar(-se) a conhecer; revelar(-se) «*Um suspiro que exprimia tristeza*». *vtd/vp* **3** expressar(-se) por meio de forma artística. **4** *vtd* apresentar-se como símbolo ou expressão de «*Aquela paisagem exprimia toda a harmonia da natureza*» **5** *vp* falar com liberdade, comunicar-se «*Todos deveriam conseguir exprimir seus sentimentos*».


 **PART:** *exprimido / expresso*

ver|sa|do *adj* **1** [algo] que foi ou é objeto de estudo ou discussão. «*Elaboraram diversas hipóteses sobre o assunto versado*». **2** ~ em [alguém] que sabe muito sobre [algum assunto] «*Ele é versado em línguas*».

ne|ces|si|tar *vtd/vti/vi* **1** ter necessidade (de). *td* **2** reclamar em função de direito legítimo ou suposto. *vtd* **3** fazer que seja necessário.

 **bom|bar** *vi* ser [algo/alguém] um sucesso «*A festa vai bombar*». «*Ela vai bombar com seu vestido novo*».

Verbos que possuem mais de uma forma para o particípio trazem essa informação no campo destinado às informações morfológicas.

O símbolo  indica que se trata de uma palavra ou de uma acepção de caráter instável na língua. No primeiro caso, o símbolo aparece à esquerda da palavra-entrada. No segundo caso, aparece antes da acepção correspondente.

Os verbos de flexão irregular apresentam uma remissão às tabelas de conjugação localizadas no *back matter*.

As preposições exigidas pelos verbos, substantivos, adjetivos e advérbios são indicadas antes da definição. Quando são de uso obrigatório, aparecem sublinhadas e precedidas pelo símbolo ~, que serve para substituir a palavra-entrada. Quando são de uso opcional, aparecem entre parênteses.

Figura 41: Proposta para o guia de uso

6.2.8.2 Proposta para o *back matter*

Para dar conta da função de auxiliar o consulente a esclarecer possíveis dúvidas concernentes à conjugação dos verbos, tanto os regulares quanto aqueles que fogem ao paradigma das regularidades, propomos que os segmentos situados no *back matter* para tal fim obedçam a um princípio denominado “(efeito de) saliência” [*saliency (effect)*]. Tal princípio provém das áreas da Psicologia Cognitiva e da Ciência Cognitiva e é amplamente empregado em Linguística, principalmente nos âmbitos da aprendizagem de línguas, da aquisição da linguagem e do processamento da linguagem natural (cf. DARITY JR 2008, s.v. *cognition*; e SMELSER; BALTES 2001, s.v. *cognitive science: history, cognitive science: overview*).

Na esfera da Linguística Aplicada, esse fenômeno é definido por Richards; Schmidt (2002, s.v. *saliency*) como “a facilidade com a qual um item linguístico é percebido”²¹². Para a Ciência Cognitiva, porém, o efeito de saliência não só guarda relação com os mecanismos de percepção, mas também com os mecanismos de processamento das informações (cf. RUBLE *et al.* 2004, p. 43). Nesse sentido, Pinto (2006, p. 1-2) destaca que o efeito de saliência está relacionado à capacidade de retenção, pela memória, das informações que são “percebidas como novas, únicas, salientes e distintas no contexto da sua ocorrência”, pelo fato de indicarem “um grau de evocação superior” em relação aos itens apresentados em outras posições. O referido autor ressalta ainda que “uma informação única e divergente é melhor aprendida e recordada do que a informação comum e habitual” (cf. PINTO 2006, p. 2).

Pautando-nos nas noções de “saliência” acima apresentadas, buscaremos sugerir maneiras de dispor no *back matter* as informações referentes à flexão verbal. No intuito de não onerar a consulta do usuário com dados supostamente desnecessários, propomos soluções distintas para cada caso. Isso implica proceder a uma divisão do *back matter* em segmentos, a exemplo do que aventamos para o *front matter*. Os segmentos em questão seriam os seguintes:

1. modelos de conjugação dos verbos regulares;
2. conjugação dos verbos *ir* e *ser* (anômalos);
3. modelos de conjugação de verbos irregulares;
4. modelos de conjugação de verbos de paradigma incompleto (defectivos).

²¹² [the ease with which a linguistic item is perceived]

Para os verbos regulares, as informações que devem ser salientadas são as terminações de cada um dos verbos tomados como modelos da primeira, segunda e terceira conjugações: *cantar*, *vender* e *partir*, respectivamente. Nossa proposta traz, de um lado, a raiz do verbo, de onde irradiam as terminações correspondentes às pessoas verbais. Para os tempos que apresentam as mesmas terminações para os verbos da 2ª e da 3ª conjugação (pretérito imperfeito do indicativo, presente do subjuntivo e imperativo negativo), optamos por disponibilizá-las uma única vez. Já para o futuro do presente e o futuro do pretérito, optamos por apresentar não a raiz de cada um dos verbos, mas sua forma infinitiva, já que a conjugação desses verbos é feita acrescentando-se as terminações à forma infinitiva. Para a apresentação do infinitivo impessoal, do gerúndio e do particípio, destacamos a terminação do verbo através do uso de letras maiúsculas em negrito. Desse modo, ratificamos nossa intenção de salientar apenas as terminações dos verbos de paradigma regular.

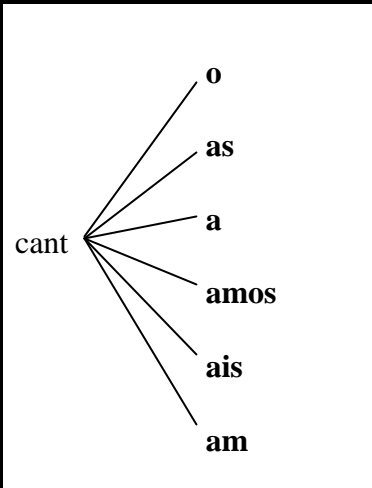
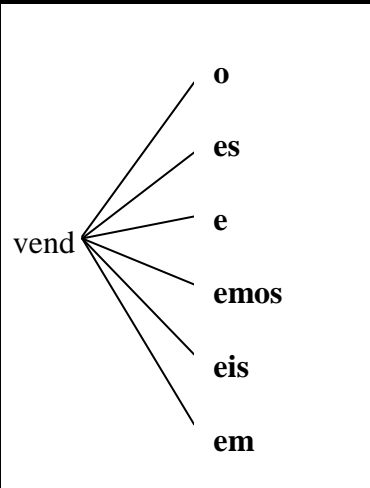
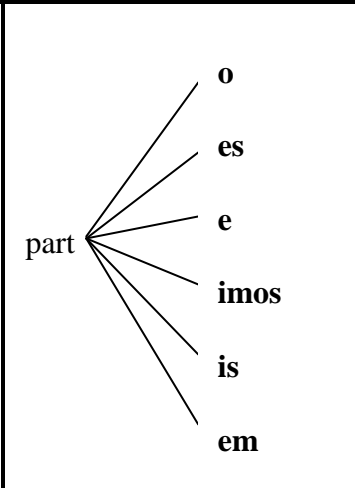
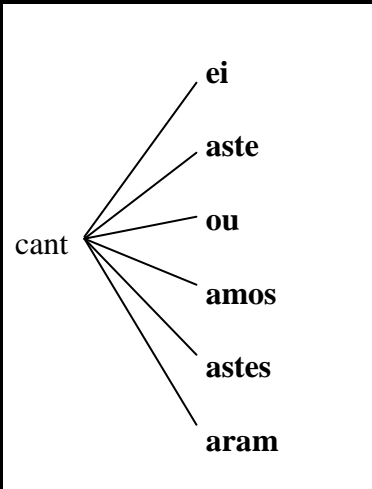
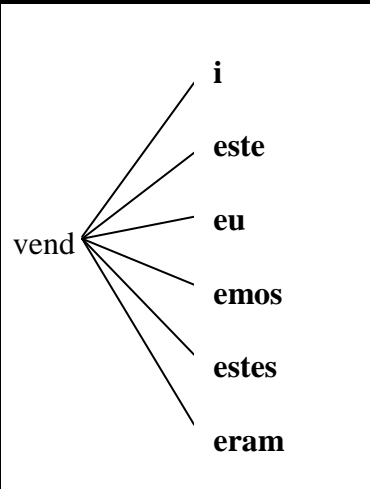
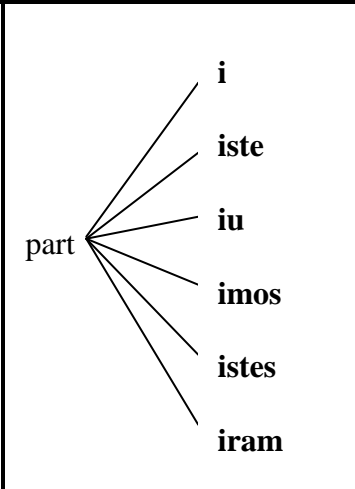
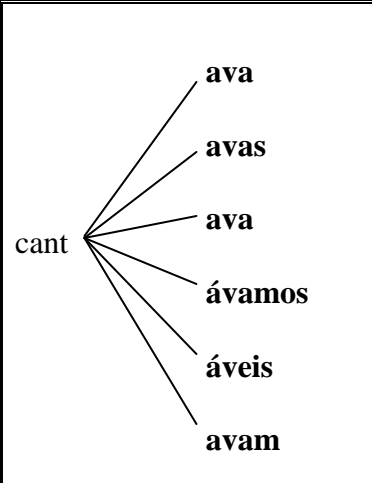
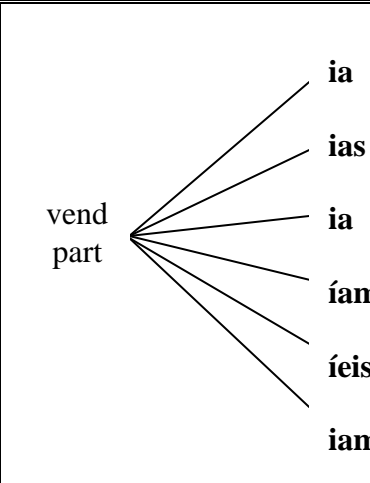
Para a conjugação dos verbos *ir* e *ser*, optamos pelo tradicional modelo de quadros. Tal modelo é bastante eficiente quando se trata de apresentar o paradigma verbal completo. O diferencial que propomos consiste em disponibilizar uma única vez as formas que são iguais para ambos os verbos, como se observa no pretérito perfeito e no pretérito mais-que-perfeito do indicativo e nos tempos presente e futuro do modo subjuntivo.

Para os verbos irregulares, destacamos apenas os tempos que não seguem o paradigma das regularidades. Dessa forma, o consultante poderá ter acesso diretamente às formas verbais que podem gerar problemas devido à sua irregularidade.

Para os verbos de paradigma incompleto, salientamos apenas os tempos verbais afetados pela defectividade.

Nas páginas a seguir, estão nossas propostas para o conjunto de informações acerca da conjugação verbal que devem figurar no *back matter* de dicionários semasiológicos de língua portuguesa:

MODELOS DE CONJUGAÇÃO DOS VERBOS REGULARES

MODO INDICATIVO		
PRESENTE		
		
PRETÉRITO PERFEITO		
		
PRETÉRITO IMPERFEITO		
		

PRETÉRITO MAIS-QUE-PERFEITO

cant	<ul style="list-style-type: none"> ara aras ara áramos árais aram 	vend	<ul style="list-style-type: none"> era eras era êramos êrais eram 	part	<ul style="list-style-type: none"> ira iras ira íramos írais iram
------	---	------	---	------	---

FUTURO DO PRESENTE

cantar vender partir	<ul style="list-style-type: none"> ei ás rá emos eis ão
----------------------------	---

FUTURO DO PRETÉRITO

cantar vender partir	<ul style="list-style-type: none"> ia ias ia íamos íeis iam
----------------------------	---

MODO SUBJUNTIVO			
PRESENTE			
cant	<ul style="list-style-type: none"> e es e emos eis em 	vend part	
		<ul style="list-style-type: none"> a as a amos ais am 	
PRETÉRITO IMPERFEITO			
cant	<ul style="list-style-type: none"> asse asses asse ássemos ásseis assem 	vend	part
	<ul style="list-style-type: none"> esse esses esse êssemos êsseis essem 		<ul style="list-style-type: none"> isse isses isse íssemos ísseis issem
FUTURO			
cant	<ul style="list-style-type: none"> ar ares ar armos ardes arem 	vend	part
	<ul style="list-style-type: none"> er eres er ermos erdes erem 		<ul style="list-style-type: none"> ir ires ir irmos irdes irem

MODO IMPERATIVO

AFIRMATIVO

--	--	--

NEGATIVO

--	--

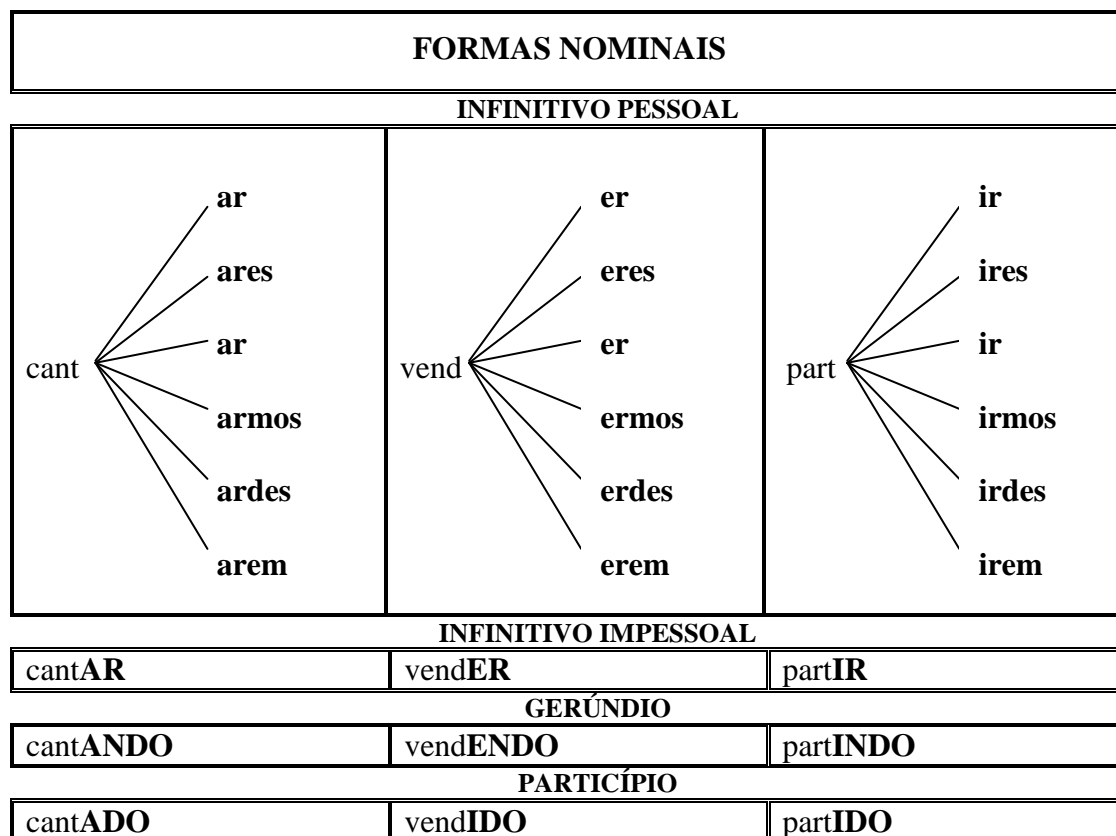


Figura 42: Propostas de modelos de conjugação dos verbos regulares

MODELO DE CONJUGAÇÃO DOS VERBOS *IR* E *SER* (ANÔMALOS)

MODO INDICATIVO				
PRESENTE		PRETÉRITO PERFEITO	PRETÉRITO IMPERFEITO	
vou	sou	fui	ia	era
vais	és	foste	ias	eras
vai	é	foi	ia	era
vamos	somos	fomos	íamos	éramos
ídes	sois	fostes	íeis	éreis
vão	são	foram	iam	eram

PRETÉRITO MAIS-QUE-PERFEITO	FUTURO DO PRESENTE		FUTURO DO PRETÉRITO	
fora	irei	serei	iria	seria
foras	irás	serás	irias	serias
fora	irá	será	iria	seria
fôramos	iremos	seremos	iríamos	seríamos
fôreis	ireis	sereis	iríeis	seríeis
foram	irão	serão	iriam	seriam

MODO SUBJUNTIVO				
PRESENTE		PRETÉRITO IMPERFEITO	FUTURO	
vá	seja	fosse	for	
vás	sejas	fosses	fores	
vá	seja	fosse	for	
vamos	sejamos	fôssemos	formos	
vades	sejais	fôsseis	fordes	
vão	sejam	fossem	forem	

MODO IMPERATIVO			
AFIRMATIVO		NEGATIVO	
-	-	-	-
vais	sê	vás	sejas
vá	seja	vá	seja
vamos	sejamos	vamos	sejamos
ide	sede	vades	sejais
vão	sejam	vão	sejam

FORMAS NOMINAIS							
INFINITIVO PESSOAL		INFINITIVO IMPESSOAL		GERÚNDIO		PARTICÍPIO	
ir	ser	ir	ser	indo	sendo	ido	sido
ires	seres						
ir	ser						
irmos	sermos						
irdes	serdes						
irem	serem						

Figura 43: Proposta de modelos de conjugação dos verbos *ir* e *ser* (anômalos)

MODELOS DE CONJUGAÇÃO DE VERBOS IRREGULARES

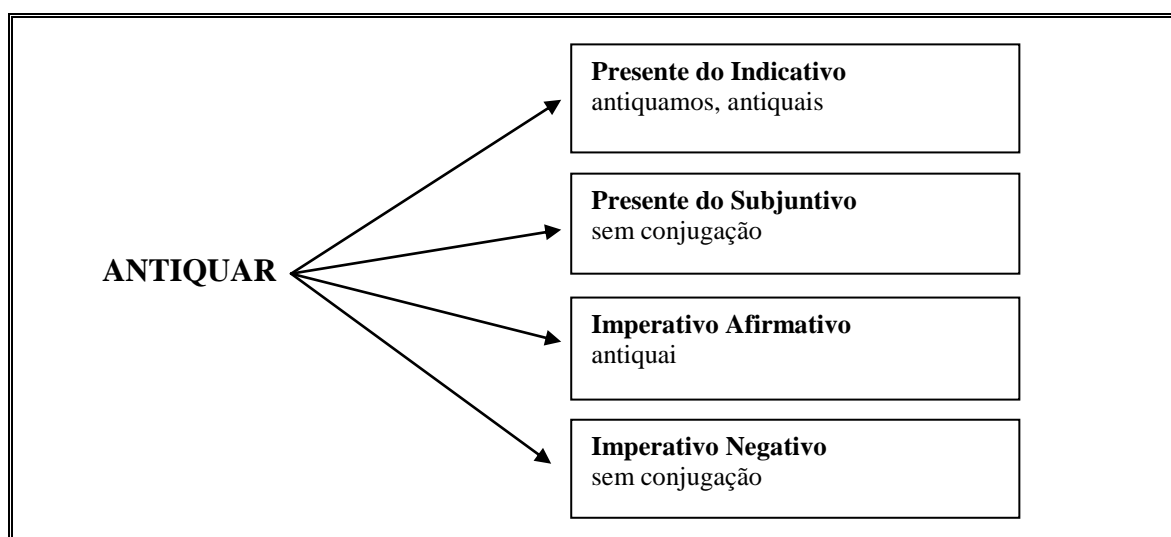
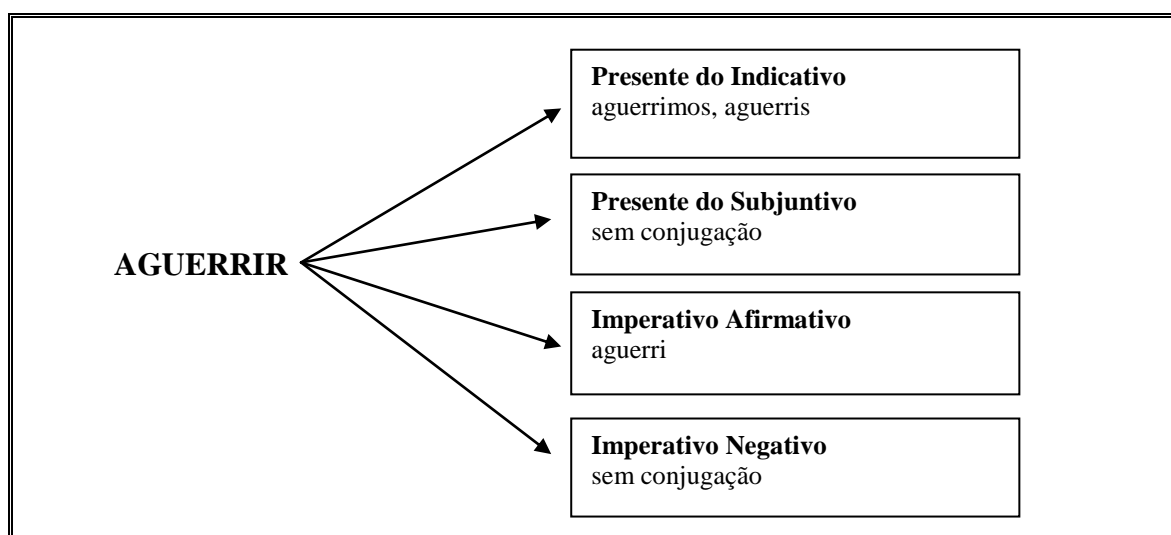
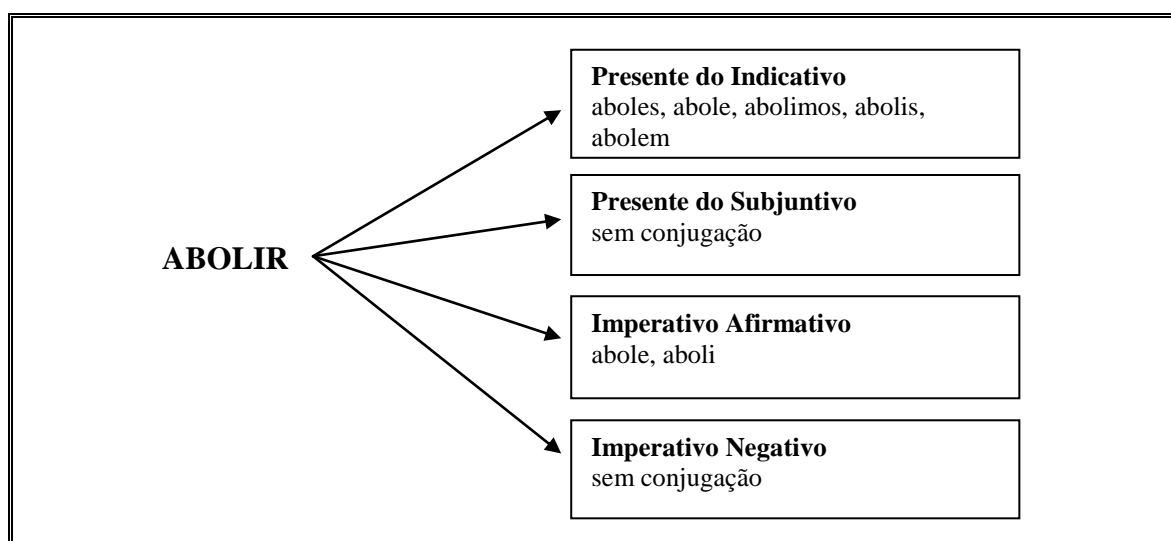
<p>Presente do Indicativo passeio, passeias, passeia... passeiam</p>	<p>Presente do Subjuntivo passeie, passeies, passeie... passeiem</p>
PASSEAR	
<p>Imperativo Afirmativo passeia, passeie...passeiem</p>	<p>Imperativo Negativo passeies, passeie... passeiem</p>

<p>Presente do Indicativo anseio, anseias, anseia... anseiam</p>	<p>Presente do Subjuntivo anseie, anseies, anseie... anseiem</p>
ANSIAR	
<p>Imperativo Afirmativo anseia, anseie...anseiem</p>	<p>Imperativo Negativo anseies, anseie... anseiem</p>

<p>Presente do Indicativo leio, lê, lê... leem</p>	<p>Presente do Subjuntivo leia, leias, leia, leiamos, leiais, leiam</p>
LER	
<p>Imperativo Afirmativo lê, leia, leiamos, lede, leiam</p>	<p>Imperativo Negativo leias, leia, leiamos, leiais, leiam</p>

Figura 44: Proposta de modelos de conjugação de verbos irregulares

**MODELOS DE CONJUGAÇÃO DE VERBOS DE PARADIGMA INCOMPLETO
(DEFECTIVOS)**



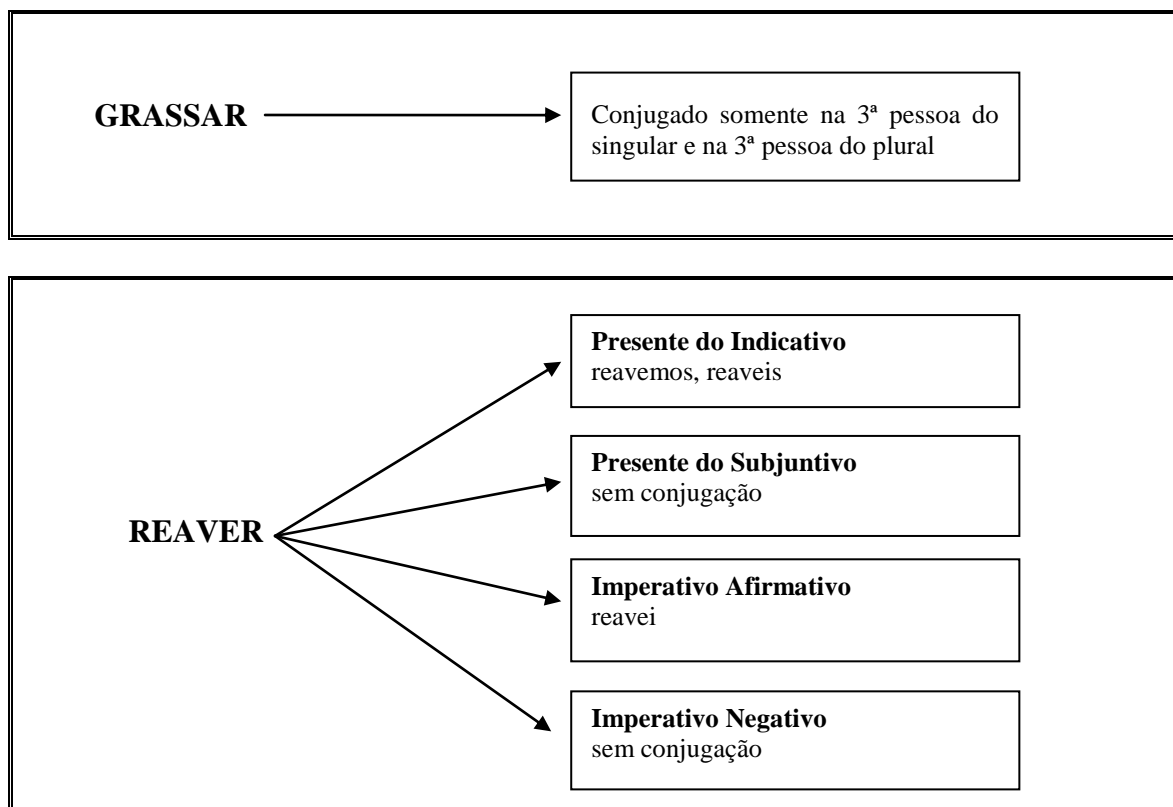


Figura 45: Proposta de modelos de conjugação de verbos de paradigma incompleto (defectivos)

CONCLUSÃO

A presente dissertação foi concebida com o intuito de averiguar como os dicionários semasiológicos de língua portuguesa refletem a normatividade que lhes é inerente. Essa motivação, por sua vez, deu origem às três questões que embasaram a elaboração desse estudo:

- a) como os dicionários semasiológicos de língua portuguesa lidam com sua função normativa?
- b) quais são as informações de caráter normativo presentes nos dicionários semasiológicos de língua portuguesa?
- c) como as informações de caráter normativo são transmitidas aos consulentes, ou seja, aos membros da comunidade idiomática brasileira?

Para podermos responder a essas questões de forma satisfatória, foi necessário empreendermos, além da análise dos seis dicionários que conformaram nosso *corpus* de estudo, uma série de discussões linguísticas e metalexigráficas.

Primeiramente, abordamos o tema da norma linguística amplamente, de modo a definir o que entendíamos por “norma”. O passo seguinte foi trazer a discussão para a realidade do Brasil. Nesse momento, buscamos apontar soluções para dirimir o distanciamento existente entre a norma real dos falantes plenamente escolarizados e a norma vigente nas gramáticas normativas, através da proposição de procedimentos metodológicos cuja aplicação tornaria possível a delimitação de uma norma ideal para o português brasileiro.

Debatidos esses pontos referentes especificamente à norma, acrescentamos à discussão a questão da mudança linguística, buscando atrelá-la ao tema da norma. Apontando uma série de mudanças que se observam na língua portuguesa em uso no Brasil, tratamos de evidenciar a disparidade entre a norma real e a atual norma ideal do português brasileiro.

Outro aspecto teórico tratado foi a correção idiomática. Buscamos demonstrar que o anseio normativo dos falantes deve ser satisfeito pela obra lexicográfica através da apresentação de uma norma ideal, porém deve ficar claro que essa norma precisa refletir a norma real dos falantes plenamente escolarizados e não pode ser excludente, ou seja, essa norma deve se apresentar como uma opção a mais para o falante, que poderá ser empregada de acordo com suas necessidades quando da produção linguística.

Finalmente, foi necessário abordar certos aspectos metalexigráficos. Tratamos, basicamente, da estruturação de um dicionário monolíngue semasiológico, definindo as partes

que conformam uma obra dessa natureza e como cada uma delas pode contribuir para a apresentação e transmissão das informações normativas ao consulente.

Com base nas discussões realizadas, pudemos efetuar a análise dos dicionários e encontrar as respostas para nossos questionamentos iniciais.

Com relação à primeira questão, percebemos que os dicionários semasiológicos de língua portuguesa lidam de forma insatisfatória com sua função normativa. Isso ocorre, em grande medida, porque boa parte das obras lexicográficas não reconhece que essa é uma condição intrínseca ao dicionário. Algumas obras, por exemplo, não reconhecendo essa sua condição, declaram que sua intenção é puramente descritiva. Não negamos que, nesses casos, a descrição pode se sobressair à prescrição, porém o efeito normativo do dicionário estará sempre presente, em maior ou menor escala. O problema seria amenizado se tais dicionários não fossem tão incisivos ao dizer que têm única e exclusivamente a preocupação de descrever a língua, e considerassem que, em alguns aspectos, ainda que não seja esse o objetivo, eles irão recair, inevitavelmente, na prescrição.

No tocante ao segundo questionamento, apuramos que os dicionários analisados fornecem informações normativas para os níveis ortográfico, fonético-fonológico, morfológico, sintático e pragmático.

No nível ortográfico, somente as informações acerca da ortografia literal são apresentadas de forma explícita. As informações referentes às variantes ortográficas, aos homônimos homófonos heterográficos e aos parônimos são apresentadas aos consulentes, na maior parte das vezes, de forma implícita, dificultando ou impedindo seu completo entendimento.

Para os níveis fonético-fonológico, morfológico, sintático e pragmático, as informações costumam ser transmitidas ao consulente de forma explícita.

Para o nível léxico-semântico, tal qual o consideramos aqui, a quantidade de informação fornecida é bastante reduzida. Pode-se dizer que esse é o nível mais deficitário, já que poucas obras dispensam o tratamento adequado aos neologismos.

As criações neológicas, como vimos, demandam um tratamento bastante cauteloso por parte do lexicógrafo, já que sua condição de unidades léxicas instáveis na língua exige que se faça um acompanhamento de seu uso. A lematização de neologismos que têm uma baixa frequência de uso, por exemplo, constitui um equívoco, dado que o consulente pode ser levado a interpretar sua inclusão no dicionário como indício de que não há problemas com relação ao emprego de tais unidades. Também consideramos falha a lematização de neologismos de largo uso, porém recentemente incorporados à língua, sem a devida marcação.

Para tratar de forma adequada esse fenômeno, é preciso que haja um planejamento linguístico subjacente à elaboração de uma obra lexicográfica. O mais recomendável seria a criação de bancos de neologismos em permanente expansão e atualização. Dessa forma, o lexicógrafo teria condições de dar a essas unidades um tratamento mais condizente com a realidade linguística.

Por fim, a resposta à terceira questão: percebemos nos seis dicionários analisados certa falta de rigor e sistematicidade na apresentação das informações normativas, ou seja, tais obras não seguem um padrão para disponibilizar essas informações em seus componentes canônicos. Muitas vezes, há uma mescla de informações de diferente natureza em um mesmo espaço, fato que dificulta o acesso à informação, além de prejudicar sua compreensão. Assim sendo, o usuário, ao consultar a obra lexicográfica em busca de respostas para suas dúvidas, deve percorrer todo o verbete, realizando uma leitura atenta das informações apresentadas até identificar aquela que responde aos seus questionamentos.

Os resultados de nossas análises, em suma, demonstraram que os dicionários de língua portuguesa devem rever sua postura no tocante ao cumprimento de sua função normativa. Por isso, dedicamos o último capítulo da dissertação à elaboração de uma série de propostas para a apresentação de informações normativas nos dicionários semasiológicos de língua portuguesa, no intuito de apontarmos possíveis soluções para essas obras melhor desempenharem sua função normativa.

Respondidos os questionamentos que deram origem a essa dissertação, passemos à avaliação das nossas hipóteses de pesquisa.

Avaliação das hipóteses de pesquisa

Apresentamos, na introdução deste trabalho, as seguintes hipóteses de pesquisa:

- a) o dicionário não reconhece sua função normativa e, portanto, não há segmentos informativos para esse fim;
- b) o dicionário reconhece sua função normativa, mas seus segmentos informativos para esse fim são nulos ou escassamente esclarecedores;
- c) o dicionário reconhece sua função normativa e seus segmentos informativos para esse fim são satisfatórios.

As discussões realizadas ao longo dos quatro primeiros capítulos e a análise das seis obras lexicográficas que constituíram nosso *corpus* permitiram a confirmação parcial da hipótese (b), já que nem todas as obras analisadas reconhecem sua função normativa. À

exceção de Mi (1998), identificamos nos dicionários analisados uma intenção normativa implícita. Isso quer dizer que AuE (1999), HouE (2001), DUPB (2002), DUPC (2004) e CAe (2007) não reconhecem abertamente sua função normativa. Como consequência, nenhuma dessas obras (inclusive Mi (1998)) leva a cabo de forma apropriada sua função de orientar os falantes quanto ao uso da língua, posto que os segmentos informativos para essa finalidade pouco auxiliam o falante na resolução de suas dúvidas linguísticas.

A hipótese (a) não se confirma em função de o dicionário sempre conter segmentos informativos normativos, mesmo não reconhecendo sua função de guia linguístico. Como deixamos claro ao longo da dissertação, as informações relativas à ortografia literal sempre configurarão aspectos normativos do dicionário, em função de a ortografia ser institucionalmente estabelecida. Em outras palavras, todo dicionário deve respeitar as regras de ortografia vigentes para a língua tratada.

Quanto à hipótese (c), nossa análise demonstrou que a maior parte dos dicionários não reconhece sua função normativa, e que os segmentos informativos presentes nas obras lexicográficas não cumprem satisfatoriamente com a função de auxiliar o consulente no esclarecimento de suas dúvidas.

Limites do estudo e perspectivas

Esse trabalho demonstra que os dicionários semasiológicos de língua portuguesa analisados necessitam rever sua postura em relação à norma linguística, tendo em vista o fato de que o tipo de informação apresentada ao consulente e a forma como são transmitidas não se mostram completamente eficientes.

Em boa medida, essa condição deficitária do dicionário, no caso da lexicografia brasileira, deve-se à falta de definição de uma norma ideal mais condizente com a realidade linguística do país, a qual possa cumprir o papel de orientar os falantes apresentando-lhes uma norma que se aproxima mais daquilo que os falantes plenamente escolarizados realizam.

Além da limitação acima descrita, nosso trabalho identificou uma série de outros pontos que precisam ser suplantados para que se consiga alcançar a máxima eficiência do dicionário no cumprimento de sua função normatizadora. A primeira delas, obviamente, diz respeito à norma linguística. As demais se referem ao entendimento e tratamento adequado do fenômeno da mudança linguística, à definição de uma noção de correção idiomática não mais pautada na dicotomia “certo” e “errado”, à teoria lexicográfica e à proposição de novas formas de dispor as informações no interior do dicionário. Esperamos que nossas propostas

possam contribuir para quebrar alguns paradigma lexicográficos instaurados já há séculos, de modo a facilitar o acesso do consulente à informação e converter o instrumento lexicográfico em um material plenamente eficaz no cumprimento de sua função de orientar seu usuário.

Com relação à norma linguística, os principais desafios a serem superados são:

- a) proceder à delimitação de uma norma real que possa ser convertida em norma ideal e, posteriormente, refletida nos dicionários semasiológicos de língua portuguesa;
- b) manter essa norma ideal sempre atualizada com a norma real.

A superação desses desafios dependerá da existência de um planejamento linguístico, responsável pela atualização da norma ideal do português brasileiro através do acompanhamento dos usos linguísticos dos falantes plenamente escolarizados.

Com relação à mudança linguística, o problema mais urgente a ser superado é o seguinte:

- a) é preciso aceitar que a mudança linguística é um fato ontológico da linguagem e que ela afeta diretamente a norma.

A aceitação dessa realidade é condição *sine qua non* para que se possa pensar em ações no âmbito da linguística que permitam, reiteramos, uma permanente atualização da norma ideal e, conseqüentemente, dos instrumentos normativos que a refletem.

No que tange à correção idiomática, é preciso:

- a) abandonar as noções de “correto” e “incorreto”, substituindo-as pelo critério de adequação à situação comunicativa;
- b) aplicar de forma sistemática os critérios de correção idiomática às mudanças que venham se manifestando na língua, visando sua incorporação ou não aos instrumentos normativos.

Para que esses desafios sejam superados, não se pode perder de vista o fato de que o anseio normativo surge em função da necessidade de adequação da produção linguística do falante a determinados contextos, ou seja, existe uma variante linguística mais conveniente às diversas situações comunicativas com as quais o falante possa se deparar, e é justamente quando lhe é demandado o uso da variante mais apropriada aos contextos formais que ele busca no dicionário respostas para suas incertezas. Sendo assim, a delimitação de uma única variante tomada como superior tropeça continuamente na pluralidade e na relatividade que a adequação discursiva impõe, o que nos obriga a substituir as categorias “certo” e “errado” pelo binômio “adequado” / ”inadequado” a um determinado contexto de emprego da língua.

O fundamental, portanto, é que o consulente possa sanar suas dúvidas com relação ao uso da língua quando uma determinada situação exigir.

Com relação à teoria da lexicografia, consideramos que:

- a) é necessário estabelecer como componentes canônicos do dicionário semasiológico de língua o *front matter* e o *back matter*;
- b) urge a necessidade de fixar quais são as funções básicas a serem desempenhadas pelo *front matter* e pelo *back matter*, e quais informações são passíveis de figurar nos dicionários semasiológicos de língua através desses componentes.

Como vimos ao longo do capítulo quatro, o *front matter* e o *back matter* não são ainda considerados componentes canônicos da obra lexicográfica e, graças a isso, as funções desses elementos constituintes não se encontram plenamente delimitadas. Consideramos, no entanto, que ambos os componentes cumprem um papel fundamental para o bom desempenho do dicionário, e destacamos o papel do *back matter* para a transmissão de informações normativas relativas, principalmente, à conjugação verbal. Nesse sentido, esperamos que esse trabalho possa lançar luzes sobre esses aspectos problemáticos da metalexigrafia que carecem ainda de uma abordagem mais aprofundada.

Por fim, no tocante às propostas para a apresentação de informações de caráter normativo no dicionário, ressaltamos que nossas proposições configuram um intento de contribuir para a melhoria da obra lexicográfica no que se refere ao cumprimento de sua função de guia de orientação linguística. Entretanto, temos plena consciência de que isso somente ocorrerá, de fato, quando todas as limitações apontadas acima forem suplantadas. E para que isso ocorra, consideramos que é de extrema importância que a instância responsável pelas questões linguísticas no Brasil, a ABL, passe a atuar de forma mais ativa, tanto no âmbito da teoria, com a realização de estudos aprofundados e metódicos sobre a língua portuguesa em uso no Brasil, quanto na prática, procedendo à delimitação de uma nova norma ideal, à manutenção da correspondência entre a norma real e a norma ideal e à edição de instrumentos normativos que, por sua vez, possam orientar a elaboração de todos os materiais que têm por função auxiliar os falantes na elucidação de suas dúvidas quanto ao uso da língua portuguesa.

Encerramos essa dissertação, portanto, reafirmando a necessidade de se buscar definitivamente uma norma que represente a comunidade linguística brasileira e que possa ser estabelecida como norma ideal, de modo a satisfazer o anseio normativo dos falantes apresentando-lhes o que de fato constitui a língua portuguesa empregada no Brasil, e enfatizando que é preciso que todas as decisões de caráter normativo adotadas pelos

dicionários semasiológicos de língua portuguesa sejam tomadas levando-se em conta os falantes, os quais, através do uso, definem os rumos da língua.

BIBLIOGRAFIA

Dicionários Citados

- Au. FERREIRA, A. B. de H. *Novo Aurélio século XXI: O dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- AuE. FERREIRA, A.B. de H. *Novo Aurélio século XXI: O dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. 1 CD-ROM.
- CAe. AULETE, F. J. C.; VALENTE, A. L. *Dicionário contemporâneo da língua portuguesa Caldas Aulete*. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2007.
- CGCPD. *Collins Gage Paperback Dictionary: the authoritative canadian reference*. Canadá: Thomson Canada Limited, 2006.
- DELP. ACADEMIA Brasileira de Letras. *Dicionário Escolar da Língua Portuguesa*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.
- CELD. *Collins Cobuild Compact English Learner's Dictionary*. São Paulo: Disal, 2004.
- DELE. UNIVERSIDAD de Alcalá de Henares. *Señas: diccionario para la enseñanza de la lengua española para brasileños*. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- Dibu. MORENO, F.; GONZÁLEZ, N. *Diccionario Bilingüe de Uso Español/Portugués - Português/Espanhol*. Madrid: Arco Libros, 2003.
- DLELP. LAROUSSE. *Dicionário Larousse escolar da língua portuguesa*. São Paulo: Larousse do Brasil, 2004
- DPD. REAL Academia Española. *Diccionario Panhispánico de Dudas*. Madrid: Santillana, 2005.
- DPE. REAL Academia Española. *Diccionario Práctico del Estudiante*. Barcelona: Santillana, 2007.
- DPRN. LUFT, C. P. *Dicionário prático de regência nominal*. São Paulo: Ática, 2006.
- DRAE. REAL Academia Española. *Diccionario de la lengua española*. 21.ed. Madrid: Espasa-Calpe, 1992.
- DRAEe. REAL Academia Española. *Diccionario de la lengua española*. 22.ed. Madrid: Espasa-Calpe, 2001. 1 CD-ROM.
- DRAEo. REAL Academia Española. *Diccionario de la lengua española*. Disponível em: <<http://buscon.rae.es/draeI/>>.
- DUEAEe. VOX. *Diccionario de uso del español de América y España*. Barcelona: SPES Editorial, 2003. 1 CD-ROM.
- DUE. MOLINER, M. *Diccionario de uso del español*. Madrid: Gredos, 1998.
- DUEe. MOLINER, M. *Diccionario de uso del español*. Madrid: Gredos, 2001. 1 CD-ROM.
- DUPB. BORBA, F. da S. *Dicionário de usos do português do Brasil*. São Paulo: Ática, 2002.
- DUPC. BORBA, F. da S. *Dicionário UNESP do português contemporâneo*. São Paulo: Editora da UNESP, 2004.

- EDSP. *Password: English dictionary for speakers of portuguese*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- GDUEA. *Gran diccionario de uso del español actual*. Madrid: SGEL, 2001.
- GUP. NEVES, M. H. de M. *Guia de usos do português*. São Paulo: Editora UNESP, 2003.
- Hou. HOUAISS, A. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- HouE. HOUAISS, A. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. 1 CD-ROM.
- HOUe. HOUAISS, A. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. 1 CD-ROM.
- LLA. *Longman Language Activator*. Inglaterra: Pearson Educational Limited, 2002
- Mi. MICHAELIS. *Moderno Dicionário da Língua Portuguesa*. São Paulo: Melhoramentos, 1998.
- MiE. MICHAELIS. *Moderno Dicionário da Língua Portuguesa*. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php>>.
- MiDEI. POLITO, A. G. *Michaelis: Dicionário Escolar Italiano: italiano-português, português-italiano*. São Paulo: Melhoramentos, 2003.
- MiDEE. PEREIRA, H. B. C. *Michaelis: Dicionário Escolar Espanhol: espanhol-português, português-espanhol*. São Paulo: Melhoramentos, 2002.
- OEDe. SIMPSON, J. *The Oxford English Dictionary*. 2.ed. Oxford: OUP, 1994.
- OHFD. *Oxford-Hachette French Dictionary*. Oxford: OUP, 2001.
- PRobE. *Nouveau Petit Robert: Dictionnaire alphabétique et analogique de la langue française*. Paris: Le Robert, 2001.
- VOLP. ACADEMIA Brasileira de Letras. *Vocabulário Ortográfico da Língua portuguesa*. 5.ed. São Paulo: Global, 2009.

Referências

- AGUILERA, V. de A. Crenças e atitudes lingüísticas: o que dizem os falantes das capitais brasileiras. *Estudos Lingüísticos*, São Paulo, v.37(2), p. 105-112, 2008.
- AITCHINSON, J. *The Seeds of Speech: Language Origin and Evolution*. Cambridge: CUP, 2000.
- _____. *Language change: progress or decay?*. Cambridge: CUP, 2001.
- ALBÁN, M. del R.; CRUZ, R. R. da; OLIVEIRA, I.; PASSOS, F.; RAPP, C. Nós e a gente: uma sondagem na norma culta brasileira. *Estudos Lingüísticos e Literários* (11), 1991, p. 103-116.
- ALMEIDA, N. M. de. *Dicionário de questões vernáculas*. São Paulo: Lcte, 1994.
- ALVES, I. M. *Neologismo*. Criação lexical. São Paulo: Ática, 1990.
- ALVES, I. M. A observação sistemática da neologia lexical: subsídios para o estudo do léxico. *Alfa*, São Paulo, v.50, n.2, p. 131-144, 2006.
- ALVES, I. M. Os conceitos de neologia e neologismo segundo as obras lexicográficas, gramaticais e filológicas da língua portuguesa. IN: NUNES, J. H.; PETTER, M. (Org.) *História do saber lexical e constituição de um léxico brasileiro*. São Paulo: Humanitas / FFLCH / USP, 2002. p. 203-221.
- ANDRADE, M. S. F. de. *Por um glossário didático de fraseologismos do espanhol baseado na teoria da metáfora conceitual*. 2007. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2007.
- ANDRADE, V. da S. R. Teoria das valências: plano de estrutura verbal. In: SEMINÁRIOS DO GEL, *Anais...* São Paulo, 1997, p. 353-358.
- ANTUNES, I. *Muito além da gramática: por um ensino de línguas sem pedras no caminho*. São Paulo: Parábola, 2007
- ATKINS, B. T.; RUNDELL, M. *The Oxford guide to practical lexicography*. New York: OUP, 2008.
- BAGNO, M. *Preconceito lingüístico: o que é, como se faz*. São Paulo: Loyola, 2002.
- _____. *Norma oculta: língua & poder na sociedade brasileira*. São Paulo: Parábola, 2003.
- _____. Língua, história & sociedade: breve retrospecto da norma-padrão brasileira. In: _____. *Lingüística da norma*. São Paulo: Loyola, 2004a, p. 179-199.
- _____. *Português ou brasileiro?: um convite à pesquisa*. São Paulo: Parábola, 2004b.
- _____. *Dramática da língua portuguesa*. São Paulo: Loyola, 2005.
- _____. *Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação lingüística*. São Paulo: Parábola, 2007.
- _____. *Não é errado falar assim! Em defesa do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2009.
- BARBOSA, J. B.; BALSALOBRE, S. R. G. A imprensa escrita como fonte para pesquisa lingüística. *Revista da Anpoll*, v.1, n.25, p. 61-89, 2008.
- BARCELOS, A. M. B. Crenças sobre aprendizagem de línguas, Lingüística Aplicada e ensino de línguas. *Linguagem & Ensino*, Pelotas, v.7, n.1, p. 123-156, 2004.
- BEARD, A. *Language change*. London: Routledge, 2004.

BECHARA, E. *A norma culta face à democratização do ensino*. Conferência proferida no dia 4 de julho de 2000, em ciclo de palestras promovido pela Academia Brasileira de Letras. Rio de Janeiro, 4 de julho de 2000. (Disponível em: <<http://www.portrasdasletras.com.br/pdtl2/sub.php?op=artigos/docs/normaculta>>. Acesso em 28.07.2008).

_____. *Moderna Gramática Portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2001.

_____. *Ensino da Gramática*. Opressão? Liberdade? São Paulo: Ática, 2002.

_____. Ainda outa vez: o que se entende por correção idiomática – 2. *Na ponta da língua*, vol. 7. Rio de Janeiro: Liceu Literário Português / Lucerna, 2005, 147-149.

BENEDUZI, R. *Colocações substantivo + adjetivo: propostas para sua identificação e tratamento lexicográfico*. 2008. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

BERBER SARDINHA, A. P. Que tipo de *corpus* é a *Web*? *Revista da Anpoll*, Belo Horizonte, n.15, p. 191-220, 2003. (Disponível em: <http://www2.lael.pucsp.br/~tony/publications/2003_Que_tipo_corpus_web.pdf>. Acesso em 18.07.2008).

_____. *Linguística de Corpus*. São Paulo: Manole, 2004.

BERGENHOLTZ, H.; GOUWS, R. The Access Process in Dictionaries for Fixed Expressions. In: DOLEZAL, F. F. M.; REY, A.; WIEGAND, H. E.; WOLSKI, W (Eds.) *Lexicographica*. Alemanha: Max Niemeyer Verlag / Tübingen, 2008. p. 237-260.

_____.; TARP, S. *Manual of Specialised Lexicography*. Amsterdam: John Benjamins, 1995.

BIDERMAN, M. T. C. Os dicionários da contemporaneidade: arquitetura, métodos e técnicas. In: OLIVEIRA, A. M. P. P., ISQUERDO, A. N. (Org.). *As ciências do léxico: Lexicologia, Lexicografia e Terminologia*. Campo Grande: UFMS, 2001, p. 131-144.

BLACKBURN, S. *Dicionário Oxford de filosofia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BOOIJ, G. The codification of phonological, morphological, and syntactic information. In: STEKENBURG, P. van (Org.). *A practical guide to lexicography*. Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins, 2003, p. 251-259.

BORBA, F. da S. *Organização de dicionários*. Uma introdução à lexicografia. São Paulo: UNESP, 2003.

BORTONE, M. E. O fenômeno da hipercorreção. *Letras & Letras*, Uberlândia, n.5, p. 75-87, 1987.

BORTONI-RICARDO, S. M. Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula. São Paulo: Parábola, 2004.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *SAEB – 2005 Primeiros Resultados: Médias de desempenho do SAEB / 2005 em perspectiva comparada*. Brasília: Secretaria da Educação Fundamental, 2007. (Disponível em: <http://www.inep.gov.br/salas/download/prova_brasil/Resultados/Saeb_resultados95_05_UF.pdf>. Acesso em: 20.05.2008).

BRASIL. Programa Nacional do Livro Didático. Guia de livros didáticos 1ª a 4ª séries: Dicionários. Brasília: Secretaria da Educação Fundamental, 2004. (Disponível em:

<<http://portal.mec.gov.br/seb/index.php?option=content&task=view&id=377>>. Acesso em: 20.05.2008).

BRAY, L. Consultabilité et lisibilité du dictionnaire: aspects formels. In: HAUSMANN, F. J.; REICHMANN, O.; WIEGAND, H. E.; ZGUSTA, L. (Orgs.). *Wörterbücher, Dictionaries, Dictionnaires I*. Berlin / New York: Walter de Gruyter, 1989, p. 135-146.

BRITTO, L. P. L. *A sombra do caos: ensino de língua x tradição gramatical*. Campinas: Mercado de Letras, 1997.

BUGUEÑO MIRANDA, F. Problemas medioestruturais em um dicionário de falsos amigos. In: COLÓQUIO NACIONAL LETRAS EM DIÁLOGO E EM CONTEXTO: RUMOS E DESAFIOS. *Anais...* Porto Alegre: UFRGS, 2003. p. 1-16.

_____. Notícia sobre o comentário de forma e o comentário semântico em um dicionário de falsos amigos espanhol-português. *Expressão*, Santa Maria, v.8, n.1, p. 89-93, 2004.

_____. O que o professor deve saber sobre a nominata do dicionário de língua. *Revista Língua & Literatura*, Frederico Westphalen, v.6/7, n.10/11, p. 17-31, 2005.

_____. A definição do perfil de usuário e a função da obra lexicográfica em um dicionário de aprendizes. *Expressão*, Santa Maria, n.2, p. 89-101, 2007.

_____. O que é macroestrutura no dicionário de língua? In: ISQUERDO, A. N.; ALVES, I. M. (Org.). *As Ciências do léxico: Lexicologia, Lexicografia e Terminologia*. Campo Grande: UFMS / Humanitas, 2007, p. 261-272.

_____. Para uma taxonomia de paráfrases explanatórias. *Alfa*, São Paulo, v.53, p. 243-260, 2009a.

_____. Sobre a microestrutura em dicionários semasiológicos do alemão. *Contingentia*, Porto Alegre, v.4, p. 60-72, 2009b.

_____; FARIAS, V. S. Desenho da macroestrutura de um dicionário escolar de língua portuguesa. In: BEVILACQUA, C. R.; HUMBLÉ, P.; XATARA, C. M. (Org.). *Lexicografia Pedagógica: Pesquisas e perspectivas*. Florianópolis: UFSC / NUT, 2008. p. 129-167 (Disponível em: <<http://www.cilp.ufsc.br/LEXICOPED.pdf>> . Acesso em: 06.07.08).

_____; _____. Avaliação do programa de informações em dicionários monolíngües de português. In: VIII CONGRESSO BRASILEIRO DE LINGÜÍSTICA APLICADA, 2007, Brasília. *Anais ...* Brasília: UnB, 2007 [no prelo].

_____; _____. Informações discretas e discriminantes no artigo léxico. *Cadernos de Tradução*, Florianópolis, n.18, p. 115-135, 2006.

BUGUEÑO MIRANDA, F.; ZANATTA, F. Procedimentos medioestruturais em dicionários semasiológicos de língua portuguesa. *Lusorama*, Frankfurt am Main, 2009 [em avaliação editorial].

BURKHANOV, I. Pragmatic specifications: Usage indications, labels, examples; dictionaries of style, dictionaries of collocations. In: STEKENBURG, P. van (Org.). *A practical guide to lexicography*. Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins, 2003, p. 102-113.

CALINDRO, A. R. V. A colocação dos pronomes clíticos na imprensa majoritária e imprensa negra de Piracicaba no início do século XX. In: LIMA-HERNANDES, M. C.; MARÇALO, M. J.; MICHELETTI, G.; MARTIN, V. L. de R. (Orgs.). *A língua portuguesa no mundo*. São Paulo: Editora da FFLCH-USP, 2008, 1 CD-ROM.

- CALLOU, D.; BARBOSA, A.; LOPES, C. O português do Brasil: polarização sociolingüística. In: CARDOSO, S. A. M.; MOTA, J. A.; MATTOS E SILVA, R. V. (Orgs.). *Quinhentos anos de história lingüística do Brasil*. Salvador: Secretaria da Cultura e do Turismo do Estado da Bahia, 2006. p. 257-292.
- CALVET, L-J. *Sociolingüística: uma introdução crítica*. São Paulo: Parábola, 2004.
- CAMACHO, R. G. Norma, ideologia e a teoria da linguagem. *Alfa*, São Paulo, n. 25, 1981, p. 19-30.
- CÂMARA JÚNIOR, J. M. *Dicionário de lingüística e gramática: referente à língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Petrópolis, 1996.
- _____. *Estrutura da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Vozes, 2004
- CAMPOS, O. G. L. A. S.; RODRIGUES, A. C. Flexão nominal: indicação de pluralidade no sintagma nominal. In: ILARI, R. (Org.) *Gramática do português falado. Vol.II: Níveis de análise lingüística*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2002.
- CAMPOS, H. Transitividade e intransitividade. In: BOSQUE, I.; DEMONTE, V. (Eds.). *Gramática descriptiva del español*. Madrid: Espasa-Calpe, 1999, p. 1519-1574.
- CARVALHO, D. da S. A estrutura interna dos pronomes pessoais em português brasileiro. 2008. 154 f. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Letras, UFAL, Maceió, 2008.
- CARVALHO, H. de. Correção e norma lingüística – 1. *Na ponta da língua*, v.5. Rio de Janeiro: Liceu Literário Português / Lucerna, 2003, 155-158.
- CARVALHO, N. *Empréstimos lingüísticos*. São Paulo: Ática, 1989.
- CARVALHO, O. L. de S. *Lexicografia bilíngüe português/alemão: Teoria e aplicação à categoria das preposições*. Brasília: Thesaurus, 2001.
- CASTILHO, A. T. *Português culto falado no Brasil*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1989.
- _____. Variação dialetal e ensino institucionalizado da língua portuguesa. In: BAGNO, M. (Org.). *Lingüística da norma*. São Paulo: Loyola, 2004.
- CEGALLA, D. P. *Dicionário de dificuldades da língua portuguesa*. Porto Alegre: L&PM, 2008.
- CHAGAS, P. A mudança lingüística. In: FIORIN, J. L. (Org.) *Introdução à Lingüística*, 2008. p. 141-163.
- CHOMSKY, N. *Aspectos da teoria da sintaxe*. Coimbra: Arménio Amado, 1975.
- COLLINOT, A.; MAZIÈRE, F. *Un prêt à porter: le dictionnaire*. Paris: PUF, 1997.
- COMPANY, C. C. ¿Qué es um cambio lingüístico? In: COLOMBO, F.; ÁNGELES SOLER, M. *Cambio lingüístico y normatividad*. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2003.
- CONTRERAS FIGUEROA, L. *La ciencia de la escritura*. Santiago: Ediciones del Consejo de Rectores de las Universidades Chilenas, 1983.
- COSERIU, E. Sistema, Norma y Habla. In: _____. *Teoría del lenguaje y lingüística general*. Cinco estudios. Madrid: Gredos, 1962, p.11-113.
- _____. Sincronia, diacronia e história: o problema da mudança lingüística. Rio de Janeiro: Presença, 1979.
- _____. *Lições de Lingüística Geral*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1980.

_____. Do sentido do ensino da Língua Literária. *Confluência*. Revista do Instituto de Língua Portuguesa do Liceu Literário Português, n.5. Rio de Janeiro: Liceu Literário Português, 1993, 29-47.

_____. A língua literária. In: MELO, G. C. de (Org.). *Na ponta da língua*, vol. 2. Rio de Janeiro: Liceu Literário Português / Lucerna, 2000, p. 79-82.

COSTA, L. C. Vocabulários ortográficos e sua contribuição para os dicionários de língua: uma abordagem crítico-contrastiva. In: ISQUERDO, A.N.; ALVES, I.M. (Org.). *As Ciências do léxico: Lexicologia, Lexicografia e Terminologia*. Campo Grande: UFMS / Humanitas, 2007, p. 273-282.

COUTO, H. H. *O que é português brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CRYSTAL, D. *The Cambridge Encyclopedia of Language*. 2ed. Cambridge: CUP, 1997.

CUNHA, C. *Língua portuguesa e realidade brasileira*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1970.

_____; CINTRA, L. F. L. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Lexikon, 2007.

CYRANKA, L. F. de M. *Atitudes lingüísticas de alunos de escolas públicas de juiz de fora – MG*. 2007. 178 f. Tese (Doutorado em Letras) – Instituto de Letras, UFF, Niterói, 2007.

DAMIN, C. P. *Parâmetros para uma avaliação do dicionário escolar*. 2005. 230 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

DARITY JR, W. A. *International encyclopedia of the social sciences*. v.2. Estados Unidos: Macmillan, 2008.

DIRVEN, R.; MARJOLIJN, V. *Cognitive exploration of language and linguistics*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2004.

DUBOIS, J. et al. *Dicionário de lingüística*. São Paulo: Cultrix, 1986.

DUBOIS, J.; DUBOIS, C. *Introduction à la lexicographie: le dictionnaire*. Paris: Larousse, 1971.

DURAN, M. S.; XATARA, C. M. A metalexicografia pedagógica. *Cadernos de Tradução*, Florianópolis, n. 18, p. 41-66, 2006.

ETTINGER, S. Formación de palabras y fraseología en la lexicografía. In: HAENSCH, G. et al. *La lexicografía*. De la lingüística teórica a la lexicografía práctica. Madrid: Gredos, 1982, p. 233-258.

_____. La variación lingüística en lexicografía. In: HAENSCH, G. et al. *La lexicografía*. De la lingüística teórica a la lexicografía práctica. Madrid: Gredos, 1982, p. 359-394.

FARACO, C. A. *Estrangeirismos: guerras em torno da língua*. São Paulo: Parábola, 2001.

_____. A questão da língua: revisitando Alencar, Machado de Assis e cercanias. *Língua e instrumentos lingüísticos*, Campinas, n.7, p. 33-51, 2002.

_____. Norma-padrão brasileira. Desembaraçando alguns nós. In: BAGNO, M. (Org.). *Lingüística da Norma*. São Paulo: Loyola, 2004. p. 37-61.

_____. *Norma culta brasileira: desatando alguns nós*. São Paulo: Parábola, 2008.

_____; TEZZA, C. *Prática de texto: língua portuguesa para nossos estudantes*. Rio de Janeiro: Vozes, 1992.

FARIAS, V. S. *Dicionários escolares: análise e propostas de emendas*. 2006. 102 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Letras) – Instituto de Letras, UFRGS, Porto Alegre, 2006.

_____. *Desenho de um dicionário escolar de língua portuguesa*. 2009. 283 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras, UFRGS, Porto Alegre, 2009.

_____. O exemplo como informação discreta e discriminante em dicionários semasiológicos de língua portuguesa. *Alfa*, São Paulo, v.52, 2008, p. 101-122.

FIORIN, J. L. Os Aldrovandos Cantagalos e o preconceito lingüístico. In: MOURA, H. M. de M.; LOPES DA SILVA, F. (Orgs.). *O direito à fala: a questão do preconceito lingüístico*. Florianópolis: Insular, 2000, p. 23-37.

FORNARI, M. K.; BUGUEÑO MIRANDA, F. Análise do dicionário de Usos do Português do Brasil. *Revista de Iniciação Científica da ULBRA*, v.5, p. 247-259, 2006.

FORNARI, M. K. Concepção e desenho do *front matter* do dicionário de falsos amigos espanhol-português. *Voz das Letras*, Concórdia, n.9, p. 1-15, 2008. (Disponível em: <<http://www.nead.uncnet.br/2009/revistas/letras/9/95.pdf>>. Acesso em: 12.08.08).

GALVES, C. C. O enfraquecimento da concordância no português brasileiro. In: ROBERTS, I.; KATO, M. A. (Orgs.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas, Editora da UNICAMP, 1996. p. 387-408.

GARCÍA MURGA, M. H. B. As atitudes lingüísticas de estudantes de E/LE com relação às variedades diatópicas do espanhol. 2007. 107 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras, UnB, Brasília, 2007.

GARRÃO, M. de U.; DIAS, M. C. P. Um estudo de expressões cristalizadas do tipo V+SN e sua inclusão em um tradutor automático bilíngüe (português/inglês). *Cadernos de Tradução*, Santa Catarina Vol. 2, n. 8, 2001, p. 165-182. (Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/traducao/article/view/5891/5571>>. Acesso em: 13.06.2009).

GARRET, P. Language attitudes and sociolinguistics. *Journal of Sociolinguistics* 5(4), p. 626-632, 2001.

GELPÍ, C. Reliability of online bilingual dictionaries. In: GOTTLIEB, H.; MOGENSEN, J. E. (Org.) *Dictionary visions, research and practice: selected papers from the 12th International Symposium on Lexicography*, Copenhagen, 2004. Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins, 2007, p. 3-12.

GÓMEZ MOLINA, J. R. Actitudes lingüísticas en una comunidad bilingüe y multidialectal: area metropolitana de Valencia. Anejo XXVIII de la Revista *Cuadernos de Filología*, Valencia, p. 11-109, 1998.

GONÇALVES, S. da R. *A língua portuguesa no ensino fundamental a partir da avaliação discente: perspectiva de letramento em um estudo de caso*. 2006. 131 f. Dissertação (Mestrado em Letras), Faculdade de Letras, Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, 2006.

HAENSCH, G. et al. *La lexicografía: de la lingüística teórica a la lexicografía práctica*. Madrid: Gredos, 1982.

HALLSTEINSDÓTTIR, E. A bilingual electronic dictionary of idioms. In: GOTTLIEB, H.; MOGENSEN, J. E. (Org.) *Dictionary visions, research and practice: selected papers from*

the 12th International Symposium on Lexicography, Copenhagen, 2004. Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins, 2007, p. 97-108.

HARRIS, R. *Rethinking Writing*. Bloomington: Indiana University Press, 2000.

HARTMANN, R. R. K. *Teaching and Researching Lexicography*. London: Longman, 2001.

HARTMANN, R. R. K.; JAMES, G. *Dictionary of lexicography*. London: Routledge, 2001.

HAUSMANN, F. J.; WIEGAND, H. E. Component Parts and Structures of General Monolingual Dictionaries: A survey. In: HAUSMANN, F. J.; REICHMANN, O.; WIEGAND, H. E.; ZGUSTA, L. (Orgs.). *Wörterbücher, dictionaries, dictionnaires*. Ein internationales Handbuch zur Lexikographie. Band 1. Berlin / New York: Walter de Gruyter, 1989. p. 328-360.

HENNE, H. Der Berufung wird stattgegeben: Plädoyer für die Entwicklung von Sprachgefühl. In: GAUGER, H.-M.; OESTERREICHER, W.; HENNE, H.; GEIER, M.; MÜLLER, W. *Sprachgefühl? Vier Antworten auf eine Preisfrage*. Heidelberg: Verlag Lambert Schneider, 1982. p. 91-137.

HJELMSLEV, L. *Ensaïos lingüísticos*. São Paulo: Perspectiva, 1991.

HOWARTH, P. *Usage notes in ELT lexicography*. 1995. (Disponível em:

<http://www.leeds.ac.uk/languages/contact/people/howarth_docs/howarth1995.doc>. Acesso em: 30 maio 2008).

HORWITZ, E. K. Surveying students' beliefs about language learning. In: WENDEN, A.; RUBIN, J. (Orgs.). *Learners strategies in language learning*. London: Prentice Hall International, p. 110-129, 1987.

HUA, T. K.; WOODS, P. C. Media-Related Or Generic-Related Features In Electronic Dictionaries: Learners' Perception And Preferences. *GEMA Online Journal of Language Studies*, v.8(2), 2008, p. 1-17.

HUMBLÉ, P. *Dictionaries and Language Learners*. Frankfurt am Main: Haag und Herchen, 2001.

ILARI, R.; BASSO, R. *O português da gente*. São Paulo: Contexto, 2006.

JACKSON, H. *Lexicography*. An introduction. London / New York: Routledge, 2002.

JESPERSEN, O. *Humanidad, nación, individuo: desde el punto de vista lingüístico*. Buenos Aires: Revista de Occidente Argentina, 1947.

KERSCH, D. F.; FRANK, I. Aula de Português: percepções de alunos e professores. *Calidoscópico*, São Leopoldo, v.7, n.1, p. 49-61, 2009.

KILGARRIFF, A.; GREFENSTETTE, G. Introduction to the Special Issue on the *Web as Corpus*. In: FONTENELLE, T. (Ed.). *Practical Lexicography: a reader*. Oxford: OUP, 2008. p. 89-101.

KIPFER, B. A. *Workbook on Lexicography*. Exeter: Universidad de Exeter, 1984

KOZA, G. *A possível influência positiva da não-obediência à norma padrão por revisores jornalísticos no ensino de língua portuguesa*. 2003. 41 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

LABOV, W. *Sociolinguistique*. Paris: Minuit, 1976.

LANDAU, S. *Dictionaries*. The art and craft of lexicography. 2.ed. Cambridge: CUP, 2001.

- LEITE, Y.; CALLOU, D. *Como falam os brasileiros*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- LEW, R. *Space restrictions in paper and electronic dictionaries and their implications for the design of production dictionaries*. 2009, p. 1-9. (Disponível em: <http://www.staff.amu.edu.pl/~rlew/pub/Lew_space_restrictions_in_paper_and_electronic_dictionaries.pdf>. Acesso em: 29.10.2009).
- LIMA, W. F. SILVA, A. S. Origem da teoria das valências: avanços e limites. In: SEMINÁRIOS DO GEL, *Anais...* São Paulo, 1997, p. 348-352.
- LOBO, T.; LUCCHESI, D.; MOTA, J. A norma culta brasileira e as prescrições gramaticais: colocação dos pronomes átonos. *Estudos Lingüísticos e Literários*, Salvador, n.11, p. 147-158, 1991.
- LOPES DA SILVA, F.; RAJAGOPALAN, K. *A lingüística que nos faz falhar: investigação crítica*. São Paulo: Parábola, 2004.
- LORENGIAN-PENKAL, L.; ANGELO, C. M. P. A reorganização do sistema pronominal do português do Brasil. *Guairacá-Guarapuava*, Paraná, n.23, p. 99-110, 2007.
- LUCCHESI, D. Variação e norma: elementos para uma caracterização sociolingüística do português do Brasil, *Revista Internacional de Língua Portuguesa* (12), pág. 17-28, 1994.
- LUFT, C. P. *Moderna gramática brasileira*. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Globo, 1986.
- MARTÍNEZ CELDRÁN, E. *Lingüística: teoría y aplicaciones a la logopedia*. Barcelona: Masson, 1998.
- MARTÍNEZ DE SOUSA, J. *Diccionario de lexicografía práctica*. Barcelona: Bibliograf, 1995.
- MARTINS, E. Em torno das idéias lingüísticas presentes em *O colocador de pronomes*, de Monteiro Lobato. In: LIMA-HERNANDES, M. C.; MARÇALO, M. J.; MICHELETTI, G.; MARTIN, V. L. de R. (Orgs.). *A língua portuguesa no mundo*. São Paulo: Editora da FFLCH-USP, 2008, 1 CD-ROM.
- MARTINS, E. *Com todas as letras: o português simplificado*. São Paulo: Moderna, 1999.
- MATTOS E SILVA, R. V. *Contradições no ensino de português*. São Paulo/Salvador: Contexto/Editora da Universidade Federal da Bahia, 1995.
- _____. *Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2004a.
- _____. *O português são dois: novas fronteiras, velhos problemas*. São Paulo: Parábola, 2004b.
- _____. Uma compreensão histórica do português brasileiro: velhos problemas repensados. In: CARDOSO, S. A. M.; MOTA, J. A.; _____. (Orgs.). *Quinhentos anos de história lingüística do Brasil*. Salvador: Secretaria da Cultura e do Turismo do Estado da Bahia, 2006, p. 219-254.
- MEDINA GUERRA, A. M. *Lexicografía española*. Barcelona: Ariel, 2003.
- MENON, O. O sistema pronominal do português do Brasil. *Letras*, Curitiba, n.44, p. 91-106, 1995.
- MEYERHOFF, M. *Introducing Sociolinguistics*. London / New York: Routledge, 2006.

- MIEZNIKOWSKI, T. F. E. *Notas de uso em quatro dicionários bilíngües inglês/português e português/inglês*. 2007. 165 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Centro de Comunicação e Expressão, UFSC, Florianópolis, 2008.
- MILROY, J. Children can't speak or write properly any more. In: BAUER, L.; TRUDGILL, P. (Orgs.). *Language Myths*. Harmondsworth: Penguin, 1998. p. 58-65.
- _____. Language ideologies and the consequences of standardization. *Journal of Sociolinguistics*. Oxford, vol.5, n.4, p. 530-555, 2001.
- MORALES PETORINO, F. *El español de Chile* (estudios fónicos, gramaticales y léxicos). Chile: Editorial Puntágeles, 2007.
- MORENO, C. *Guia prático do português correto: morfologia*. Porto Alegre: L&PM, 2003a.
- _____. *Guia prático do português correto: ortografia*. Porto Alegre: L&PM, 2003b.
- _____. *Guia prático do português correto: sintaxe*. Porto Alegre: L&PM, 2008.
- MORENO FERNÁNDEZ, F. *Principios de sociolingüística y sociología del lenguaje*. Barcelona: Ariel, 1998.
- NARBONA JIMÉNEZ, A. Movimientos centrífugos y centrípetos en la(s) norma(s) del español. *II Congreso Internacional de la Lengua Española*, Valladolid, Espanha, 2001 (Disponível em: <<http://www.cvc.cervantes.es/obref/congresos>>. Acesso em 28.07.2008).
- NARO, A. J.; SCHERRE, M. M. P. *Origens do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2007.
- _____. Estabilidade e mudança lingüística em tempo real: a concordância de número. In: PAIVA, M. da C. de; DUARTE, M. E. L. (Orgs.) *Mudança lingüística em tempo real*. Rio de Janeiro: Contra Capa -FAPERJ, 2003. p.47-62.
- NESI, H. Electronic dictionaries in second language vocabulary comprehension and acquisition: the state of the art. In: HEID, U.; EVERT, S.; LEHMANN, E.; ROHRER, C. (Eds). *Proceedings of the Ninth EURALEX International Congress*, EURALEX v.II. Stuttgart: Euralex, p. 839-847, 2000.
- NEVES, M. H. de M. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.
- _____. *Que gramática estudar na escola? Norma e uso na Língua Portuguesa*. São Paulo: Contexto, 2004.
- NGB. NOMENCLATURA Gramatical Brasileira. 1959. In: FERREIRA, A. B. de H. *Novo Aurélio século XXI: O dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. p. XXVI-XXIX.
- NOIMANN, A. *Um olhar sobre os fraseologismos (locuções) em um dicionário bilíngüe escolar espanhol-português / português-espanhol*. 2007. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.
- NOLL, V. *O português brasileiro: formação e contrastes*. São Paulo: Globo, 2008.
- NUNES, T. et al. *Dificuldades na aprendizagem da leitura: teoria e prática*. São Paulo: Cortez, 2000.
- OPPENTOCHT, L.; SCHUTZ, R. Developments in electronic dictionary design. In: STEKENBURG, P. van (Org.). *A practical guide to lexicography*. Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins, 2003, p. 215-227.

- PAGOTTO, E. G. Norma e condescendência; ciência e pureza. *Línguas e Instrumentos Lingüísticos*, São Paulo, n.2, p. 49-68, 1998.
- PARCERO, L. M. de J. *Fazenda Maracujá: sua gente, sua língua, suas crenças*. 2007. 191 f. Tese (Doutorado em Letras) – Instituto de Estudos da Linguagem, UNICAMP, Campinas, 2007.
- PCN. BRASIL. Ministério da Educação. *Parâmetros Curriculares Nacionais: língua portuguesa. Ensino de primeira à quarta série*. Brasília: Secretaria da Educação Fundamental, 1997. (Disponível em: <<http://mecsrv04.mec.gov.br/sef/estrut2/pcn/pdf/livro02.pdf>>. Acesso em: 19.04.2009).
- PCN. BRASIL. Ministério da Educação. *Parâmetros Curriculares Nacionais: língua portuguesa. Ensino de quinta à oitava série*. Brasília: Secretaria da Educação Fundamental, 1998. (Disponível em: <<http://mecsrv04.mec.gov.br/sef/estrut2/pcn/pdf/portugues.pdf>>. Acesso em: 19.04.2009).
- PEDRO, M. de L. *As expressões idiomáticas no ensino de português como língua estrangeira para estudantes uruguaios*. 2007. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.
- PERINI, M. *Gramática descritiva do português*. São Paulo: Ática, 2000.
- _____. *Sofrendo a gramática*. São Paulo: Ática, 2003.
- PERUZZO, M. S. *Como lidar com os neologismos no texto jornalístico?* 2007. 141 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.
- PINTO, A. C. Efeito de Saliência para Psicologia e Freud e Transferência Positiva para os Itens Precedentes. *Psicologia, Educação e Cultura*, v.10(1), p. 209-226, 2006.
- PIRES, J. A. *Avaliação dos dicionários escolares para séries iniciais*. 2008. 62f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.
- POSSENTI, S. *Por que (não) ensinar gramática na escola*. Campinas: ALB, 1998
- POTTIER, B. La variación lingüística y el español de América. *Revista de Filología Española*, Madrid, v.72, p. 283-295, 1992.
- RABANALES, A. ¿Qué es hablar correctamente? *Revista de Educación*, Santiago de Chile, v.119, p. 49-58, 1984.
- RAJAGOPALAN, K. *Por uma lingüística crítica: linguagem, identidade e a questão ética*. São Paulo: Parábola, 2003.
- REBELO, A. *Culta, bela e ultrajada: um projeto em defesa da língua portuguesa*. Brasília: Câmara dos Deputados, 2001.
- REY, A. Usos, julgamentos e prescrições lingüísticas. In: BAGNO, M. (Org.). *Norma lingüística*. São Paulo: Loyola, 2001.
- RICHARDS, J. C.; SCHMIDT, R. *Longman Dictionary of Language Teaching & Applied Linguistics*. Edinburgh Gate: Pearson Education Limited, 2002.
- ROCHA, L. C. de A. *Estruturas morfológicas do português*. Belo Horizonte: UFMG, 2003.
- ROCHA LIMA, C. H. da. *Gramática normativa da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2000.

- RODRIGUES, A. D. Problemas relativos à descrição do português contemporâneo como língua padrão. In: BAGNO, M. (Org.). *Linguística da Norma*. São Paulo: Loyola, 2004, p.11-25.
- RONCARATI, C. Prestígio e preconceito lingüísticos. *Cardernos de Letras da UFF – Dossiê: Preconceito lingüístico e cânone literário*, Rio de Janeiro, n.36, p. 45-56, 2008.
- SACCONI, L. A. *Não erre mais!* São Paulo: Escala Educacional, 2005.
- _____. *Como se Explica?* São Paulo: Escala Educacional, 2007.
- _____. *Dicionário de Dúvidas, Dificuldades e Curiosidades da Língua Portuguesa*. São Paulo: Harbra, 2004.
- _____. *Dicionário de Pronúncia Correta*. São Paulo: Escala Educacional, 2009.
- SANTOS, C. A. dos. Perspectivas de delimitação da gíria no português brasileiro e sua marcação nos dicionários. *Voz das Letras*, Concórdia, n.6, p. 1-14, 2007. (Disponível em: <<http://www.nead.uncnet.br/2009/revistas/letras/6/63.pdf>>. Acesso em: 12.01.2008).
- SAUSSURE, F. *Curso de Linguística Geral*. São Paulo: Cultrix, 2006.
- SCHERRE, M. M. P. *Doa-se lindos filhotes de poodle: variação lingüística, mídia e preconceito*. São Paulo: Parábola, 2005.
- SCHNEIDER, M. N. As (des)sonorizações e a neutralização da vibrante: atitudes e concepções lingüísticas. *Contingentia*, Porto Alegre, v.3, n.8, p. 77-88, 2008.
- _____. Variação e discriminação lingüística no ensino e aprendizagem de línguas em comunidades bilíngues. *Calidoscópico*, São Leopoldo, v.7, n.1, p. 79-85, 2009.
- _____. *Atitudes e concepções lingüísticas e sua relação com as práticas sociais de professores em comunidades bilíngües alemão-português do Rio Grande do Sul*. 2007. 286 f. Tese (Doutorado em Letras) – Instituto de Letras, UFRGS, Porto Alegre, 2007.
- SCHRYVER, G-M. de. Lexicographers' dreams in the electronic-dictionary age. *International Journal of Lexicography*, v.16, n.2, 2003, p. 143-199.
- SCHLIEBEN-LANGE, B. *História do falar e história da lingüística*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.
- SECO, M. *Estudios de Lexicografía Española*. Madrid: Gredos, 1987.
- LOPES DA SILVA, F.; RAJAGOPALAN, K. (Orgs.). *A lingüística que nos faz falhar: investigação crítica*. São Paulo: Parábola, 2004.
- SILVA, K. A. da. Crenças sobre o ensino e aprendizagem de línguas na Lingüística Aplicada: um panorama histórico dos estudos realizados no contexto brasileiro. *Linguagem & Ensino*, Pelotas, v.10, n.1, p. 235-271, 2007.
- SILVA, T. C. *Fonética e fonologia do português*. Roteiro de estudos e guia de exercícios. São Paulo: Contexto, 1999.
- SILVA, A. S. Teoria das valências: a valência sintática. In: SEMINÁRIOS DO GEL, *Anais...* São Paulo, 1997, p. 359-363.
- SOUZA, F. E.; SANTOS, I. B. Formação do aluno/professor de língua estrangeira: refletindo sobre as crenças e os papéis em ação no curso de Letras. *Revista Plurais*, Goiás, v.1, n.5, p. 1-17, 2004.
- SMELSER, N. J.; BALTES, P. B. *International encyclopedia of the social and behavioral sciences*. Amsterdam / New York: Elsevier, 2001.

- STREHLER, R. G. *Análise de categorias de marcas de uso em dicionários*. 1997. 110 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras, UnB, Brasília, 1997.
- _____. Marcas de uso nos dicionários. In: OLIVEIRA, A. M. P. P. de; ISQUERDO, A. N. (Org.). *As Ciências do Léxico: Lexicologia, Lexicografia e Terminologia*. Campo Grande: UFMS, 2001, p. 171-180.
- STERKENBURG, P. van. *A Practical Guide to Lexicography*. Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins, 2003.
- SVENSÉN, B. *Practical lexicography*. Principles and methods of dictionary-making. Oxford: OUP, 1993.
- SWANEPOEL, P. Dictionary typologies: a pragmatic approach. In: STERKENBURG, P. van (Org.). *A practical guide to lexicography*. Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins 2003, p. 45-69.
- TESSYER, P. *História da língua portuguesa*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- THOMAS, L. Attitudes to language. In: THOMAS, L.; WAREING, S.; SINGH, I.; PECCEI, J. S.; THORNBORROW, J.; JONES, J. *Language, Society and Power: An Introduction*. London: Routledge, 2004. p. 193-209.
- TODOROV T.; DUCROT, O. *Dicionário Enciclopédico da Linguagem*. São Paulo: Perspectiva, 1977.
- TRASK, R. L. *Language: the basics*. London/New York: Routledge, 1999.
- _____. *Dicionário de linguagem e lingüística*. São Paulo: Contexto, 2004.
- VARANTOLA, K. Linguistic corpora (databases) and the compilation of dictionaries. In: STERKENBURG, P. van (Org.). *A practical guide to lexicography*. Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins, 2003, p. 228-239.
- WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. I. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança lingüística*. São Paulo: Parábola, 2006.
- WELKER, H. A. *Dicionários*. Uma pequena introdução à lexicografia. 2.ed. Brasília: Thesaurus, 2004.
- _____. Die Behandlung von Phraseologismen in einem deutsch-portugiesischen Wörterbuch der deutschen Verben (und in einigen anderen Wörterbüchern). *Zeitschrift Für Romanische Philologie*, v. 108, n. 3, p. 392-429, 2002. Disponível em português em: <<http://www.unb.br/il/let/welker/fraseo.doc>>. Acesso em: 22.09.08).
- WENDEN, A. Helping language learners think about learning. *ELT Journal*, v.40, n.1, p. 3-12, 1986.
- WHITCUT, J. Usage note in dictionaries: the needs of the learner and the native speaker. In: ILSON, R. (Ed.). *Dictionaries, lexicography and language learning*, New York: Pergamon Press, 1985, p. 75-80.
- XATARA, C. M.; PASTORE, P. C. F.; SUCCI, T. M. A Web como base de dados textuais. In: MARTINS, E. S.; CANO, W. M.; MORAES FILHO, W. B. (Org.). *Léxico e morfofonologia: perspectivas e análises*. Uberlândia: EDUFU, 2006. p. 271-282.
- ZANATTA, F. *Análise de dicionários de uso do espanhol e do português*. 2006. 82f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Letras) – Instituto de Letras, UFRGS, Porto Alegre, 2006.

_____. A imprensa escrita como base para a delimitação da norma ideal do português brasileiro. In: IX SEMINÁRIO INTERNACIONAL EM LETRAS, 2009, Santa Maria. *Anais...* Santa Maria: UNIFRA, 2009a. p. 1-20.

_____. Breve panorama da situação da norma linguística no Brasil. *Lusorama*, Frankfurt am Main, v.77-78, p. 79-102, 2009b.

_____ ; BUGUEÑO MIRANDA, F. A polissemia do termo “uso”: análise de dicionários de uso do português e do espanhol. *Revista de Letras*, Curitiba, v. 9, p. 1-29, 2007.

_____ ; _____. A normatividade em dicionários semasiológicos de língua espanhola. In: XIX SEMINÁRIO DO CELLIP, 2009, Cascavel. *Anais...* 2009. p. 1-13.

APÊNDICE

**GRÁFICO DOS ESTRANGEIRISMOS INCORPORADOS À LÍNGUA
PORTUGUESA, CONFORME VOLP (2009)**

